



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E
CIDADANIA

JOSÉ RIBEIRO BRAGA NETO

AS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA
BAHIA:
UMA NOVA PROPOSTA DE INTERIORIZAÇÃO.

Salvador

2016

JOSÉ RIBEIRO BRAGA NETO

**AS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA
BAHIA:
UMA NOVA PROPOSTA DE INTERIORIZAÇÃO.**

Dissertação apresentada à Banca examinadora do Mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania da Universidade Federal da Bahia – UFBA, no semestre de 2015.1, como requisito parcial para a obtenção do diploma de Mestre em Segurança Pública.

Orientadora: Profa. PHD. Ana Cristina de Souza Mandarino.

Salvador
2016

JOSÉ RIBEIRO BRAGA NETO

**AS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA
BAHIA:**

UMA NOVA PROPOSTA DE INTERIORIZAÇÃO.

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, da Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia.

Banca Examinadora

Ana Cristina Mandarino – Orientadora _____

Pós - Doutora em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia, Brasil (2011)
Professora e Pesquisadora da Universidade Federal da Bahia, Brasil.

João Apolinário _____

Pós – Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Brasil (2014)
Professor e Pesquisador da Universidade do Estado da Bahia, Brasil.

Wilson Couto Borges _____

Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense, Brasil, (2009)
Professor e Pesquisador em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Brasil.

A663a

Braga Neto, José Ribeiro

As atividades do CBMBA: Uma nova proposta de interiorização./José Ribeiro Braga Neto. Salvador, 2016.
139 p.

Professora orientadora: Ana Cristina Mandarino

Inclui bibliografia.

Dissertação apresentada no Mestrado em Segurança Pública,
Justiça e Cidadania

1. Corpo de Bombeiros. 2. Interiorização. 3. Políticas Públicas.

CDU: 34:331

BRAGA NETO, José Ribeiro. As atividades do CBMBA: Uma nova proposta de interiorização. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é traçar um retrato sobre a prestação de serviços oferecidos pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA) no interior do estado e, à vista disso, apresentar uma proposta de incremento de suas atividades nessa região. Nesse contexto, urge a necessidade de um estudo mais aprofundado do CBMBA, tanto das rotinas administrativas como operacionais, para possibilitar o empenho e a adoção de medidas que viabilizem melhorar a organização dos bombeiros, seu efetivo e equipamentos, além de melhor interpretar as incessantes transformações sociais, culturais e tecnológicas, bem como o desenvolvimento progressivo da administração pública. Assim sendo, a presente obra visa contribuir para a melhoria nas atividades operacionais do CBMBA e, por conseguinte, no suporte administrativo e logístico, imprescindíveis ao desempenho das suas atividades, em especial as concernentes às Unidades Operacionais de Bombeiros Militares subordinadas ao Comando de Operações de Bombeiros Militares do Interior (COBMI).

PALAVRAS CHAVES: Corpo de Bombeiros, Interiorização, Políticas Públicas.

BRAGA NETO, José Ribeiro. The activities of CBMMA: A new proposal for internalization. Dissertation (Master) - Faculty of Law, Federal University of Bahia, Salvador, 2016.

ABSTRACT

The goal of this research is to illustrate the range of services offered by the Bahia State Fire Department (CBMBA) in the state's countryside and to present a proposal for improvement of its activities in the region. In order to achieve the improvements needed, it is necessary to investigate deeper into the current administrative and operational routines as to implement solutions that will ultimately improve the firefighters' organization, its teams and equipment, in addition to a better understanding of the ever growing social, cultural and technological transformations as well as the continued development of public administration.

Therefore, this research aims at contributing to the improvement of the CBMBA operational activities resulting in better administrative and logistical support, crucial to reach the proper levels of performance in their activities, mostly when it comes to the Fire Department Operational Units under the authority of the Fire Department's Interior Command (COBMI).

KEYWORDS: Fire Department, Internalization, Public Policy.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABS	Auto Busca e Salvamento
ABT	Auto Bomba Tanque
ACA	Auto Comando de Área
AISP	Área Integrada de Segurança Pública
AOB	Atendimento às Ocorrências de Bombeiros
APP	Auto Produtos Perigosos
AR	Auto Rápido
ATR	Auto Tático de Resgate
BM	Bombeiro Militar
CB	Corpo de Bombeiros
CBCS	Corpo de Bombeiros da Cidade de Salvador
CBMBA	Corpo de Bombeiros Militar da Bahia
COBM	Comando de Operações de Bombeiros Militares
COBMI	Comando de Operações de Bombeiros Militares do Interior
CPODE	Coordenação de Planejamento Operacional e Decisões Estratégicas
CROBMI	Comando Regional de Operações de Bombeiros Militares do Interior
GBM	Grupamento de Bombeiros Militar
GI	Grupamento de Incêndio
IGPM	Inspetoria Geral das Polícias Militares

OBM	Organização Bombeiro Militar
RI	Região do Interior
SGBM	Subgrupamento de Bombeiros Militar
SMPTSS	Seção de Material, Patrimônio, Transporte, Serviços e Segurança
UOBM	Unidade Operacional de Bombeiros Militar
UOBMI	Unidade Bombeiro Militar do Interior

LISTA DE ANEXOS

Anexo I	Tabela do Efetivo das Unidades de Bombeiros da Região do Interior.....	132
Anexo II	Tabela do Registro de Ocorrências de Bombeiro atendidas pelas Unidades de Bombeiro da Região do Interior.....	133
Anexo III	Custo com mobiliário.....	135
Anexo IV	Custo com eletroeletrônico.....	156
Anexo V	Custo com materiais e equipamentos de bombeiros	162
Anexo VI	Custo com viaturas de bombeiro.....	199
Anexo VII	Projeto padrão para construção do quartel BM.....	200
Anexo VIII	Memorial descritivo para construção de um quartel BM.....	220

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1	Quadro organizacional do CROBMI - Portaria N.º 060 - CG/13 - Efetivo previsto.....	35
Tabela 2	Efetivo disponível em julho/2015.....	35
Tabela 3	Efetivo indisponível em julho/2015.....	35
Tabela 4	Municípios do Estado da Bahia com até 50.000 de habitantes.....	41
Tabela 5	Municípios do Estado da Bahia com a população entre 50.001 e 100.00 de habitantes.....	50
Tabela 6	Municípios do Estado da Bahia com a população entre 100.001 e 500.00 de habitantes.....	51
Tabela 7	Municípios do Estado da Bahia com a população entre 500.001 e 1.000.00 de habitantes.....	51
Tabela 8	Municípios do Estado da Bahia com a população acima de 1.000.00 de habitantes.....	52
Tabela 9	Distâncias rodoviárias entre os COBM e COBMI e as cidades onde estão sediados os GBM e SGBM da região do interior.....	52
Tabela 10	Correspondência entre as 29 AISP e os GBM presentes na RI.....	54
Tabela 11	Efetivos previstos e existentes dos GBM do interior.....	83
Tabela 12	Distribuição dos municípios para cada GBM da RI, área de responsabilidade em km ² e população total atendida.	84
Tabela 13	Análise da cobertura atual do CBMBA dentro de cada território do Estado.....	109
Tabela 14	Resumo da cobertura atual por território do CBMBA (raio de 35 km).....	113
Tabela 15	Proposta de ampliação da cobertura do CBMBA (GBM e SGBM) num raio de 35 km.....	113

Tabela 16	Resumo da proposta de ampliação da cobertura do CBMBA na RI (raio de 35 km).....	117
Tabela 17	Proposta de aprimoramento da cobertura por parte do CBMBA (raio de 35 km).....	117
Tabela 18	Resumo da proposta de aprimoramento da cobertura por parte do CBMBA (raio de 35 km).....	118
Tabela 19	Proposta de instalação de novos SGBM.....	118
Tabela 20	Síntese das análises da cobertura operacional do CBMBA.....	119
Tabela 21	Resumo dos GBM em atendimentos por Território e proposta de ampliação.....	120

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Tempo de existência do GBM.....	81
Gráfico 2	Patentes dos oficiais em comando.....	82
Gráfico 3	Tempo dos serviços dos comandas dos GBM.....	83
Gráfico 4	Tempo de comando.....	83
Gráfico 5	Média anual de ocorrência nos últimos 5 anos.....	86
Gráfico 6	Média anual de ocorrência nos últimos 12 meses.....	87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA: ASPECTOS HISTÓRICOS, LEGAIS E A ORGANIZAÇÃO REGIONAL.	28
1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA	28
1.2 O ATUAL COMANDO REGIONAL DE OPERAÇÕES DE BOMBEIROS MILITARES DO INTERIOR E SUA ORGANIZAÇÃO REGIONAL	33
2. OS TEXTOS CONSTITUCIONAIS FEDERAIS E A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL VIGENTE	56
2.1. AS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS DE 1824 Á 1988 E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA DE 1989.	56
2.2. A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL (PEC) Nº 138/2014 E A LEI Nº 13.202 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014 (LOB)	61
3. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO E A SUA ESTRUTURA	63
3.1. UMA ABORDAGEM EMPÍRICA SOBRE A ATUAL ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DO CBMBA DENTRO DA RI	77
4. DIAGNÓSTICO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL DAS UNIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS DA BAHIA, DA REGIÃO DO INTERIOR, NO ANO DE 2015.	79
4.1. ANÁLISE DAS RESPOSTAS DADAS PELAS UNIDADES OPERACIONAIS DE BOMBEIROS MILITARES PESQUISADAS, REFERENTE AO PRIMEIRO BLOCO DO QUESTIONÁRIO APLICADO.	81
4.2. ANÁLISE DAS RESPOSTAS DADAS PELAS UNIDADES OPERACIONAIS DE BOMBEIROS MILITARES PESQUISADAS, REFERENTE AO SEGUNDO BLOCO DO QUESTIONÁRIO APLICADO.	88
4.3. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS CORONÉIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA.	99
5. CONSIDERAÇÕES PROPOSITIVAS	105
5.1. ATUAL COBERTURA OPERACIONAL DO CBMBA POR TERRITÓRIO	110
5.1.1. Análise quantitativa por território	110
5.2. PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO	114
5.2.1. Proposta de ampliação da cobertura do CBMBA na RI	114
5.5.1. Custo com mobiliário (anexo - III)	123
5.5.2. Custo com eletroeletrônicos (anexo - IV)	123
5.5.3. Custo com materiais e equipamentos de bombeiros (anexo - V)	123
5.5.4. Custo com veículos para emprego em operações de bombeiro militar no Estado da Bahia (anexo- VI)	124
5.5.5. Projeto padrão para construção do quartel (anexo - VII)	125
REFERÊNCIAS	128
ANEXOS	131

INTRODUÇÃO

O Índice de confiança social (ICS) – indicador brasileiro utilizado para avaliar e monitorar a evolução da confiança da sociedade nas principais instituições, quer sejam elas públicas ou privadas, além da sociedade civil – aponta o Corpo de Bombeiros como a instituição mais confiável do país, pelo sétimo ano consecutivo, segundo o IBOPE.¹

Não obstante, este feito analisou a prestação de serviços oferecida pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA) na região do interior do Estado e, a vista disso, apresenta uma proposta de incremento de suas atividades nessa região.

Urge, pois, para a análise do objeto proposto, a dissecação do tema a partir de cinco importantes aspectos a serem considerados: a dimensão territorial do Estado da Bahia; o número considerável de municípios; o contingente de Bombeiros Militares destinados a atuar na região do interior do Estado e o tempo-resposta no atendimento às ocorrências de bombeiros nesta região.

A hipótese da presente pesquisa parte do pressuposto que a prestação de serviços oferecida pelo CBMBA é efetiva em toda a região do interior. Nesse diapasão, esta dissertação se propôs a buscar dados que confirmem ou não essa afirmação.

Ademais, a justificativa da pesquisa em pauta, deve-se a minha atividade como integrante desta instituição e na lida hodierna do Corpo de Bombeiros como observador participante. Partindo dessa premissa, a atividade fim do Corpo de Bombeiros, aqui se tratando das Unidades Operacionais de Bombeiros Militares (UOBM), que atuam na região do interior do estado, necessita, não apenas está pautada em um serviço com qualidade, como também, atender com rapidez às demandas operacionais.

Assim sendo, essa obra, caso se verifique a negativa da hipótese suscitada acima, visa contribuir para a melhoria nas atividades operacionais do CBMBA e, por conseguinte, no suporte administrativo, logístico, imprescindíveis ao desempenho das atividades de bombeiros concernentes às Unidades Operacionais de Bombeiros Militares subordinadas ao Comando de Operações de Bombeiros Militares do Interior (COBMI).

¹ Índice de Confiança Social (ICS). Disponível em: < http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics_brasil.pdf>. Acesso em: 25/08/15.

O Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, para o cumprimento da sua missão institucional e dos seus objetivos finalísticos, oferece à sociedade baiana, sobretudo, serviços de prevenção e combate a incêndio, busca e salvamento. Para tal, este Corpo de Bombeiros, atualmente, conta com um efetivo de pouco mais de dois mil integrantes e está presente em menos de quatro por cento do total de municípios do Estado.

Para os 379 municípios da RI do Estado, o efetivo do CBMBA total é de 1.178 BM. A Média do efetivo por Grupamento de Bombeiros Militar do interior do Estado é de 130 bombeiros. Considerando o parâmetro internacional recomendando 02 bombeiros para cada 1000 (mil habitantes) seria necessário, para tanto, um efetivo de aproximadamente 15.000 BM para atender apenas a região do interior do Estado da Bahia.

Assim, urge a necessidade de um estudo mais aprofundado, tanto das rotinas administrativas como operacionais, para possibilitar o empenho e a adoção de medidas que viabilizem melhorar a organização dos bombeiros, seu efetivo e equipamentos, além de melhor interpretar as incessantes transformações sociais, culturais e tecnológicas, bem como o desenvolvimento progressivo da administração pública.

Quanto ao referencial teórico, para tanto, buscamos nos debruçar sobre os autores da Área da Administração e Estrutura Organizacional que discutem o tema pesquisado. Assim, as contribuições de Pietro (2000) e Meirelles (1997) foram importantes para a discussão da importância organizacional e dinamismo da administração na atualidade.

Os autores em voga apontam tanto para a composição da Administração Pública, em sentido subjetivo, pois todos os órgãos integrantes das pessoas jurídicas políticas, nos níveis da União, dos Estados, dos Municípios e Distrito Federal, aos quais a lei confere o exercício de funções administrativas, são os órgãos da Administração Direta do Estado, como para a desconcentração, uma vez que a existência de diferentes órgãos incumbidos de atribuições e competências específicas, de obrigação exclusiva do Estado, é utilizada, na Administração Direta e Indireta.

Ademais, a possibilidade de um projeto coletivo, que redunde no envolvimento de todos os segmentos da administração pública, tende a aproximar as diversas instituições administrativas, seja na administração indireta e direta.

Assim, Velho (1994, p.41) contribui nesta reflexão ao tratar do projeto coletivo: “Um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças de interpretação devido a particularidades de status, trajetória [...]” e no caso do Corpo de Bombeiros, por possuir características individuais que resultam em avaliações específicas, é inevitável um redimensionamento organizacional, tendo em vista a construção do projeto coletivo, enquanto via para a compreensão e a sociabilidade na execução de atividades.

Compondo o sistema de Segurança Pública Estadual, o Corpo de Bombeiros exerce atividades específicas de prevenção e pronta resposta, para o quê, de acordo com Fraga (1988), a formação profissional do bombeiro é, fundamentalmente, tecnológica, com permanente necessidade de acompanhamento da evolução científica e conhecimento de novos protocolos de procedimentos, materiais e equipamentos.

Acrescenta-se ainda ao referencial teórico, o trabalho difundido por Osborne e Gaebler nos EUA e a reforma administrativa de 1995, importada principalmente da Inglaterra, EUA e Nova Zelândia. A saber, as contribuições do movimento “reinventando o governo”, introduziram no Brasil a cultura do *management*, trazendo técnicas do setor privado para o setor público tendo como características básicas: o foco no cliente, a reengenharia, governo empreendedor e administração da qualidade total (OSBORNE e GAEBLER, 1995).

Considera-se que os princípios da administração pública, conforme o que acima foi discutido, não encontrou total ressonância nas administrações governamentais ao longo da história, bem como no funcionamento atual do sistema público, marcado predominantemente pela centralização, descontinuidade, inchaço da máquina pública, fragmentação organizacional, falta de compromisso efetivo com a eficiência e a eficácia dos programas e políticas públicas, inclusive pela ausência de mecanismos de diagnóstico para elaboração de programas, falta de controle e avaliação dos efeitos dos programas e falta de políticas efetivas de qualificação dos servidores públicos (OSBORNE e GAEBLER, 1995).

Dessa forma, o sistema público carece do que é chamado por Osborne & Gaebler (1995) de gestão pública empreendedora, a qual deve adotar “princípios de gestão de negócios”, como, atendimento ao cidadão, como cliente; proatividade; iniciativa e autonomia gerencial, controle por objetivos e metas ou governo por parcerias.

Isso, porém, não significa “governar como quem dirige uma empresa”, que visa a obter lucro com seus produtos, mas sim, gerenciar com eficiência recursos tributários coletados, para atender com maior eficácia ao bem comum, gerando resultados para a sociedade (OSBORNE & GAEBLER, 1995).

Como já fora dito, a título de reiteração, o movimento “reinventando o governo”, difundido por Osborne e Gaebler nos EUA e a reforma administrativa de 1995, importada principalmente da Inglaterra, EUA e Nova Zelândia, trouxe para o Brasil a cultura do *management*, empregando as técnicas do setor privado no setor público e compreendendo como características básicas: o foco no cidadão/cliente, a reengenharia, um governo empreendedor e administração da qualidade total.

A rapidez com que as mudanças no ambiente externo ocorrem é assustadora. A cada dia novas tecnologias vão surgindo e, em contrapartida, as antigas vão sendo abandonadas; novas regras vão tomando forma numa economia instável e incerta; novas leis são criadas e incorporadas, enfim, uma série de mudanças vai influenciando o desempenho organizacional.

Assim, na contemporaneidade, a administração do tempo das tarefas executadas dentro das organizações, torna-se cada vez mais imprescindível, em função do alcance de objetivos com eficiência, por meio da maior agilidade, que se empresta às suas ações (OSBORNE & GAEBLER, 1995).

A administração do tempo começa com a identificação de como se utiliza o tempo, o que não satisfaz e o que se deseja mudar. Tais condições tornam-se ainda mais relevantes nos serviços públicos, cuja existência deve-se, antes de tudo, à participação da sociedade, através do reconhecimento das suas necessidades e do pagamento de impostos ao governo.

Portanto, da mesma forma que nas empresas particulares, na administração pública podem ser destacados os seguintes aspectos, que podem funcionar como indicadores da qualidade dos seus serviços:

- a) Adoção de ações de planejamento: aplicada em planejamento eficiente poupa três ou quatro pessoas na execução e produz melhores resultados frente aos objetivos previstos;
- b) Organização: este é outro fator facilitador na execução das tarefas; aliada ao tempo;
- c) Delegação: significa distribuição de tarefas, a fim de liberar o tempo de quem assume funções decisórias para tarefas e outras funções mais importantes do cargo;
- d) Concentração: estimativa de tempo mínimo (anterior à ação) que se julgar necessário para conseguir progresso nas atividades a serem desenvolvidas;

e) Comunicação: o uso de linguagem simples, concisa e isenta de ambiguidades assegura a compreensão e poupa o tempo com a eliminação de mal-entendidos; o telefone e o e-mail devem ser usados devidamente para evitar deslocamentos desnecessários, o que significa a busca da agilização no fluxo de informações através do uso adequado de diferentes tecnologias de comunicação (OSBORNE E GAEBLER, 1995).

Contrariando as velhas ideias, que partem do pressuposto de que a questão mais importante é quanto o governo deve ter, e esses princípios acima, indicam que é importante, não o quanto, mas que tipo de governo deve ser realizado, observando-se os aspectos qualitativos que tais princípios traduzem (OSBORNE E GAEBLER, 1995).

Os instrumentos gerenciais que permitem a mensuração do aspecto qualitativo e quantitativo criado na gestão pública, expostos até então, prestam-se à superação das incompatibilidades diversas, que comprometam a eficácia governamental, não muito restrita, na consideração dos benefícios, a índices físicos e qualitativos.

Ao obter, através do entendimento teórico, a expressão legal, não apenas dos fundamentos, mas também dos benefícios da gestão pública, consegue-se identificar e dimensionar os benefícios agregados à sociedade pela gestão pública, ou seja, o seu resultado legítimo (OSBORNE E GAEBLER, 1995).

Nesse sentido, busca-se uma administração pública ampla, porém racionalizada, diferenciada e aparelhada, sempre aumentando e melhorando a oferta de bens e serviços com qualidade (OSBORNE E GAEBLER, 1995).

Por outro lado, não obstante os tímidos avanços no tempo, a administração pública padece, até hoje, de eficiência, especialização técnica, moralidade, publicidade e transparência. E mais, ao longo dos 200 anos, desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil, a administração pública ainda não dispõe, por parte dos poderes constituídos, de atenção necessária às questões democráticas e à teleológica das reformas e da própria máquina pública.

Em Critérios de Gestão do Bem Comum, Paulo José Freire Teotônio - Promotor de Justiça, Professor e Coordenador do Curso de Direito da FEB - afirma que:

A Administração pública moderna, diante dos reflexos da globalização, da escassez de moeda, da necessidade de superávit primário, deve atentar-se para a necessidade de constante

aprimoramento para a consecução dos objetivos por ela almejados (TEOTÔNIO apud OSBORNE E GAEBLER, 1995).

A boa administração, ademais, deve desviar-se das soluções prontas, burocráticas, devendo ter a capacidade de adaptação e inovação diante de fatos novos, desde que não adote padrão diverso para a solução de problemas similares.

Conforme o relatório de atividades de 2005 do governo da Bahia²:

Desenvolver uma administração pública moderna, fazendo com que ela realize a sua função social, tem sido uma preocupação do Governo do Estado. Dessa maneira, a prioridade é construir um modelo de gestão para os diversos órgãos públicos que tenha como foco os seguintes objetivos: melhorar a qualidade de prestação de serviços à sociedade; aprimorar o controle social, dando transparência aos atos da administração pública; buscar a eficácia e efetividade dos serviços, ou seja, fazer mais ao menor custo possível, além de satisfazer as necessidades da sociedade com permanência dos resultados. Tudo isso com uma política de valorização do servidor público, criando um círculo virtuoso que impulsionará os órgãos e entidades no sentido de um processo de melhoria contínua da sua gestão e dos seus resultados.

O referido relatório destaca, ainda, que uma administração pública competente e desburocratizada, é o objetivo da estratégia Gestão Solidária e Governo Competente. Esse componente condiciona a execução das demais estratégias, já que consubstancia a capacidade de gerir os Programas de Governo de forma eficiente e articulada.

O Governo competente que a Bahia se propôs a consolidar nos próximos quatro anos seguintes ao relatório em voga, dentro dessa concepção, teria como marca uma atuação proativa e modernizante, através de uma estrutura administrativa ágil, enxuta e flexível, capaz de executar as ações de forma eficiente, avaliá-las continuamente e redirecioná-las sempre que necessário.

Outro desafio que se coloca para a gestão é evoluir para um conceito de regionalização adequado ao contexto de globalização, já que os contornos regionais deixaram de ser rigorosos, obedecendo muito mais à intensidade de fluxos do que propriamente a uma definição precisa de fronteiras.

Assim, em substituição ao atual formato estanque, será desenhado um modelo de regionalização maleável, capaz, inclusive, de adequar-se aos Eixos de Desenvolvimento, assim como as distintas funções exercidas pelas Secretarias.

² http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/01/20100302_180848_5_gestao_solidaria.pdf. Acesso em 20/05/15.

Como princípios básicos, a gestão solidária e competente demandará: flexibilidade, para oferecer respostas ágeis às mudanças do ambiente macroeconômico e institucional; transparência, para dotar de maior visibilidade as ações e os resultados; responsabilidade, ou compromisso com a sociedade e com os objetivos governamentais; participação, visando assegurar a interferência da sociedade nas diversas fases da construção de políticas e programas públicos, além da descentralização e integração entre as unidades e com as instâncias regionais e municipais.

Não obstante, para a realização desta pesquisa, a metodologia adotada nos inseriu na busca dos propósitos que fundamentam e dão significado e sentido às ações, que resultam em eficiência e eficácia administrativa e operacional na atividade de bombeiro.

Assim, em relação à técnica, recorreremos à revisão bibliográfica de documentos e obras que versam sobre o assunto; depoimentos e opiniões expressas por integrantes do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (tanto oficiais quanto praças). Desses, na qualidade de membros do Corpo de Bombeiros, subordinados ao COBMI, interessam a este estudo suas opiniões e relatos originados das suas rotinas diárias.

Foram feitas buscas em documentos cedidos pelo CBMBA e PMBA (Regulamentos, expedientes diversos e diversas publicações); periódicos; monografias (elaboradas por oficiais da PMBA) e a Constituição Brasileira.

Quanto à metodologia empregada para o levantamento de informações detalhadas acerca dos serviços atualmente prestados pelo CBMBA na RI, a inculca teve caráter exploratória descritiva, pois, se tratou de uma abordagem mais indicada. A escolha deveu-se, por considerar tratar-se de um problema a ser explorado com o intuito precípua de subsidiar estudos futuros para o aprofundamento do conhecimento acerca da atual situação organizacional, que conseqüentemente, contribuirá para analisar com melhor precisão o assunto estudado.

Sobre o tipo de metodologia supracitada:

Tipo de pesquisa denominado pesquisa exploratória. Este tipo de pesquisa não se enquadra totalmente no método qualitativo ou quantitativo, porque contém características de ambos os métodos, utilizando descrições e análises qualitativas. (COIMBRA, 2009, p.53).

Gil (1994, p.46), vem acrescentar, que o método descritivo por si só, permite dissecar o fato ou fenômeno e a complementação das características da pesquisa descritiva, nesse sentido dá-se pela utilização de parâmetros explicativos, por aprofundarem o conhecimento da realidade, “porque explica a razão, o porquê das coisas”.

Ainda em relação à metodologia, Minayo (1993, p.23), considerando a necessidade de refletir sobre o conceito de pesquisa, afirmamos que seria como uma atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade, pois consistiria em:

Uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados (MINAYO, 1993, p.23).

No mesmo sentido, Coimbra (2009, p. 50), “observa-se que na investigação do objeto deverá ser considerada a influência da cultura no comportamento humano e social, que deverá ser base de explicação desse objeto”.

Assim sendo, o método utilizado foi o qualitativo com o auxílio da observação participante, por se entender que o objetivo dessa dissertação é a captação de informações de forma geral, e não desvinculando da atividade fim do pesquisador que é a mesma atividade que foi escolhida como escopo dessa pesquisa.

Foi feita uma análise exploratória dos dados que compreenderá a análise descritiva e qualitativa. Pela natureza deste estudo, consideramos também o que diz Coimbra (2009, p. 50), sobre o método qualitativo:

A pesquisa qualitativa (ou pesquisa naturalista, porque se realiza obrigatoriamente no ambiente natural de ocorrência dos fatos) considera que a explicação do objeto social de investigação respalda-se, fundamentalmente, na análise e interpretação dos seus aspectos qualitativos.

Partindo deste pressuposto, não poderíamos nos abster de uma reflexão sobre o tratamento metodológico a ser concebido, isto é, sobre as indagações construídas no presente projeto em busca da desejada realidade. Logo, por meio desta combinação entre as teorias, ora buscada interdisciplinarmente, bem como, dos dados com os quais pretendemos demonstrar as hipóteses levantadas pela presente pesquisa.

Tendo em vista a superação do modelo mecânico das ciências na pós-modernidade, podemos afirmar que a atividade científica atual, desde sua condição pós-moderna (LYOTARD, 1981), implica em uma heterogeneidade discursiva inusitada, sobretudo, tendo em vista, a coexistência de múltiplas versões dos saberes.

Daí porque suas raízes estão assentadas na antropologia e na sociologia, estendendo-se posteriormente à educação. Dá ênfase ao aprofundamento, em vez de ao volume quantitativo dos dados e não propõe generalizações das descobertas. (COIMBRA, 2009, p.50).

Assim, não se pode considerar o conhecimento científico como um conjunto de saberes acumuláveis, exatos, infalíveis, objetivos e neutros. Outrossim, o incerto, o disperso, o paradoxo e o contraposto, caracterizam a ciência dos nossos dias, demonstrando a multiplicidade de discursos que competem entre si, sem poder reclamar a legitimidade definitiva de sua forma de se mostrar ao mundo.

Acrescenta-se, sobre as variáveis estabelecidas, que foi alvo de percepções, posições pessoais, influenciadas pela cultura organizacional inerente ao campo de observação, sob a forma de descrições sistemáticas e as análises de conteúdo. Em suma: observação, registro, análise e correlação de fatos.

A população que foi estudada constituiu-se dos Grupamentos de Bombeiros Militares (GBM), subordinadas ao COBMI, que perfaz um total de 09 (nove) unidades de bombeiros.

Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos entre os GBM, subordinados ao COBMI. Como se tratou de uma pesquisa qualitativa, não há definição de amostra quantitativa. Foi pesquisado o maior número possível de sujeitos em cada um dos órgãos da estrutura acima destacados, de forma representativa.

Os Comandantes, de acordo com suas funções dentro da estrutura organizacional do CBMBA, são indivíduos responsáveis por cumprir e fazer cumprir determinações, o que lhes confere a qualidade de sujeitos da pesquisa.

As técnicas de coleta de dados funcionam como instrumentos confiáveis para possibilitar o pesquisador localizar, coletar, registrar e tratar os dados julgados como necessários ao desenvolvimento da pesquisa, à medida que permitirão o pesquisador dispor de material relevante sobre o tema investigado (LIMA, 1996, p. 33).

A evolução atual da metodologia de pesquisa se baseia na crítica à idéia do uso de um único método universal como uma maneira de construir e validar o conhecimento científico (FEYERABEND, 1989).

Em assim sendo, dado a natureza interdisciplinar do presente trabalho, fez-se necessário defender especificamente uma pluralidade metodológica, ou seja, admitir a multiplicidade de possíveis caminhos para chegar a um conhecimento justificável sobre objetos e que cada orientação teórica construída para realmente entender o problema, objeto da presente pesquisa.

Como bem afirma Sánches Vásquez, a complexidade tem seu correlato a nível metodológico em uma postura que nos permite:

“conjuguar múltiplas maneiras de explorar o que estudamos, construindo caminhos de investigação científica que produzam diferentes tipos de interações significativas, de acordo com as problemáticas particulares de cada disciplina” (2009, p. 1).

A partir deste esteio, emergiu no âmbito da presente pesquisa a Triangulação Metodológica, com a noção de uma ferramenta de forte poder heurístico. Tal como é concebido como um "plano de ação" (VASILACHIS DE GIALDINO, 1992, p. 65), aparece então, como uma combinação de métodos, técnicas, teorias, pesquisadores, etc., suscetíveis de enriquecer o campo de pesquisa, considerando várias facetas complementares do mesmo fenômeno.

Ante o exposto, estamos diante de uma pesquisa, que quanto a sua natureza, classifica-se como pesquisa aplicada, uma vez que tem por objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos, não obstante o fato de envolver “verdades e interesses locais” (GIL, 1994).

Pois, o presente trabalho de pesquisa, pretendeu provar, quanto à abordagem do problema, estar diante de uma pesquisa qualitativa, uma vez que considerou a dinamicidade existente entre o mundo real e o sujeito, ou seja, reconheceu a existência de uma relação entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, impossível de ser quantificada.

Ressalte-se que a abordagem do problema, como já restou exposto, dar-se-á por meio de uma triangulação metodológica, entendida como uma ferramenta extremamente adequada aos estudos interdisciplinares, que muitas vezes necessitam da triangulação para perfazer a completude na análise do objeto da pesquisa, pretendendo, desta forma, a perfeita triangulação da análise

jurisprudencial e legislativa³, que será associada a outras metodologias de outras searas do conhecimento norteadoras desta pesquisa.

Neste sentido, seguindo as premissas de uma pesquisa empírica, pretendeu-se no decorrer da pesquisa, efetuar a interpretação da atual estrutura do Corpo de Bombeiros buscando-se atribuição de significados básicos no processo de pesquisa qualitativa, por meio da aplicação de questionários semiestruturados a profissionais da área.

Foram realizadas 04 (quatro) entrevistas semiestruturadas com 4 coronéis que fazem parte da organização operacional do Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia. Os questionários foram constituídos de perguntas comuns a todos os profissionais e perguntas específicas a sua área de atuação.

Embora desejassemos construir uma pesquisa de natureza quantitativa, desenvolvida por meio do uso de métodos e técnicas estatísticas, esta seria muito difícil, pois, as quantificações inerentes ao objeto da pesquisa, tendo em vista a inexistência de formas de quantificar uma pequena amostragem que foi realizada, a pesquisa será qualitativa com indícios quanti, as quais serão apresentadas na forma de tabulações.

A pesquisa adotou como método de abordagem o método hipotético-dedutivo, e, argumentativo-dialético, a fim de que se compreenda o fenômeno da Segurança Pública a ser estudado, a partir das argumentações que o tema comporta, tendo como alicerce os valores que o circundam, partindo da análise racional de argumentos gerais rumo a argumentos particulares. Será, portanto, adotado esse ponto de partida para a formulação de hipóteses de trabalho, que serão verificadas no transcorrer da atividade investigativa.

Com o presente projeto procuramos destacar os fatos sociais, os interesses dos indivíduos, e dos grupos sociais que são diretamente atendidos pelo Corpo de Bombeiros, consolidando os resultados práticos, observando-se, sobretudo, o eficiente trabalho desta entidade governamental.

Na seara Regional, devido o foco desse trabalho ser a análise da atuação do Corpo de Bombeiros no interior do Estado, faz-se necessária a busca de soluções

³ Análise jurisprudencial e legislativa são considerados são espécies da pesquisa documental inerentes à seara jurídica, ressalte-se que ainda que a pesquisa documental é a mais utilizada nas pós-graduações jurídicas (Cf. MONTEIRO e SAVEDRA, 2001, p. 68).

sob um prisma hermenêutico, baseado na ponderação de princípios e na interpretação conforme a Constituição, a partir de um enfoque indagativo.

Para tal, necessário se faz o levantamento bibliográfico de artigos sobre a matéria, entrevistas com profissionais da área, que têm experiências práticas com o problema pesquisado e a análise de exemplos que estimulem a compreensão da temática.

Com relação aos procedimentos adotados (GIL, 1991), a pesquisa utilizou as seguintes técnicas:

a) Levantamento bibliográfico, desenvolvido a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, teses e dissertações, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet;

b) Levantamento de dados sobre o Corpo de Bombeiros; sobre o Comando de Operações de Bombeiros Militares da Região do Interior e unidades operacionais a esta subordinadas;

c) Levantamento da legislação sobre o assunto;

d) Entrevistas e aplicação de questionários junto a profissionais que tenham experiência prática com o objeto desta pesquisa.

Em relação à divisão desta dissertação, inicialmente tratamos dos aspectos históricos sobre a instituição do Corpo dos Bombeiros, passando a analisar o desenvolvimento dessa instituição no Estado da Bahia. Ainda que tal aspecto venha a ser, em momento oportuno, devidamente abordado, vale lembrar que o Corpo de Bombeiros foi criado em 2 de Julho de 1856, através do Decreto Imperial nº 1775, no Rio de Janeiro com a nomeação de Corpo Provisório de Bombeiros da Corte.⁴

Ainda no capítulo inicial, foi feito um breve relato sobre o atual Comando de Operações Bombeiros Militares da Região do Interior e sua organização regional. Vale a ressalva, de que em face da exígua bibliografia dentro da referida temática, usaremos como fio condutor desta abordagem o material produzido por Fraga, (1988), cuja densidade das informações produzidas foi de extrema importância para a constituição desta pesquisa.

Com o Estado Novo, o Corpo de Bombeiros foi revertido, em caráter definitivo, à Prefeitura do município de Salvador. Com o surto desenvolvimentista

⁴ Histórico do Corpo de Bombeiros Militar no Brasil. Disponível em: <<http://www.bombeiros.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2>>. Acesso em: 27/08/15.

ocorrido na cidade, a partir da década de 40, com a população em torno de 290 mil habitantes, foi exigido um Corpo de Bombeiros capaz de acompanhar tal desenvolvimento, motivando novos investimentos, ainda que dentro das limitações do erário municipal, a exemplo da ampliação do Quartel Central, bem como o planejamento para a instalação de mais três Postos de Bombeiros, visando descentralizar a prestação de socorro à população.

Tais iniciativas estavam em conformidade com as exigências da Cidade do Salvador, que já exibia uma nova face urbana, sendo, então, construído, em 1946, o Posto da Calçada e depois o do Retiro.

O Corpo de Bombeiros, como componente do sistema de Segurança Pública estadual, exerce atividades específicas de prevenção, todas elas típicas de defesa civil. Esses serviços são planejados, executados e controlados através de uma rede de unidades operacionais sediadas na Região Metropolitana de Salvador e em municípios do interior baiano.

No segundo capítulo foram analisados os textos constitucionais federais e estaduais que versam sobre a instituição do Corpo dos Bombeiros ao longo da história da república brasileira. É importante citar as realizações históricas que contribuíram para o crescimento da Corporação do Corpo de Bombeiros, fazendo dela o que é hoje. É sabido que a preocupação com a Segurança Pública, quanto à questão de sinistros, sempre existiu.

No terceiro capítulo foram analisados os conceitos de Administração Pública e Políticas Públicas, no entanto, inicialmente, serão trazidos a baila, os conceitos de Estado e Governo, utilizando como fundamentação teórica os clássicos sobre Estado: Rousseau, Tomas Hobbes, Maquiavel, Marx, Weber e Gramsci.

Após as reflexões propedêuticas em epígrafe, passamos a análise das nomenclaturas da Administração e Políticas Públicas, pois, para a compreensão do presente tema, faz-se necessária a análise, mesmo que de forma sintética, dos termos em voga.

Nesse diapasão, Di Pietro (1998) afirma que é esclarecedor, ao enfatizar o que é a função administrativa no Estado, é exercida pelos órgãos do Poder Executivo; mas:

como o regime constitucional não adota o princípio da separação absoluta de atribuições e sim o da especialização de funções, os demais Poderes do Estado também exercem além de suas atribuições predominantes – legislativa e jurisdicional – algumas

funções tipicamente administrativas. Assim, compõem a Administração Pública, em sentido subjetivo, todos os órgãos integrantes das pessoas jurídicas políticas, nos níveis da União, dos Estados, dos Municípios e Distrito Federal, as quais a lei confere o exercício de funções administrativas. São os órgãos da Administração Direta do Estado.

No último capítulo foram analisados os resultados da pesquisa com a averiguação da opinião da corporação do Corpo de Bombeiros da Bahia em relação à atual estrutura organizacional, seguindo para as considerações propositivas, onde será realizada uma nova proposta de interiorização, com a finalidade de otimizar as atividades de bombeiros na região do interior do Estado da Bahia.

1. O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA: ASPECTOS HISTÓRICOS, LEGAIS E A ORGANIZAÇÃO REGIONAL.

O Estado da Bahia possui uma extensão territorial de 567.295 Km², a qual correspondente a 6,64% do Território Nacional. Dos seus 13.070.250 habitantes, cerca de 10.000.000 residem no Interior do Estado, concentrados basicamente nas microrregiões capitaneadas pelas cidades de Feira de Santana (480.949 hab), Vitória da Conquista (262.494 hab), Ilhéus (222.127 hab), Itabuna (196.675 hab), Juazeiro (174.567 hab), Jequié (147.202 hab) e Barreiras (131.849 hab), conforme dados obtidos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em 2011.

É o maior e mais importante Estado da região nordeste, de onde saem e para onde convergem todas as mudanças administrativas, sendo a sua Polícia Militar (PM) precursora de movimentos evolutivos de vanguarda, partindo dela as inovações que posteriormente são adotadas ou copiadas por outras PM de outros Estados da federação. As dimensões do Estado da Bahia, por si só, justificariam estruturas organizacionais desconcentradas a fim de melhor atender as demandas sociais, conforme as peculiaridades econômicas, ambientais e culturais de cada região do Estado.

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA

Face a exígua bibliografia dentro da referida temática, usaremos como fio condutor desta análise o material produzido por Fraga (1988) cuja densidade das informações produzidas foram de extrema importância para a constituição desta pesquisa.

Ao longo da sua existência, a administração do Corpo de Bombeiros passou algumas vezes da Prefeitura Municipal para o Estado, até que, no dia 7 de novembro de 1982, por meio da Lei Estadual nº 4.075, foi criado o Comando do Corpo de Bombeiros, na estrutura da Polícia Militar⁵.

⁵ <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/corpo-de-bombeiros-comemora-114-anos-nesta-terca-feira/?cHash=0a05e54040bd2bb5a1f1bf30dd21fb27>

Contudo, a sua efetiva incorporação à PM só aconteceu no dia 1º de janeiro de 1984 e, em 27 de agosto de 2002, através da Lei 8.347, o referido Comando foi transformado em Coordenadoria de Operações de Bombeiros Militares.

Na Bahia do século XVIII, a Cidade do Salvador, que era o principal polo econômico do Estado e que deixara de representar a Capital do Brasil, por influência do Marquês de Pombal, em 1763, já tinha seu Corpo de Bombeiros Voluntários, pois o porto daquela Cidade era o mais movimentado do Brasil.

O Vereador Lázaro José Jambeiro, no dia 02 de agosto de 1828, em plenário consultava se era obrigatório aos Vereadores participarem ou não do Corpo de Bombeiros Voluntários. Foi decidido, naquela oportunidade, que não participariam, mas, por outro lado, todos os funcionários públicos estavam obrigados a deixar suas tarefas ao toque dos sinos anunciando incêndio e buscar a bomba do Arsenal da Marinha.

Um grande incêndio na zona do comércio, em 14 de junho de 1833, fez voltar à questão da segurança contra incêndio aos debates políticos, e, em 12 de outubro do mesmo ano, o Vereador José Bruno Antunes Guimarães apresentou em plenário da Câmara um projeto para a criação de uma Corporação de Bombeiros, assim se expressando:

Os incêndios que se repetiam na Capital da Província, prejudicando a fortuna particular de alguns cidadãos, desassistida pelo governo, muito embora tais cidadãos pagassem seus impostos, nos leva a propor a existência, em cada freguesia, de uma bomba contra incêndios, aos cuidados e direção do Juiz de Paz, que recorrerá aos artífices, caixeiros, jornaleiros da Câmara e Alfândega, sob o comando de homens de confiança, subordinados hierarquicamente a um Chefe Geral. Os navios de guerra ou mercantes fundeados no Porto desembarcarão suas bombas e materiais necessários; os negros e crioulos libertos, terão a obrigação de manter em casa um barril com água; quando dos incêndios caso não se apresentassem com os seus barris, pagarão multa no valor de 4.000 Réis, além de serem presos durante oito dias; cabendo ao Comandante da Polícia estabelecer o isolamento do local, colocando guardas para vigilância e garantia dos salvados (WILDEBERG, 1949, p.102).

Tais propostas não foram consideradas pelas autoridades locais. Grandes incêndios continuaram acontecendo. Por conta disso, a Associação Comercial da Bahia, em 1848, mandou vir uma bomba a vapor da Inglaterra e contratou um técnico inglês, Mr. Luigi Beachy, e 36 homens para comporem a guarnição de bomba, criando a companhia voluntária de bombeiros, com sede no subsolo do Prédio da Associação (WILDEBERG, 1949).

Em 1852, a Companhia de Seguros e Interesse Público importou uma bomba dos Estados Unidos da América, criando uma brigada semelhante à da Associação Comercial da Bahia, visando apenas a atender aos seus clientes. No ano de 1873, já contava com 02 bombas, sendo instalados 10 hidrantes na cidade.

No verão de 1859, a Associação Comercial da Bahia sugeriu ao Presidente da Província a criação do Corpo de Bombeiros. O Presidente da Província, Dr. José Augusto Chaves, em 01 de setembro de 1861, quando da prestação de contas do seu governo na Assembleia Legislativa, assim se pronunciou nesse sentido:

Sinto, porém dizê-lo ainda hoje essas providencias reduzem-se entre nós, e algumas bombas mal preparadas de que se usam sem direção regular e metódica, de forma que, a extinção que as manifestam (*sic*) é devido unicamente à dedicação e muito louvável zelo, com que para esse fim se empenham aqueles que por dever ou sentimento de humanidade concorrem a elas; entretanto, graves são os resultados, enormes os prejuízos (CHAVES apud FRAGA, 2002, p.6).

Em 16 de maio de 1890, o Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da Província, criou na Polícia Militar da Bahia a 11ª Companhia de Bombeiros para auxiliar as Brigadas, sendo este o início da participação oficial do setor.

À vista disso, por iniciativa do intendente municipal, conselheiro José Luiz de Almeida Couto - atual Patrono da Corporação -, o Corpo de Bombeiros de Salvador foi criado pela Lei Municipal nº 124, de 26 de Dezembro de 1894, que substituiu a 11ª Companhia.

O grande incêndio de 1908, no Comércio, fez retornar a discussão da eficiência da Corporação, o que culminou com a nomeação do Major da Polícia Militar, Engenheiro Civil Alcebíades Calmon de Passos, o qual estruturou e promoveu um grande impulso ao Corpo de Bombeiros, baseando-se na estrutura da Corporação do Distrito Federal, a mais antiga e experiente, além de planejar e construir o belo Quartel da Praça dos Veteranos, em estilo arquitetônico de Fortim Colonial, inaugurado no ano de 1909.

De forma bem expressiva para a Corporação, vale ainda ressaltar a instalação da Torre de Treinamento e Instrução, construída com poderosas vigas vindas da Inglaterra. À mesma época, foram criados os serviços de apoio de Saúde, a Escola de Recrutas, Escola Regimental, para transmitir às praças rudimentos propedêuticos primários, a Biblioteca Neves da Rocha, uma Banda de Música e Marcial e o Serviço de Estatística.

Durante o período, entre 1928 e 1937, o Corpo de Bombeiros, por varias vezes, foi incorporado à Força Pública e revertido à Municipalidade. Nesse período, ainda sob o Comando de Calmon de Passos, foi publicado o ato nº 87/32, que deu origem a uma nova etapa de desenvolvimento para a Corporação.

Com o Estado Novo, o Corpo de Bombeiros foi revertido, em caráter definitivo, à Prefeitura do Salvador. Com o surto desenvolvimentista ocorrido na cidade, a partir da década de 40, com a população em torno de 290 mil habitantes, foi exigido um Corpo de Bombeiros capaz de acompanhar tal desenvolvimento, motivando novos investimentos, ainda que dentro das limitações do erário municipal, a exemplo da ampliação do Quartel Central, bem como o planejamento para a instalação de mais três Postos de Bombeiros, visando descentralizar a prestação de socorro à população. Tais iniciativas estavam em conformidade com as exigências da Cidade do Salvador, que já exibia uma nova face urbana, sendo, então, construído, em 1946, o Posto da Calçada e depois o do Retiro.

Logo após a II Grande Guerra e a queda da Ditadura Vargas, em 1945, surgiu a Nova Constituição. Tais acontecimentos modificaram profundamente o país, e, particularmente, a Bahia, despertando incontidas aspirações de conteúdo libertário no campo sociopolítico. Não ficou o Corpo de Bombeiros imune aos efeitos daquela avassaladora influência, que acabou fazendo com que os Cabos e Soldados fundassem a "Sociedade 26 de Maio dos Cabos e Soldados" e os Sargentos, pouco tempo depois, a "Sociedade Beneficente e Recreativa dos Sargentos do Corpo de Bombeiros", cujas origens eram de caráter ideologicamente contestatório.

As reivindicações feitas por tais entidades resultaram em relativos benefícios para a Corporação. Uma delas foi a inserção, na Carta Magna Estadual, neutralizando o ato 87/32, do Art. 82 que estabelece que "o Corpo de Bombeiros terá regulamento próprio".

Surgiram, então, movimentos de caráter político no seio da Corporação, liderados por aquelas associações, resultando na Lei Municipal nº 241 (Estatuto do Corpo de Bombeiros), editada em 31 de dezembro de 1951, que revogou o ato acima mencionado.

Desde então, a Corporação passou a ser civil, muito embora estruturada militarmente, entrando num espiral de decadência e abandono.

Através da Lei Municipal nº 658, de 30 de dezembro de 1955, foi criada uma Seção de Vigilância, com atribuições de guarda, de proteção aos monumentos,

parques e jardins, edifícios e bens outros pertencentes ao Município do Salvador, o que resultou no aumento considerável do efetivo do Corpo de Bombeiros.

As greves internas, entretanto, se intensificaram. Durante vários anos ocorreram, deixando um saldo negativo para o conceito e a eficiência profissional da Corporação. A desagregação disciplinar grassou em todos os níveis, resultando no descrédito da corporação diante da comunidade e das autoridades. Pouco ou quase nada se fez nesse período em termos de investimentos.

O Movimento Revolucionário de 1964, através de legislação extraordinária, procurou controlar os efetivos das corporações policiais militares, bombeiros e guarda civil, transformando-as em forças de defesa interna sob um único comando. Mesmo assim, o Corpo de Bombeiros e Vigilantes da Cidade do Salvador mantiveram-se sob a administração municipal, o que significou sua quase total falência dado à sua falta de investimentos.

Nesta época, também ocorreram incêndios memoráveis, como o do Trapiche Porto, que durou vários dias para ser debelado, se percebendo a necessidade de descentralizar o serviço de extinção de incêndio. Com isso, em 1946, foi instalado o Posto nº 1 – Posto Almeida Couto, no bairro da Calçada, mais próximo da zona comercial da cidade (Ibid.).

Em 1977, a Lei Municipal nº 2.938 criou o 1º Grupamento de Busca e Salvamento, o Estado-Maior do Corpo, com cinco Seções, a medalha Cruz de Fogo para agraciar os militares de destaque profissional, a medalha Almeida Couto para agraciar os oficiais bombeiros ou personalidades civis com ações meritórias em prol da Instituição. O Quartel da Praça dos Veteranos recebeu o designativo de 1º Grupamento de Incêndio (1º GI) e o Corpo de Bombeiros e Vigilantes da Cidade de Salvador passa a ter a designação de Corpo de Bombeiros da Cidade de Salvador.

Por não estarem previstos pela Inspetoria Geral das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares (IGPM), foram extintos o Grupamento de Vigilantes e a 4ª Companhia de Salva-Vidas. Era o início da preparação para a incorporação definitiva da Instituição à Polícia Militar da Bahia, seguindo as orientações da própria IGPM (Ibid.).

Em 1982, o Prefeito da cidade de Salvador, Manuel Castro, autoriza através da Lei Municipal nº 3.227/82, a transferência do CBCS para o Governo do Estado, extinguindo e revogando, em seu Artigo 3º, toda a legislação da antiga Corporação (SALVADOR, 1982).

No mesmo ano, o Estado da Bahia sanciona a Lei nº 4.075/82 (BAHIA, 1982), que criou na estrutura da Polícia Militar o Comando do Corpo de Bombeiros. Durante toda a década de 1980 e o início da seguinte o Corpo de Bombeiros esteve presente apenas na capital.

A corporação foi, então, absorvida pela Polícia Militar da Bahia, em 01 de janeiro de 1984. Dos 1.500 bombeiros, aproximadamente 50% aposentaram-se e todo o equipamento ficou semidestruído. O Governo do Estado não injetou recursos na corporação, mas apenas improvisou um quartel na Avenida Antônio Carlos Magalhães e desativou o Quartel do Retiro, o que fez aumentar a responsabilidade da corporação, pois sua jurisdição passou a ser de 561.026 Km² do Estado da Bahia e uma população, à época, de 13.070.250 de habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo 2002.

1.2 O ATUAL COMANDO REGIONAL DE OPERAÇÕES DE BOMBEIROS MILITARES DO INTERIOR E SUA ORGANIZAÇÃO REGIONAL

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, no dia 05 de outubro de 1988, os Corpos de Bombeiros do Brasil tiveram definidas as suas missões:

“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

...V - polícias militares e **corpos de bombeiros militares**...

...§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; **aos corpos de bombeiros militares**, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil...” (**Grifos nossos**).

Atualmente os Corpos de Bombeiros de todo o Brasil têm a seguinte competência:

- Realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios;
- Realizar serviços de busca e salvamento;
- Prestar socorro nos casos de sinistros, sempre que houver ameaça, destruição e vítimas ou pessoas em iminente perigo de vida;

- Realizar pesquisas técnico-científicas, com vistas à obtenção de produtos e processos, que permitam o desenvolvimento de sistemas de segurança contra incêndio e pânico;
- Realizar atividades de segurança contra incêndio e pânico, com vistas à proteção das pessoas e dos bens públicos privados;
- Executar atividades de prevenção aos incêndios florestais, com vistas à proteção ambiental;
- Executar atividades de defesa civil e de proteção ambiental.

Não obstante, as ações operacionais do CBMBA são coordenadas pelo Comando Regional de Operações de Bombeiros Militares da Região Metropolitana de Salvador – CROBMRMS e pelo Comando Regional de Operações de Bombeiros Militares do Interior – CROBMI, conforme previsto no Decreto nº 7.796, de 28 de abril de 2000 e com a Lei Estadual nº 17.659/2008, que têm sob suas coordenações de forma direta, as OBM executantes da atividade operacional do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

Reza ainda a PORTARIA n.º 060 - CG/13, que “Regulamenta a Organização Estrutural e Funcional da Polícia Militar da Bahia e dá outras providências”, em seu art. 25:

Art. 25 – Ao Comando Regional de Operações de Bombeiros Militares do Interior, órgão de direção intermediária, que tem por finalidade planejar, assessorar, coordenar, executar, avaliar e controlar as atividades operacionais de Bombeiros Militares no Interior do Estado.

Destarte, o Comando Regional de Operações de Bombeiros Militares do Interior tem a responsabilidade de administrar operacionalmente todas as Organizações de Bombeiros Militares em toda a região do Interior, fazendo cumprir as diretrizes do Alto Comando da Corporação.

Criado pela Lei nº. 8.347 de 27 de agosto de 2002, publicada no Diário Oficial de 28 de agosto de 2002, o Comando Regional de Operações de Bombeiros Militares do Interior permaneceu sediado em Salvador no primeiro ano de criação sendo que, no ano seguinte, transferiu sua administração para a cidade de Feira de Santana, instalando-se nas dependências do 2º Grupamento de Bombeiros Militares, no Bairro do Tomba. Em 2004, o CROBMI se instalou, em definitivo, sua sede na Rua Miguel Calmon, no Bairro Jardim Cruzeiro, nesse mesmo município.

Para tanto, este Comando Regional conta atualmente com o efetivo de 28 (vinte e oito) servidores, sendo 32 (trinta e dois) militares e 01 (uma) funcionária civil.

Ao se analisar o quanto o previsto no Quadro Organizacional estabelecido na Portaria nº 060 – CG/13, que estabelece um contingente de 60 (sessenta) bombeiros militares na composição desse Comando, constata-se que há um grande déficit entre o efetivo existente na Unidade e o previsto.

Tabela 1 - QUADRO ORGANIZACIONAL DO CROBMI - PORTARIA n.º 060 - CG/13 - EFETIVO PREVISTO

COMANDO REGIONAL DE OPERAÇÕES DE BOMBEIROS MILITARES DO INTERIOR	POSTO E GRADUAÇÕES													SOMA
	QOBM					QOABM			PRAÇAS					
CARGOS	CEL	TC	MAJ	CAP	TEN	MAJ	CAP	TEN	ST	SGT	CB	SD		
a. Comando	1									1		2	4	
b. Subcomando		1										2	3	
c. Seção de Ap. Adm. RH. Mat. Patrimônio Transp. E Seg.				1						4	4	18	27	
d. Seção de Grenciamento de Projetos				1					1			2	4	
e. Corregedoria Setorial e Ouvidoria					1					1		1	3	
f. Coordenação de Plan. Op. e Decisões Estratégicas						1			1	1		1	5	
f.1. Centro de Plan. Op. e Decisões Estratégicas			1		1					1		1	4	
f.1.1. Seção de Decisões Estratégicas		1							1			1	3	
f.1.2. Seção de Decisões Operacionais				1					1			1	3	
f.1.3. Seção de Avaliação Controle e Estatística				1								1	4	
TOTAL	1	2	1	5	3	1			4		4	30	60	

Tabela 2 - EFETIVO DISPONÍVEL DO CROBMI EM JULHO/2015

	Oficiais – QOBM					Oficiais - QOABM			Praça Especial e Praça					F. Civil	Soma
	Cel	TC	Maj	Cap	Ten	Maj	Cap	Ten	Asp	ST	SGT	CB	SD	FC	
Masculino	1	1	0	1	0	0	0	0	0	2	5	5	4	0	19
Feminino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	4	1	7
Total	1	1	0	1	0	0	0	0	0	3	6	6	8	1	26

Tabela 3 - EFETIVO INDISPONÍVEL DO CROBMI EM JULHO/2015

	Oficiais – QOBM					Oficiais - QOABM			Praça Especial e Praça					F. Civil	Soma
	Cel	TC	Maj	Cap	Ten	Maj	Cap	Ten	Asp	ST	SGT	CB	SD	FC	
Masculino	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	1	0	4
Feminino	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	3
Total	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	2	1	0	7

TEN BM – 01 agregado

SUBTEN BM – 01 Licença Maternidade

SGT BM – 01 transferência tornada sem efeito e não apresentada

CB BM – 02 apresentados ao Curso Especial de Formação de Sargentos 2015.1

SD BM – 01 apresentado ao CFO/2015

O CROBMI tem como missão planejar, assessorar, coordenar, executar, avaliar e controlar as atividades de bombeiros militares das Unidades Operacionais sediadas na Região do Interior do Estado, nas suas áreas de responsabilidade territorial, atuando como órgão intermediário entre o Comando de Operações de Bombeiros Militares (COBM) e essas OBM's, como se vê adiante.

As Unidades que compõem o orgânico do CROBMI realizam suas ações preventivas através de análises de projetos e vistorias técnicas, pelos Setores de Atividades Técnicas, além de ações capacitação dos bombeiros, atuação em escolas e empresas, apresentando palestras sobre diversos temas, a fim de diminuir incidentes e elucidar dúvidas do público-alvo.

O atendimento a sinistros envolve ocorrências de incêndio, produtos perigosos, soterramentos, desabamentos, alagamentos, inundações, resgate, busca, mergulho, salvamento em altura, salvamento terrestre, ocorrências com veículos em rodovias, ocorrências envolvendo animais de diversas espécies, participação em tragédias de grande porte, a exemplo dos incêndios florestais, dentre outras.

Integram as unidades que compõe a estrutura operacional do CROBMI os 2º GBM, sediado em feira de Santana; o 4º GBM, em Itabuna; o 5º GBM, em Ilhéus; o 6º GBM, em Porto Seguro; o 7º GBM, em Vitória da Conquista; o 8º GBM, em Jequié; o 9º GBM, em Juazeiro; o 11º GBM, em Itaberaba e o 15º GBM, sediado em Paulo Afonso.

Os municípios de Alagoinhas, Barreiras, Santo Antônio de Jesus, Teixeira de Freitas e Senhor do Bonfim, pelas suas densidades demográficas e importância econômica, são atendidos por subgrupos de bombeiros orgânicos dos 2º GBM, 11º GBM, 2º GBM, 6º GBM e 9º GBM, respectivamente, instalados na sede destes municípios.

A área de responsabilidade do CROBMI abrange todo o interior do Estado, como se pode visualizar, logo abaixo, a distribuição dos GBM dentro das regiões do Estado.

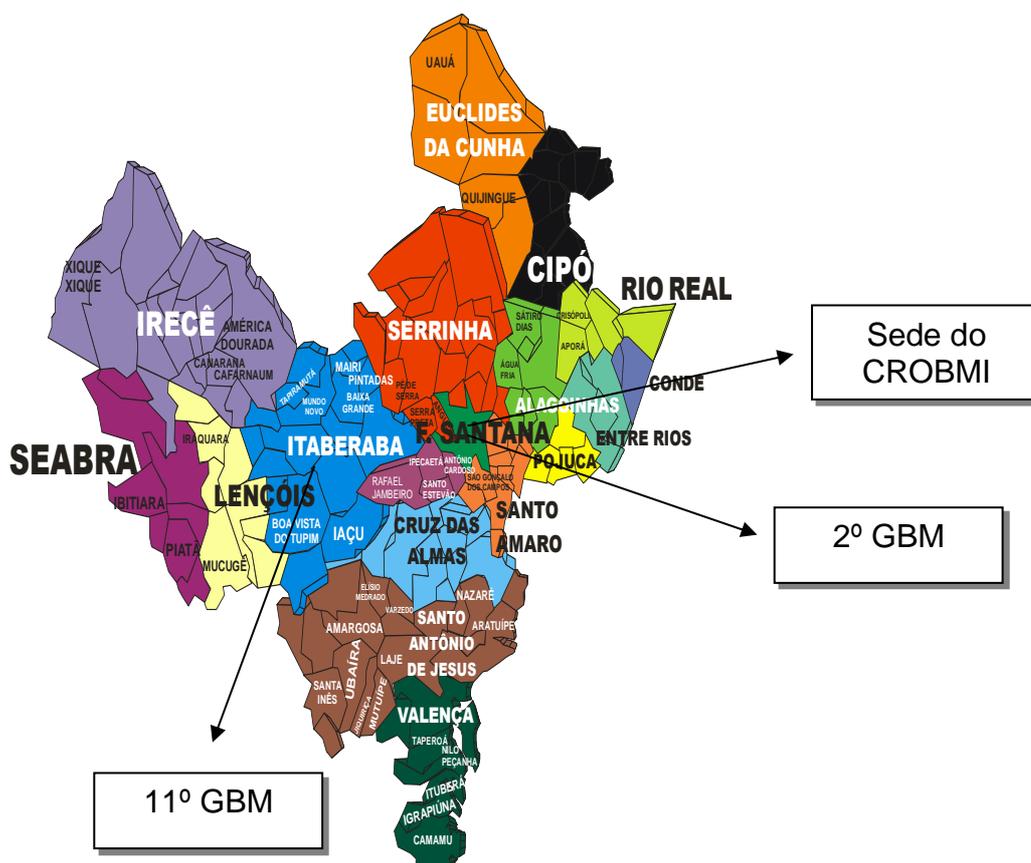
UNIDADES DE BOMBEIRO INTERIOR DO ESTADO



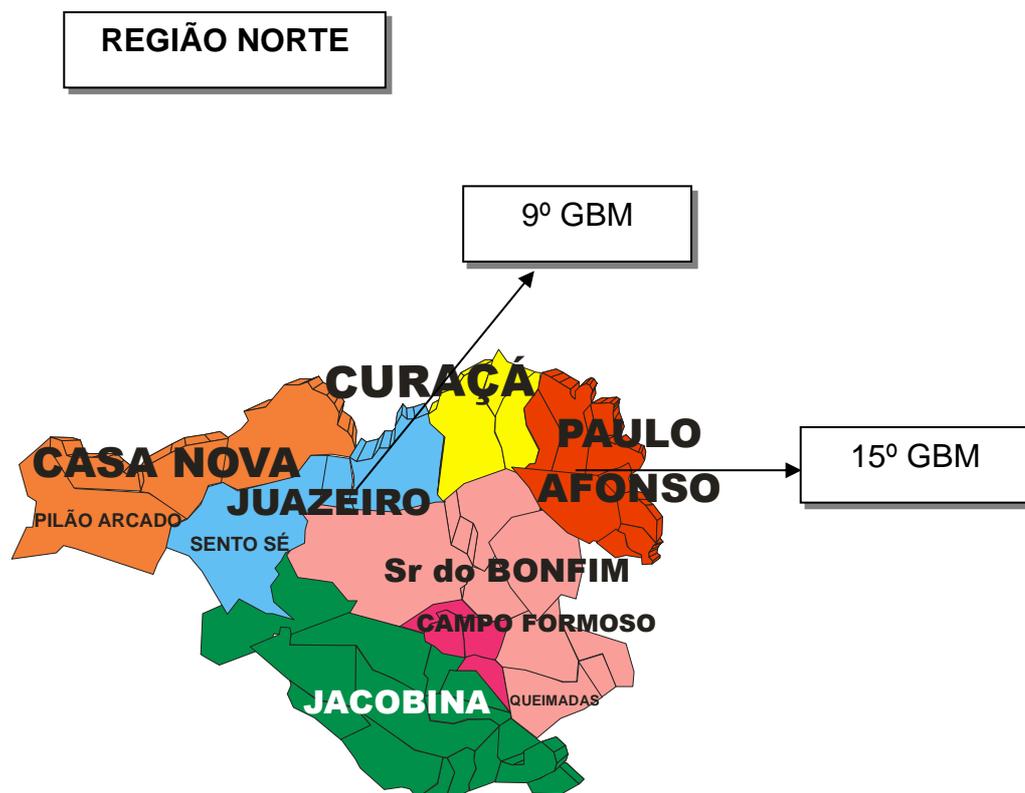
Elaboração: Cap BM Adriano Bertolino

Divisão do Estado por áreas de jurisdição de cada GBM no interior do Estado. Em destaque, com a maior extensão territorial, na cor cinza escuro, a área de atuação do 11º GBM, com sede no município de Itaberaba. Na cor azul, a Região Metropolitana de Salvador.

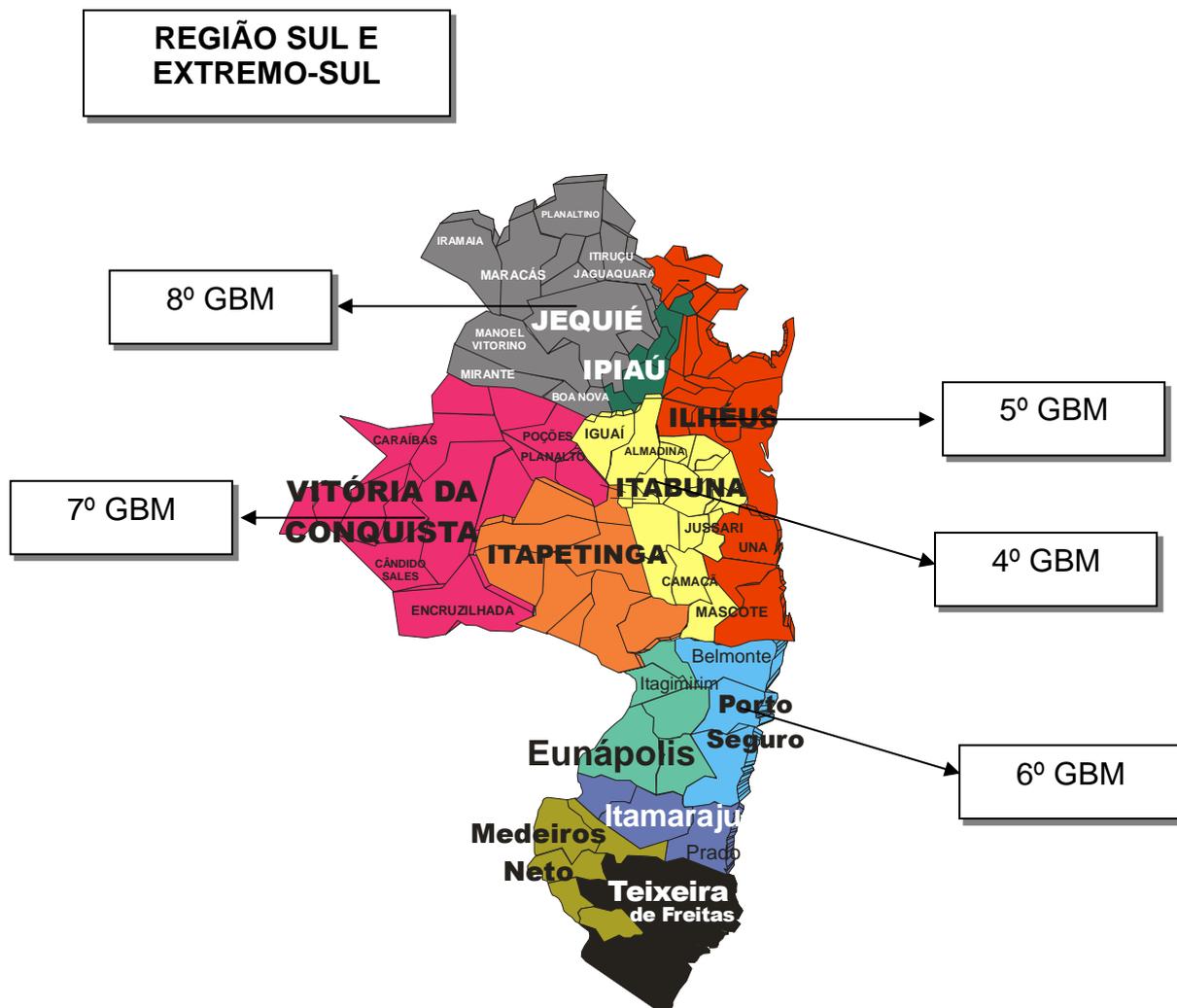
REGIÕES CENTRO-OESTE E OESTE



Os municípios que compõem as regiões do Recôncavo, da Chapada Diamantina, da Costa do Dendê, da Região Sisaleira e do Oeste Baiano são pelo CBMBA, que mantém dois GBM, o 2º GBM sediado no município de Feira de Santana, onde encontra-se também a sede do COBMI e o 11º GBM sediado no município de Itaberaba.



Os municípios que integram a Região Norte do Estado da Bahia contam com dois GBM, a saber: o 9º GBM, no município de Juazeiro e o 15º GBM, sediado no município de Paulo Afonso.



Para os municípios que compõe as Regiões Sul e Extremo-Sul do Estado, o CBMBA disponibiliza cinco GBM, a saber: o 4º GBM, instalado no município de Itabuna; o 5º GBM, com sede na cidade de Ilhéus; o 6º BM, sediado na municipalidade de Porto Seguro; o 7º GBM, situado na cidade de Vitória da Conquista e o 8º GBM, com sede no município de Jequié.

As tabelas a seguir informam os municípios com suas respectivas áreas de ocupação e população.

São 374 municípios nesta faixa. Em destaque, os municípios de Catolândia e Madre de Deus, com a menor população do Estado – 2.612 habitantes e a menor área – 32,2 km², respectivamente.

Tabela 4 - Municípios do Estado da Bahia com até 50.000 habitantes

Nº	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ÁREA (KM2)
1	Abaíra	8.316	530,26
2	Abaré	17.064	1.484,87
3	Acajutiba	14.653	180,15
4	Adustina	15.702	632,14
5	Água Fria	15.731	661,86
6	Aiquara	4.602	159,69
7	Alcobaça	21.271	1.480,69
8	Almadina	6.357	245,24
9	Amargosa	34.351	463,19
10	Amélia Rodrigues	25.190	173,48
11	América Dourada	15.961	837,72
12	Anagé	25.516	1.336,36
13	Andaraí	13.960	1.865,04
14	Andorinha	14.414	1.247,61
15	Angical	14.073	1.528,28
16	Anguera	10.242	177,04
17	Antas	17.072	321,61
18	Antônio Cardoso	11.554	294,45
19	Antônio Gonçalves	11.015	313,95
20	Aporá	17.731	561,83
21	Apuarema	7.459	154,86
22	Araças	11.561	487,12
23	Aracatu	13.743	1.489,80
24	Aramari	10.036	363,94
25	Arataca	10.392	435,96
26	Aratuípe	8.599	181,14
27	Aurelino Leal	13.595	445,39
28	Baianópolis	13.850	3.251,66
29	Baixa Grande	20.060	946,65
30	Banzaê	11.814	227,54

31	Barra	49.325	11.422,54
32	Barra da Estiva	21.187	1.390,40
33	Barra do Choça	34.788	773,6
34	Barra do Mendes	13.987	1.479,15
35	Barra do Rocha	6.313	208,35
36	Barro Alto	13.612	416,5
37	Barro Preto	6.453	201,59
38	Barrocas	14.191	200,97
39	Belmonte	21.798	1.931,99
40	Belo Campo	16.021	772,76
41	Biritinga	14.836	550,08
42	Boa Nova	15.411	859,15
43	Boa Vista do Tupim	17.991	2.811,23
44	Bom Jesus da Serra	10.113	467,81
45	Boninal	13.695	869,42
46	Bonito	14.834	726,62
47	Boquira	22.037	1.426,23
48	Botuporã	11.154	627,61
49	Brejões	14.282	480,83
50	Brejolândia	11.077	2.247,21
51	Brotas de Macaúbas	10.717	2.434,66
52	Buerarema	18.605	219,49
53	Buritirama	19.600	3.941,87
54	Caatiba	11.420	513,13
55	Cabaceiras do Paraguaçu	17.327	226,02
56	Cachoeira	32.026	395,22
57	Caculé	22.236	610,98
58	Caém	10.368	548,38
59	Caetanos	13.639	877,65
60	Caetité	47.515	2.651,54
61	Cafarnaum	17.209	675,25
62	Cairu	15.374	460,98
63	Caldeirão Grande	12.491	464,97
64	Camacan	31.472	584,85
65	Camamu	35.180	905,47
66	Campo Alegre de Lourdes	28.090	2.781,17
67	Canápolis	9.410	460,39
68	Canarana	24.067	576,37
69	Canavieiras	32.336	1.332,76
70	Candeal	8.895	445,1
71	Candiba	13.210	433,64
72	Cândido Sales	27.918	1.169,82
73	Cansanção	32.908	1.336,75
74	Canudos	15.732	3.214,22

75	Capela do Alto Alegre	11.527	649,43
76	Capim Grosso	26.577	334,42
77	Caraíbas	10.222	805,63
78	Caravelas	21.414	2.396,61
79	Cardeal da Silva	8.899	256,91
80	Carinhanha	28.380	2.529,45
81	Castro Alves	25.408	711,74
82	Catolândia	2.612	714,8
83	Caturama	8.843	716,26
84	Central	17.013	602,41
85	Chorrochó	10.734	3.005,32
86	Cícero Dantas	32.300	884,97
87	Cipó	15.755	128,31
88	Coaraci	20.964	274,5
89	Cocos	18.153	10.140,37
90	Conceição da Feira	20.391	162,88
91	Conceição do Almeida	17.889	289,94
92	Conceição do Jacuípe	30.123	117,53
93	Conde	23.620	964,64
94	Condeúba	16.898	1.348,44
95	Contendas do Sincorá	4.663	977,45
96	Coração de Maria	22.401	348,16
97	Cordeiros	8.168	523,64
98	Coribe	14.307	2.657,12
99	Coronel João Sá	17.066	883,52
100	Correntina	31.249	11.492,17
101	Cotegipe	13.636	4.195,83
102	Cravolândia	5.041	162,17
103	Crisópolis	20.046	607,66
104	Cristópolis	13.280	1.050,39
105	Curaçá	32.168	6.079,02
106	Dário Meira	12.836	416,08
107	Dom Basílio	11.355	688,65
108	Dom Macedo Costa	3.874	84,76
109	Elísio Medrado	7.947	193,53
110	Encruzilhada	23.766	1.890,14
111	Entre Rios	39.872	1.215,30
112	Érico Cardoso	10.859	768,37
113	Esplanada	32.802	1.297,98
114	Fátima	17.652	359,39
115	Feira da Mata	6.184	1.176,11
116	Filadélfia	16.740	570,07
117	Firmino Alves	5.384	172,35
118	Floresta Azul	10.660	321,01

119	Formosa do Rio Preto	22.528	16.303,67
120	Gandu	30.336	243,15
121	Gavião	4.561	369,88
122	Gentio do Ouro	10.622	3.699,87
123	Glória	15.076	1.255,56
124	Gongogi	8.357	195,39
125	Governador Mangabeira	19.818	106,32
126	Guajeru	10.412	908,67
127	Guaratinga	22.165	2.189,73
128	Heliópolis	13.192	338,8
129	Iaçú	25.736	2.451,42
130	Ibiassucê	10.062	483,27
131	Ibicaraí	24.272	230,95
132	Ibicoara	17.282	849,84
133	Ibicuí	15.785	1.139,38
134	Ibipeba	17.008	1.383,53
135	Ibipitanga	14.171	954,37
136	Ibiquera	4.866	945,3
137	Ibirapitanga	22.598	448,81
138	Ibirapuã	7.956	771,11
139	Ibirataia	18.943	294,87
140	Ibitiara	15.508	1.824,20
141	Ibititá	17.840	623,08
142	Ibotirama	25.424	1.740,09
143	Ichu	5.255	138,15
144	Igaporã	15.205	836,59
145	Igrapiúna	13.343	527,21
146	Iguaí	25.705	860,22
147	Inhambupe	36.306	1.222,58
148	Ipecaetá	15.331	369,89
149	Ipiaú	44.390	267,33
150	Ipupiara	9.285	1.055,75
151	Irajuba	7.002	413,52
152	Iramaia	11.990	1.947,24
153	Iraquara	22.601	1.029,41
154	Irará	27.466	277,79
155	Itabela	28.390	924,93
156	Itacaré	24.318	726,17
157	Itaeté	14.924	1.208,93
158	Itagi	13.051	259,19
159	Itagibá	15.193	818,16
160	Itagimirim	7.110	876,8
161	Itaguaçu da Bahia	13.209	4.451,27
162	Itaju do Colônia	7.309	1.225,29

163	Itajuípe	21.081	270,75
164	Itamari	7.903	111,09
165	Itambé	23.089	1.469,60
166	Itanagra	7.598	490,53
167	Itanhém	20.216	1.394,17
168	Itaparica	20.725	118,04
169	Itapé	10.995	453,14
170	Itapebi	10.495	1.013,06
171	Itapicuru	32.261	1.585,59
172	Itapitanga	10.207	420,66
173	Itaquara	7.678	322,98
174	Itarantim	18.539	1.674,14
175	Itatim	14.522	583,45
176	Itiruçu	12.693	313,71
177	Itiúba	36.113	1.722,76
178	Itororó	19.914	314,06
179	Ituaçu	18.127	1.199,41
180	Ituberá	26.591	417,27
181	Iuiú	10.900	1.522,37
182	Jaborandi	8.973	9.994,59
183	Jacaraci	13.651	1.332,42
184	Jaguarari	30.343	2.456,61
185	Jaguaripe	16.467	898,67
186	Jandaíra	10.331	641,21
187	Jeremoabo	37.680	4.656,27
188	Jiquiriçá	14.118	236,74
189	Jitaúna	14.115	218,92
190	João Dourado	22.549	914,86
191	Jucuruçu	10.290	1.457,86
192	Jussara	15.052	948,58
193	Jussari	6.474	329,19
194	Jussiape	8.031	582,6
195	Lafaiete Coutinho	3.901	405,39
196	Lagoa Real	13.934	912,22
197	Laje	22.201	457,74
198	Lajedão	3.733	624,57
199	Lajedinho	3.936	776,06
200	Lajedo do Tabocal	8.305	431,9
201	Lamarão	9.560	209,07
202	Lapão	25.646	605,08
203	Lençóis	10.368	1.277,08
204	Licínio de Almeida	12.311	856,62
205	Livramento de Nossa Senhora	42.693	1.953,38
206	Macajuba	11.229	650,3

207	Macarani	17.093	1.210,11
208	Macaúbas	47.051	2.459,10
209	Macururé	8.073	2.294,27
210	Madre de Deus	17.376	32,2
211	Maetinga	7.038	630,08
212	Maiquinique	8.782	588,3
213	Mairi	19.326	952,6
214	Malhada	16.014	1.971,72
215	Malhada de Pedras	8.468	549,53
216	Manoel Vitorino	14.387	2.138,29
217	Mansidão	12.592	3.130,13
218	Maracás	24.613	2.253,09
219	Maragogipe	42.815	440,16
220	Maraú	19.101	848,38
221	Marcionílio Souza	10.500	1.277,20
222	Mascote	14.640	818,71
223	Mata de São João	40.183	633,2
224	Matina	11.145	773,28
225	Medeiros Neto	21.560	1.311,74
226	Miguel Calmon	26.475	1.568,22
227	Milagres	10.306	284,38
228	Mirangaba	16.279	1.697,95
229	Mirante	10.507	1.172,86
230	Morpará	8.280	2.090,93
231	Morro do Chapéu	35.164	5.741,65
232	Mortugaba	12.477	528,21
233	Mucugê	10.545	2.461,49
234	Mucuri	36.026	1.786,50
235	Mulungu do Morro	12.249	565,98
236	Mundo Novo	24.395	1.493,34
237	Muniz Ferreira	7.317	110,12
238	Muquém de São Francisco	10.272	3.853,19
239	Muritiba	28.899	89,31
240	Mutuípe	21.449	283,21
241	Nazaré	27.274	253,78
242	Nilo Peçanha	12.530	399,33
243	Nordestina	12.371	468,89
244	Nova Canaã	16.713	804,94
245	Nova Fátima	7.602	349,9
246	Nova Ibiá	6.648	178,75
247	Nova Itarana	7.435	470,44
248	Nova Redenção	8.034	430,96
249	Nova Soure	24.136	950,4
250	Nova Viçosa	38.556	1.317,39

251	Novo Horizonte	10.673	609,18
252	Novo Triunfo	15.051	251,32
253	Olindina	24.943	542,18
254	Oliveira dos Brejinhos	21.831	3.313,42
255	Ouriçangas	8.298	155,09
256	Ourolândia	16.425	1.489,24
257	Palmas de Monte Alto	20.775	2.562,82
258	Palmeiras	8.410	700,62
259	Paramirim	21.001	1.087,06
260	Paratinga	29.504	2.624,12
261	Paripiranga	27.778	435,71
262	Pau Brasil	10.852	626,31
263	Pé de Serra	13.752	616,21
264	Pedrao	6.876	159,8
265	Pedro Alexandre	16.995	896,07
266	Piatã	17.982	1.816,55
267	Pilão Arcado	32.860	11.731,50
268	Pindaí	15.628	628,47
269	Pindobaçu	20.121	496,28
270	Pintadas	10.342	545,59
271	Pirai do Norte	9.799	187,28
272	Piripá	12.783	511,76
273	Piritiba	22.399	975,57
274	Planaltino	8.822	927,02
275	Planalto	24.481	828,06
276	Poções	44.701	937,27
277	Pojuca	33.066	290,12
278	Ponto Novo	15.742	497,4
279	Potiraguá	9.810	1.111,56
280	Prado	27.627	1.687,35
281	Presidente Dutra	13.750	163,55
282	Presidente Jânio Quadros	13.652	1.149,72
283	Presidente Tancredo Neves	23.846	417,2
284	Queimadas	24.602	2.027,87
285	Quijingue	27.228	1.342,67
286	Quixabeira	9.554	387,68
287	Rafael Jambeiro	22.874	1.207,22
288	Remanso	38.957	4.683,41
289	Retirolândia	12.055	181,46
290	Riachão das Neves	21.937	5.673,02
291	Riachão do Jacuípe	33.172	1.190,20
292	Riacho de Santana	30.646	3.183,90
293	Ribeira do Amparo	14.276	642,59
294	Ribeira do Pombal	47.518	762,21

295	Ribeirão do Largo	8.602	1.363,70
296	Rio de Contas	13.007	1.071,08
297	Rio do Antônio	14.815	777,9
298	Rio do Pires	11.918	656,23
299	Rio Real	37.164	716,89
300	Rodelas	7.775	2.723,53
301	Ruy Barbosa	29.887	2.171,51
302	Salinas da Margarida	13.456	149,82
303	Santa Bárbara	19.064	345,67
304	Santa Brígida	15.060	882,81
305	Santa Cruz Cabrália	26.264	1.459,83
306	Santa Cruz da Vitória	6.673	284,08
307	Santa Inês	10.363	315,66
308	Santa Luzia	13.344	650,56
309	Santa Maria da Vitória	40.309	1.984,91
310	Santa Rita de Cássia	26.250	6.025,07
311	Santa Teresinha	9.648	707,24
312	Santaluz	33.838	1.563,29
313	Santana	24.750	1.909,35
314	Santanópolis	8.776	230,83
315	Santo Estêvão	47.880	362,96
316	São Desidério	27.659	15.174,24
317	São Domingos	9.226	326,95
318	São Felipe	20.305	205,99
319	São Félix	14.098	99,2
320	São Félix do Coribe	13.048	1.754,36
321	São Francisco do Conde	33.183	262,86
322	São Gabriel	18.427	1.199,52
323	São Gonçalo dos Campos	33.283	300,73
324	São José da Vitória	5.715	127,93
325	São José do Jacuípe	10.180	402,43
326	São Miguel das Matas	10.414	214,41
327	São Sebastião do Passé	42.153	538,32
328	Sapeaçu	16.585	117,21
329	Sátiro Dias	18.964	1.010,05
330	Saubara	11.201	163,5
331	Saúde	11.845	494,29
332	Seabra	41.798	2.537,01
333	Sebastião Laranjeiras	10.371	1.984,49
334	Sento Sé	37.425	12.698,76
335	Serra do Ramalho	31.638	2.342,15
336	Serra Dourada	18.112	1.592,25
337	Serra Preta	15.401	536,49
338	Serrolândia	12.344	295,85

339	Sítio do Mato	12.050	1.627,78
340	Sítio do Quinto	12.592	700,17
341	Sobradinho	22.000	1.238,92
342	Souto Soares	15.899	993,51
343	Tabocas do Brejo Velho	11.431	1.437,19
344	Tanhaçu	20.013	1.277,51
345	Tanque Novo	16.128	729,52
346	Tanquinho	8.008	219,85
347	Taperoá	18.748	410,79
348	Tapiramutá	16.516	663,88
349	Teodoro Sampaio	7.895	231,54
350	Teofilândia	21.482	335,54
351	Teolândia	14.836	289,36
352	Terra Nova	12.803	198,93
353	Tremedal	17.029	2.018,72
354	Uauá	24.294	3.035,24
355	Ubaíra	19.750	757,39
356	Ubaitaba	20.691	181,1
357	Ubatã	25.004	268,24
358	Uibaí	13.625	550,99
359	Umburanas	17.000	1.670,42
360	Uma	24.110	1.222,49
361	Urandi	16.466	902,4
362	Uruçuca	19.837	510,03
363	Utinga	18.173	638,23
364	Valente	24.560	384,34
365	Várzea da Roça	13.786	513,92
366	Várzea do Poço	8.661	204,91
367	Várzea Nova	13.073	1.192,93
368	Varzedo	9.109	226,8
369	Vera Cruz	37.567	299,73
370	Vereda	6.800	782,14
371	Wagner	8.983	421
372	Wanderley	12.485	2.920,68
373	Wenceslau Guimarães	22.189	674,03
374	Xique-Xique	45.536	5.200,81
	TOTAL	6.691.288	474762,84

Fonte: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. 2015

Adiante teremos 27 municípios com a população entre 50.001 e 100.00 habitantes. Em distinção os municípios de Araci e Cruz das Almas, com uma população de 51.651 habitantes e uma área de 145,74 km², respectivamente.

Tabela 5 - Municípios do Estado da Bahia com a população entre 50.001 e 100.00 habitantes

Nº	Município	População	Área (Km2)
1	Araci	51.651	1.556,14
2	Bom Jesus da Lapa	63.480	4.115,52
3	Brumado	64.602	2.207,61
4	Campo Formoso	66.616	7.258,68
5	Candeias	83.158	258,36
6	Casa Nova	64.940	9.647,07
7	Catu	51.077	416,22
8	Conceição do Coité	62.040	1.016,01
9	Cruz das Almas	58.606	145,74
10	Dias d'Ávila	66.440	184,23
11	Euclides da Cunha	56.289	2.028,42
12	Guanambi	78.833	1.272,37
13	Ipirá	59.343	3.060,26
14	Irecê	66.181	319,03
15	Itaberaba	61.631	2.343,51
16	Itamaraju	63.069	2.360,29
17	Itapetinga	68.273	1.651,15
18	Jacobina	79.247	2.358,69
19	Jaguaquara	51.011	928,24
20	Luís Eduardo Magalhães	60.105	3.941,07
21	Monte Santo	52.338	3.186,38
22	Santo Amaro	57.800	492,92
23	Santo Antônio de Jesus	90.985	261,35
24	Senhor do Bonfim	74.419	827,49
25	Serrinha	76.762	613,7
26	Tucano	52.418	2.799,15
27	Valença	88.673	1.192,61
	TOTAL	1.769.987	56.442,21

Fonte: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. 2015

No próximo intervalo se enquadram 14 cidades com a população entre 100.001 e 500.00 habitantes. Em ressaltos os municípios de Eunápolis e Lauro de Freitas, com uma população de 100.196 habitantes e uma área de 57,66 km², respectivamente.

Tabela 6 - Municípios do Estado da Bahia com a população entre 100.001 e 500.00 habitantes

Nº	Município	População	Área (Km2)
1	Alagoinhas	141.949	718,09
2	Barreiras	137.427	7.859,23
3	Camaçari	242.970	784,66
4	Eunápolis	100.196	1.425,97
5	Ilhéus	184.236	1.584,69
6	Itabuna	204.667	401,03
7	Jequié	151.895	3.227,34
8	Juazeiro	197.965	6.500,69
9	Lauro de Freitas	163.449	57,66
10	Paulo Afonso	108.396	1.579,72
11	Porto Seguro	126.929	2.287,09
12	Simões Filho	118.047	201,58
13	Teixeira de Freitas	138.341	1.165,62
14	Vitória da Conquista	306.866	3.704,02
	TOTAL	2.323.333	31497,39

Fonte: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. 2015

Neste enquadramento se apresenta o município de Feira de Santana, com uma população de 556.642 habitantes e uma área de 1.337.99 km².

Tabela 7 - Municípios do Estado da Bahia com a população entre 500.001 e 1.000.00 habitantes

Nº	Município	População	Área (Km2)
1	Feira de Santana	556.642	1.337,99

Fonte: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. 2015

Neste quadro, se apresenta a cidade de Salvador, com uma população de 2.675.656 habitantes e uma área de 692,82 km².

Tabela 8 - Municípios do Estado da Bahia com a população acima de 1.000.000 de habitantes

Nº	Município	População	Área (Km2)
1	Salvador	2.675.656	692,82

Fonte: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. 2015

Tabela 9 - Distâncias rodoviárias entre os COBM e COBMI e as cidades onde estão sediados os GBM e SGBM da Região do Interior

DE	PARA	2º GBM	4º GBM	5º GBM	6º GBM	7º GBM	8º GBM	9º GBM	11º GBM	15º GBM	SGBM	SGBM	SGBM STO	TEIXEIRA DE
		F. SANTANA	ITABUNA	ILHÉUS	P. SEGURO	V CONQUISTA	JEQUIÊ	JUAZEIRO	LENÇÓIS	P. AFONSO	ALAGOINHAS	BARREIRAS	ANTÔNIO DE	JESUS
COBM / SALVADOR		115	450	462	722	527	374	511	425	471	119	883	107	827
CROBMI / FEIRA DE SANTANA		-	342	360	616	407	260	374	297	395	72	767	99	727

Fonte: Portal O Carreteiro⁶

A amplitude geográfica da sua jurisdição e, portanto, da missão e competências do CROBMI dentro do Estado, a quantidade e a diversidade significativas de ocorrências atendidas justificariam uma maior proximidade física de

⁶ Disponível em: www.ocarreteiro.com.br. Acesso em 27/08/15.

um comando regional dos bombeiros, a exemplo do que já ocorreu com as unidades de policiamentos regionais, conforme os dados a seguir dispostos:

a) O quadro distribuição do efetivo do CROBMI, em janeiro de 2015, (anexo I) indica um efetivo deficitário de bombeiros. Mesmo assim, esse efetivo precisaria de um acompanhamento e controle do seu emprego para garantir a qualidade dos serviços ora prestados. No total, as UOBMI contam com 1290 (um mil duzentos e noventa) homens de um efetivo fixado em 1520 (um mil quinhentos e vinte) bombeiros. Nota-se, através desse quadro, a existência de um efetivo de 65 (sessenta e cinco) bombeiros para o 15º GBM, em Paulo Afonso e de 276 (duzentos e setenta e seis) para o 2º GBM, no município de Feira de Santana.

1.3. A CORRELAÇÃO COM AS ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA - AISP E OS GRUPAMENTOS DE BOMBEIROS MILITARES DA RI

Área Integrada de Segurança Pública (AISP) é a menor unidade territorial considerada para fins de planejamento integrado das ações do Programa Pacto Pela Vida, de apuração de resultados e de estabelecimento de metas. É uma unidade territorial de articulação de iniciativas das polícias civil e militar, para prevenção e combate à criminalidade, que possibilita o monitoramento eficaz dos indicadores.

Uma AISP é composta por:

- Delegacia Territorial;
- Delegacia de Homicídio;
- Companhia Integrada de Polícia Militar.

São 52 AISPs no Estado da Bahia, a saber:

- 16 AISPs em Salvador;
- 7 AISPs na Região Metropolitana de Salvador e
- 29 AISPs no Interior do Estado.

A composição de uma AISP não contempla, contudo, a inclusão de Grupamento de Bombeiros Militar. Por efeito, são 09 GBM para atender 29 AISPs.

Para tanto, o quadro abaixo, ora estruturado, apresenta a distribuição dos GBM do interior do Estado e a sua correlação com cada uma das 29 AISP presentes na RI, conforme se segue:

Tabela 10 - Correspondência entre as 29 AISP e os GBM presentes na RI

	Área Integrada de Segurança Pública na RI	GBM correspondente
1	36-Feira de Santana	2º GBM
2	29-Alagoinhas	2º GBM
3	56-Valença	2º GBM
4	33-Cruz das Almas	2º GBM
5	54-Serrinha	2º GBM
6	51-Santo Antônio de Jesus	2º GBM
7	37-Região Metropolitana de Feira de Santana – RMFS	2º GBM
8	48-Rio Real	2º GBM
9	50-Santo Amaro	2º GBM
10	41-Itabuna	4º GBM
11	39-Ilhéus	5º GBM
12	35-Eunápolis	6º GBM
13	55-Teixeira de Freitas	6º GBM
14	57-Vitória da Conquista	7º GBM
15	32-Brumado	7º GBM
16	43-Itapetinga	7º GBM
17	38-Guanambi	7º GBM
18	45-Jequié	8º GBM
19	44-Jacobina	9º GBM
20	53-Senhor do Bonfim	9º GBM
21	46-Juazeiro	9º GBM

22	30-Barreiras	11º GBM
23	40-Irecê	11º GBM
24	42-Itaberaba	11º GBM
25	49-Santa Maria da Vitória	11º GBM
26	31-Bom Jesus da Lapa	11º GBM
27	52-Seabra	11º GBM
28	47-Paulo Afonso	15º GBM
29	34-Euclides da Cunha	15º GBM

O quadro de distribuição acima demonstra que o 2º GBM atende a 9 AISP; o 11º GBM a 6 AISP; o 7º GBM a 4 AISP; o 9º GBM a 3 AISP; os 6º e 15º GBM respondem a 2 AISP, cada e os 4º e 5º GBM a 1 AISP, cada.

Quanto ao número de ocorrências de acordo com a Coordenação de Planejamento Operacional e Decisões Estratégicas (CPODE) do CROBMI, o quadro que trata do número de ocorrências atendidas pelas UOBMI, de janeiro a novembro de 2014, em anexo II, indica um número significativo de 11379 (onze mil trezentos e setenta e nove) ocorrências durante o aludido período de 2014.

2. OS TEXTOS CONSTITUCIONAIS FEDERAIS E A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL VIGENTE

É sabido que a preocupação com a segurança pública, quanto à questão de sinistros, sempre existiu. Nesse diapasão, faz-se importante citar as realizações históricas que contribuíram para o crescimento da Corporação do Corpo de Bombeiros, fazendo dela o que é hoje.

A primeira legislação de que se tem notícias é a dos Romanos, no primeiro século da era cristã. Já no Brasil, a história registra a existência de uma legislação antes da criação do Corpo de Bombeiros, quando, no Rio de Janeiro, por causa da escuridão e para se evitar acidentes, as pessoas eram obrigadas a manter lamparinas acesas nas residências circunvizinhas àquela onde houvesse incêndio.

Vale mencionar que, em São Paulo, a primeira legislação data de 1852, traduzida num projeto de lei do então Brigadeiro Machado de Oliveira, visando a coibir abusos do povo e providenciar um código sobre prevenção de incêndio. Nele estavam regulamentados os serviços de prevenção e extinção, ficando o povo daquele Estado obrigado a cooperar com a polícia nos dias de incêndio. Entre outras exigências, havia a de os sineiros e sacristãos repicarem os sinos, dando o competente aviso de incêndio à população.

Inicialmente, em 12 de agosto de 1797, com o Alvará Régio, foi criado o Arsenal de Marinha, na verdade o 1º serviço de extinção realizado por um órgão público. Através da decisão nº 46 de 26 de outubro de 1808, o Infante D. Pedro Carlos confirmava o alvará anterior. Com o Decreto Imperial nº 1775, de 02 de julho de 1856, D. Pedro II criou o Corpo Provisório de Bombeiros da Corte. Através do Decreto nº 2587, de 30 de abril de 1860, foi confirmado o Corpo Provisório de Bombeiros da Corte e, já no ano de 1881, com o Decreto nº 8837, de 17 de dezembro, foram os bombeiros organizados militarmente.

Prosseguindo na análise dos aspectos legais da corporação, é necessário ressaltar que a legislação referente às primeiras constituições do país não fazem referência diretamente ao CBMDF, conforme se verificará a seguir.

2.1. AS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS DE 1824 À 1988 E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA DE 1989.

A Constituição de 1824, de 25 de março

Esta legislação omite-se sobre todo e qualquer assunto referente aos Corpos de Bombeiros, mas diz, quando se refere à segurança pública, no Capítulo VIII, e sobre a Força Militar, no Art. 145 “[...] defendê-lo dos seus inimigos externos ou internos [...]”. No Art. 148 assevera-se que “ao Poder Executivo compete privativamente empregar a Força Armada de Mar e Terra, como bem lhe parecer conveniente à segurança de defesa do Império”.

A Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, que altera a Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832, faz uma breve menção à polícia, sem, no entanto, lembrar os Corpos de Bombeiros.

Diz o seu Art. 10: “Compete às mesmas Assembleias legislar: [...].” No parágrafo 4º, a lei dispõe sobre a polícia e economia municipal, precedendo propostas das câmaras.

A Constituição de 1891, de 24 de fevereiro

Aqui mais uma vez existe apenas um pressuposto de convocação das Polícias Militares: “Art. 34 - Compete privativamente ao Congresso Nacional: [...] Mobilizar e utilizar a guarda nacional ou milícia e cívica nos casos previstos pela constituição”.

A Constituição de 1934

Nessa Constituição coube certamente trabalhar na elaboração do texto constitucional alguém com espírito voltado para a segurança pública, conforme se observa nos artigos a seguir:

“Art. 5º Compete privativamente à União:

V – Organizar a defesa externa, a polícia e a segurança das fronteiras e às Forças Armadas.

XI – Prover os serviços de Polícia Marítima e Portuários sem prejuízo dos serviços policiais do Estado.

XIX - Legislar sobre:

1. Organização, instrução, justiça e garantias das forças policiais dos Estados, e condições da sua utilização em caso de mobilização ou guerra”.

O art. 167 dispõe que “as polícias militares são consideradas reservas do Exército e gozarão das mesmas vantagens a estes atribuídas, quando mobilizadas ou a serviço da União”.

Em relação a este último artigo, é oportuno destacar o trabalho realizado pelo legislador em prol do CBMDF, que já em 1917, com o Decreto nº 3.216, de 03 de janeiro, o considera como Força Auxiliar do Exército, em caso de mobilização. Destaca-se neste sentido, que nenhuma outra corporação possui tal privilégio.

A Constituição de 1937

Dada a sua condição impositória, por ter sido outorgada, era de se esperar que as Polícias Militares e os Bombeiros Militares tivessem obtido mais vantagens e prerrogativas, mas como se verá a seguir, pouco progresso se verificou e/ou até se perdeu, dado neste texto constitucional não aparecer nem mesmo a condição de reserva do Exército, conforme se destaca a seguir:

O art. 15 dispõe que compete privativamente à União:

“IV - Organizar a defesa externa, as Forças Armadas, a Polícia e Segurança das Fronteiras”.

O art. 16 define que compete privativamente à União, o poder de legislar sobre as seguintes matérias, conforme os incisos:

“II - A defesa externa compreendida a Polícia e a Segurança de Fronteiras”.

“V - O bem estar, a ordem, a tranquilidade e a segurança pública, quando existir necessidade de uma regulamentação uniforme”.

O momento era o de fortalecer a instituição, o que não aconteceu em razão da falta de representatividade política.

A Constituição de 1946, de 18 de setembro

Coube aqui destacado papel de policiais militares que incluíram no texto constitucional através de seus "legisladores", atribuições de suma importância na vida da corporação, conforme consta no trecho seguinte, recuperando para a PM a sua condição de reserva do exército e de beneficiária das vantagens a estes atribuídas.

Conforme o art. 5º - Compete à União:

“XV – Legislar sobre:

4 - organização, instrução, justiça e garantias das polícias militares e condições gerais de mobilização ou guerra”.

No art. 138 a Lei define: As polícias militares instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas Forças Auxiliares reserva do Exército.

“Parágrafo Único - quando mobilizado em serviço da União em tempo de guerra externa ou civil, o seu pessoal gozará das vantagens atribuídas ao pessoal do Exército”.

Os Corpos de Bombeiros Militares não aparecem claramente em qualquer texto constitucional, conforme se aludiu anteriormente; tal condição pode dever-se ao seu papel de executor de tarefas destinadas às Polícias Militares, às quais sempre foram atrelados.

Com a transferência da Capital Federal para o Planalto Central surgiram duas corporações de bombeiros, o CBMDF e o CBMRJ, e, com isso, na Constituinte de 1967, foi mostrada a força e o poder de trabalho dessa instituição, inclusive como auxiliares do Exército.

A Constituição de 1967, de 24 de janeiro

Esta Constituição destaca no Capítulo II as competências da União, dos Estados e Municípios:

“Art. 8º - Compete à União:

XVII – Legislar sobre:

V) Organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares e condições gerais de sua convocação, inclusive mobilização”.

No art. 13 – define as competências das PM nos Estados:

“§ 4º As Polícias Militares, instituídas para manutenção da ordem pública nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os Corpos de Bombeiros Militares são considerados forças auxiliares, reserva do Exército, não podendo seus postos ou graduações ter remuneração superior fixada para os postos de graduações correspondentes às do Exército”.

Observa-se, no parágrafo 4º, que o legislador atrelou as condições de remuneração da PM às do Exército, o que pode ser discutível, ao se considerar que ambas as instituições desempenham missão, objetivos e papéis diferenciados uma da outra.

A análise dos textos legais até aqui mostra, sobretudo, que não aparecem dispositivos sobre o Corpo de Bombeiros, de forma específica, o que indica a percepção clara do legislador acerca do papel desse órgão como parte da Polícia

Militar da Bahia. Por outro lado, tal percepção implica que as decisões político-governamentais sobre a Polícia Militar deverão levar em consideração as especificidades e necessidades do Corpo de Bombeiros, como garantia do cumprimento satisfatório de sua missão.

A Constituição de 1988, de 05 de outubro

Consta na Magna Carta no art 144 e inciso V que:

“A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos”.

[...]

“V – Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares”.

O parágrafo 5 define que “aos bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei é incumbida da execução de atividades de defesa civil”.

E no parágrafo 6º: “As Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, Forças Auxiliares e Reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as Polícias Civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”.

O art. 21 afirma que Compete à União:

“XIV – Organizar e manter a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária e a Ferroviária Federais, bem como a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dos territórios”.

O art. 22 dispõe que compete privativamente à União, legislar sobre:

“XXI - Normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, e mobilização das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares”.

O Art. 32, no parágrafo 4º, determina que “Lei Federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das Polícias Civil, Militares e do Corpo de Bombeiros Militar”.

E no art. 42:

“São servidores militares federais os integrantes das Forças Armadas e Servidores Militares dos Estados, Territórios o Distrito Federal, os integrantes de suas Polícias Militares e de seus Corpos de Bombeiros Militares.

§ 1º - As patentes com prerrogativas, direitos e deveres, a elas inerentes, são asseguradas em plenitude aos oficiais da atividade, da reserva, ou reformados das Forças Armadas, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do

Distrito Federal, sendo-lhes privativos os títulos, postos e uniformes militares”.

Os dispositivos acima indicam que as conquistas obtidas através da Constituição de 1988 foram bastante significativas tanto para as polícias militares quanto para os corpos de bombeiros, a destacar o dispositivo do § 5º, do Art. 144, que reza que:

Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Não obstante as dificuldades encontradas para se chegar ao texto constitucional, definindo novas atribuições ao bombeiro, tais conquistas encetaram um grande movimento de autonomia dos Corpos de Bombeiros nas constituintes estaduais.

A Constituição do Estado da Bahia de 1989, de 05 de outubro

Como espelho da Constituição Federal, consta na Constituição Estadual em seu Art. 148:

Art. 148 - À Polícia Militar, força pública estadual, instituição permanente, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, compete, entre outras, as seguintes atividades:
[...] II - a prevenção e combate a incêndio, busca e salvamento a cargo do Corpo de Bombeiros Militar.

A Constituição Estadual, como se observa em conformidade com a última Carta Magna, dispõe sobre o Corpo de Bombeiros no texto constitucional, avançando o sentido de definir as suas competências específicas, ratificando, assim, o seu papel como componente da Polícia Militar da Bahia.

2.2. A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL (PEC) Nº 138/2014 E A LEI Nº 13.202 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014 (LOB)

A PEC nº 138/2014, aprovada em 30 de junho de 2014, desvinculou o Corpo de Bombeiros Militar da estrutura da Polícia Militar da Bahia. A referida proposta de emenda constitucional alterou os artigos 46, 48, 77, 105 e 148, acrescentou o art.

148-A e revogou o inciso II do art. 148, todos da Constituição do Estado da Bahia, além de outras providências.

Por conseguinte, foi instituído mediante o desmembramento do Corpo de Bombeiros Militar da Polícia Militar da Bahia, o Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, conforme previsto no art. 148-A da Constituição do Estado da Bahia.

A Lei nº 13.202 de 09 de dezembro de 2014 (LOB), por sua vez, instituiu a Organização Básica do recém-criado CBMBA, sua finalidade e competências, as unidades que o compõe e fixação do efetivo.

Não obstante, o legislador enfatiza a importância das atividades de bombeiro para sociedade fazendo com estas estejam presente em todo o território baiano, conforme se vê adiante em seu capítulo IV.

CAPÍTULO IV DA REGIONALIZAÇÃO E DO DESDOBRAMENTO

Art. 31 - A ação de bombeiro militar dar-se-á em todo território do Estado da Bahia, de forma regionalizada, por meio de planejamento e acompanhamento dos Comandos de Operações, sob as diretrizes do Comando-Geral.

Art. 32 - O desdobramento das regiões em áreas, subáreas e setores será estabelecido em conformidade com as necessidades e características fisiográficas, psicossociais, políticas e econômicas, ficando autorizado o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia a adotar as providências necessárias.

Ficou bem claro, portanto, o caráter, a necessidade e a importância da interiorização das atividades de bombeiros salientando os aspectos organizacionais atinentes ao planejamento e acompanhamento bem como as características regionais.

3. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO E A SUA ESTRUTURA

No presente capítulo serão analisados, de forma sintética, os principais conceitos da estrutura estatal, seja, análise semântica e conceitual do termo Estado, seja, a análise do que venha a ser Governo, Administração e Políticas Públicas.

O Estado e o Governo

O Estado corresponde ao governo de um povo em determinado território. Segundo o Dicionário Houaiss⁷, o Estado (do latim *status, us*: modo de estar, situação, condição), data do século XIII e designa "*conjunto das instituições (governo, forças armadas, funcionalismo público, etc.) que controlam e administram uma nação*"; "*país soberano, com estrutura própria e politicamente organizada*".

Para Kant, o Estado tanto é designado por *coisa pública (res publica)*, quando tem por *liame* o interesse que todos têm em viver no Estado jurídico, como por *potentia*, quando se pensa em relação com outros povos, ou por *gens*, por causa da união que se pretende hereditária. Entende o Estado como comunidade, soberania e nação, se utilizadas categorias de hoje, dado que o Estado é ao mesmo tempo Estado-comunidade, ou república, Estado-aparelho, ou principado, e comunidade de gerações, ou nação.⁸

Segundo o jurista italiano Norberto Bobbio (2000), a palavra foi utilizada pela primeira vez, com o seu sentido contemporâneo, no livro *Arte da Guerra*, pelo general estrategista Sun Tzu e posteriormente no livro denominado O Príncipe, do diplomata e militar Nicolau Maquiavel.

É organizado politicamente, socialmente e juridicamente, ocupando um território definido e onde normalmente a lei máxima é uma constituição escrita, e dirigida por um governo que possui soberania reconhecida tanto interna como externamente. Um Estado soberano é sintetizado pela máxima "*Um governo, um povo, um território*".⁹

⁷ <http://houaiss.uol.com.br/>, acesso em 11/12/14

⁸ SCORZA, Flavio Augusto Trevisan. O Estado na obra de Kant. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1348, 11 mar. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9580>>. Acesso em: 14 out. 2008.

⁹ MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. O princípio democrático no ordenamento jurídico brasileiro. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/62/o-principio-democratico-no-ordenamento-juridico-brasileiro>>. Acesso em: 01 jan 2015.

O Estado é responsável pela organização e pelo controle social, pois detém, segundo Max Weber, as razões que garantem legitimidade à ação estatal são:

a tradição, que legitima a dominação por meio do hábito irrefletido, com a justificativa de que as coisas são assim desde sempre, o carisma, por meio do qual os súditos se submetem em função de uma devoção à pessoa do líder; a legalidade, quando existe um direito racional e previsível, com quadro de funcionários especializados e sujeitos às leis; e, ainda, o medo e a esperança, como disposições psicossociais que o político deve saber despertar, o monopólio da violência legítima (coerção, especialmente a legal). Segundo a divisão setorial sociológica mais comum, considera-se o Estado o Primeiro Setor, ficando o Mercado e as Entidades da Sociedade Civil respectivamente como Segundo e Terceiro Setor (WEBER, 1999).

O Estado pode também ser definido em termos de condições internas, especificamente no que diz respeito à instituição do monopólio do uso da violência (WEBER, 1999).

Em outras palavras, a tradição marxista levanta o problema da existência do Estado seguindo a lógica do materialismo histórico, ou seja, analisando sua matriz, sua origem até o desenvolvimento da estrutura estatal. Assim, Marx resolve pela definição das funções que preenche o conceito de Estado.

Nesse sentido, de Marx a Gramsci e a Althusser, e mesmo além, todos têm um tendência a insistir a caracterizar o Estado pelo que ele faz e pelas pessoas para as quais ele faz o que faz enfatizando mais esta característica do que sobre a própria estrutura dos mecanismos que supostamente produzem aquilo que o fundamenta.

Evidentemente, é possível insistir mais sobre as funções econômicas do Estado, ou sobre suas funções ideológicas. Fala-se de “hegemonia” (Gramsci) ou de “aparelho ideológico de Estado” (Althusser); mas a ênfase é sempre posta nas funções, e escamoteia-se a questão do ser ou do fazer dessa coisa que se designa como Estado.¹⁰

O Governo

¹⁰ D'ALBUQUERQUE, Daniel Martins. Max Weber: ciência, política e as agências reguladoras como atores de políticas públicas. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22160/max-weber-ciencia-politica-e-as-agencias-reguladoras-como-atores-de-politicas-publicas#ixzz3NbhpKVGg>>. Acesso em 01 jan 2015.

O Governo é usualmente utilizado para designar a instância máxima de administração executiva, geralmente reconhecida como a liderança de um Estado ou uma nação. É "[...] a organização, que é a autoridade governante de uma unidade política", "o poder de reger uma sociedade política" e o aparato pelo qual o corpo governante funciona e exerce autoridade (BOBBIO, 2000).

A Administração Pública

Os Estados que possuem tamanhos variados podem ter vários níveis de Governo conforme a organização política daquele país, como, por exemplo, o Governo local, regional e nacional.

Fundamentalmente, dois sentidos são dados ao vocábulo Administração Pública (PIETRO, 1998):

- a) No sentido subjetivo, formal ou orgânico, a Administração Pública designa os entes que exercem a atividade administrativa; compreende pessoas jurídicas, Órgãos e Agentes Públicos.
- b) No sentido objetivo, material ou funcional, a Administração Pública designa a natureza da atividade exercida pelos referidos entes; nesse caso, a Administração Pública é a própria função administrativa, em função da qual se incumbe, predominantemente, o Poder Executivo.

A começar pelo aspecto objetivo, à Administração Pública cabem as seguintes tarefas:

- a) Fomento: incentivo à iniciativa de utilidade pública (subvenções, financiamentos, favores fiscais);
- b) Polícia Administrativa: compreende toda atividade de execução das chamadas limitações administrativas;
- c) Serviço Público: é toda atividade que a Administração Pública executa, diretamente, para satisfazer a necessidade coletiva, sob regime jurídico preponderantemente público (CF, art. 21, incisos X, XI, XII e 175).

Ainda dentro do aspecto objetivo, podem-se elencar as principais características da Administração Pública:

- a) É uma atividade concreta, no sentido de que põe em execução a vontade do Estado contida na lei; a sua finalidade é a satisfação direta e imediata dos fins do Estado;
- b) Seu regime jurídico é de direito público;
- c) Quanto ao aspecto subjetivo, o art. 4º do Dec. Lei 200/67 classifica Administração Pública em dois tipos de administração: direta e indireta.

Di Pietro (1998) é esclarecedora neste aspecto, ao enfatizar que a função administrativa no Estado é exercida pelos órgãos do Poder Executivo; mas, como o regime constitucional não adota o princípio da separação absoluta de atribuições e sim o da especialização de funções, os demais Poderes do Estado também exercem além de suas atribuições predominantes – legislativa e jurisdicional – algumas funções tipicamente administrativas.

Assim, compõem a Administração Pública, em sentido subjetivo, todos os órgãos integrantes das pessoas jurídicas políticas, nos níveis da União, dos Estados, dos Municípios e Distrito Federal, aos quais a lei confere o exercício de funções administrativas. São os órgãos da Administração Direta do Estado.

Porém, não é só. Às vezes, a lei opta pela execução indireta da atividade administrativa, transferindo-a a pessoas jurídicas com personalidade de direito público ou privado, que compõem a chamada Administração Indireta do Estado.

Assim, conclui a citada autora ao afirmar que se pode definir a Administração Pública, em sentido subjetivo, como o “conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas, as quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado” (DI PIETRO, 1998, p. 28).

Em suma, a Administração direta é exercida de forma centralizada pelo próprio Estado, através de órgãos de direção, consultivos e de execução, com subordinação mais direta ao poder executivo central, e a administração indireta é exercida de forma descentralizada, por outras entidades do Estado, caracterizadas como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, que possuem instrumentos administrativos que lhes conferem certo grau de autonomia perante aquele poder.

No Estado, a prestação de serviços pode ser centralizada ou descentralizada e concentrada ou desconcentrada.

A centralização define-se como a prestação de serviços realizada diretamente pela pessoa política prevista constitucionalmente, sem delegação a outras pessoas. Diz-se que a atividade do Estado é centralizada quando ele atua diretamente por meio de seus órgãos.

A descentralização significa a transferência de execução do serviço ou titularidade do serviço para outras pessoas ou órgãos, quer seja de direito público, quer seja de direito privado.

Para o presente estudo o foco de discussão, de acordo com o tema, incide sobre os conceitos de concentração e desconcentração na administração pública.

A concentração caracteriza-se pela existência de um único comando geral sobre o funcionamento do sistema. Tal modelo é impróprio para a Administração Pública, pela amplitude e natureza dos serviços, dimensão geográfica do Estado e as modernas concepções teóricas da administração.

A prestação concentrada de um serviço ocorreria em uma pessoa jurídica que não apresentasse divisões em sua estrutura interna. É conceito praticamente teórico, quase nunca constatado na realidade, porque qualquer pessoa jurídica minimamente organizada divide-se em departamentos, seções e outros órgãos, cada qual com atribuições determinadas. Na Administração Pública, é provável que não exista qualquer pessoa jurídica que não apresente divisão interna. Talvez algum município muito pequeno possa prestar todos os serviços sob sua competência sem estar dividido em órgãos, concentrando todas as suas atribuições na mesma unidade administrativa, que se confundiria com a totalidade da pessoa jurídica não subdividida em sua estrutura interna.¹¹

A par da pouco provável hipótese acima, pode-se falar em concentração quando determinada pessoa jurídica extingue órgãos ou unidades integrantes de sua estrutura, absorvendo, nos órgãos ou unidades restantes, os serviços que eram de competência dos que foram extintos. Nesse caso, terá ocorrido concentração administrativa em relação à situação anteriormente existente.

É, por isso, uma concentração relativa: a pessoa jurídica concentrou em um menor número de órgãos ou unidades o desempenho de suas atribuições. Entretanto, enquanto existirem pelo menos dois órgãos ou unidades distintas, com atribuições específicas, no âmbito da mesma pessoa jurídica, diz-se que ela presta seus serviços desconcentradamente.

Por último, cabe registrar que Hely Lopes Meirelles (1997) entende que um órgão não subdividido em sua estrutura, portanto, um órgão simples (em oposição a órgão composto) exerce suas atribuições concentradamente. Deve-se tomar cuidado aqui nesta assertiva, pois a existência de órgãos significa que a pessoa jurídica a que eles pertencem exerce suas atribuições desconcentradamente.

¹¹Disponível em: <<http://professorbacchelli.spaceblog.com.br/198888/Desconcentracao-e-Descentralizacao-da-Administracao-Publica/>>. Acesso em 14 jun. 09.

Cada órgão composto dessa pessoa jurídica também exerce desconcentradamente suas atribuições, por meio dos órgãos que o compõem. Quando um órgão não mais se subdivide, tem-se, então, um órgão simples. Esse órgão, segundo o autor, exerce suas atribuições de forma concentrada, mas, repita-se, a pessoa jurídica que ele integra pratica a desconcentração administrativa, prestando seus serviços desconcentradamente.

A desconcentração refere-se à existência de diferentes órgãos incumbidos de atribuições e competências específicas, de obrigação exclusiva do Estado; é utilizada, tanto na Administração Direta quanto na Indireta. (MEIRELLES, 1997)

Ocorre a chamada desconcentração quando a entidade da Administração, encarregada de executar um ou mais serviços, distribui competências, no âmbito de sua própria estrutura, a fim de tornar mais ágil e eficiente a prestação desses serviços.

A desconcentração pressupõe, obrigatoriamente, a existência de uma só pessoa jurídica. Em outras palavras, a desconcentração sempre se opera no âmbito interno de uma mesma pessoa jurídica, constituindo uma simples distribuição interna de competências dessa pessoa.

Ocorre desconcentração, por exemplo, no âmbito da Administração Direta Federal, quando a União distribui as atribuições decorrentes de suas competências entre diversos órgãos de sua própria estrutura, como os ministérios, ou quando uma autarquia, por exemplo, uma universidade pública, estabelece uma divisão interna de funções, criando, na sua própria estrutura, diversos departamentos (Departamento de Graduação, Departamento de Pós-Graduação, Departamento de Direito, Departamento de Filosofia, Departamento de Economia e outros) (MELLO, 1998).

Como se vê, a desconcentração, mera técnica administrativa de distribuição interna de funções, ocorre tanto na prestação de serviços pela Administração Direta quanto pela Indireta. É muito mais comum falar-se em desconcentração na Administração Direta, pelo simples fato de as pessoas que constituem as Administrações Diretas (União, Estados, Distrito Federal e municípios) possuírem um conjunto de competências mais amplo e uma estrutura sobremaneira mais complexa do que os de qualquer entidade das Administrações Indiretas.

De qualquer forma, tem-se desconcentração tanto em um município que se divide internamente em órgãos, cada qual com atribuições definidas, como em uma

sociedade de economia mista de um Estado, como um banco estadual, por exemplo, que organiza sua estrutura interna em superintendências, departamentos ou seções, com atribuições próprias e distintas, a fim de melhor desempenhar suas funções institucionais. (MELLO, 1998).

Seja através do sistema centralizado ou descentralizado, concentrado ou desconcentrado, um dos objetivos da Administração Pública, através da sua organização estrutural, é garantir o controle dos processos administrativos dos seus diferentes órgãos, nas diferentes funções, em decorrência da sua obrigação de prestar serviços de qualidade à sociedade. Neste caso, observa-se, por expressa disposição do Dec. Lei 200/67, nítida distinção das atividades de controle administrativo, relacionadas às atividades-meio e às atividades fins, como se vê a seguir:

Art. 13. O controle das atividades da Administração Federal deverá exercer-se em todos os níveis e em todos os órgãos, compreendendo, particularmente:

- a) O controle, pela chefia competente, da execução dos programas e da observância das normas que governam a atividade específica do órgão controlado;
- b) O controle, pelos órgãos próprios de cada sistema da observância das normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;
- c) O controle da aplicação dos dinheiros públicos e da guarda dos bens da União pelos órgãos próprios do sistema de contabilidade e auditoria.

Em decorrência, a Constituição do Estado da Bahia é enfática quanto aos princípios éticos a serem seguidos pelo Estado e às competências privativas do Governador, como representante maior do Estado, quando afirma que:

A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (CEB, art. 13).

Neste mesmo sentido, assevera que:

São de iniciativa privativa do Governador do Estado os projetos que disponham sobre: a criação, estruturação e competência das Secretarias e demais órgãos da administração pública e a organização administrativa e serviços públicos, que impliquem aumento ou redução de despesas (CEB, art. 77, incisos VI e VII).
Compete privativamente ao Governador do Estado: Dispor sobre a organização e o funcionamento dos órgãos da administração estadual, na forma da lei. (CEB, art. 105, inciso XIX).

Cabe ressaltar que a configuração da estrutura organizacional do serviço público passa, portanto, por decisão política muitas vezes concentrada nas mãos do chefe do poder executivo, a qual nem sempre é absolutamente compatível com necessidades e realidade da demanda social e dos órgãos prestadores de serviço.

Quanto aos princípios da administração pública, vale destacar as considerações de Hely Lopes Meirelles, para quem

Serviço público é todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade, ou simples conveniência do Estado. (MEIRELLES, 1997, p. 38).

São exemplos de serviços públicos: o ensino público, o de polícia, o de saúde pública, o de transporte coletivo, o de telecomunicações.

Os requisitos do serviço público são sintetizados em cinco princípios:

- a) permanência (continuidade do serviço);
- b) generalidade (serviço igual para todos);
- c) eficiência (serviços prestados de forma racional e com produtividade);
- d) modicidade (tarifas módicas);
- e) cortesia (bom tratamento para o público).

Os órgãos e entes da administração direta e indireta, na realização das atividades que lhes competem, regem-se por princípios e normas. Além das normas específicas para cada matéria ou setor, há preceitos gerais que informam amplos campos de atuação. São os princípios do direito administrativo.

Tendo em vista que as atividades da Administração Pública são disciplinadas preponderantemente pelo direito administrativo, tais princípios podem ser considerados também princípios jurídicos da Administração Pública brasileira.

Os aspectos apontados acima representam ângulos diversos do intuito essencial de impedir que fatores pessoais, subjetivos sejam os verdadeiros móveis e fins das atividades administrativas.

Tais princípios norteiam toda a atuação da Administração Pública e vinculam-se à ideia de ação, proibidade e reconhecimento do direito de todos receberem, indistintamente, dos órgãos públicos, o tratamento digno. Determinam ainda, que a Administração deve agir de modo a satisfazer as necessidades da população em toda a sua plenitude.

Esses princípios contrapõem-se à lentidão, ao descaso, à negligência, à omissão – características vistas como habituais da Administração Pública brasileira, com raras exceções.

A análise dos aspectos acima tratados pode ser melhor compreendida tomando-se como referência as dimensões estruturais e culturais das instituições burocráticas, desde a década de 30 até o advento da chamada Nova Administração Pública, em que podem ser constatadas similaridades entre elas ao longo desse período histórico, traduzidas nos modelos empregados pelas instituições do Estado:

a) 1930/45 - o Governo de Vargas caracterizou-se pela burocratização, em decorrência do sufocante Estado patrimonial¹², da falta de qualificação técnica dos servidores, da crise econômica mundial, que eclodiu em 1929, e da difusão da teoria keynesiana, que pregava a intervenção do Estado na Economia;

b) 1956/60 – a administração de JK, em linhas gerais, se valeu de uma administração paralela, como um artifício utilizado para atingir o seu Plano de Metas (50 anos em 5) e seguir firme no seu projeto desenvolvimentista. Surgiu com a criação de estruturas alheias à Administração Direta para, dessa forma, fugir das amarras burocráticas, mas provocou superposição de órgãos e de poderes dentro do próprio sistema;

c) 1967 – na reforma militar (Dec. Lei 200/67), durante a ditadura militar, a administração pública passou por novas transformações. Três aspectos podem ser ressaltados nessa época: a ampliação da função econômica do Estado com a criação de várias empresas estatais, a facilidade de implantação de programas – em decorrência da natureza autoritária do regime –, e o aprofundamento da divisão da administração pública, mais especificamente através do Decreto-Lei 200/67, que distinguiu claramente a Administração Direta (exercida por órgãos diretamente subordinados aos ministérios) da indireta (formada por autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista).

Também nesse período observam-se ampliação da estrutura organizacional do governo, com a fragmentação da máquina estatal, e o estabelecimento de políticas muitas vezes destituídas de análises prévias para diagnóstico de necessidades e de intenções relacionadas à eficácia dos objetivos pretendidos,

¹² **Patrimonialismo** é o termo utilizado para caracterizar a apropriação do público pelo privado, ou seja, os homens-públicos não distinguem o patrimônio público do seu patrimônio particular, fazendo uso daquele como se fora este último.

comprometendo, portanto, a possibilidade de controle e avaliação sistemáticos dessas políticas;

d) 1988 – a nova Constituição da República Federativa do Brasil voltou a fortalecer a Administração Direta instituindo regras iguais às que deveriam ser seguidas pela administração pública indireta, principalmente em relação à obrigatoriedade de concursos públicos para investidura na carreira (o que diminuiu a política clientelista) e aos procedimentos de compras públicas;

e) 1990 – no Governo Collor, a administração pública brasileira foi marcada pelo desmonte da máquina administrativa, realizado sem qualquer planejamento, sob o argumento de que os servidores públicos eram verdadeiros “marajás”. Pouco tempo depois da posse, o governo promoveu a extinção de milhares de cargos de confiança, a reestruturação e a extinção de vários órgãos, a demissão de outras dezenas de milhares de servidores sem estabilidade, sendo que outros foram colocados em disponibilidade. Segundo estimativas, foram retirados do serviço público, num curto período e sem qualquer planejamento, cerca de 100 mil servidores. Tais fatos resultaram numa avalanche de processos judiciais que perduram até hoje, tendo a maior parte dos servidores conseguido retornar ao serviço público;

f) 1995/2002 – a reforma administrativa foi o ícone do governo Fernando Henrique Cardoso em relação à administração pública brasileira, inserida no contexto da reforma do Estado e capitaneada por Luis Carlos Bresser Pereira à frente do recém-criado Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE). A chamada reforma gerencial teve como instrumento básico o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), que visava à reestruturação do aparelho do Estado, para combater, principalmente, a cultura burocrática. No entanto, essa reestruturação foi marcada por procedimentos que geralmente feriam as normas administrativas básicas para implementação das políticas de ação, em nome de uma suposta desburocratização ou racionalização dos processos administrativos.

Considera-se que os princípios da administração pública, conforme o que acima foi discutido, não encontraram total ressonância nas administrações governamentais ao longo da história bem como no funcionamento atual do sistema público, marcado predominantemente pela centralização, descontinuidade, inchaço da máquina pública, fragmentação organizacional, falta de compromisso efetivo com a eficiência e a eficácia dos programas e políticas públicas, inclusive pela ausência

de mecanismos de diagnóstico para elaboração de programas, falta de controle e avaliação dos efeitos dos programas e falta de políticas efetivas de qualificação dos servidores públicos.

Dessa forma, o sistema público carece do que é chamado por Osborne & Gaebler (1995) de gestão pública empreendedora, a qual deve adotar “princípios de gestão de negócios”, como, atendimento ao cidadão como cliente, proatividade, iniciativa e autonomia gerencial, controle por objetivos e metas ou governo por parcerias. Isso, porém, não significa “governar como quem dirige uma empresa”, que visa a obter lucro com seus produtos, mas sim, gerenciar com eficiência recursos tributários coletados, para atender com maior eficácia ao bem comum, gerando resultados para a sociedade (OSBORNE & GAEBLER, 1995).

A rapidez com que as mudanças no ambiente externo ocorrem é assustadora. A cada dia novas tecnologias vão surgindo e, em contrapartida, as antigas vão sendo abandonadas; novas regras vão tomando forma numa economia instável e incerta; novas leis são criadas e incorporadas, enfim, uma série de mudanças vão influenciando o desempenho organizacional.

Assim, na contemporaneidade, a administração do tempo das tarefas executadas dentro das organizações torna-se cada vez mais imprescindível, em função do alcance de objetivos com eficiência, por meio da maior agilidade que se empresta às suas ações. A administração do tempo começa com a identificação de como se utiliza o tempo, o que não satisfaz e o que se deseja mudar. Tais condições tornam-se ainda mais relevantes nos serviços públicos, cuja existência deve-se, antes de tudo, à participação da sociedade, através do pagamento de impostos ao governo.

Portanto, da mesma forma que para as empresas particulares, na administração pública podem ser destacados os seguintes aspectos, que podem funcionar como indicadores da qualidade dos seus serviços (OSBORNE E GAEBLER, 1995):

- a) Adoção de ações de planejamento: toda hora aplicada em planejamento eficiente poupa três ou quatro pessoas na execução e produz melhores resultados frente aos objetivos previstos;
- b) Organização: este é outro fator facilitador na execução das tarefas; aliada ao tempo;
- c) Delegação: significa distribuição de tarefas, a fim de liberar o tempo de quem assume funções decisórias para tarefas e outras funções mais importantes do cargo;

d) Concentração: estimativa de tempo mínimo (anterior à ação) que se julgar necessário para conseguir progresso nas atividades a serem desenvolvidas;

e) Comunicação: o uso de linguagem simples, concisa e isenta de ambiguidades assegura a compreensão e poupa o tempo com a eliminação de mal-entendidos; o telefone e o e-mail devem ser usados devidamente para evitar deslocamentos desnecessários, o que significa a busca de agilização no fluxo de informações através do uso adequado de diferentes tecnologias de comunicação.

Contrariando as velhas ideias, que partem do pressuposto de que a questão mais importante é quanto governo deve-se ter, esses princípios acima indicam que é importante não o quanto, mas que tipo de governo deve ser realizado, observando-se os aspectos qualitativos que tais princípios traduzem.

Os instrumentos gerenciais que permitem a mensuração do aspecto qualitativo e quantitativo criado na gestão pública, expostos até então, prestam-se à superação das incompatibilidades diversas, que comprometam a eficácia governamental, não muito restrita, na consideração dos benefícios, a índices físicos e qualitativos. Ao obter, através do entendimento teórico, a expressão legal não apenas dos fundamentos, mas também dos benefícios da gestão pública, consegue-se identificar e dimensionar os benefícios agregados à sociedade pela gestão pública, ou seja, o seu resultado legítimo.

Nesse sentido, busca-se uma administração pública ampla, porém racionalizada, diferenciada e aparelhada, sempre aumentando e melhorando a oferta de bens e serviços com qualidade.

Por outro lado, não obstante os tímidos avanços no tempo, a administração pública padece, até hoje, de eficiência, especialização técnica, moralidade, publicidade e transparência. E mais: ao longo dos 200 anos, desde a vinda da família real portuguesa para Brasil, a administração pública ainda não dispõe, por parte dos poderes constituídos, da atenção necessária as questões democráticas e à teleológica das reformas e da própria máquina pública.

Políticas Públicas

As sociedades modernas têm, como principal característica, a diferenciação social. Isto significa que seus membros não apenas possuem atributos diferenciados (idade, sexo, religião, Estado civil, escolaridade, renda, setor de atuação

profissional, etc.), como também possuem ideias, valores, interesses e aspirações diferentes e desempenham papéis diferentes no decorrer da sua existência.

Tudo isso faz com que a vida em sociedade seja complexa e frequentemente envolva conflito: de opinião, de interesses, de valores, etc. Entretanto, para que a sociedade possa sobreviver e progredir, o conflito deve ser mantido dentro de limites administráveis. Para isto, existem apenas dois meios: a coerção pura e simples e a política. O problema com o uso da coerção é que, quanto mais é utilizada, mais reduzido se torna o seu impacto e mais elevado se torna o seu custo.

Resta, então, a política. Esta envolve coerção - principalmente como possibilidade - mas que não se limita a ela. Cabe indagar, então, o que é a política. Uma definição bastante simples é oferecida por Schmitter (1994): política é a resolução pacífica de conflitos.

Entretanto, este conceito é demasiado amplo, restringe pouco. É possível delimitar um pouco mais e estabelecer que a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.

As políticas públicas (policies), por sua vez, são outputs, resultantes das atividades política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.

Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. Um exemplo encontra-se na emenda constitucional para reeleição presidencial.

Trata-se de uma decisão, mas não de uma política pública. Já a privatização de estatais ou a reforma agrária são políticas públicas.

[...] Assim, alguns tipos de políticas podem ser mais ou menos difíceis de implementar, podem ter maiores ou menos probabilidade de interferência externa, etc. Por exemplo: as políticas redistributivas podem ser mais difíceis de implementar que as políticas distributivas; já as políticas regulatórias podem ser mais ou menos bem sucedidas dependendo das suas consequências

redistributivas. Portanto, o acompanhamento e controle das políticas deve incluir, também: o tipo de política e de arena política; o contexto inter e intra- organizacional dentro do qual ocorre a implementação; e o mundo externo sobre o qual a política deverá exercer o seu impacto. [...]

[...] Já o modelo racional- compreensivo parte de um pressuposto ingênuo de que a informação é perfeita e não considera adequadamente o peso das relações de poder na tomada de decisões. Assim, buscando solucionar essas dificuldades e outras, elaboraram-se propostas de composição das duas abordagens. Entre elas destaca-se a concepção defendida por Etzioni, do mixed-scanning. Etzioni distingue entre decisões ordinárias ou incrementais; e decisões fundamentais ou estruturantes. As decisões estruturantes são aquelas que estabelecem os rumos básicos das políticas públicas em geral e proporcionam o contexto para as decisões incrementais. [...]

[...] Além da persuasão, frequentemente os atores recorrem ao chamado "intercâmbio", que significa a troca de favores, de apoios e até mesmo de benefícios, como dinheiro, cargos, bens, etc. Quando nem a persuasão nem o intercâmbio funcionam, há atores que se utiliza de ameaças. As ameaças podem se referir à imposição de danos ou prejuízos ou à suspensão de favores ou benefícios. Uma outra forma de atuação é a pressão pública, que pode ser realizada por atores individuais ou coletivos. Inclui desde manifestações pela imprensa, até atitudes radicais como greves de fome, etc. [...] (SCHMITTER,1994).

John (1999) apresenta de maneira sintética e precisa as principais premissas dos pós-positivistas:

Mais do que atores racionais perseguindo os seus interesses, é a interação de valores, normas e diferentes formas de conhecimento que caracteriza o processo das políticas [*policy process*]. Há apenas uma curta distância entre o argumento de que a linguagem é central ao *policy-making* e a afirmação de que as idéias são reais apenas porque elas dão sentido àqueles que as usam. As políticas são uma disputa entre formas de discurso que são baseadas na luta pelo poder e na busca de significado. Os sistemas de idéias constroem os interesses dos tomadores de decisões. A ação política refere-se à linguagem [*is about language*], que é um sistema de significação através do qual as pessoas constroem o mundo [...]. Sendo a maneira pela qual as pessoas enquadram as questões, conferem sentido ao mundo e propõem soluções, as idéias têm uma vida que lhes é própria. Elas são independentes no sentido em que o discurso tem as suas próprias regras, as quais estruturam a forma como o público e os *policy makers* percebem os *policy issues*, como quando um problema público assume a forma de uma história, com um começo, um meio e um fim, sendo o fim a intervenção governamental bem-sucedida (John, 1999, p. 157).

Sendo assim, a elaboração de políticas públicas tende a aproximar os diversos segmentos institucionais. E Velho (1994, p.41) contribui nesta reflexão ao

tratar do projeto coletivo: “Um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças de interpretação devido a particularidades de status, trajetória [...]”, tendo em vista a construção do projeto coletivo, enquanto via para a compreensão e a sociabilidade na execução de atividades.

3.1. UMA ABORDAGEM EMPÍRICA SOBRE A ATUAL ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DO CBMBA DENTRO DA RI

Ao descrever a atual estrutura organizacional, administrativa e financeira do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, em princípio, a partir de uma análise meramente empírica, verificam-se claramente reflexos, de forma mais específica na gestão da informação; na gestão dos recursos humanos e materiais; na capacitação e valorização profissional e, por conseguinte, nas ações e atribuições dos GBM.

Segundo relatório da pesquisa sobre o perfil das instituições de segurança pública 2013 (ano-base 2012) apurou-se que apenas 13% dos municípios brasileiros possuíam Unidades de Bombeiro Militares. Em se tratando do Estado da Bahia, ainda de acordo com esse mesmo relatório, este conta com apenas 6% dos seus municípios diretamente atendidos por unidades de bombeiros.

Em que pese os GBM da RI serem unidades administrativas gestoras, dentro da estrutura organizacional e funcional dos CBMBA, é patente que as ações e atribuições deste desses grupamentos de bombeiros estão bem a quem da ideal, se considerarmos tão somente o basilar – a proporção de um bombeiro para cada mil habitantes.

Por conseguinte, verifica-se que abrangência no atendimento às ocorrências é pífia, uma vez que a maioria dos municípios baianos é atendida parcialmente ou simplesmente não são atendidos - apenas 24 dos 417 municípios.

Não obstante, sobre o quesito recurso humanos, observamos que 66% do efetivo do CBMBA se encontram na Região do Interior. Ao estabelecer uma relação do efetivo de bombeiros dos GBM presentes no interior do Estado com o total da população da RI (aproximadamente dez milhões de habitantes), a média encontrada foi a 1 bombeiro para cada 123.100 pessoas.

O atendimento às ocorrências típicas de bombeiro, bem como os serviços de prevenção e análises de projetos e vistorias, por sua vez, se veem comprometidas

vez que a estrutura organizacional e funcional do CBMBA para a RI se contrapõe à dimensão territorial, à quantidade de municípios e à população interiorana.

4. DIAGNÓSTICO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL DAS UNIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS DA BAHIA, DA REGIÃO DO INTERIOR, NO ANO DE 2015.

Neste capítulo serão analisadas as respostas e opiniões postadas conforme os instrumentos da nossa diagnose sobre o tema em discussão bem como as entrevistas, dentro da mesma temática, com os quatro Coronéis que compõem o Alto-Comando do CBMBA.

O objetivo da pesquisa foi investigar a atual estrutura organizacional do CBMBA, para a Região do Interior (RI), e quais as suas implicações na qualidade dos serviços prestados pelas unidades operacionais do Corpo de Bombeiros nessa região.

Para tanto, foram sondados os nove Grupamentos de Bombeiros Militares (GBM), subordinados ao COBMI, na pessoa dos seus respectivos comandantes.

Não obstante serem esses GBM os responsáveis pelo cumprimento das atividades de bombeiros na RI, a abordagem junto aos seus comandantes se deu em razão da complexidade do tema, ante as variáveis envolvidas.

O questionário para a pesquisa foi dividido em dois blocos, a saber:
Primeiro bloco (Estruturada) – Qualificação e tipificação do GBM e do Comandante entrevistado

1) GBM em pauta:

() 2º GBM () 4º GBM () 5º GBM () 6º GBM
() 7º GBM () 8º GBM () 9º GBM () 11º GBM
() 15º GBM

2) Tempo de existência do GBM.

3) Patente do Comandante do GBM:

() Tenente – Coronel () Major

4) Tempo de serviço do Comandante.

5) Tempo de comando neste GBM.

- 6) Efetivo previsto.
- 7) Efetivo existente.
- 8) Informe o número de municípios sob responsabilidade deste GBM.
- 9) Informe a área, em quilometro quadrados, sob a responsabilidade desse GBM.
- 10) Informe a população total atendida por esse GBM.
- 11) Qual a média de ocorrências dos últimos cinco anos?
- 12) Qual a média de ocorrências por mês, nos últimos dozes meses?
- 13) Quais os cinco tipos de ocorrências mais comuns registradas por esse GBM?
- 14) Existe, contabilizado por esse GBM, um número de ocorrências não atendidas em sua área? Se afirmativo, qual o número dessas ocorrências nos doze meses? Caso negativo, qual a estimativa para o número dessas ocorrências nos doze meses?

Segundo bloco (semiestruturada) – Qualificação do serviço ora prestado

- 1) Como você qualifica o tempo-resposta para uma dada ocorrência em municípios, distantes ao menos 50 km da sede deste Grupamento de Bombeiros?
- 2) Quais os aspectos positivos e negativos da atual estrutura organizacional deste GBM, levando em conta as suas demandas administrativas e operacionais?
- 3) Em sua opinião o CROBM I exerce efetivamente a função de comando e coordenação junto as UOBM subordinadas? (Coloque apenas os aspectos de maior importância que devem ser comentados).
- 4) Diante das peculiaridades demográficas e geográficas da área de responsabilidade desse GBM, como esta UOBM trata o processo de análise e planejamento das suas ações no campo operacional? (Coloque apenas os aspectos de maior importância que devem ser comentados).

- 5) Qual a participação do atual CROBM I no processo de gestão (provimento e distribuição) de recursos materiais e humanos para as UOBM I?
- 6) Que sugestões poderiam ser dadas para o aperfeiçoamento da atual estrutura organizacional do Corpo de Bombeiros para a RI, visando à melhoria das ações administrativas e operacionais do CBMBA?

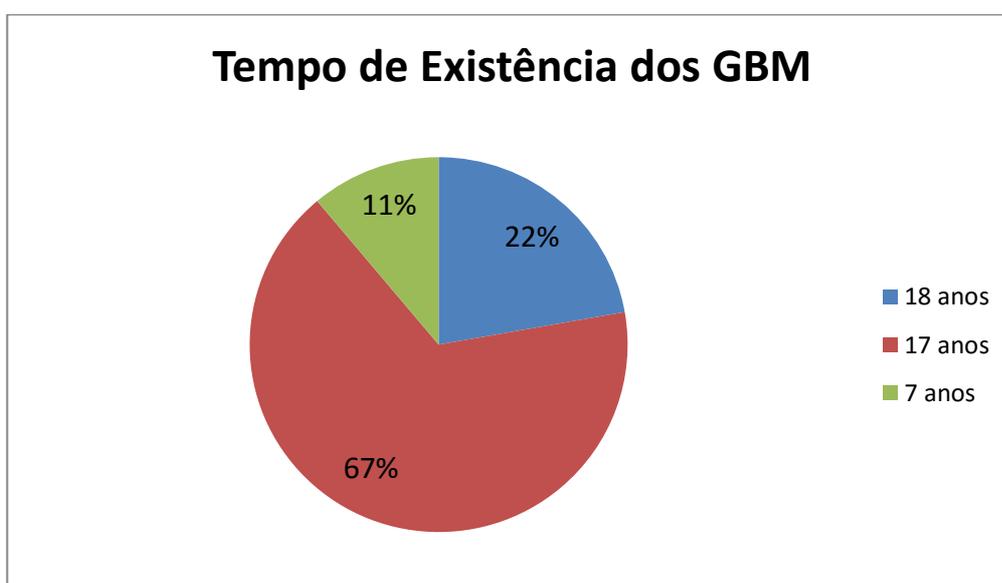
4.1. ANÁLISE DAS RESPOSTAS DADAS PELAS UNIDADES OPERACIONAIS DE BOMBEIROS MILITARES PESQUISADAS, REFERENTE AO PRIMEIRO BLOCO DO QUESTIONÁRIO APLICADO.

Os quesitos de 1 a 5 fazem menção a Unidade pesquisada, seu tempo de existência, a patente, tempo de serviço e de comando do Oficial comandante com fulcro de contextualizar a pesquisa, assim como a condução da Unidade ora pesquisada ante a realidade da sua área de responsabilidade.

Foram pesquisadas todos os 09 (nove) Grupamentos de Bombeiros Militares atuantes na Região do Interior do Estado da Bahia.

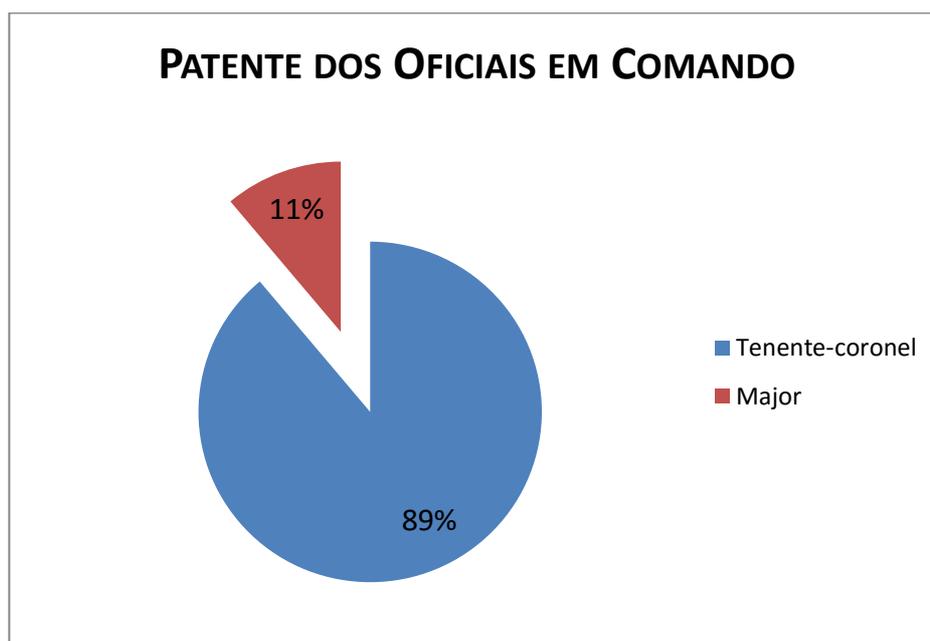
1) Dos GBM pesquisados 89% foram instalados há mais de 15 anos, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Tempo de Existência do GBM



3) Apenas um grupamento de Bombeiros é comandada por um Oficial Superior no posto de Major. Os demais GBM são comandados, cada um, por um Oficial Superior no posto de Tenente-Coronel.

Gráfico 2 – Patentes dos Oficiais em Comando



Fonte: Pesquisa - As atividades do CBMBA: Uma nova proposta de interiorização. 2015

4) O tempo de efetivo serviço dos Oficiais, que ora se encontram no comando dos GBM pesquisados varia de 26 a 34 anos.

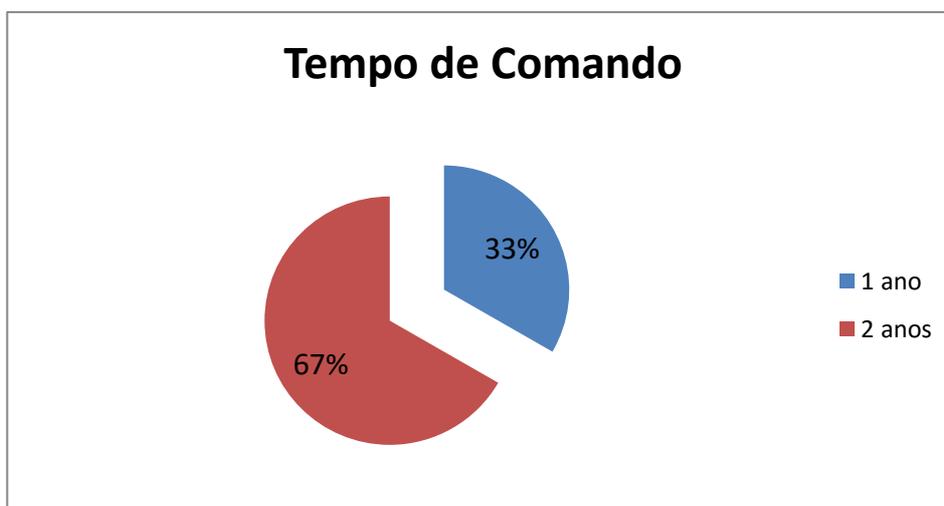
Gráfico 3 – Tempo de Serviço dos Comandantes dos GBM



Fonte: Pesquisa - As atividades do CBMBA: Uma nova proposta de interiorização. 2015

5) Quanto ao tempo no exercício do comando de cada GBM, observamos que 67% dos Comandantes estão há 2 anos e 33% há 1 ano na gestão da Unidades de Bombeiros.

Gráfico 4 – Tempo de Comando



Fonte: Pesquisa - As atividades do CBMBA: Uma nova proposta de interiorização. 2015

Os quesitos de 6 a 10 dizem respeito à relação entre a estrutura de pessoal prevista e existente de cada GBM da RI com o número de municípios, a densidade demográfica e as dimensões geográficas de suas respectivas áreas de atuação. O intuito desses itens foi o de perscrutar a grandeza da disparidade entre as variáveis suscitadas.

Quesitos 6 e 7. Efetivo previsto e existente dos Grupamentos de Bombeiros Militares do interior.

Tabela 11 - Efetivos previstos e existentes dos GBM do interior

	Efetivo previsto	Efetivo existente
2º GBM	250	272
4º GBM	130	107
5º GBM	140	145
6º GBM	180	129
7º GBM	140	102
8º GBM	140	128
9º GBM	140	118
11º GBM	190	177
15º GBM	150	64

Fonte: Pesquisa - As atividades do CBMBA: Uma nova proposta de interiorização. 2015

Há de se observar uma defasagem de efetivo existente, em relação ao efetivo previsto, em 08 dos 09 Grupamentos, sendo que extraordinariamente o efetivo existente do excede o efetivo previsto em 22 bombeiros.

Os quesitos 8, 9 e 10 retratam a distribuição dos municípios para cada GBM da RI, sua área de responsabilidade em km² e a sua densidade demográfica.

Tabela 12 - Distribuição dos municípios para cada GBM da RI, área de responsabilidade em km² e população total atendida

	Número de municípios	Área sob a responsabilidade (km²)	População total atendida (hab.)
2º GBM	108	56.812,28	3.113.001
4º GBM	24	11.860,91	534.993
5º GBM	11	8.719,04	412.603
6º GBM	21	30.666,18	760.206
7º GBM	54	65.265,82	1.407.882
8º GBM	26	16.545,56	542.000
9º GBM	40	11.884,80	1.237.669
11º GBM	100	240.520,18	1.998.206
15º GBM	21	28.841,03	480.470
TOTAL	405	471.115,80	10.487.030

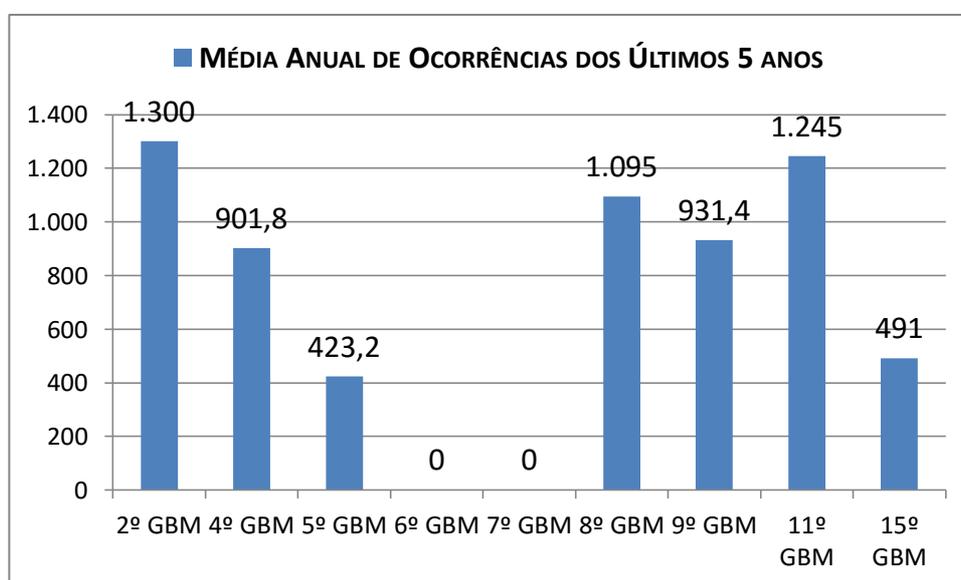
Fonte: Pesquisa - As atividades do CBMBA: Uma nova proposta de interiorização. 2015

Com os resultados apurados verifica-se que são 405 municípios distribuídos pelos nove GBM, em uma área total de responsabilidade de 471.115,80 km² com uma população correspondente de 10.487.030 habitantes.

De 11 a 14, são os quesitos que tratam de um levantamento estatístico do quantitativo de ocorrências atendidas e não pelos GBM pesquisados bem como as mais recorrentes. Esses quesitos serviram com vistas a justificar a presença do GBM na sua região ante uma demanda atendida, e não atendida, não obstante a qualificação do seu efetivo face aos eventos mais recorrentes.

Sobre o quesito de número 11, que trata da média anual de ocorrências de bombeiros registradas pelos GBM, nos últimos 5 anos, os 2º e 11º GBM, na região de Feira de Santana e Chapada Diamantina, respectivamente, apresentam as médias anuais praticamente idênticas e superiores a 1.000 ocorrências por ano. Por sua vez, os 5º e 15º GBM, região de Ilhéus e Paulo Afonso, em respectivo, se apresentam, no outro extremo do gráfico, com médias também equivalentes e inferiores a 500 ocorrências por ano. Os 6º GBM, Porto Seguro e 7º GBM, Vitória da Conquista, não apresentaram dados referentes a este quesito.

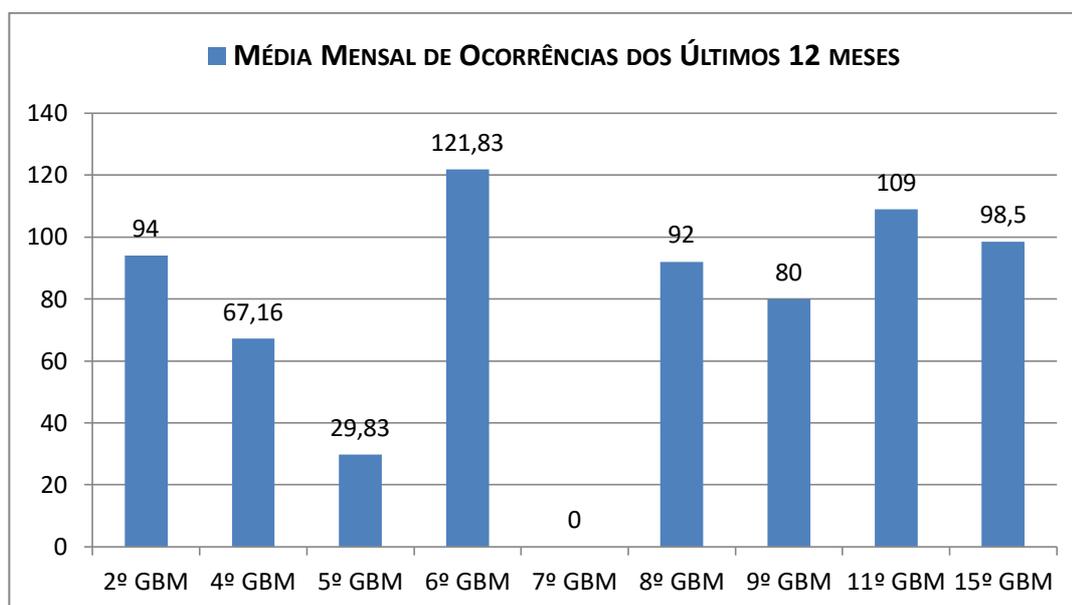
Gráfico 5 - Média anual de ocorrência nos últimos 5 anos



Fonte: Pesquisa - As atividades do CBMBA: Uma nova proposta de interiorização. 2015

Quanto à questão número 12, que trata da média de ocorrências de bombeiros registradas pelos GBM, nos últimos 12 meses, o 6º GBM, na região do Extremo Sul do Estado, apresenta a maior média, com aproximadamente 122 ocorrências nos últimos 12 meses. Em derredor, o 5º GBM, em Ilhéus, se apresenta com uma média inferior a 50 ocorrências, nos últimos 12 meses. O 7º GBM, com sede no município de Vitória da Conquista, não informou os dados solicitados.

Gráfico 6 - Média anual de ocorrência nos últimos 12 meses



Fonte: Pesquisa - As atividades do CBMBA: Uma nova proposta de interiorização. 2015

Quanto ao item de número 13 da pesquisa, que versa sobre os tipos mais regulares de ocorrências de bombeiros atendidas pelos GBM, que atuam na RI, foram apurados, por ordem de decrescente de incidência, os seguintes eventos: Acidente de trânsito; Incêndios; Busca e salvamento e Captura de animais.

Sobre o item 14 da pesquisa, que aborda os dados referentes às ocorrências “não-atendidas”, houve praticamente uma unanimidade por parte dos comandantes, ao informarem que não existem dados referentes a ocorrências “não-atendidas”. Sabe-se, portanto, que há uma demanda reprimida em razão da extensão geográfica e distâncias rodoviárias entre as sedes, onde estão instalados Grupamentos de Bombeiros Militares, e os poucos Subgrupamentos, e a maioria dos municípios.

4.2. ANÁLISE DAS RESPOSTAS DADAS PELAS UNIDADES OPERACIONAIS DE BOMBEIROS MILITARES PESQUISADAS, REFERENTE AO SEGUNDO BLOCO DO QUESTIONÁRIO APLICADO.

O quesito número 1 - Como você qualifica o tempo-resposta para uma dada ocorrência em municípios, distantes ao menos 50 km da sede deste Grupamento de Bombeiros? - buscou conhecer como o comando do GBM lida com o atendimento às ocorrências de bombeiro na sua área de responsabilidade de acordo com a variável “tempo-resposta”.

2º GBM - Qualifico como um tempo resposta inadequado, com valores próximos a 60 minutos, o que promove um agravamento nas consequências das ocorrências ou ampliação da demanda reprimida.

4º GBM - Nessa hipótese o tempo de resposta é sempre excessivo para qualquer tipo de socorro, principalmente se confrontado ao padrão de atendimento em área urbana. Mesmo se tratando de incidentes em área rural, situação em que as vias de acesso estão normalmente desimpedidas, nas ocorrências da área deste GBM se verifica que o tempo de resposta é bastante irrazoável.

5º GBM - Razoável, tendo em vista a dinâmica de atendimento da chamada, confirmação, saída, deslocamento; e variáveis como: distância, condições climáticas e meteorológicas, fluxo de veículos na estrada, tipo de ocorrência, condições e potência do veículo/viatura.

6º GBM - Ineficiente. Há exemplo, em nosso caso específico, temos sob nossa tutela um importante município do Extremo sul baiano, a cidade de Eunápolis, com população estimada em mais de 100.000 habitantes (IBGE, 2010), que fica a 62,2 km de distancia da sede deste GBM.

Considerando que nossos veículos equipados e abastecidos requerem prudência na condução e respeito às regras de segurança do transito, dentro desta perspectiva as ocorrências no município citados são atendidas com um tempo-resposta altíssimo e, por muitas vezes, quando a guarnição de bombeiros chega ao local, a situação já foi controlada por populares.

7º GBM - Ruim, já que levamos em média 60 minutos para atender os municípios mais próximos, podendo chegar até cerca de 04 horas nos municípios mais distantes.

8º GBM - Inviável. A essa distância o tempo resposta pode prejudicar o atendimento.

9º GBM - Aceitável, uma vez que possuímos viaturas novas para deslocamento, o que nos credencia a chegar a uma determinada ocorrência dentro de um prazo mínimo para o atendimento e concluir a diligência com sucesso.

11º GBM - Boa, levando em consideração que as Unidades encontram-se em pontos próximos a principais rodovias de acesso.

15º GBM - Inadequado.

Análise do quesito número 1: Conforme Portaria nº 38 de 27 de setembro de 2013, do Comando Geral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, para efeito de cálculo de tempo – resposta, o indicador para cada ocorrência, é o tempo decorrido entre o despacho do local da ocorrência para o GBM acionado e a disponibilização de socorro do GBM acionado no local do evento.

Visto que são muitos os fatores que se colocam favoráveis quando da diminuição na quantificação do tempo-resposta, a importância desta variável no atendimento às vítimas é imprescindível, o que justifica o fato de o tempo médio de resposta merecer ser o principal atributo a ter sua condição minimizada no trabalho que no trabalho que segue.

Ademais, para tal, Silva (2010) define o tempo-resposta como sendo “tempo gasto desde a chegada da chamada na central de regulação até a chegada da equipe de atendimento no local do incidente”. A relação entre o tempo-resposta e o sucesso no atendimento pré-hospitalar, por exemplo, é especificada por França (2010, p.1): “redução no tempo de resposta é chave para salvar vidas e melhorar resultados”. Definição esta que aliada ao chamado *Golden Hour* trará melhoras significativas nos indicadores, validando assim a presente proposta.

Não obstante, o Art. 7º, § 2º da Portaria Nº 1.010, De 21 de maio de 2012, a qual redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências; estabelece que para o planejamento, implantação e implementação da regionalização, interiorização e ampliação do acesso ao SAMU 192, deverá ser utilizado, prioritariamente, o parâmetro de tempo-resposta, ou seja, o tempo adequado tecnicamente transcorrido entre a ocorrência do evento de urgência e emergência e a intervenção necessária.

Assim sendo, observa-se claramente, quanto ao quesito tempo-resposta, que os GBM pesquisados não atendem a este indicador, uma vez que a maioria dos municípios, que compõe a área de cada um dos GBM, não é atendida em sua plenitude quanto a este parâmetro.

A questão número 2 - Quais os aspectos positivos e negativos da atual estrutura organizacional deste GBM, levando em conta as suas demandas administrativas e operacionais? - objetivou obter uma análise objetiva por parte do comandante sobre a atual estrutura organizacional do GBM sob seu comando.

2º GBM - Os aspectos positivos e negativos da estrutura organizacional do 2º GBM são: Pontos Positivos: (A) Estrutura administrativa organizada; (B) Comprometimento e dedicação dos bombeiros militares; (C) Quantidade e qualidade adequada de itens como viaturas e equipamentos disponíveis.

Pontos Negativos: (A) Efetivo atual e previsto aquém do necessário; (B) Necessidade de aumento de investimento em formação, treinamento e instrução de bombeiros militares; (C) Falta de definição de doutrina norteadora das ações operacionais.

4º GBM - O 4º GBM possui uma estrutura bastante funcional, visto que seu organograma possibilita uma divisão satisfatória das tarefas.

Como ponto negativo cita-se a inexistência de um serviço de transporte e manutenção descentralizado, considerando a importância de tal serviço para o perfeito desempenho das missões típicas do Corpo de Bombeiros. Sugere-se, portanto, o desmembramento da atual SMPTSS, prevista na portaria CG-06/2013, elevando-a a condição de Seção individualizada.

5º GBM – Positivos: Bom desempenho do pessoal; gestão pautada no respeito; aquisição de materiais por licitação e via COBM e recebimento de novas viaturas.

Negativos: Espaço Físico reduzido; funcionamento deficitário da rede (internet) e efetivo insuficiente.

6º GBM - A atual estrutura organizacional é limitada e algumas alterações poderiam ser implementadas, tanto no âmbito administrativo e operacional, a exemplo disto poderíamos ter uma seção de comunicação social mais robusta que possa dar mais publicidade aos feitos da corporação. No que tange a parte operacional poderíamos estruturar melhor a Seção de Material, Patrimonial, Transporte, Serviços e Segurança.

7º GBM - Pontos positivos: (A) infraestrutura boa, sede, alojamento e dependências pequenas, mas bem conservada e com área para ampliações, bem como localização de fácil acesso; (B) Estrutura Operacional boa, dispondo de 10 viaturas Operacionais: estando 08 em condições de uso: 02 ABTS (novo e semi-novo); 01 ABS; 01 AIF; 01 Auto Ambulância; 01 auto guincho; 02 Pick-Up. Além de uma embarcação barco tipo Lambari de 05m e um equipamento móvel de recarga de cilindros. 01 AEPA: com defeito e dois ABT antigos em processo de manutenção; (C) Equipe de oficiais e Subtenentes compromissados com a qualidade do serviço; (D) Apoio da Comunidade e do poder legislativo municipal; (E) contrato de manutenção de viaturas em pleno funcionamento facilitando o conserto imediato das viaturas.

Pontos negativos: (A) falta de efetivo, tanto de oficiais como praças; (B) falta de uma Política de movimentação de bombeiros militares; (C) falta de Viaturas Administrativas; (D) Falta de Diretrizes e metas a serem atingidas e com avaliação sistemática; (E) Falta de recursos suficientes para diárias e inexistência de horas extras.

8º GBM - Pontos Positivos: Efetivo Operacional e Administrativo comprometido com serviço.

Pontos Negativos: Muitas cidades na área de responsabilidade. Distância elevada e inviável da maioria das cidades na cobertura operacional. Falta da capacitação específica pela corporação.

9º GBM – Positivos – Modernização e reestruturação com novas viaturas e equipamentos; Bombeiros qualificados: Motoristas, guarda-vidas; mergulhador de resgate, etc.

Negativos – Efetivo insuficiente para compor as viaturas adquiridas recentemente; Grande extensão territorial, prejudicando o tempo resposta.

11º GBM – Positivos: a descentralização dos SGBM em Lençóis, Barreiras e Itaberaba.

Negativos: Área de responsabilidade grande demais; Efetivo desproporcional à área e população; Área grande demais para atendimento; Estrutura definida incompatível com a necessidade de uma UOBM.

15º GBM – Positivos: (A) Capacitação permanente de tropa; (B) Aquisição permanente de equipamentos para atividade fim da instituição; (C) Melhoria

permanente das instalações físicas da Unidade; (D) Manutenção permanente de veículos e equipamentos da Unidade.

Negativos: Negativo: Efetivo insuficiente na área administrativa e operacional.

Análise do quesito número 2: No que concerne aos aspectos positivos e negativos atinentes às Unidades Operacionais que operam na Região do Interior do Estado foi apurado o seguinte: Em comum, favorável a estes GBM constatou-se a estrutura organizacional e administrativa; o comprometimento e a dedicação dos seus respectivos efetivos e os equipamentos atualmente existentes nas Unidades.

Por outro lado, quanto aos aspectos desfavoráveis estão a carência de efetivo, capacitação e doutrina; deficiência na manutenção de viaturas e equipamentos; instalações inadequadas; ausência de uma política na área da comunicação social; carecimento de uma política voltada para a movimentação de pessoal; área de responsabilidade demasiadamente grande para cada um dos grupamentos, o que impossibilita um eficiente atendimento às ocorrências aos municípios distantes mais de 35 km da sede dos GBM e insuficiência de verbas para pagamento de horas-extras a um determinado efetivo empregado em evento extraordinário.

Quanto ao quesito número 3 - Em sua opinião o CROBMI exerce efetivamente a função de comando e coordenação junto as UOBM subordinadas? -, este objetiva obter a perspectiva que o GBM em questão tem do atual COBMI.

2º GBM - Entendo que o CROBMI deve ser fonte de produção de doutrina. Haveria grande contribuição se o Comando Regional promovesse a fiscalização, padronização e planejamento quanto as demandas operacionais e administrativa das OBM do interior.

4º GBM - Não, considerando, principalmente, a falta de autonomia orçamentária daquele Comando, que impede utilizar recurso para atividades de inspeção e fiscalização das OBM dos comandos subordinados. Tal fator gera um distanciamento entre o retromencionado órgão e as unidades subordinadas, restando ao CROBMI a tarefa de recepção e remessa de documentos.

5º GBM - O Comando Regional de Operações de Bombeiros Militares/Interior (CROBMI) funciona como elo entre as principais demandas das Unidades de Bombeiro do Interior e o Comando de Operações de Bombeiros Militares (COBMI); gerindo, projetando, arguindo, cobrando, sugerindo, auxiliando nos diversos misteres.

6º GBM - Não. Talvez pela distância da sede do CROBMI para este GBM, sentimos falta da presença de nosso comando imediato.

7º GBM - Em minha opinião não, pois sinto falta: (A) de um planejamento mais adequado ou plano Estratégico; (B) de planejamento para atuação dos GBM em conjunto; (C) do estabelecimento de metas a serem atingidas;

Falta de acompanhamento dos GBM *in loco*; (D) de poder do CROBMI junto ao comando, muitas vezes é o comando quem decide. É minha percepção.

8º GBM - Sim. Hoje exerce um papel maior de acompanhamento. Poderia haver mecanismos de maior fiscalização e controle, a exemplo de visitas técnicas e inspeções periódicas a nível operacional.

9º GBM - Exerce, devendo apenas haver uma maior aproximação presencial.

11º GBM - Não. Maior proximidade e contato com as unidades para conhecer suas necessidades; maior Coordenação e participação nos Planos Operacionais e respectivos eventos; precisa conhecer melhor as áreas com suas peculiaridades de forma a embasar melhor as determinações.

15º GBM - Essas funções carecem de aperfeiçoamento.

Análise do quesito número 3: Em verdade, o Comando Regional de Operações de Bombeiros Militares do Interior – CROBMI não cumpre o na integra o papel para qual fora criado quer seja pela falta de estrutura adequada à missão a ser cumprida quer seja pela dimensão territorial da Região do Interior do Estado. Posto que, seu papel como órgão de coordenação e fiscalização é de fundamental importância na eficiência operacional e administrativa das Unidades de Bombeiros a ela subordinada.

O quesito número 4 - Diante das peculiaridades demográfica e geográfica da área de responsabilidade desse GBM, como esta UOBM trata o processo de análise e planejamento das suas ações no campo operacional? - teve o objetivo de conhecer o nível de planejamento do comando do GBM analisado diante das variáveis ora propostas neste quesito.

2º GBM - Como foi evidenciado nos dados mencionados acima, quanto a população e tamanho da área de responsabilidade do 2º GBM, a OBM não atende de forma efetiva as demandas. Em verdade, apenas o município sede (Feira de Santana), e os municípios do 2º e 3º SGBM (Alagoinhas e Santo Antônio de Jesus), além dos distritos e municípios vizinhos a estes, são atendidos de forma satisfatória. Verifica-se então a necessidade de ampliação e descentralização das OBM's. Por

conta deste cenário, o processo de análise e planejamento das ações operacionais ordinárias e extraordinárias são dirigidas para uma pequena parcela da área de responsabilidade do GBM.

4º GBM - Não é perceptível a reversão, pelo CROBMI, dos dados extraídos dos atendimentos de ocorrências e ações realizadas em planejamentos que surtam efeitos práticos na rotina do GBM, reiterando a ideia de que o CROBMI encontra-se atualmente na condição de órgão destinado exclusivamente ao recebimento e repasse de informações.

5º GBM - Existe um plano anual de operações, elaborado pela Seção de Planejamento Operacional e Instrução (SPOI), com aprovação do Comandante, que leva em conta a Missão Constitucional do Bombeiro, prevista na Constituição Federal, as peculiaridades operacionais nas áreas de responsabilidade, os principais eventos as Operações (Verão e Chuva), além do Plano de Metas para os pontos sensíveis e críticos de sua jurisdição.

6º GBM - Nossas dificuldades são imensas, não só pela área de atuação gigantesca como também pela limitação de efetivo. Atualmente com a estrutura e as dimensões sob nossa responsabilidade não conseguimos atender como queríamos as cidades que distam da sede em mais de 30 km.

7º GBM - Na verdade só planejamos diante daquilo que é estimulado pelo nível central ou em razão de alguma necessidade surgida da comunidade e ou cidades de nossa área de responsabilidade.

8º GBM - Planejamento antecipado e Reuniões de avaliação antes e depois das Operações.

9º GBM - Muitas vezes nos sentimos impotentes em função da grande área de responsabilidade operacional, o que nos leva a refletir sobre a necessidade de uma descentralização operacional com a criação de novas subunidades.

11º GBM - Levando-se em consideração as limitações de efetivo, distância e disponibilidade financeira para elaboração dos planos operacionais.

15º GBM - A área territorial de responsabilidade do 15º GBM é imensa e os recursos disponíveis não conseguem atender satisfatoriamente nem mesmo a cidade sede, Paulo Afonso, sendo assim, o planejamento das ações fica essencialmente adstrito a mesma. Em consideração as ocorrências, estabelecemos a capacitação da tropa com cursos e treinamentos. Há 04 anos existe o programa de capacitação continuada cumprido religiosamente. Ainda de acordo com as

estatísticas buscamos adquirir equipamentos necessários para os atendimentos das demandas operacionais.

Análise do quesito número 4: A capacidade de planejamento das Unidades Operacionais subordinadas ao COBM RI é comprometida em razão da sua limitada estrutura operacional, frente, não apenas pela razão desproporcional entre o efetivo e a população interiorana mas, principalmente, devida as extensas áreas sob responsabilidade de seus respectivos grupamentos de Bombeiros. Por conseguinte, em geral, todo o processo de análise e planejamento operacionais é dirigido a uma parcela diminuta dos municípios e na maioria das vezes, quando instados pelo Alto Comando da Corporação.

A pergunta número 5 - Qual a participação do atual CROBM I no processo de gestão (provimento e distribuição) de recursos materiais e humanos para as UOBM I? - buscou obter uma análise crítica do comando GBM pesquisado ante a gestão de recursos humano e material por parte do atual COBM I.

2º GBM - Atualmente o CROBMI não participa no processo de gestão de recursos materiais e humanos para as UOBM I.

4º GBM - Não há participação efetiva do CROBMI no processo de gestão de recursos humanos e materiais junto a esta Unidade.

5º GBM - O CROBM I tem procurado, junto ao COBM, dotar as Unidades subordinadas com recursos materiais necessários ao efetivo serviço, disponibilizados em forma de disponibilização de recurso financeiro para aquisição por licitação (Deplan da PMBA), bem como a distribuição de novas viaturas e equipamentos. Os recursos humanos têm sido geridos via Subcomando-Geral, por transferência, ainda que com o deferimento do Comandante da Unidade e anuência do Comandante Regional.

6º GBM - Pequena, geralmente os recursos materiais são encaminhados a este GBM pelo Almoxarifado do COBM e os recursos humanos são encaminhados pela unidade de formação, pelo mesmo este foi o procedimento utilizado na última distribuição de recursos matérias e humanos.

7º GBM - Na minha percepção a participação no provimento e distribuição de recursos materiais e humanos nas OBMS pelo CROBM I é incipiente, em razão do modelo administrativo aplicado pelo comando da corporação como um todo, falta sincronicidade entre os comando.

8º GBM – Atualmente, sem ação.

9º GBM - Efetivamente não se vislumbra uma gestão no campo de recursos materiais e humanos por parte do CROBMM/I, observa-se uma gestão maior por parte do COBM.

11º GBM - Na questão de gestão financeira e orçamentária nenhuma, além de recomendar a informação do estágio de aplicação e efetivação de projetos.

Quanto aos recursos materiais nenhuma participação.

Em relação a recursos humanos, creio que em função da centralização do poder decisório no CG da PM, até então não participa do processo.

15º GBM - Carece de aperfeiçoamento.

Análise do quesito número 5: O envolvimento do COBM I nas rotinas administrativas dos GBM a ele subordinados é considerado insipiente, uma vez que, em geral, todo o processo de gestão de recursos humanos e materiais, comumente, não perpassa por aquele comando.

Quanto à questão de número 6 - Que sugestões poderiam ser dadas para o aperfeiçoamento da atual estrutura organizacional do Corpo de Bombeiros para a RI, visando à melhoria das ações administrativas e operacionais do CBMBA? -, tencionou coletar sugestões oriundas do comando do GBM inquirido que possam melhorar as ações administrativas e operacionais do CBMBA.

2º GBM - Entendo que o CROBMMI deveria promover a gestão financeira das necessidades da RI, além de dirigir e padronizar as ações de planejamento e execução das ações BM. Proponho então, a ampliação e descentralização de OBMs com uma estrutura primordialmente operacional e voltada para a execução da atividade fim.

4º GBM - A elevação do Órgão à condição de gestor orçamentário possibilitaria uma participação mais efetiva do CROBMMI junto às OBMs subordinadas, haja vista que permitiria a realização de intervenções pontuais, através de auditorias e inspeções das suas equipes setoriais. Também a fragmentação da área de responsabilidade, que hoje é toda a Bahia - salvo a RMS- contribuiria para o trabalho de articulação das OBM e fortaleceria ao exercício de comando. Por último, a criação de uma NUGAF na estrutura do CROBMMI facilitaria a dedicação das OBM subordinadas à gestão da operacionalidade, tão somente.

5º GBM - Maior intercomunicabilidade entre os órgãos que compõem a estrutura do Corpo de Bombeiros da Bahia (como funciona com a PMBA), no formato *intranet*, para comunicação entre os Grupos, e destes com os

Comandos, com: mural de avisos, legislações, lista telefônica, divulgação de eventos locais realizados pelas Unidades, padronização de protocolos.

6º GBM - Criação da 6ª Região, transformando o SGBM de Teixeira de Freitas em GBM e ser além de unidade operacional, unidade de ensino, para formar os bombeiros militares do Extremo Sul Baiano, o que ocasionaria a permanência desses militares na Região.

7º GBM – (A) Melhor aporte financeiro para o RI, (diárias, Transporte) e aporte de veículos tipo *Pick up* ou equivalente para viagens de acompanhamento e apoio; (B) Aumento do efetivo do CROBM; (C) Estabelecimento de Planejamento Estratégico pra o interior do Estado construído junto com os GBMs no início do ano, pactuando metas dentro da capacidade de resposta de cada unidade de bombeiros; (D) Estabelecer protocolo de avaliação dos GBMS a cada Semestre; (E) Valorizar as ações de melhoria dos serviços prestados pelos GBMs as comunidades; (F) Se fazer participar e opinar nas promoções de Oficiais e Praças sob sua área de responsabilidade, através de uma participação mais efetiva do CROBM I nas comissões de promoção, pois quando mais próximo o comando for dos seus comandos, menos injustiças podem ocorrer.

8º GBM – (A) Capacitação para todos os GBMs em área específica, a exemplo Salvamento em altura, Terrestre e aquático. Mergulho de Segurança Publica além de Análise e Vistoria Técnica; (B) Ferramentas de controle e fiscalização dos GBMs e (C) Melhor distribuição do efetivo BM.

9º GBM - A região do interior, visando já o crescimento do novo CBM/BA, deveria ser dividido em mais de um Comando Regional.

11º GBM – (A) Revisão da área de cada UOBM, levando-se em consideração já a criação das novas unidades previstas na LOB; (B) Estudo da criação de subunidades, consultando os comandantes; (C) Coordenar e fazer gestão, para a realização de cursos de capacitação na área administrativa, e na área operacional de acordo a peculiaridade de cada região (clima, vegetação, característica de turismo ou zona urbana, geografia); (D) Maior gestão junto à esfera estratégica para solução de problemas das unidades, principalmente na coordenação de operações que envolvem mais de uma uobm, como também particularmente no tocante aos eventos nas diversas áreas que não estão incluídas no calendário de eventos quanto à hora extra.

15º GBM - O Comando Regional não pode ser meramente uma instancia burocrática repassadora de documentos, para o exercício pleno da sua missão o órgão deveria estabelecer uma uniformização de procedimentos administrativos e operacionais, para isso é necessária à realização “*in locu*” de auditorias e inspeções que visem constatar: identificação visual de quartéis e veículos, utilização de uniforme e apetrechos pela tropa, procedimentos administrativos relativos a recursos humanos e licitações, política de manutenção de viaturas e das instalações físicas dos quartéis, procedimentos operacionais no atendimento as ocorrências, programa de valorização profissional, et cetera.

Além disso, com todas as deficiências o Comando Regional deveria intervir tanto junto ao comando das unidades inspecionadas, como junto a outros órgãos na busca pela solução dos problemas existentes.

Análise do quesito número 6: O CROBMI tem como missão planejar, assessorar, coordenar, executar, avaliar e controlar as atividades de bombeiros militares das Unidades Operacionais sediadas na Região do Interior do Estado, nas suas áreas de responsabilidade territorial, atuando como órgão intermediário entre o Comando de Operações de Bombeiros Militares (COBM) e essas Unidades, contando com um efetivo de 28 Bombeiros Militares. Ao analisar as respostas ao quesito número 6 desta perquisição, foi apurado que de fato o COBM RI não cumpre em sua plenitude o papel para qual foi criado. Em suas respostas, as UOBM pesquisadas sugerem uma serie de procedimentos que tornaria o COBM RI mais eficiente no cumprimento das suas responsabilidades legais momento em que, conforme dito, atualmente, o COBM RI é “meramente uma instancia burocrática repassadora de documentos”.

Não obstante, conforme dito e sugerido, os GBM inqueridos, expõe suas inquietudes ante as atribuições previstas e sugeridas para esse órgão de coordenação estratégica, a saber: dirigir e padronizar as ações de planejamento; realização de auditorias e inspeções; maior intercomunicabilidade entre os órgãos que compõem a estrutura do Corpo de Bombeiros da Bahia; realizar o Planejamento Estratégico pra o interior do Estado; estabelecer um protocolo de controle dos GBMS a cada Semestre, mediante ferramentas apropriadas de avaliação; coordenar a capacitação de pessoal para todos os GBMs; efetuar gestão junto à esfera estratégica para solução de problemas cruciais de cada GBM; criação de mais um comando regional, com o objetivo de “desafogar” a atual estrutura vigente;

capitanear o estudo da criação de subunidades; entabular gestão para uma melhor distribuição do efetivo BM; promover a realização “*in loco*” de auditorias e inspeções e uniformizar procedimentos administrativos e operacionais.

4.3. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS CORONÉIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA.

A investigação para a presente dissertação partiu para as entrevistas, com um marco teórico consistente, essencial para a compreensão do tema estudado, que é a proposta de interiorização das atividades de bombeiros do CBMBA, para, em seguida, proceder a análise do recorte dentro do assunto em voga.

Foi construído um questionário não estruturado (sem perguntas já pré-estabelecida). Essas entrevistas e visitas reiteradas aos órgãos foram de suma importância para melhor depuração das análises.

Foram entrevistados 3 dos 4 Coronéis, que compõe o Alto-Comando da Corporação, dos quais: 01 Comandante Geral do CBMBA, 01 Comandante do COBM RMS, 01 Comandante do COBM I. O Coronel Comandante do Centro de Atividades Técnicas encontrava-se de gozo de licença, por isso não foi entrevistado.

Não obstante, partindo para temática propriamente dita, o foco maior da entrevista com os senhores Coronéis do CBMBA esteve direcionado acerca do serviço ora prestado pelo Corpo de Bombeiros na Região do Interior do Estado.

O Coronel BM André Bonfim Dias Silva, Comandante do CROBMI, ao ser interpelo, informa que a corporação tem sim um bom número de bombeiros atuando junto ao interior do Estado, porém está carente de um efetivo maior de funcionários, bem como de viaturas para atender a demanda que está bastante reprimida nessas unidades.

O Cel BM André afirma ainda que há dificuldade na reestruturação e divisão operacional das unidades, pois muitas unidades têm na sua área de atuação algumas atribuições necessárias para que as mesmas possam ajudar a combater a demanda de ocorrências dentro da sua área territorial.

Segundo o Cel BM André assevera que essas unidades deverão se expandir para outras cidades, tomando-se por base os municípios com uma população entre

de 50 a 200 mil habitantes, que necessitam de um grande número de efetivo para atender tais demandas, além das localidades que não são cobertas pela corporação.

Perguntado ainda ao Coronel André, qual seria a previsão para o aumento desse grupo efetivo para melhor atuação do Corpo de Bombeiros no interior, ele responde informando que segundo a lei de organização básica, que entrou em vigor em 09/02, a previsão do aumento desse efetivo é de mais de 5.200 homens para completar o quadro do corpo de bombeiros que atua no interior, sendo que esse efetivo será distribuído entre essas cidades.

O Cmt do CROBMI afirma ainda que o efetivo está bastante defasado, pois não houve o recrutamento necessário para ocupar as unidades, já que existem policiais que exercem a atividade de bombeiro e não de recrutas, o que leva nesse caso um empenho maior de recompor o efetivo dessas unidades, bem como expandir para outros municípios.

O Coronel André faz uma relação entre o policial e o bombeiro, citando que ter um bom quadro do efetivo de policiais é tão importante quanto se ter viaturas policiais militares disponíveis para a atuação dos mesmos nos combates aos delitos. Já com o Corpo de Bombeiros a demanda de viaturas é menor, mas requer um maior grupo de efetivo.

Quando questionado sobre a reestruturação da área para a composição de um grupo maior de efetivo para um atendimento de qualidade, o Cel BM André respondeu que é necessária a criação de mais postos de bombeiros na dentro de determinada área, portanto a reestruturação tem que estar baseada em uma melhor organização e aumento de efetivo para atender as demandas de ocorrências das cidades do interior.

Com relação a atuação do bombeiro civil, o Coronel BM André afirma que a atuação do bombeiro civil ela é individual, ou seja, exercido por uma única pessoa, porém ele pode atuar como qualquer outro bombeiro caso haja necessidade para auxiliar no serviço que o bombeiro vai prestar.

O Coronel BM José Nilton Nunes Filho, então Comandante do Corpo de Bombeiros no período de 24 de abril de 2013 a 09 de fevereiro de 2015, fora questionado sobre a visão que o comando da corporação tem sobre a atuação do Corpo de Bombeiros dentro do interior do Estado.

O Coronel BM Nunes fala um pouco da história do corpo de bombeiros e a necessidade de que se tem da atuação eminente desses homens onde é possível combater as demandas mais necessárias.

Ele afirma que é importante analisar os princípios e o combate básicos das coisas, não só no sentido de apagar o fogo, como também na assistência pré – hospitalar, salvamento, defesa civil, dentre outras.

Cada município tem sua representatividade onde é necessário estar envolvido com a defesa civil, e é importante estarem todos mobilizados dentro de um consenso com o bombeiro militar, pois nesse sentido estão sendo desencadeadas atividades com a superintendência da defesa civil, com o objetivo de atender de uma forma tática, técnica e com eficácia as grandes ocorrências que por ventura venham a acontecer em todo Estado.

O Coronel BM Paulo Almeida Guerra, Comandante do CROBMRMS (Comando Regional de Operações de Bombeiros Militares da Região Metropolitana de Salvador), em sua entrevista, quando questionado sobre a atuação do corpo de bombeiros no interior do Estado, bem como na melhoria dos serviços prestados por esses agentes o comandante do COBM CRMS, respondeu o seguinte: “em primeiro lugar, estamos em um recomeço. O CBMBA saindo, depois de trinta anos, de dentro da PMBA, realizando um recomeço e, eu lhe diria que um dos principais pontos da ser observado seria a questão da doutrina operacional que nós vamos adotar em nossa Instituição.”

“O Corpo de Bombeiros no interior, principalmente nesse primeiro momento instalado nas principais cidades do Estado da Bahia, ele deve ser um bombeiro completo nos seu GBM e SGBM. A formação do nosso soldado deve ser completa, eclética e altamente especializada, em todos os segmentos do Corpo de Bombeiros. Não só na prevenção e no combate a incêndios, todos os tipos de salvamentos e, hoje, todas as especialidades, a exemplo, estricção de vítimas.”

“Um Corpo de Bombeiros no interior, forte, com todos os GBMs atuando em todas as modalidades de ação quer seja na prevenção e no combate a incêndio, busca e todos os tipos de salvamento, hoje nós temos uma ferramenta muito importante com o advento de toda a nossa legislação, praticamente pronta, que é a vistoria e análise de projetos. Então, a questão dos bombeiros de aeródromos ficando para trás como uma especialidade a ser atingida no futuro e para pequenas operações, hoje o mais importante seria, junto com a formação de todo os

bombeiros na sua atividade, a questão da vistoria e análise de projetos, para nós, hoje, do CBMBA, seria a sua principal ferramenta.”

“Como em quase todos os bombeiros do Brasil, você poderia deixar próximo à sede do comando geral da corporação, a ideia da doutrina de todas as unidades de especialização. Então, a medida em que o bombeiro vai crescendo vai necessitando de criar uma doutrina operacional, de doutrina especializada, você vai criando também unidades especializadas, a exemplo de GMAR, de SALVAR, a exemplo de cursos de especialização, como eu falei anteriormente para a retirada, extração, a estricção de vítimas em acidentes automobilísticos e em outros acidentes, enfim, essas especialidades poderiam gerar doutrina a partir do centro, a partir da capital e assim produzir efeitos necessários e cursos de capacitação, especialização para as unidades do interior. Não vejo, no primeiro momento, a necessidade dos GBMs do interior possuírem pequenas frações especializadas, pois, infelizmente, não temos contingente para isso.”

“Por final, eu poderia dizer o que eu penso das unidades do interior: conseguimos com o advento da Emenda Constitucional nº 20, a possibilidade também aqui na Bahia, pois é o último Estado a fazer isso, do bombeiro se aproximar na Defesa Civil. Então, entendo que todos os GBM’s do interior, todos os comandantes, poderiam e deveriam se aproximar das coordenações municipais, onde estão sediados de Defesa Civil e começar a trabalhar em parceria com esses órgãos, pois fazem parte de um outro sistema de governo à nível federal. E com isso, acredito, que em bem pouco tempo, estaríamos muito mais próximos e, quem sabe, até participando de todas as atividades, não só nas atividades de execução de defesa civil, como de planejamento e coordenação de controle.”

O Cel BM Francisco Telles, atual Comandante do CBMBA desde 09 de fevereiro de 2015, sobre as atividades do Corpo de Bombeiros na região do interior do Estado, trata a questão da seguinte forma:

“[...] almeja a evolução estrutural e organizacional do CBMBA de forma que nos permita em um curto prazo ser referência nacional em todas as suas atividades, seja busca e salvamento, seja combate à incêndios, seja em atendimento pré-hospitalar, seja atividades técnicas, vinculadas a vistorias e análise de projetos.

Perguntado: Como o senhor pensa fazer isso com apenas nove unidades de bombeiros no interior com uma extensão territorial com 417 municípios?

[...] Hoje nós cobrimos oitenta e dois municípios conforme prevê a nossa legislação, em que uma unidade cobre distâncias de até 35 km. A nossa ideia é exatamente fazer a expansão; [...] não é só fazer a expansão, é melhorar a qualidade do serviço prestado, e nesse processo de expansão e melhoria de qualidade nós já estamos fazendo vários cursos de capacitação, ao mesmo tempo, e também já buscando instalações físicas, principalmente instalações que serviram ao DERBA durante algum tempo para reforma-las como unidades de bombeiros e assim permitir o processo de expansão. Também, estamos apresentando proposta ao Governo do Estado de modificação da LOB, com emenda à Lei 13.202, que vai nos permitir, com certeza, com a possibilidade que hoje a gente tem como certa do Governo do Estado fazer com que gente possa melhorar o atendimento à sociedade, diminuindo o tempo-resposta e ao mesmo tempo fazendo o serviço com uma maior qualidade.

Perguntado: Agora, Coronel, [...] com a estrutura que nós temos hoje, uma diferença entre o que pode e o que se deve fazer, e um dos entraves é a questão da variável tempo-resposta, que para o Corpo de Bombeiros é imprescindível, como a gente vai poder atender, [...] suprir essa variável, atendendo o que pode e o que se deve atender com a estrutura que nós temos hoje no Corpo de Bombeiros, no interior?

Ele respondeu, a qualificação profissional e desmembramento. Nós temos que buscar isso, exatamente quando eu falei das casas, das chamadas “casas do DERBA”, que são as instalações que serviram ao DERBA, durante um longo tempo, é fazer o processo de descentralização e desmembramento. Na hora que nós estamos buscando, por exemplo, em Feira de Santana nós temos um GBM, nós estamos agora, já, com um processo em andamento para utilizar um imóvel que foi do DERBA, que fica do outro lado da cidade. Isso é o quê? Pra que a gente possa avançar com um SGBM, ou se não for possível um SGBM, uma seção que a gente chama de posto de bombeiros.

[...] nesse momento, nós estamos buscando três veículos por doação da INFRAERO. Esses veículos, naturalmente, servirão às unidades, fazendo com que a gente possa avançar sobre o terreno com novos postos. Perguntado: Recomposição de efetivo, Coronel? Resp. Já estamos aí, também, nessa luta, tanto que já foi autorizado pelo Governador do Estado, mais quarenta e cinco Sargentos e Subtenentes serem colocados para fazerem o curso de formação de Oficiais

Auxiliares, isso vai nos dar um suporte enquanto a gente vai formar os trinta CFOBM, que também já foram autorizados, mas que leva três anos para formar; a gente em um ano já tem Oficiais da administração para poder atuar no terreno nas funções típicas de tenente. Nesse sentido, a gente também tá, já com os quarenta e cinco autorizados a fazer o CFOA. Temos os casos que estão no processo de formação e promoção. Nesse sentido, também, de aumento de efetivo, a gente já está negociando com a Secretaria de Administração para - falta agora definir o número - fazer um novo concurso para Soldado, já no início de 2016.”

Nesse sentido, pode-se notar que nas interlocuções dos Coronéis acima há concordância na mensagem passada de que é importante a abrangência dos serviços prestados aliado, óbvio, ao crescimento do número de profissionais de bombeiro na região do interior, mediante um planejamento estratégico formação, capacitação e especialização de pessoal e, por conseguinte, a ampliação dos serviços da corporação, inclusive nas ações de defesa civil, pois só dessa forma os municípios poderão ser melhores atendidos.

5. CONSIDERAÇÕES PROPOSITIVAS

A dinâmica dos tempos atuais exige de todas as organizações o redimensionamento do seu papel na sociedade, com a procura de métodos e meios eficazes para garantir a sua estabilidade e o cumprimento da sua missão no contexto social em que se insere.

As transformações socioeconômicas e o questionamento acerca de valores e padrões de comportamento trazem estabilidade, o que força as organizações a lutarem para manter sua identidade e função institucional a salvo das mudanças que se passam ao seu redor.

A despeito de ações de cunho estratégico e prioritário, cujos objetivos visam: valorizar o homem e a mulher bombeiro militar; aprimorar a qualificação profissional; implantar engenharia de segurança; incrementar a modernização e uso da tecnologia; ampliar a integração entre os órgãos que compõem a rede de segurança social do Estado; fortalecer a imagem institucional e ampliar a efetividade operacional, este trabalho tem por escopo apresentar propostas de ações a serem desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, tendo em vista a constatação da interiorização racional e efetiva das operações de bombeiros e de circunstâncias que necessitam de correções, aperfeiçoamento e/ou inovações.

Como fora dito no bojo da presente dissertação, urgiu, pois, para a análise do objeto proposto, cinco importantes aspectos, que foram considerados: a dimensão territorial do Estado da Bahia; o número considerável de municípios; o contingente de bombeiros militares destinados a atuar na região do interior do estado e o tempo-resposta no atendimento às ocorrências de bombeiros nesta região.

O pressuposto da pesquisa, quanto à eficiência da prestação de serviços oferecida pelo CBMBA em toda a região do interior, remete à afirmação de que esta se mantém aquém do estabelecido em lei, do esperado pela sociedade e do almejado pela própria instituição - aqui se tratando das Unidades Operacionais de Bombeiros Militares (UOBM), que atuam na região do interior do estado -, em não prestar um serviço com qualidade, bem como, em não atender com rapidez às demandas operacionais.

A Secretaria de Segurança Pública, a quem o CBMBA, hoje, está diretamente subordinado, com vistas a consolidar as definições de missão, diretrizes e

proposições políticas para o desenvolvimento das atividades de bombeiros, externa a sua preocupação com a sintonia da evolução das instituições organizadas.

Sendo assim, é de se esperar que cada órgão que compõe a rede de segurança social do Estado apresente, em seus planos estratégicos, as suas metas, atendendo às suas prioridades, possibilitando, assim, melhor projetar o seu futuro, a fim de que esteja mais bem estruturado para servir à sociedade.

Em meio a este contexto, o Comando Regional de Operações de Bombeiros Militares do Interior (CROBMI), agora denominado Comando de Operações de Bombeiros Militares do Interior (COBMI), busca subsídios para fixar rotinas a serem seguidas em sua gestão, com base nas deliberações emanadas pelo Alto Comando do Corpo de Bombeiros Militares, com o fito de avigorar as atividades dos GBMs junto à comunidade, prestando-lhe um serviço de qualidade e credibilidade.

Diante de um atual e explícito cenário de carecimento das atividades do Corpo de Bombeiros na região do interior do Estado, o fortalecimento destas remete a um modelo de gestão pública tanto mais eficiente quanto eficaz. Para alcançar este modelo de gestão, o CBMBA deverá agir de forma proativa e colaborativa no desenvolvimento das políticas públicas afetas às ações de bombeiros e à defesa civil, estabelecendo parcerias e redes de informações, com base em critérios técnicos sustentáveis que proporcionem uma perfeita integração com a área sistêmica estadual.

Como pedra angular, corroboro com a administração do tempo - a identificação de como se utiliza o tempo -, o que não satisfaz e o que se deseja mudar¹³. Tais condições tornam-se ainda mais relevantes nos serviços públicos, cuja existência deve-se, antes de tudo, à participação da sociedade, através do reconhecimento das suas necessidades e do pagamento de impostos ao governo.

Portanto, da mesma forma que para as empresas particulares, segundo Osborne e Gaebler (1995), na administração pública podem ser destacados os seguintes aspectos como indicadores da qualidade dos seus serviços:

- a) Adoção de ações de planejamento: aplicada em planejamento eficiente poupa três ou quatro pessoas na execução e produz melhores resultados frente aos objetivos previstos;
- b) Organização: este é outro fator facilitador na execução das tarefas; aliada ao tempo;

¹³ Administração do Tempo com a Metodologia Tríade e o NEOTRIAD. Disponível em : <http://www.neotriad.com/ebook/ebook_administracao_tempo_neotriad.pdf>. Acesso em: 25/09/15.

c) Delegação: significa distribuição de tarefas, a fim de liberar o tempo de quem assume funções decisórias para tarefas e outras funções mais importantes do cargo;

d) Concentração: estimativa de tempo mínimo (anterior à ação) que se julgar necessário para conseguir progresso nas atividades a serem desenvolvidas e

e) Comunicação: o uso de linguagem simples, concisa e isenta de ambiguidades assegura a compreensão e poupa o tempo com a eliminação de mal-entendidos; o telefone e o e-mail devem ser usados devidamente para evitar deslocamentos desnecessários, o que significa a busca da agilidade no fluxo de informações, através do uso adequado de diferentes tecnologias de comunicação.

Decerto, no desenvolvimento dos atos de gestão, deve-se priorizar:

- I. A primazia da missão institucional;
- II. A finalidade e a necessidade públicas;
- III. A transparência das ações;
- IV. A integração dos setores envolvidos;
- V. A programação financeira da despesa;
- VI. O fortalecimento do sistema de controle interno;
- VII. A qualidade do gasto público;
- VIII. A racionalização de procedimentos licitatórios;
- IX. A redução dos custos das contratações, por meio de aquisições de forma centralizada;
- X. A qualificação contínua à execução orçamentária e financeira e
- XI. A ampla divulgação dos recursos destinados à realização de investimentos.

A atividade de planejar tem por finalidade estabelecer os objetivos, através das metas e critérios, de modo a assegurar a melhor aplicação dos recursos disponíveis. Sem o devido planejamento, as ações ocorrerão com base no imprevisto ou mera reprodução de planos anteriores. Todo o processo de racionalização das ações é dinâmico, permanente e continuado.¹⁴

Nesse sentido, a despeito de toda a estreiteza de recursos materiais e humanos, o Comando Regional de Operações de Bombeiros Militares do Interior tem procurado desenvolver os serviços de qualidade e com a absoluta transparência para conquistar a satisfação tanto do público interno - seu efetivo - como do público externo neste caso, as unidades sob seu comando imediato, com desdobramento direto sobre as comunidades interioranas.

¹⁴ O processo de planejamento. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgq64AA/processo-planejamento>>. Acesso em: 25/09/15.

O tempo-resposta¹⁵ se constitui do período que engloba a ativação do serviço de emergência, até a chegada da guarnição de bombeiros ao local do evento. Consideramos tal como um fator de alta relevância, tanto na instalação de novos quartéis e postos de serviços de bombeiros, como nos indicadores de qualidade de qualquer serviço de AOB. Entretanto, vale enfatizar que o mesmo depende de uma série de quesitos que influenciam diretamente na contabilização final desta variável.

Esta variável, portanto, apresenta-se intimamente conectada à dependência direta da gravidade presumida de cada caso, após o processo inicial de averiguação. Igualmente, do posicionamento geográfico onde se encontram as viaturas de emergência no momento da solicitação e despacho; das condições das vias de trânsito e tráfego (congestionamento); do clima; da disponibilidade da viatura adequada para ser enviada no momento da solicitação, bem como do modo de deslocamento do veículo (com sirene e sinais luminosos ligados ou não), o que é determinado pelo comandante da viatura, após cada evento ser criteriosamente avaliado e ser determinada a gravidade presumida e o grau de urgência do mesmo.

Não se pode assegurar, mesmo em casos de real emergência, que o recurso chegue ao local do atendimento em tempo inferior ao que as limitações naturais e inerentes ao sistema viário permitam, pois, dentre outros fatores, os condutores das viaturas de bombeiro, devem sobretudo, não apenas respeitar a velocidade máxima permitida designada para cada via (mesmo com sinal sonoro e sinais luminosos acionados), conforme determina explicitamente o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), como também atentar para as dimensões e peculiaridades, bem características de alguns tipos de carros de bombeiro.

Ademais, os veículos de bombeiro não são imunes às penalidades previstas no CTB. As regras especiais para a circulação de veículos de “emergência” são estabelecidas no artigo 29, inciso VII, do Código de Trânsito Brasileiro, e Resolução do Conselho Nacional de Trânsito n. 268/08, e mais os artigos 145, 189, 190 e 22 todos do CTB, que imputam ao condutor do veículo de emergência toda a responsabilidade civil e criminal em caso de evento com envolvimento de sinistro e lesões corporais.

Como em qualquer serviço de atendimento, em todas e quaisquer ocorrências de bombeiros, os recursos, mesmo sendo tecnicamente apropriados para a

¹⁵ Uma variável de suma importância dentro de um serviço de atendimento às ocorrências de bombeiro (AOB)

demanda rotineira, são limitados, podendo ser exauridos em determinados momentos, gerando uma inevitável demora e aumento do tempo-resposta nos atendimentos, principalmente em situações nas quais as ambulâncias, por exemplo, são direcionadas prioritariamente para outros casos de urgência ou emergência.

Mesmo assim, vale sempre manter e primar pela filosofia e o compromisso de sempre fazer o melhor possível para que a resposta seja rápida e segura. Em meio a essas variáveis, respeitando-se os protocolos e as regras do processo de atendimento aos eventos não se pode, obviamente, vencer as condições adversas à nossa vontade sem que o tempo-resposta seja comprometido em maior ou menor grau.

Apesar de entendermos que o solicitante sempre se julga com prioridade máxima, não podemos assegurar que as suas expectativas em relação ao tempo do atendimento não sejam frustradas em determinados casos, em razão das condições anteriormente expostas.

Portanto, precisamos estar cientes de que a demora nos atendimentos poderá ocorrer, e que eventualmente ocorrerá, caso não haja recurso para ser enviado no momento da solicitação, ou nos casos em que as situações mais urgentes estejam sendo contempladas de forma prioritária.

Sendo assim, é determinante a capacitação do contingente operacional para atuar no sentido de minimizar ao máximo este indicador, que, muitas vezes, é crucial na resolução das ocorrências de bombeiro.

Ademais, as concepções acerca da reestruturação das atividades do Corpo de Bombeiros na região do interior do Estado da Bahia não se encerram nos conceitos do tempo-resposta, pois estas perpassam ainda por variáveis que tocam a relação entre o efetivo e a população a ser atendida e mais a distância entre a sede do grupamento de bombeiros e os municípios presentes em sua área de responsabilidade que deverão ser atendidos.

Há de se considerar, ainda, o atendimento à população que se encontra presente em localidades como distritos, povoados, aldeias e afins, dentro do raio de cobertura de uma dada unidade operacional, ora fixado em 35 km lineares¹⁶, e não apenas a do município sede contemplado, em decorrência da sua população acima dos 50.000 habitantes.

¹⁶ Conforme § 2º, art. 23 da Lei nº 12.929 de 27 de dezembro de 2013

De mais a mais, a diferença entre o que pode e o que deve ser atendido não residem exatamente na densidade demográfica do município, considerando que todas as ocorrências de bombeiro devem ser atendidas. O que pode, portanto, ser atendido decorre estritamente das limitações impostas pela forma como os recursos humanos e materiais são dispostos, acionados, direcionados, aplicados e mobilizados.

Nas asserções abaixo, expressas em tabelas, sugiro uma redistribuição e a criação de unidades e subunidades dentro da atual estrutura operacional do Comando de Operações de Bombeiros Militares do Interior.

5.1. ATUAL COBERTURA OPERACIONAL DO CBMBA POR TERRITÓRIO

5.1.1. Análise quantitativa por território

Tabela 13 – Análise da cobertura atual do CBMBA dentro de cada território do Estado

Território: Portal do Sertão

OBM: 2º GBM / Feira de Santana

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs	TOTAL GBM	TOTAL SGBM
				1	
1	AMÉLIA RODRIGUES	26.458			
2	ANGUERA	11.209			
3	ANTONIO CARDOSO	12.216			
4	CONCEIÇÃO DA FEIRA	22.448			
5	CONCEIÇÃO DO JACUÍPE	33.066			
6	CORAÇÃO DE MARIA	23.228			
7	FEIRA DE SANTANA	612.000			
8	IRARÁ	29.770			
9	SANTA BÁRBARA	20.635			
10	SANTANÓPOLIS	9.407			
11	SÃO GONCALO DOS CAMPOS	37.111			
12	TEODORO SAMPAIO	8.067			
	TOTAL	845.615			

Território: Litoral Norte e Agreste Baiano

OBM: 2º GBM / SGBM / Alagoinhas

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs	TOTAL GBM	TOTAL SGBM
					1
1	ALAGOINHAS	153.560			
2	ARAÇÁS	12.402			

3	ARAMARI	11.237
4	CATU	55.380
5	MATA DE SÃO JOÃO	45.194
6	OURIÇANGAS	8.822
7	PEDRÃO	7.511
8	POJUCA	37.061
	TOTAL	331.167

Território: Recôncavo

OBM: 2º GBM / SGBM / Sto Antônio de Jesus

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs
1	CASTRO ALVES	27.194	
2	CONCEIÇÃO DO ALMEIDA	18.583	
3	DOM MACEDO COSTA	4.140	
4	MARAGOGIPE	45.928	
5	MUNIZ FERREIRA	7.860	
6	NAZARÉ	29.297	
7	SANTO AMARO	61.559	
8	SANTO ANTONIO DE JESUS	100.550	
9	SÃO FELIPE	21.548	
10	SÃO FRANCISCO DO CONDE	38.838	
11	SÃO SEBASTIAO DO PASSÉ	45.292	
12	SAPEAÇU	17.630	
13	SAUBARA	12.161	
14	VARZEDO	9.405	
	TOTAL	439.985	

TOTAL GBM	TOTAL SGBM
	1

Território: Vale do Jequiçá

OBM: 2º GBM / SGBM / Sto Antônio de Jesus

Número de ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs
1	ELÍSIO MEDRADO	8.420	
2	LAFAIETE COUTINHO	4.046	
3	LAJE	23.682	
4	SÃO MIGUEL DAS MATAS	11.963	
	TOTAL	48.111	

TOTAL GBM	TOTAL SGBM
	0

Território: Baixo Sul

OBM: 2º GBM / SGBM / Sto Antônio de Jesus

Número de ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs
1	ARATUÍPE	9.104	
	TOTAL	9.104	

Território: Chapada Diamantina

OBM: 11º GBM / Lençóis

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs	TOTAL GBM	TOTAL SGBM
1	ANDARAÍ	13.716		1	
2	LENÇÓIS	11.340			
3	PALMEIRAS	9.066			
	TOTAL	34.122			

Território: Bacia do Rio Grande

OBM: 11º GBM / SGBM / Barreiras

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs	TOTAL GBM	TOTAL SGBM
1	BARREIRAS	152.208			1
2	CATOLÂNDIA	3.644			
3	SÃO DESIDÉRIO	32.078			
	TOTAL	187.930			

Território: Piemonte do Paraguaçu

OBM: 11º GBM / SGBM / Itaberaba

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs	TOTAL GBM	TOTAL SGBM
1	ITABERABA	66.065			1
2	IAÇU	26.382			
3	RUI BARBOSA	31.780			
	TOTAL	124.227			

Território: Vitória da Conquista

OBM: 7º GBM / Vitória da Conquista

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs	TOTAL GBM	TOTAL SGBM
1	BARRA DO CHOÇA	35.200		1	
2	VITÓRIA DA CONQUISTA	340.199			
	TOTAL	375.399			

Território: Costa do Descobrimento

OBM: 6º GBM / Porto Seguro

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs	TOTAL GBM	TOTAL SGBM
1	PORTO SEGURO	143.282		1	
2	SANTA CRUZ CABRÁLIA	28.045			
	TOTAL	171.327			

Território: Piemonte Norte do Itapicuru

OBM: 9º GBM / SGBM / Senhor do Bonfim

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs	TOTAL GBM	TOTAL SGBM
1	ANTONIO GONCALVES	12.083			1
2	CAMPO FORMOSO	71.900			
3	FILADÉLFIA	17.593			
4	JAGUARARI	32.969			
5	SENHOR DO BONFIM	80.810			
	TOTAL	215.355			

Território: Itaparica

OBM: 15º GBM / Paulo Afonso

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs	TOTAL GBM	TOTAL SGBM
1	PAULO AFONSO	118.323		1	
2	GLÓRIA	16.039			
	TOTAL	134.362			

Tabela 14 - Resumo da cobertura atual por território do CBMBA (raio de 35 km)

	ATENDIDOS	% ATENDIDOS	EXISTENTES	TOTAL GBM	TOTAL SGBM
				15	8
MUNICÍPIOS	84	20,14	417		
POPULAÇÃO	7.787.930	51,49	15.126.371		

5.2. PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO

5.2.1. Proposta de ampliação da cobertura do CBMBA na RI

Tabela 15 - Proposta de ampliação da cobertura do CBMBA (GBM e SGBM) num raio de 35 km

Território: Sertão Produtivo/

OBM: XXº GBM / Guanambi

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs	TOTAL GBM	TOTAL SGBM
1	GUANAMBI	85.237		1	
2	CANDIBA	14.599			
3	PINDAI	16.758			
4	CAETITE	52.353			
	TOTAL	168.947			

Território: Semiárido Nordeste II**OBM: SGBM / Euclides da Cunha**

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs
1	EUCLIDES DA CUNHA	60.932	Território: 4-Sisal
2	MONTE SANTO	54.807	
	TOTAL	115.739	

Território: Piemonte da Diamantina**OBM: SGBM / Jacobina**

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs
1	JACOBINA	84.577	1
2	SAÚDE	12.693	
3	CAEM	10.282	
4	CALDEIRÃO GRANDE ¹⁷	13.555	
5	MIGUEL CALMON	27.627	
6	MIRANGABA	17.881	
	TOTAL	166.615	

Território: Bacia do Jacuípe**OBM:
SGBM /
Ipirá**

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs
1	IPIRÁ	62.172	1
	TOTAL	62.172	

Território: Sertão Produtivo**OBM: SGBM / Brumado**

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs
1	BRUMADO	69.022	1
2	ARACATU ¹⁸	14.158	
3	MALHADA DE PEDRAS	8.918	
	TOTAL	92.098	

Território: Bacia do Rio Grande**OBM: SGBM / Luis Eduardo Magalhães**

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs
1	LUIS EDUARDO MAGALHÃES	76.420	1
	TOTAL	76.420	

¹⁷ Município pertencente ao Território: Piemonte Norte do Itapicuru.¹⁸ Município pertencente ao Território Vitória da conquista.

Território: Sertão do São Francisco

OBM: SGBM / Casa Nova

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs
1	CASA NOVA	71.504	
	TOTAL	71.504	

Território: Médio Sudoeste da Bahia

OBM: SGBM / Itapetinga

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs
1	ITAPETINGA	75.440	
2	ITORORÓ	21.143	
	TOTAL	96.583	

Território: Extremo Sul

OBM: SGBM / Itamarajú

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs
1	ITAMARAJÚ	67.191	
	TOTAL	67.191	

Território: Sisal

OBM: SGBM / Serrinha

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs
1	SERRINHA	82.733	
2	AGUA FRIA ¹⁹	16.959	
3	LAMARÃO	9.554	
4	CANDEAL	9.075	
5	ICHU	6.288	
6	BARROCAS	15.624	
7	TEOFILANDIA	22.944	
	TOTAL	163.177	

Território: Sisal

OBM: SGBM / Conceição do Coité

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs
1	CONCEIÇÃO DO COITÉ	67.651	
2	RETIROLÂNDIA	13.209	
3	VALENTE	27.545	
4	RIACHÃO DO JACUIPE ²⁰	35.322	
	TOTAL	143.727	

¹⁹ Município pertencente ao Território Portal do Sertão.²⁰ Município pertencente ao Território Baía do Jacuípe.

Território: Velho Chico

OBM: SGBM / Bom Jesus da Lapa

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs		
1	BOM JESUS DA LAPA	68.922			1
2	SÍTIO DO MATO	13.256			
	TOTAL	82.178			

Tabela 16 - Resumo da proposta de ampliação da cobertura do CBMBA na RI (raio de 35 km)

	ATENDIDOS	% ATENDIDOS	EXISTENTES	TOTAL GBM	TOTAL SGBM
	53	12,71	417	3	13
MUNICÍPIOS					
POPULAÇÃO	1.995.344	13,19	15.126.371		

5.3. PROPOSTA DE APRIMORAMENTO

5.3.1. Proposta de aprimoramento da cobertura por parte do CBMBA

Tabela 17 - Proposta de aprimoramento da cobertura por parte do CBMBA (raio de 35 km)

Território: Metropolitano de Salvador

OBM: XXº GBM / Cajazeiras

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs	TOTAL GBM	TOTAL SGBM
1	SALVADOR	2.902.927	Melhorar distribuição territorial	1	
	TOTAL	2.902.927			

Território: Litoral Norte e Agreste Baiano

OBM: XXº GBM / Alagoinhas

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs	TOTAL GBM	TOTAL SGBM
1	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	100.550	Substituição de SGBM por GBM	1	
	TOTAL	100.550			

Território: Metropolitano de Salvador

OBM: XXº GBM / Camacari

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs	1	
1	CAMACARI	281.413	Inversão de SGBM por GBM com Simões Filho		
	TOTAL	281.413			

Território: Metropolitano de Salvador

OBM: SGBM / Candeias

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs		1
1	CANDEIAS	88.308	Acima de 60 mil hab.		
	TOTAL	88.308			

Tabela 18 - Resumo da proposta de aprimoramento da cobertura por parte do CBMBA (raio de 35 km)

	ATENDIDOS			TOTAL GBM	TOTAL SGBM
				3	1
MUNICÍPIOS	4				
POPULAÇÃO	3.373.198				

5.3.1. Proposta de instalação de novas unidades do CBMBA (SGBM) a ser analisada posteriormente dentro de um plano plurianual (PPA).

Tabela 19 - Proposta de instalação de novos SGBM

Território: Metropolitano de Salvador

OBM: SGBM / Dias D´Ávila

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs	TOTAL GBM	TOTAL SGBM
1	DIAS D´ÁVILA	76.624	Acima de 60 mil hab.		0
	TOTAL	76.624	Aguardar próximo PPA		

Território: Piemonte Norte do Itapicuru

OBM: SGBM / Campo Formoso

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs		0
1	CAMPO FORMOSO	71.900	Acima de 60 mil hab.		
	TOTAL	71.900	Aguardar próximo PPA		

Território: Recôncavo

OBM: SGBM / Cruz das Almas

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs		0
1	CRUZ DAS ALMAS	63.761	Acima de 60 mil hab.		
	TOTAL	63.761	Aguardar próximo PPA		

Território: Recôncavo

OBM: SGBM / Santo Amaro

Nº ordem	MUNICÍPIO	População (Hab)	Obs		0
1	SANTO AMARO	61.559	Acima de 60 mil hab.		
	TOTAL	61.559	Aguardar próximo PPA		

5.4. SÍNTESE DAS ANÁLISES DA COBERTURA OPERACIONAL DO CBMBA

Tabela 20 - Síntese das análises da cobertura operacional do CBMBA

COBERTURA ATUAL DO CBMBA (RAIO DE 35 KM)				TOTAL GBM	TOTAL SGBM
	QUANTIDADE	%	TOTAL DO ESTADO		
MUNICÍPIOS ATENDIDOS	84	20,14	417	15	8
POPULAÇÃO ATENDIDA	7.787.930	51,49	15.126.371		

PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DO CBMBA (RAIO DE 35 KM) COM O PPA 2016-2019				TOTAL GBM	TOTAL SGBM
	QUANTIDADE	%	TOTAL DO ESTADO		
MUNICÍPIOS ATENDIDOS	53	12,71	417	3	13
POPULAÇÃO ATENDIDA	1.995.344	13,19	15.126.371		

PROPOSTA DE APRIMORAMENTO DA COBERTURA DO CBMBA (RAIO DE 35 KM) PPA 2016-2019				TOTAL GBM	TOTAL SGBM
	QUANTIDADE				
MUNICÍPIOS ATENDIDOS	4			3	1
POPULAÇÃO ATENDIDA	3.373.198				

AUMENTO EM RELAÇÃO À COBERTURA EXISTENTE (RAIO DE 35 KM)				TOTAL GBM	TOTAL SGBM
	ATUAL	AMPLIAÇÃO PROPOSTA	AUMENTO %		
MUNICÍPIOS ATENDIDOS	84	53	63,10	6	14
POPULAÇÃO ATENDIDA	7.787.930	1.995.344,00	25,62		
BOMBEIROS MILITARES	2.150	2.736	127,26		
UNIDADES OPERACIONAIS	23	19	82,61		
TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE ATENDIDOS	17	8	47,06		

Tabela 21 – Resumo dos GBM em atendimentos por Território e proposta de ampliação

Território	Número de GBM em atendimento	Ampliação
Território: Irecê		1
Território: Velho Chico		1
Território: Chapada Diamantina	1	
Território: Sisal		1
Território: Litoral Sul	1	
Território: Baixo Sul	1	X
Território: Extremo Sul	1	X
Território: Médio Sudoeste da Bahia		1
Território: Vale do Jequiçá	1	
Território: Sertão do São Francisco	1	X
Território: Bacia do Rio Grande	1	X
Território: Bacia do Paramirim		
Território: Sertão Produtivo		1
Território: Piemonte do Paraguaçu	1	
Território: Bacia do Jacuípe		1
Território: Piemonte da Diamantina		1
Território: Semiárido Nordeste II		1
Território: Litoral Norte e Agreste Baiano	1	
Território: Portal do Sertão	1	X
Território: Vitória da Conquista	1	X
Território: Recôncavo	1	X
Território: Médio Rio de Contas	1	
Território: Bacia do Rio de Corrente		
Território: Itaparica	1	
Território: Piemonte Norte do Itapicuru	1	X
Território: Metropolitano de Salvador	1	

Território: Costa do Descobrimento	1	X
TOTAL	17	8

Legenda:

X = Contemplado com a ampliação proposta, contudo, já era atendido no raio de 35 km por outra Unidade do CBMBA já existente.

5.5. CUSTO ESTIMADO PARA A INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE DE BOMBEIRO MILITAR

A estrutura proposta está vinculada com a *“percepção de risco e defesa social”* no âmbito do serviço de bombeiro visando à prevenção ordinária.

Ainda como ponto de partida, é cediço de que cada GBM deve estar estrategicamente bem localizado e o seu efetivo bem instalado, preparado e capacitado para toda e qualquer natureza de ocorrência de bombeiro. A real necessidade de ampliação soma-se a um contexto de aporte financeiro e de procedimentos operacionais conjugados ao homem, ao conhecimento e ao material (aparelhamento).

Não obstante, como fora apresentado circunstancialmente no diagnóstico, a região do interior do Estado da Bahia acompanha e traduz o ritmo da contextualidade contemporânea no processo de urbanização, ocupação e verticalização urbana rural, que devem, na medida do desenvolvimento, criar uma mentalidade e preocupação com as áreas de risco e abarcar uma *“problemática urbana”* - o cenário de edificações e ocupação desorganizada em áreas críticas.

Neste escopo, estão previstos todos os componentes substanciais referentes à implantação de uma unidade operacional de bombeiros.

Os custos ora apresentados abaixo correspondem à instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros, análogo a um Grupamento de Bombeiros Militares.

A estimativa em voga se reveste da maior importância, na medida em que os valores, expressos em termos reais, tendem a ficar defasados, podendo ser estes valores maiores ou menores do que o apresentado pelo mercado.

Assim sendo, são os itens abaixo, elementos básicos para o estabelecimento e a prestação dos serviços de bombeiros em uma localidade com uma população estimada entre 50.000 a 200.000 habitantes, seguindo os parâmetros estabelecidos pela Organização das Nações Unidas de um bombeiro para cada um mil habitantes.

Neste sentido, será considerado um Grupamento de Bombeiros Militares com um efetivo de 201 (duzentos e um) bombeiros e todos os itens, abalizados como mínimos necessários, ao seu funcionamento.

Ainda como funcionamento, se registra que o regime operacional em uma escala de 24 horas de serviço por 96 horas de folga. Tal regime dá continuidade aos serviços de bombeiros, salvaguardando a comunidade nas diversas atividades, a saber:

- 1) Guarnição de combate a incêndio;
- 2) Guarnição de busca e salvamento (responsável por emergências químicas);
- 3) Guarnição de resgate (emergência pré-hospitalar);
- 4) Salvamento aquático e
- 5) Operações de mergulho.

5.5.1. Custo com mobiliário (anexo - III)

A composição do mobiliário do GBM buscou prioritariamente dotar as instalações de uma estrutura funcional e confortável no atendimento às necessidades administrativas e operacionais do grupamento, dentro dos espaços disponíveis e da disponibilidade orçamentária racionalizada.

5.5.2. Custo com eletroeletrônicos (anexo - IV)

Considerando o regime de serviço e o emprego diário de BM, os equipamentos eletroeletrônicos orçados buscam não apenas proporcionar conforto ao efetivo do GBM, como também, esmerar as rotinas administrativas e operacionais e, por conseguinte, o atendimento à comunidade.

5.5.3. Custo com materiais e equipamentos de bombeiros (anexo - V)

Atendendo às preocupações e princípios norteadores da qualidade na prestação de serviços, este Corpo de Bombeiros aponta o respectivo reaparelhamento como ponto crucial para um desenvolvimento organizacional

operacional no que tange à resposta emergencial e atendimento em ocorrências de vulto.

5.5.4. Custo com veículos para emprego em operações de bombeiro militar no Estado da Bahia (anexo- VI)

A filosofia operacional de atendimento às AOB apregoa uma excelente prestação do serviço, por parte do Corpo de Bombeiros, e está vinculada à existência de equipamentos e viaturas de bombeiros. Sendo assim, em se tratando de viaturas, estas são cruciais para um desenvolvimento operacional, no que tange melhor resposta às ocorrências do cotidiano.

A aquisição de viaturas operacionais de bombeiros possibilitará à unidade de bombeiros um melhor cumprimento de sua missão constitucional, através do que consolida o atendimento às demandas mais emergenciais, com o objetivo de bem servir a RI, que pela sua dimensão territorial e quantidade de municípios sem unidades do CB se ressentem de um AOB de qualidade.

A aquisição de veículos operacionais do Corpo de Bombeiros, do tipo Auto Bomba Tanque (ABT); Auto Tático de Resgate (ATR); Auto Busca e Salvamento (ABS); Auto Rápido (AR); Auto Produtos Perigosos (APP); Auto Comando de Área (ACA); Aquisição de um Auto Posto de Comando Avançado (APCA) e administrativo (ADM) objetiva melhorar a qualidade da prestação de serviço à população e atender as localidades consideradas estratégicas.

- a) Aquisição de um Auto Bomba Tanque (ABT) com capacidade para 5.000 l de água.

Justificativa: Os municípios do Estado da Bahia, em geral, apresentam uma estrutura composta de edificações, regiões com grande cobertura de vegetação e de APA (área de Preservação Ambiental), constante fluxo aéreo e grande expansão imobiliária. Existem, também, gasodutos e indústrias, além da crescente frota veicular. Todas essas nuances causam elevação dos riscos de incêndio, sendo necessária a ampliação da frota no que diz respeito a viaturas de combate a incêndios, a fim de viabilizar o atendimento de tais ocorrências.

- b) Aquisição de um Auto Tático de Resgate (ATR).

Justificativa: Atender as ocorrências de acidentes de veículo e transporte de massa, visando uma atuação rápida no socorro às vítimas, inclusive presas em

ferragens, com poli traumatismos, bem como decorrentes de outros tipos de ocorrência.

- c) Aquisição de um Auto Busca e Salvamento (ABS) com capacidade para 2.000 l de água.

Justificativa: Visa atender as ocorrências de busca e salvamento, visando atuação rápida em deslizamentos de terra, desabamentos, soterramentos, operação em enchentes, vítima em poço e foço, espaço confinado, acidentes automobilísticos, etc.

- d) Aquisição de um Auto Rápido (AR).

Justificativa: Destina-se a atender às ocorrências executando o primeiro atendimento objetivando minimizar o tempo resposta e realizar isolamento de área, bem como a análise rápida de situação, identificando riscos, buscando meios para neutralizá-los e solicitando reforços para aplicação do procedimento operacional padrão.

- e) Aquisição de um Auto Produtos Perigosos (APP).

Justificativa: Objetiva atender as ocorrências, visando atuação rápida em acidentes com produtos perigosos.

- f) Aquisição de um Auto Comando de Área (ACA).

Justificativa: Veículo destinado ao transporte de Oficiais na função de comando nas diversas ocorrências atendidas pelo Corpo de Bombeiros.

- g) Aquisição de um Auto Posto de Comando Avançado (APCA).

Justificativa: Viatura para funcionar como posto de comando avançado nas diversas ocorrências atendidas pelo Corpo de Bombeiros.

- h) Aquisição de um veículo administrativo (ADM).

Justificativa: Viatura para suporte aos serviços administrativos e de representação.

5.5.5. Projeto padrão para construção do quartel (anexo - VII)

O projeto de construção da edificação sede de uma UOBM segue um padrão, que se destina ao uso da tropa, bem como de convidados civis ou militares, visando ofertar, sobretudo maior conforto e segurança aos seus integrantes.

Este tentame objetiva dotar o ambiente de trabalho de condições essenciais ao desenvolvimento satisfatório das rotinas administrativas e operacionais de

Bombeiro. São arquétipos norteadores deste projeto os cuidados com a higiene, a segurança e a criação de espaços que atendam efetivamente às necessidades da OBM.

A planta ora sugerida, planeia ainda as principais demandas operacionais e administrativas de uma Unidade de Bombeiros, com possibilidades de ampliação. As especificações, conforme memorial descritivo (anexo - VIII), buscam satisfazer a guarda de materiais, equipamentos, abrigo para as viaturas e ambientes voltados para a capacitação e treinamento de pessoal.

O projeto sugere um imóvel composto por dois pavimentos, possuindo uma área construída total de 355,00 m², sendo 115,00 m² no pavimento superior.

O pavimento inferior da estrutura será composta por um galpão de concreto pré-moldado com 20 x 12 m, totalizando 240 m² que abrigará tanto as viaturas quanto os diversos cômodos que compõem o SGBM.

5.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendendo às preocupações e princípios norteadores da qualidade na prestação de serviços, este Corpo de Bombeiros aponta o respectivo reaparelhamento como ponto crucial para um desenvolvimento organizacional operacional no que tange à resposta emergencial e atendimento em ocorrências de qualquer natureza.

Por adição, as condições de trabalho com sede na execução segura e otimizada das atividades de bombeiro, pautaram a elaboração desta lista orçada em R\$ 15.177.736,68.

Por derradeiro, o corpo social, em todos os seus níveis de agrupamento, tem sugerido mudanças, as quais têm sido consideradas diretamente relacionadas a uma melhor prestação de serviços. Essa relação engloba, não apenas a reestruturação na prestação de serviços, mas também na qualidade desta prestação.

Atualmente, algumas das características do novo ambiente organizacional, tais como globalização, integração interna e externa das organizações, entre outras, têm confirmado as tendências de mudanças na prestação de serviços.

Por oportuno, o CBMBA, por sua vez, deve elaborar, ou pelo menos rever, suas estratégias operacionais, considerando o novo mapa geopolítico do Estado da Bahia, buscando, assim, obter o máximo em resultados positivos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Carlos César Pereira e ANDERSON, Wolney Santos De Almeida. **Desconcentração do Grupamento Aéreo na PMBA**. 2008. 143 f. Monografia (Curso de Especialização em Segurança Pública) – Academia de Polícia Militar da Bahia, Salvador.
- BAHIA, Governo do Estado. **Constituição do Estado da Bahia**. Salvador-Ba, 1989.
- BAHIA, Governo do Estado. Decreto Nº 7.796, de 28 de abril de 2002. **Diário Oficial do Estado**, Salvador-Ba, 2002.
- Bahia, Governo do Estado. LEI nº 8.347, de 27 de agosto de 2002. **Diário Oficial do Estado**, Salvador-Ba, 2002.
- BANDEIRA DE MELLO, CELSO ANTÔNIO. **Curso de Direito Administrativo**. 10ª ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 1998.
- BOBBIO, Norberto. **Diritto e Stato nel pensiero di E. Kant**. Ed. Turim: Giappichelli, 1969. p. 233-4. In Doutrina do direito. Immanuel Kant. 2.ed. Coord. Técn. Carlos E. Rodrigues e Márcio Pugliesi. São Paulo: Ícone Editora, 1993. pp. 7-8
- BOBBIO, N., **A Teoria das Formas de Governo**. Brasília: UnB. 2000.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da Republica Federativa**. Brasília: DF, 1988.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 1999.
- COIMBRA, Ivanê Dantas. **Significado, modalidades e tipos de pesquisa científica**. Salvador, Bahia. 2009. (Coletânea de Textos da disciplina Metodologia do Trabalho Científico para o Curso CEGESP, APMBA/UNEB, p. 45-54, 2009).
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- D'ALBUQUERQUE, Daniel Martins. Max Weber: **ciência, política e as agências reguladoras como atores de políticas públicas**. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22160/max-weber-ciencia-politica-e-as-agencias-reguladoras-como-atores-de-politicas-publicas#ixzz3NbhpKVGg>>. Acesso em 01 jan 2015.
- EDGARD, Antonio Santos de Jesus; MENEZES, Valter Souza; MAGNAVITA, Augusto César Miranda. **Criação do Comando de Policiamento Especializado na PMBA: Uma proposta**. 2002. 130 f. Monografia (Curso de pós-graduação em Gestão da Segurança Pública) – Academia de Polícia Militar da Bahia, Salvador.

FRAGA, CAP PM Jorge A Prudente da Silva et al. **Operações de Bombeiros na Defesa Civil: quais os Caminhos para Reestruturar o Corpo de Bombeiros da Bahia, Face a Futura Constituição** (1988). Monografia. Salvador-Ba.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GUEDES, Edmundo. **O Planejamento Operacional em Polícia Militar**. Salvador: Bureau, 1990.

LODI, J.B. **Administração por objetivos**. São Paulo: Pioneira, 1978.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 22ª Ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 1997.

MORAES, Alexandre de: **Direito Constitucional Administrativo**. São Paulo: Atlas, [19__?]

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventando o governo**. Brasília: MH Comunicação, 1995.

<http://www.adolesc.br/bvs/adolesc/P/textocompleto/adolescente/capitulo/cap03.htm>, em 17 agosto 2009

www2.fcsh.unl.pt/docentes/luisrodrigues/textos/burocracia2.ppt, em 14 jun. 09

<http://www.professorcezar.adm.br/AulasTGA.htm>, em 13 jun 09

<http://www.webartigos.com/articles/18936/1/processos-gerenciais/pagina1.html>, 13 jun 09

<http://www.professorbacchelli.spaceblog.com.br/198888/Desconcentracao-e-Decentralizacao-da-Administracao-Publica/>, em 14 jun. 09

http://www.juspodivm.com.br/i/a/%7B4D96EA04-B0DC-4268-A914-080491B7B410%7D_ADMINISTRACAO_PUBLICA , em 14 jun. 09

SCORZA, Flavio Augusto Trevisan. **O Estado na obra de Kant**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1348, 11 mar. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9580>>. Acesso em: 14 out. 2008.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **O princípio democrático no ordenamento jurídico brasileiro**. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/62/o-principio-democratico-no-ordenamento-juridico-brasileiro>>. Acesso em: 01 jan 2015.

WEBER, Max. 1967 e 1968. **Ciência e política - Duas vocações**. Editora Cultrix. São Paulo, 1999

WILSON, Jorge E. 1985. **O conceito de Estado - síntese das teorias formuladas por Machiavel, Lenin, Gramsci, Weber.** Revista Sinopses 8, p.229 - 265. FAUUSP. São Paulo, 1985.

ANEXOS

ANEXO I

TABELA DO EFETIVO DAS UNIDADES DE BOMBEIROS DA REGIÃO DO INTERIOR – OUTUBRO 2015

UNIDADE	EFETIVO EXISTENTE	EFETIVO FIXADO*
CROBM-I	33	60
2º GBM – FEIRA DE SANTANA	276	250
4º GBM – ITABUNA	105	130
5º GBM – ILHÉUS	147	140
6º GBM – PORTO SEGURO	129	180
7º GBM – VITÓRIA DA CONQUISTA	106	140
8º GBM – JEQUIÉ	128	140
9º GBM – JUAZEIRO	120	140
11º GBM – LENÇÓIS	181	190
15º GBM – PAULO AFONSO	65	150
TOTAL	1.290	1.520

Fonte: COBM I

*Conforme PORTARIA n.º 060 - CG/13, que “Regulamenta a Organização Estrutural e Funcional da Polícia Militar da Bahia e dá outras providências”.

14.Outras Vítimas - Não Fatal	163	37	35	33	29	680	39	555	36	1607
15.Outras Vítimas - Fatal	19	0	1	1	1	4	3	23	0	52
TOTAL VÍTIMAS NÃO FATAIS	302	98	50	122	82	689	159	800	49	2351
TOTAL VÍTIMAS FATAIS	79	30	21	37	34	34	38	123	17	413
TOTAL DE VÍTIMAS	381	128	71	159	116	723	197	923	66	2764

ANEXO III

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA

COMANDO REGIONAL DE OPERAÇÕES DE BOMBEIROS MILITARES DO INTERIOR

Feira de Santana, 10 de setembro de 2014.

CUSTO COM MOBILIÁRIO

Fonte: 2º GBM/CAAF

Item	Código	Descrição	Quant.	V. unit.	V.total
1	71.10.00.00130476-3	POLTRONA, com espaldar alto, executiva, giratória, com braço regulável, com assento interno em compensado multilaminas de madeira moldada anatomicamente a quente com pressão e espessura de 10,5 mm. Espuma em poliuretano flexível, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 50 a 55 kg/m ³ e moldada anatomicamente com espessura média de 40 mm. Capa de proteção e acabamento do assento injetada sob o assento em polipropileno texturizado. Dimensões mínimas do assento: profundidade 460 mm e largura 480 mm Encosto totalmente em espuma com interno em madeira prensada a quente em formato anatômico de 10,5 mm de espessura; totalmente revestido sem utilização de capa plástica e perfil de PVC. Apoia-cabeça com espuma injetada em poliuretano flexível, no mesmo revestimento do encosto. Dimensões mínima do encosto: altura 850 mm e largura 450 mm. Suporte para encosto com regulagem de altura fabricado	02 und	350,00	750,00

		<p>em chapa de aço estampada de 6,00 mm com alta resistência mecânica. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epoxi pó com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície com película de aproximadamente 100 micros com propriedades de resistência a agentes químicos. Mecanismo tipo RELAX, com regulagem de tensão e travamento em no mínimo 04 pontos, fabricado por processo de solda sistema MIG em chapa de aço estampada de 3 mm. Acabamento em pintura eletrostática totalmente em epoxi pó com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente o mecanismo com película de aproximadamente 100 micros com propriedades de resistência a agentes químicos. Bloqueio do movimento RELAX na posição operativa utilizando a mesma alavanca de regulagem de altura. Sistema de ajuste de tensão do mecanismo de ralas através de manipulador situado abaixo do assento. Coluna de regulagem de altura por acionamento a gás com 100 mm de curso mínimo, fabricada em tubo de aço de 50,8 mm e 1,50 mm de espessura. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epoxi pó com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a coluna com película de aproximadamente 100 micros com propriedades de resistência a agentes químicos. Capa telescópica de 3 elementos, injetada em polipropileno texturizado, sendo elemento de ligação estética entre a base e o mecanismo. Base com 5 patas, fabricada em liga de alumínio injetado sob pressão que garante alta resistência mecânica. Acabamento de superfície polido, realçando o brilho natural do alumínio. Alojamento para engate do rodízio usinado do no diâmetro de 11 mm dispensando o uso de buchas de fixação. Rodízio duplo, com rodas de 50 mm de diâmetro injetados em resina de engenharia ,poliamida (nylon 6), com aditivo anti-ultravioleta e modificador de impacto ,eixo vertical dotado de anel elástico em aço que possibilita acoplamento fácil e seguro a base.Com acabamento em poliuretana PU dando maior resistência ao piso duro. Apoio braço em aço, com revestimento em polipropileno injetado de alta resistência, com regulagem de altura em 07 estágios. Comprimento mínimo de 240 mm e largura mínima de 85 mm. Revestimento em couro ecológico na cor preto. O Produto deve estar em conformidade com A NR17 comprovado através de Laudo de Ergonomia, e norma ABNT NBR 13962:2006, comprovado através de Certificado de Conformidade de</p>			
--	--	---	--	--	--

		Produto da ABNT (completo com capa e anexos), devendo constar no certificado as referencias ou códigos dos produtos cotados. Garantia minima de 5 anos			
2	71.10.00.00130412-7	MESA, de trabalho, com superfície linear em MDP com espessura minima de 25 mm, revestida (em ambas as faces) em laminado melaminico BP argila, com cantos retos; borda em PVC estrondado, ou PSAI na cor do laminado com raio de contato com o usuário com no mínimo 2,5mm, atendendo as normas da ABNT vigentes. Canaliza de fiação horizontal, fixada sob o tampo, confeccionada em aço com tratamento fosfatizado e pintura eletrostatica na cor cinza, com passagem para fiacao, com 02 recortes circulares ou triangulares, nas extremidades da superficie, para passagem de fiacao, com acabamento e tampa em poliestireno ou abs. Dimensao: 1000 X 600 X 740 mm. (com variacao de +/- 5%) Painel frontal em chapa de MDP, revestida (em ambas as faces) em laminado melaminico argila com borda em PVC extrudado na cor do laminado; espessura minima de 18 mm. Pes laterais, a serem fixados sob o tampo, compostos de estrutura central vertical "coluna" com dimensoes minimas de 180 mm x 25 mm, em chapa de aco SAE 1010/ SAE 1020, com espessura minima de 1,20 mm, possuindo tampa vertical removivel, formando uma calha interna para passagem de fiacao. Base de sustentacao inferior, em aco, de seccao eliptica ou retangular, com mecanismo para fixacao do tampo atraves de parafuso e porca de aco zincado embutido na estrutura com acabamento na mesma cor da estrutura, com dimensoes minimas de 45x20mm, comprimento minimo de 420 mm e espessura minima de 1,50mm e 02 sapatatas reguladoras de nivel. Base de sustentacao superior, sob o tampo, em aco de seccao retangular com dimensoes mínimas de 30x20mm, comprimento mínimo de 390 mm e espessura minima de 0,95mm com ponteiras injetadas de cor semelhante à estrutura metálica. Todas as junções deverão ser realizadas através de soldagem pelo sistema MIG e todos os componentes metálicos devem ser tratados por banho de desengraxa mento, decalagem e fosfatizacao. Em todos os componentes metálicos deve ser aplicada pintura epoxi pó pelo processo de deposição eletrostatica com polimerização em estufa. Os tampos devem ser parafusados a estrutura por meio de buchas metálicas, inseridas no tampo,	06 und	340,00	2.040,00

		e parafusos de maneira que todos os conjuntos possam ser montados e desmontados sem causar danos à estabilidade da mesma. O Produto deve estar em conformidade com a NR17 comprovado através de Laudo de Ergonomia, e norma ABNT NBR 13967:2009 ou NBR 13966:2008, comprovado através de Certificado de Conformidade de Produto da ABNT (completo com capa e anexos), devendo constar no certificado as referencias ou códigos dos produtos cotados. Garantia minima de 5 anos			
3	71.10.00.00130502-6	ARMARIO, em aco, com 02 portas, com abertura minima de 90°, dotadas de 02 reforços, confeccionados em chapa nº 20 e nº 18, com 04 prateleiras reforçadas, dimensoes 800 x 400 x 1900 mm (LxPxA), com variaçao de +/- 5%. Sistema de fechamento simultaneo, comando por maçaneta, dobradiça com trava e fechadura com chave, pintura eletrostática em epoxi-po, na cor cinza claro. O produto deve estar em conformidade com a NR-17, do Ministério do trabalho, e normas ABNT vigentes. Garantia minima de 1 ano	04 und	430,00	1720,00
4	71.10.00.00130426-7	CADEIRA, com espaldar médio, fixa, com braço fixo, com assento interno em compensado multilaminas de madeira moldada anatomicamente a quente com pressão de 10 KGF/cm2 e espessura de 10,5 mm ou resina de poliéster. Espuma em poliuretana flexível, isento de CFC, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 50 a 55 kg/m3 e moldada anatomicamente com espessura minima de 40 mm. Largura do assento, minima de 460mm e profundidade minima de 460mm. Capa de proteção e acabamento injetada do assento em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de pvc ou em resina de poliéster com aplicação de perfil de pvc a quente. Encosto Interno em polipropileno injetado estrutural de grande resistência mecânica, conformado anatomicamente, ou produzido em resina de poliéster. Espuma em poliuretana flexível , isento de CFC, alta resiliencia, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 50 kg/m3 e moldada anatomicamente com saliência para apoio lombar e espessura minima de 40 mm. Largura do encosto, minima de 430mm e altura minima de 380mm. Capa de proteção e acabamento do encosto, injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do	06 und	240,00	1.440,00

		<p>perfil de PVC, ou em resina de poliéster com aplicação de perfil de pvc a quente. Estrutura fixa continua em tubo de aço curvado na cor preta, com diâmetro mínimo de 25,00 mm e espessura mínima de 2,25 mm e placa do assento em aço estampado mínimo de 3,00 mm, totalmente soldada por sistema MIG e acabamento de superfície pintado em epoxi pó eletrostático, com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a estrutura com película de aproximadamente 100 micro ns com propriedades de resistência a agentes químicos. Sapatas envolventes injetadas em polipropileno ou poliamida reforçada com fibra de vidro. Acoplamento para fixação do suporte para encosto tipo lamina diretamente na placa de fixação do assento com capa de polipropileno injetado estrutural de grande resistência mecânica, conformado anatomicamente, com largura mínima de 120 mm e espessura mínima de 30 mm. Apóia braços com alma de aço estrutural revestido em poliuretana pre-polimero integral skin, texturizado. Cadeira revestida em vinil ou couro ecológico na cor preta. O produto deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 13962:2006, comprovado através de Certificado de Conformidade de Produto da ABNT (completo com capa e anexos), devendo constar no certificado as referencias ou códigos dos produtos cotados. Garantia mínima de 5 anos</p>			
5	71.10.00.00130427-5	<p>CADEIRA, com espaldar médio, fixa, sem braço, com assento interno em compensado multilaminas de madeira moldada anatomicamente a quente com pressão de 10 KGF/cm² e espessura de 10,5 mm ou resina de poliéster. Espuma em poliuretana flexível, isento de CFC, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 50 a 55 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura mínima de 40 mm. Largura do assento, mínima de 460 mm e profundidade mínima de 460mm. Capa de proteção e acabamento injetada do assento em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de pvc ou em resina de poliéster com aplicação de perfil de pvc a quente. Encosto Interno em polipropileno injetado estrutural de grande resistência mecânica, conformado anatomicamente, ou produzido em resina de poliéster. Espuma em poliuretana flexível, isento de CFC, alta resiliencia, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga</p>	18 und	200,00	3.600,00

		<p>dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 50 kg/m³ e moldada anatomicamente com saliência para apoio lombar e espessura mínima de 40 mm. Largura do encosto, mínima de 430mm e altura mínima de 380mm. Capa de proteção e acabamento do encosto, injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de pvc, ou em resina de poliéster com aplicação de perfil de pvc a quente. Estrutura fixa contínua em tubo de aço curvado na cor preta, com diâmetro mínimo de 25,00 mm e espessura mínima de 2,25 mm e placa do assento em aço estampado mínimo de 3,00 mm, totalmente soldada por sistema MIG e acabamento de superfície pintado em epoxi pó eletrostático, com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a estrutura com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Sapatas envolventes injetadas em polipropileno ou poliamida reforçada com fibra de vidro. Acoplamento para fixação do suporte para encosto tipo lamina diretamente na placa de fixação do assento com capa de polipropileno injetado estrutural de grande resistência mecânica, conformado anatomicamente, com largura mínima de 120 mm e espessura mínima de 30 mm. Cadeira revestida em vinil ou couro ecológico na cor preta. O produto deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 13962:2006, comprovado através de Certificado de Conformidade de Produto da ABNT (completo com capa e anexos), devendo constar no certificado as referências ou códigos dos produtos cotados. Garantia mínima de 5 anos</p>			
6	71.10.00.00130407-0	<p>MESA, auxiliar, com superfície linear em MDP com espessura mínima de 25 mm, revestida (em ambas as faces) em laminado melaminico BP argila, com cantos retos; borda em PVC estrondado, ou PSAI na cor do laminado com raio de contato com o usuário com no mínimo 2,5mm, atendendo as normas da ABNT vigentes. Canaliza de fiação horizontal, fixada sob o tampo, confeccionada em aço com tratamento fosfatizado e pintura eletrostática na cor cinza, com passagem para fiação, com 01 recorte circular ou triangular, nas extremidades da superfície, para passagem de fiação, com acabamento e tampa em poliestireno ou abs. Dimensao: 600 X 600 X 740 mm. (com variacao de +/- 5%) Painel frontal em chapa de MDP, revestida (em ambas as faces) em laminado melaminico argila com borda</p>	04 und	200,00	800,00

		<p>em PVC extrudado na cor do laminado; espessura mínima de 18 mm. Pes laterais, a serem fixados sob o tampo, compostos de estrutura central vertical "coluna" com dimensões mínimas de 180 mm x 25 mm, em chapa de aço SAE 1010/ SAE 1020, com espessura mínima de 1,20 mm, possuindo tampa vertical removível, formando uma calha interna para passagem de fiação. Base de sustentação inferior, em aço, de seção elíptica ou retangular, com mecanismo para fixação do tampo através de parafuso e porca de aço zincado embutido na estrutura com acabamento na mesma cor da estrutura, com dimensões mínimas de 45x20mm, comprimento mínimo de 420 mm e espessura mínima de 1,50mm e 02 sapatas reguladoras de nível. Base de sustentação</p> <p>superior, sob o tampo, em aço de seção retangular com dimensões mínimas de 30x20mm, comprimento mínimo de 390 mm e espessura mínima de 0,95mm com ponteiros injetadas de cor semelhante à estrutura metálica. Todas as juntas deverão ser realizadas através de soldagem pelo sistema MIG e todos os componentes metálicos devem ser tratados por banho de desengraxamento, decapagem e fosfatização. Em todos os componentes metálicos deve ser aplicada pintura epóxi po pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa. Os tampos devem ser parafusados a estrutura por meio de buchas metálicas inseridas no tampo e parafusos de maneira que todos os conjuntos possam ser montados e desmontados sem causar danos à estabilidade da mesma. Garantia mínima de 5 anos</p>			
7	71.10.00.00130429-1	<p>CADEIRA, com espaldar alto, giratória, com braços reguláveis, com assento interno em compensado multilaminas de madeira moldada anatomicamente a quente com pressão de 10 kgf/cm² e espessura de 10,5 mm ou resina de poliéster. Espuma em poliuretano flexível, isento de CFC, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 50 a 55 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura mínima de 40 mm. Largura mínima de 450 mm e profundidade mínima de 440mm. Capa de proteção e acabamento injetada do assento em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de pvc ou em resina de poliéster com aplicação de perfil de pvc a quente. Encosto Interno em</p>	06 und	390,00	2.340,00

		<p>polipropileno injetado estrutural de grande resistencia mecanica, conformado anatomicamente, ou produzido em resina de poliester.. Espuma em poliuretana flexível , isento de CFC, alta resiliencia, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 50 kg/m3 e moldada anatomicamente com saliência para apoio lombar e espessura minima de 40 mm. Largura do encosto, minima de 440mm e altura minima de 520mm. Capa de proteção e acabamento do encosto, injetada em polipropileno e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC, ou em resina de poliéster com aplicação de perfil de pvc a quente. Mecanismo injetado em liga de alumínio sob pressão e placa superior em chapa de aço. Acabamento de superfície pintada eletrostaticamente em epoxi pó revestindo totalmente o mecanismo com película de aproximadamente 100 micros com propriedades de resistência a agentes químicos. Mecanismo com comandos que permitem na mesma alavanca a regulagem da altura e o bloqueio, no mínimo em 03 posições, do sistema tipo RELAX com ajuste de tensão através de manipulador sob o assento. Coluna de regulagem de altura por acionamento a gás com curso mínimo de 90 mm, fabricada em tubo de aço de 1,50 mm. Acabamento em pintura eletrostática totalmente em epoxi pó com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a coluna com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistencia a agentes quimicos. Acoplamento para fixacao do suporte para encosto tipo lamina diretamente na placa de fixacao do assento com capa de polipropileno injetado estrutural de grande resistência mecânica, conformado anatomicamente, com largura minima de 120 mm e espessura minima de 30 mm ou com pecas de união entre assento e encosto produzidas em aço ABNT 1008/1020, com espessura de 2mm e com dois reforços internos em aço tubular. Pistões a gás para regulagem de altura em conformidade com a norma DIN 4550 classe 4, fixados ao tubo central através de porca rápida. Capa telescópica com elementos, injetada em polipropileno texturizado. Base com estrutura em aço e capa protetora, com 5 patas, fabricada por processo de solda sistema MIG em aço tubular 25x25x1,50 mm ou chapas estampadas com acabamento de superfície pintado. Película de acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epoxi pó</p>			
--	--	---	--	--	--

		<p>com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a base com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Capa protetora em polipropileno injetado texturizado, sem emendas que proporciona perfeito acabamento e facilita a limpeza, boa resistência a abrasão dos calçados e produtos químicos. Rodízio duplo, com rodas de 50 mm de diâmetro injetados em resina de engenharia ,poliamida (nylon 6), com aditivo anti-ultravioleta e modificador de impacto ,eixo vertical dotado de anel elástico em aço que possibilita acoplamento fácil e seguro a base.Com acabamento em poliuretana PU dando maior resistência ao piso duro. Braços em formato "T" com alma de aço estrutural revestido em poliuretana ou poliuretana texturizado. Dimensões externas mínimas 240 x 80 mm. Suporte do apo ia regulável, injetado em termoplástico composto texturizado e alma de aço estrutural estampada de no mínimo 6,00 mm de espessura. Acabamento em pintura eletrostática totalmente em epoxi pó com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície com película de aproximadamente 100 micro ns com propriedades de resistência a agentes químicos. Regulagem vertical com mínimo de 3 estágios, com o curso mínimo de 50mm, e regulagem de abertura lateral. Cadeira revestida em couro ecológico preto. O Produto deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR 13962:2006, comprovado através de Certificado de Conformidade de Produto da ABNT (completo com capa e anexos), devendo constar no certificado as referencias ou códigos dos produtos cotados. Garantia minima de 5 anos</p>			
8	71.10.00.00130500-0	<p>ESTANTE, em aço, aberta, com prateleiras, na cor cinza claro, dimensões aproximadas de 920 x 300x 1980 mm (LxPxA), com variação de +/- 5%. Estrutura desmontável, 04 (quatro) colunas de cantoneira no perfil L com, no mínimo, 30mm de abas e espessura minima de 1,5 mm; com floração minima de 7 mm para parafusos passantes. Fundo e laterais com reforço em forma de X. Prateleiras: 06 (seis) prateleiras em aço, reguláveis, com espessura minima de 0,75 mm, com 3 dobras em todas as bordas e com reforço de aço em perfil U ao longo da largura, na parte inferior de cada prateleira. Reforço em X nas laterais e fundo que garantam estabilidade da estante. Pintura eletrostática, com tratamento antiferruginoso. Parafusos de</p>	07 und	186,67	1306,69

		montagem zincados, com porcas e arruelas, sem deixar pontas expostas. O produto devera ter laudos de conformidade que atestem conformidade com Normas ABNT especificas e vigentes. Garantia minima de 1 ano			
9	71.10.00.00130501-8	ARQUIVO, em aço, para pasta suspensa, na cor cinza claro, dimensões 470 x 710x 1330 mm (LxPxA), com variação de +/- 5%. Pintura fosfatizada contra ferrugem, com 4 gavetas, puxadores embutidos, porta etiqueta e com fechadura com travamento simultaneo. O produto deve estar em conformidade com a NR-17, do Ministerio do trabalho, e normas ABNT vigentes. O produto devera ter laudos de conformidade que atestem conformidade com Normas ABNT especificas e vigentes. Garantia minima de 1 ano	03 und	400,00	1.200,00
10	71.05.00.00130504-2	MESA, em polipropileno, quadrada, empilhavel, monobloco, na cor branca. Dimensoes aproximadas de 700 x 700 x 700 mm (A x L x P), com variacao de +/- 5%. Tampo, resistente a intemperies e ao uso, tratado com resina Anete raios UV. Poderá ser utilizada tanto em ambientes externos como internos. Capacidade de carga minima de 120 kg. O produto devera ter certificado de conformidade, emitido por organismo acreditado pelo INMETRO, exibindo a identificação da certificação compulsória, conforme disposto na Portaria nº. 213 de 22/06/2007 do INMETRO. Garantia minima de 3 anos	07 und	39,00	273,00
11	71.10.00.00130415-1	MESA, de trabalho, com superfície linear em MDP com espessura minima de 25 mm, revestida (em ambas as faces) em laminado melaminico BP argila, com cantos retos; borda em PVC estrondado, ou PSAI na cor do laminado com raio de contato com o usuário com no mínimo 2,5mm, atendendo as normas da ABNT vigentes. Canaliza de fiação horizontal, fixada sob o tampo, confeccionada em aço com tratamento fosfatizado e pintura eletrostatica na cor cinza, com passagem para fiacao, com 02 recortes circulares ou triangulares, nas extremidades da superficie, para passagem de fiacao, com acabamento e tampa em poliestireno ou abs. Dimensao: 1350 X 730 X 740 mm. (com variacao de +/- 5%) Painel frontal em chapa de MDP, revestida (em ambas as faces) em laminado melaminico argila com borda em PVC extrudado na cor do laminado; espessura minima de 18 mm. Pes laterais, a serem fixados sob o tampo, compostos de	02 und	390,00	780,00

		<p>estrutura central vertical "coluna" com dimensoes minimas de 180 mm x 25 mm, em chapa de aço SAE 1010/ SAE 1020, com espessura minima de 1,20 mm, possuindo tampa vertical removível, formando uma calha interna para passagem de fiação. Base de sustentação inferior, em aço, de secção elíptica ou retangular, com mecanismo para fixação do tampo através de parafuso e porca de aço zincado embutido na estrutura com acabamento na mesma cor da estrutura, com dimensões mínimas de 45x20mm, comprimento mínimo de 500 mm e espessura minima de 1,50mm e 02 sapatas reguladoras de nível. Base de sustentação superior, sob o tampo, em aço de secção retangular com dimensões mínimas de 30x20mm, comprimento mínimo de 450 mm e espessura minima de 0,95mm com ponteiras injetadas de cor semelhante à estrutura metálica. Todas as junções deverão ser realizadas através de soldagem pelo sistema MIG e todos os componentes metálicos devem ser tratados por banho de desengraxe mento, decalagem e fosfatizacao. Em todos os componentes metálicos deve ser aplicada pintura epoxi pó pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa. Os tampos devem ser parafusados a estrutura por meio de buchas metálicas, inseridas no tampo, e parafusos de maneira que todos os conjuntos possam ser montados e desmontados sem causar danos à estabilidade da mesma. O Produto deve estar em conformidade com a NR17 comprovado através de Laudo de Ergonomia, e norma ABNT NBR 13967:2009 ou NBR 13966:2008, comprovado através de Certificado de Conformidade de Produto da ABNT (completo com capa e anexos), devendo constar no certificado as referencias ou códigos dos produtos cotados. Garantia mínima de 5 anos.</p>			
12	71.10.00.00130423-2	<p>GAVETEIRO, com rodízios, com 02 gavetas e 01 gaveta fechado com tamanho padrão de pasta suspensa; tampo em chapa de MDP com espessura minima de 25 mm, caixa e frente das gavetas em chapa de MDP com 18 mm de espessura, com bordas retas em PVC estrondado na mesma cor do laminado, revestido totalmente em laminado melaminico BP na cor argila. Gavetas com corredeças metálicas deslizando em roldanas de nylon, com frente das gavetas em MDP, revestido em laminado melaminico BP na cor argila; puxadores tipo alça, metálicos, acabamento em cromo, fechadura de comando único com 02 chaves dobráveis. Bandeja porta lápis</p>	02 und	332,00	664,00

		em poliestireno de alto impacto. Rodízios duplos em nylon. Dimensão: 320 mm X 500 mm X 650 mm (LxPxA), com variacao de +/- 5%. Garantia minima de 5 anos			
13	71.05.00.00130503-4	CADEIRA, em polipropileno, monobloco, sem apoio de braco, na cor branca, de uso interno ou externo, capacidade de carga maxima 150 kg, tratado com resina Anete raios UV. O produto devera exibir de forma permanente, o nome do fabricante importador, a Norma NBR 14.776. O produto devera ter certificado de conformidade, emitido por organismo acreditado pelo INMETRO, exibindo a identificação da certificação compulsória, conforme disposto na Portaria nº. 213 de 22/06/2007 do INMETRO. Garantia minima de 3 anos.	30 und	20,00	600,00
14	71.10.00.00130478-0	LONGARINA, de 02 lugares, para banco componível em tubo de aço 80 x 40 mm e espessura de 1,90 mm com acabamento de superficie pintado.Assento interno em compensado multilaminas de madeira moldada anatomicamente a quente com pressão de 10 kgf/cm2 e espessura de 10,5 mm ou resina de poliéster. Espuma em poliuretano flexível, isento de CFC, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 50 a 55 kg/m3 e moldada anatomicamente com espessura mínima de 40 mm. Largura do assento, mínima de 460mm e profundidade mínima de 460mm. Capa de proteção e acabamento injetada do assento em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de pvc ou em resina de poliéster com aplicação de perfil de pvc a quente. Encosto Interno em polipropileno injetado estrutural de grande resistência mecânica, conformado anatomicamente, ou produzido em resina de poliéster. Espuma em poliuretano flexível , isento de CFC, alta resiliencia, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 50 kg/m3 e moldada anatomicamente com saliência para apoio lombar e espessura mínima de 40 mm. Largura do	06 und	527,00	3.162,00

		<p>encosto, mínima de 430mm e altura mínima de 380mm. Capa de proteção e acabamento do encosto, injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC, ou em resina de poliéster com aplicação de perfil de pvc a quente. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epóxi pó com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Lateral para banco componível em aço, fabricado por processo de solda MIG em aço tudo medindo - 80 x 40, com acabamento de superfície pintado em pintura epóxi po preto fosco. Ponteira de acabamento em polipropileno injetado, sistema de acoplamento a longarina através de parafusos M10 que possibilita a fixação em qualquer ponto da longarina, garantido robustez e facilidade de manutenção. Para cada lateral acompanha um par de deslizadores reguláveis totalmente injetados em nylon. Ponteira de acabamento para longarina injetada em polipropileno. Placa para fixação do assento junto à longarina para banco componível fabricada em chapa de aço estampada de 3,00 mm de grande resistência mecânica. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epóxi pó com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente o mecanismo com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Sistema de acoplamento à longarina através de abraçadeira e parafusos M10, possibilitando a fixação em qualquer ponto da longarina, garantindo robustez e facilidade de manutenção. Possui acoplamento para suporte para encosto tipo lamina e possibilita a fixação dos apoia braços diretamente no corpo da placa. Revestimento em vinil ou couro ecológico na cor preta. Dimensão: 1115 mm X 570 mm X 860 mm (LxPxA), com variação de +/- 5%. Garantia mínima de 5 anos</p>			
15	71.10.00.00130479-8	<p>LONGARINA, de 03 lugares, para banco componível em tubo de aço 80 x 40 mm e espessura de 1,90 mm com acabamento de superfície pintado. Assento interno em compensado multilaminas de madeira moldada anatomicamente a quente compressão de 10 kgf/cm² e espessura de 10,5 mm ou resina de poliéster. Espuma em poliuretana flexível, isento de CFC, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e</p>	06 und	320,00	1.920,00

		<p>ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 50 a 55 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura mínima de 40 mm. Largura do assento, mínima de 460mm e profundidade mínima de 460mm. Capa de proteção e acabamento injetada do assento em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de pvc ou em resina de poliéster com aplicação de perfil de pvc a quente. Encosto Interno em polipropileno injetado estrutural de grande resistência mecânica, conformado anatomicamente, ou produzido em resina de poliéster. Espuma em poliuretano flexível, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 50 kg/m³ e moldada anatomicamente com saliência para apoio lombar e espessura mínima de 40 mm. Largura do encosto, mínima de 430mm e altura mínima de 380mm. Capa de proteção e acabamento do encosto, injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC, ou em resina de poliéster com aplicação de perfil de pvc a quente. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epóxi pó com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície com película de aproximadamente 100 micros com propriedades de resistência a agentes químicos. Lateral para banco componível em aço, fabricado por processo de solda MIG em aço tudo medindo - 80 x 40, com acabamento de superfície pintado em pintura epóxi pó preto fosco. Ponteira de acabamento em polipropileno injetado, sistema de acoplamento a longarina através de parafusos M10 que possibilita a fixação em qualquer ponto da longarina, garantido robustez e facilidade de manutenção. Para cada lateral acompanha um par de deslizadores reguláveis totalmente injetados em nylon. Ponteira de acabamento para longarina injetada em polipropileno. Placa para fixação do assento junto à longarina para banco componível fabricada em chapa de aço estampada de 3,00 mm de grande resistência mecânica. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epóxi pó com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente o mecanismo com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Sistema de acoplamento à longarina através de abraçadeira e parafusos M10,</p>			
--	--	---	--	--	--

		possibilitando a fixação em qualquer ponto da longarina, garantindo robustez e facilidade de manutenção. Possui acoplamento para suporte para encosto tipo lamina e possibilita a fixação dos apoios diretamente no corpo da placa. Revestimento em vinil ou couro ecológico na cor preta. Dimensão: 1820 mm X 570 mm X 860 mm (LxPxA), com variação de +/- 5%. Garantia mínima de 5 anos			
16	71.10.00.00130480-1	LONGARINA, de 04 lugares, para banco componível em tubo de aço 80 x 40 mm e espessura de 1,90 mm com acabamento de superfície pintado. Assento interno em compensado multilaminas de madeira moldada anatomicamente a quente com pressão de 10 kgf/cm ² e espessura de 10,5 mm ou resina de poliéster. Espuma em poliuretano flexível, isento de CFC, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 50 a 55 kg/m ³ e moldada anatomicamente com espessura mínima de 40 mm. Largura do assento, mínima de 460mm e profundidade mínima de 460mm. Capa de proteção e acabamento injetada do assento em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de pvc ou em resina de poliéster com aplicação de perfil de pvc a quente. Encosto Interno em polipropileno injetado estrutural de grande resistência mecânica, conformado anatomicamente, ou produzido em resina de poliéster. Espuma em poliuretano flexível, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 50 kg/m ³ e moldada anatomicamente com saliência para apoio lombar e espessura mínima de 40 mm. Largura do encosto, mínima de 430mm e altura mínima de 380mm. Capa de proteção e acabamento do encosto, injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC, ou em resina de poliéster com aplicação de perfil de pvc a quente. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epóxi pó com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. 03 laterais (01 em cada extremidade e 01 central) para banco componível em aço, fabricado por processo de solda MIG em aço	04 und	469,00	1.876,00

		<p>tudo medindo - 80 x 40, com acabamento de superfície pintado em pintura epóxi pó preto fosco. Ponteira de acabamento em polipropileno injetado, sistema de acoplamento a longarina através de parafusos M10 que possibilita a fixação em qualquer ponto da longarina, garantido robustez e facilidade de manutenção. Para cada lateral acompanha um par de deslizadores reguláveis totalmente injetados em nylon. Ponteira de acabamento para longarina injetada em polipropileno. Placa para fixação do assento junto à longarina para banco componível fabricada em chapa de aço estampada de 3,00 mm de grande resistência mecânica. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epóxi pó com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente o mecanismo com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Sistema de acoplamento à longarina através de abraçadeira e parafusos M10, possibilitando a fixação em qualquer ponto da longarina, garantindo robustez e facilidade de manutenção. Possui acoplamento para suporte para encosto tipo lamina e possibilita a fixação dos apoia braços diretamente no corpo da placa. Revestimento em vinil ou couro ecológico na cor preta. Dimensão: 2500 mm X 570 mm X 860 mm (LxPxA), com variação de +/- 5%. Garantia mínima de 5 anos</p>			
17	71.10.00.00130430-5	<p>CADEIRA, com espaldar medio, fixa, com braco fixo, com assento interno em compensado multilaminas de madeira moldada anatomicamente a quente com pressao de 10 kgf/cm2 e espessura de 10,5 mm ou resina de poliéster. Espuma em poliuretana flexível, isento de CFC, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 50 a 55 kg/m3 e moldada anatomicamente com espessura minima de 40 mm. Largura do assento, minima de 460 mm e profundidade minima de 460mm. Capa de proteção e acabamento injetada do assento em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de pvc ou em resina de poliéster com aplicação de perfil de pvc a quente. Encosto interno em polipropileno injetado estrutural de grande resistência mecânica, conformado anatomicamente, ou produzido em resina de poliéster.. Espuma em poliuretana flexível , isento de CFC, alta resiliencia, alta resistencia à</p>	30 und	117,00	3.510,00

		propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 50 kg/m ³ e moldada anatomicamente com saliência para apoio lombar e espessura mínima de 40 mm. Largura do encosto, mínima de 430mm e altura mínima de 380mm. Capa de proteção e acabamento do encosto, injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de pvc, ou em resina de poliéster com aplicação de perfil de pvc a quente. Estrutura fixa contínua em tubo de aço curvado na cor preta, com diâmetro mínimo de 25,00 mm e espessura mínima de 2,25 mm e placa do assento em aço estampado mínimo de 3,00 mm, totalmente soldada por sistema MIG e acabamento de superfície pintado em epoxi pó eletrostático, com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a estrutura com película de aproximadamente 100 micros com propriedades de resistência a agentes químicos. Sapatas envolventes injetadas em polipropileno ou poliamida reforçada com fibra de vidro. Acoplamento para fixação do suporte para encosto tipo lamina diretamente na placa de fixação do assento com capa de polipropileno injetado estrutural de grande resistência mecânica, conformado anatomicamente, com largura mínima de 120 mm e espessura mínima de 30 mm. Apóia braços com alma de aço estrutural revestido em poliuretana pre-polímero integral skin, texturizado. Prancheta injetada em ABS texturizado estrutural, com sistema anti-panico, atendendo às normas de segurança em ambientes coletivos. Corpo de fixação da prancheta ao apoio em liga de alumínio injetado ou aço. Prancheta com comprimento mínimo de 320 mm e largura mínima de 250 mm. Cadeira revestida em vinil ou couro ecológico na cor preta.			
18	71.05.20.00004500-4	CAMA, tipo beliche, em aço, dimensão de 2000 x 840mm, estrutura tratada com antiferruginoso por fosfatização, desmontável, com duas camas, estrado inteiriço em placa de madeira compensada de 8mm, escada removível em aço.	10 und	227,46	2.274,60
19	71.05.00.00025739-7	ARMARIO, de parede, para cozinha, dimensões mínimas 1200 x 300 x 550mm, em aço, com três portas, puxadores niquelados, cor branco, com 02 (duas) prateleiras em dois compartimentos e um sem.	04 und	353,00	1.412,00

20	71.05.00.00035530-5	ARMARIO, em chapa de aço 22, guarda-roupa, quatro portas, sobrepostas 2 x 2, dimensões mínimas 1980 x 620 x 500mm, na cor padrão da unidade, portas em aço, com trava de segurança, dobradiças invioláveis pintadas eletrostaticamente em estufa de alta temperatura.	08 und	611,90	4.895,20
21	71.10.00.00130473-9	CREDENZA, executiva, medindo 1600 x 500 x 740 mm, com variação de +/- 5%, composto de 02 armários baixo com portas de giro; corpo e prateleira em totalmente em MDF com acabamento em resina poliuretânica na cor preta; porta revestida em lamina de madeira pré composta (lamina resultante da combinação de madeira natural com fibras sintéticas) na cor padrão amadeirado escuro, com sistema de abertura automática através de pressão, fechadura com duas chaves de dobráveis; sapatas reguladores de nível. Tampo em MDP com 25 mm de espessura, revestida totalmente em lamina de madeira pré composta (lamina resultante da combinação de madeira natural com fibras sintéticas) na cor padrão amadeirado escuro, com borda semi-chanfrada invertida abaulada. O Produto deve estar em conformidade com a NR17 comprovado através de Laudo de Ergonomia. Garantia mínima de 5 anos	02 und	1.661,53	3.323,06
22	71.10.00.00130505-0	SOFA, de 01 (um) lugar, com braços, dimensões entre 1000 e 1100 mm (largura), 820 e 920 mm (profundidade) e 740 e 940 mm (altura), com variação de +/- 5%, em vinil, com superfície levemente texturizado. Estrutura: interna de madeira tratada de eucalipto ou pinho. Assento/encosto: sistema de sustentação por percintas elásticas com espessura mínima de 50 mm, entrelaçadas. Estrutura moldada anatomicamente em material resistente e com tratamento ignifugante, bordas do assento retas, almofadas em espuma de poliuretano injetado anatomicamente com densidade controlada de 55kg/m ³ , podendo variar em +/- 5 kg/m ³ . Espuma flexível de alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Revestimento em couro ecológico. Braços: confeccionados no mesmo material da estrutura com mesmo revestimento e área de apoio com largura mínima de 200mm. Pintura: todas partes metálicas devem ter tratamento de fosfatização e acabamento com pintura epoxi-po, por processo eletrostático. Garantia	04 und	1.684,47	6.737,88

		mínima de 5 anos			
23	71.10.00.00130485-2	<p>SOFA, de 02 (dois) lugares, com braços, dimensões entre 1650 e 1850 mm (largura), 820 e 920 mm (profundidade) e 820 e 920 mm (altura), com variação de +/- 5%, em vinil, com superfície levemente texturizado. Estrutura: interna de madeira tratada de eucalipto ou pinho. Assento/encosto: sistema de sustentação por percintas elásticas com espessura mínima de 50 mm, entrelaçadas. Estrutura moldada anatomicamente em material resistente e com tratamento ignifugante, bordas do assento retas, almofadas em espuma de poliuretano injetado anatomicamente com densidade controlada de 55kg/m³, podendo variar em +/- 5 kg/m³. Espuma flexível de alta resiliencia, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Revestimento em couro ecológico. Braços: confeccionados no mesmo material da estrutura com mesmo revestimento e área de apoio com largura mínima de 200 mm. Pintura: todas partes metálicas devem ter tratamento de fosfatizacao e acabamento com pintura epoxi-po, por processo eletrostático. Garantia mínima de 5 anos.</p>	04 und	2.418,04	9672,16
24	71.10.00.00130487-9	<p>SOFA, de 03 lugares, com braços, dimensões entre 2100 e 2300 mm (largura), 820 e 920 mm (profundidade) e 740 e 940 mm (altura), com variação de +/- 5%, em vinil, com superfície levemente texturizado. Estrutura: interna de madeira tratada de eucalipto ou pinho. Assento/encosto: sistema de sustentação por percintas elásticas com espessura mínima de 50 mm, entrelaçadas. Estrutura moldada anatomicamente em material resistente e com tratamento ignifugante, bordas do assento retas, almofadas em espuma de poliuretano injetado anatomicamente com densidade controlada de 55kg/m³, podendo variar em +/- 5 kg/m³. Espuma flexível de alta resiliencia, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Revestimento em couro ecológico. Braços: confeccionados no mesmo material da estrutura com mesmo revestimento e área de apoio com largura mínima de 200 mm. Pintura: todas partes metálicas devem ter tratamento de fosfatizacao e acabamento com pintura epoxi-po, por processo eletrostático. Garantia</p>	02 und	2.953,60	5.907,20

		mínima de 5 anos			
25	71.10.00.00130489-5	MESA, de centro, dimensões de 1000 x 700 x 350 mm (CxLxA), com variação de +/- 5%. Tampo superior em vidro temperado com espessura de 15 mm, estrutura tubular de seção quadrada em aco-inox, 20 x 20 mm. Estruturas laterais metálicas pintadas pelo processo eletrostáticas epoxi-po com calha vertical metálica para passagem de fiação e tampa com saque frontal. O produto deve estar em conformidade com a NR-17, do Ministério do Trabalho, e com as normas ABNT vigentes. Garantia mínima de 3 anos	02 und	646,65	1.293,30
26	71.10.00.00130491-7	MESA, de centro, dimensões de 1000 x 1000 x 350 mm (LxLxA), com variação de +/- 5%. Tampo superior em vidro temperado com espessura de 15 mm, estrutura tubular de seção quadrada em aco-inox, 20 x 20 mm. Estruturas laterais metálicas pintadas pelo processo eletrostáticas epoxi-po com calha vertical metálica para passagem de fiação e tampa com saque frontal. O produto deve estar em conformidade com a NR-17, do Ministério do Trabalho, e com as normas ABNT vigentes. Garantia mínima de 3 anos	01und	1.181,40	1.181,40
27	71.10.00.00130434-8	PAINEL, divisor curvo (com cantos inferiores e um superior em 90 graus) em MDP, inteiriço ate o piso, com espessura mínima de 25 mm, revestido (em ambas as faces) em laminado melaminico BP argila, medindo aproximadamente 1050 x 1350 mm (lxh), com borda em PVC extrudado ou PSAI na cor do laminado. Recorte arredondado para passagem de cabos elétricos, lógicos e telefônicos. Acabamento na parte inferior em chapa de aco com formato em "U". Sapatas reguladoras de nível. Dimensão: 1050 mm X 1350 mm, com variação de +/- 5%. Garantia mínima de 5 anos.	02 und	253,00	506,00
28	71.10.00.00130440-2	MESA, de reunião, retangular, superfície em MDP com 25 mm de espessura, revestida em laminado melaminico na cor argila. Borda em PVC extrudado na cor do laminado; raio da borda de contato com o usuário maior que 2,5mm, atendendo as normas da ABNT vigentes. Dimensão: 2000 x 1050 x 740 mm, com variação de +/- 5%. Pes laterais, a serem fixados sob o tampo, compostos de estrutura central vertical "coluna" , fixada do eixo da base inferior, com dimensões mínimas de 180 mm x 25 mm, em chapa de aço SAE 1010/ SAE 1020, com espessura mínima de 1,20 mm, possuindo tampa vertical removível, formando uma calha interna	01 und	1.246,05	1.246,05

		<p>para passagem de fiação. Base de sustentação inferior, em aço, de secção elíptica ou retangular, com mecanismo para fixação do tampo através de parafuso e porca de aço zincado embutido na estrutura com acabamento na mesma cor da estrutura, com dimensões mínimas de 45x20mm, comprimento mínimo de 700 mm e espessura mínima de 1,50mm e 02 sapatas reguladoras de nível. Base de sustentação superior, sob o tampo, em aço de secção retangular com dimensões mínimas de 30x20mm, comprimento mínimo de 600 mm e espessura mínima de 0,95mm com ponteiros injetadas de cor semelhante à estrutura metálica. Todas as junções deverão ser realizadas através de soldagem pelo sistema MIG e todos os componentes metálicos devem ser tratados por banho de desengraxamento, decapagem e fosfatização. Em todos os componentes metálicos deve ser aplicada pintura epóxi pó pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa. Pannel central em chapa de MDP com 18 mm de espessura, revestida em laminado melaminico na cor argila. O Produto deve estar em conformidade com A NR17 comprovado através de Laudo de Ergonomia, e norma ABNT NBR 13966:2008, comprovado através de Certificado de Conformidade de Produto da ABNT (completo com capa e anexos), devendo constar no certificado as referencias ou códigos dos produtos cotados. Garantia mínima de 5 anos</p>			
TOTAL					66.430,54

Fonte: 2º GBM/CAAF

ANEXO IV

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA

COMANDO REGIONAL DE OPERAÇÕES DE BOMBEIROS MILITARES DO INTERIOR

Feira de Santana, 10 de setembro de 2014.

CUSTO COM ELETROELETRÔNICO

Fonte: 2º GBM/CAAF

Item	Código	Descrição	Quant	V. unit.	Total
1.	41.10.00.00057160-1	REFRIGERADOR, compacto, capacidade total líquida mínima de 115 litros, congelador, com prateleiras internas, gaveta ou cesto para legumes, porta reversível, tensão 127 volts, certificado com selo PROCEL INMETRO, garantia mínima do fabricante de 01 (um) ano, prestada no Estado da Bahia.	03 und	576,00	1.728,00
2.	41.20.00.00138799-5	CONDICIONADOR, de ar, tipo split, de parede, frio, capacidade de refrigeração mínima de 9.000 BTU/h, 220 volts, função de desumidificação, controle remoto sem fio, baixo nível de ruído. Rotulagem contendo, Selo PROCEL com classificação do Inmetro de Eficiência Energética "A", nome do produto, dados do fabricante e tensão nominal. Garantia mínima do fabricante de 01 (um) ano, prestada no Estado da Bahia. Item revisado pela COELBA - 08/10/2012	06 und	1.005,56	6.033,36
3.	41.20.00.00138794-4	CONDICIONADOR, de ar, tipo split, de parede, frio, capacidade de refrigeração mínima de 12.000 BTU/h, 220 volts, função de desumidificação, controle remoto sem fio, baixo nível de ruído. Rotulagem contendo, Selo PROCEL com classificação do Inmetro de Eficiência Energética "A", nome do produto, dados do fabricante e tensão nominal. Garantia mínima do fabricante de 01 (um) ano,	02 und	1.117,88	2.235,76

		prestada no Estado da Bahia. Item revisado pela COELBA - 08/10/2012			
4.	41.20.00.00138796-0	CONDICIONADOR, de ar, tipo split, de parede, frio, capacidade de refrigeração mínima de 24.000 BTU/h, 220 volts, função de desumidificação, controle remoto sem fio, baixo nível de ruído. Rotulagem contendo, PROCEL classificação do Inmetro de Eficiência Energética "A", nome do produto, dados do fabricante e tensão nominal. Garantia mínima do fabricante de 01 (um) ano, prestada no Estado da Bahia. Item revisado pela COELBA - 08/10/2012	06 und	2.152,10	12.912,60
5.	58.05.00.00124793-0	APARELHO, Telefônico, sem fio, com identificador de chamadas, secretaria eletrônica e viva-voz. Frequência mínima de 1,9 GHZ . Expansível para 4 ramais, rediscagem de 5 últimos números, bloqueio de teclado, função mute, tem frequência Dect 6.0 digital, possui tempo de gravação: 15 minutos, monitoramento de chamada, acesso remoto, distancia fora da base: 300 m de campo aberto, temporização de bateria com fone fora da base: 100 horas de repouso e 10 horas de uso, transferência de chamada. Cor: preta. Alimentação: bateria recarregável NiMH AAA. Garantia mínima de 3 meses do fabricante.	03 und	140,00	420,00
6.	70.10.00.00128483-5	MICROCOMPUTADOR, com monitor, processador de núcleo duplo, Core i7-2600 ou AMD Phenom II X4 980 BE, clock mínimo de 3,4 GHz, mínimo de 6 MB de memória cache L3. 1.	06 und	1.745,70	10.472,20
7.	70.25.00.00066202-0	Impressora, a laser/ ou LED, monocromática, A4, 600 dpi	02 und	395,00	790,00
8.	52.10.00.00106769-9	TRENA, eletrônica, digital. Com as seguintes características: - display em LCD; - medidor de distancia a laser - escala de medição mínima não inferior a 5cm; - escala de medição máxima não inferior a 50 metros; - memória com adição e subtração de medidas; - alimentação a bateria; - em conformidade norma IP 54 (proteção poeira e água); - garantia mínima 6 meses; - manual em português. Embalagem: Na embalagem deverão estar impressos os dados de identificação do produto e marca do fabricante.	03 und	404,50	1.213,50
9.	41.40.00.00063882-0	VENTILADOR, de parede, diâmetro de 50 cm, mínimo de 03 (três) pás, controle de oscilação, grade protetora, tensão 127 volts, garantia mínima do fabricante de 01 (um) ano prestada no Estado da Bahia. Embalagem com dados de	08 und	127,97	1023,76

		identificação do produto e marca do fabricante			
10	73.10.00.00117202-6	CAFETEIRA, elétrica, domestica, potencia mínima de 800 W, jarra de vidro transparente com capacidade total de no mínimo 1 litro, dosador de pó, placa de aquecimento, porta filtro, sistema corta pingos, o produto devera ser fornecido com o novo padrão de plugue conforme normas vigentes da ABNT, tensão elétrica de acordo com a definida pela unidade no ato da contratação, garantia mínima de 1 ano, com acedência técnica prestada no Estado da Bahia, fabricada conforme normas vigentes da ABNT. Rotulagem contendo, no mínimo, nome do produto, potencia, nome ou marca do fabricante e tensão nominal.	03 und	127,00	381,00
11	79.10.00.00049380-5	ASPIRADOR de pó e água, capacidade do tanque mínimo de 12 l, potencia não inferior a 1100 W, saco descartável com capacidade mínima de 3 l, mangueira flexível, com mínimo de 03 tipos de bocais, rodas para transporte, material de alta resistência, tensão 110 volts, garantia mínima do fabricante 01 (um) ano.	02 und	315,00	6305,00
12	77.30.00.00125782-0	TELEVISOR, LED, 32 polegadas, full-hd (1080p), VHF, UHF, CABO, ISDB-TB (TV digital), 5 ms, brilho 500 cd/m2, entradas: 1 AV RCA, 1 VGA/áudio PC, 2 HDMI, 1 USB, saída de áudio digital, - Tela de 32 polegadas com tecnologia de iluminação LED. - Formato nativo 16:9; - Resolução nativa de 1920 x 1080 pontos (pixels) (Full HD); - Brilho não inferior a 450 cd/m2; - Progressiva Scan; - Angulo de visão Maximo não inferior a 170 x 170 graus; - Tempo de resposta não superior a 5 ms; - Recepção de sinais VHF, UHF e cabo; - Sintonizador digital padrão ISDB-TB (TV digital padrão Brasileiro) integrado e interno; - Recepção de sinais PAL-M e NTSC; - Altofalantes embutidos; - Amplificador de áudio cério interno com potencia não inferior a 10 W RMS por canal; - Menus de ajustes no idioma Português; - Funcionalidade de bloqueio de canais; - Controle remoto multifunção; - Mínimo de 1 entrada para antena (RF), 2 entradas vídeo-componente, 1 entradas de áudio e vídeo analógico padrão RCA, 1 entrada VGA e 1 entrada de áudio estéreo para PC, 1 entrada USB para reprodução de áudio vídeo e imagens, e 2 entradas HDMI; - Mínimo de 1 saída de áudio digital; - Alimentação com voltagem universal - Garantia integral de 1 ano dada, prestada no Estado da Bahia - Manual de instruções em Português - Selo Procel A.	04 und	1.284,00	5.136,00

13	77.30.00.00110447-0	APARELHO, de DVD, player, com entrada USB, reprodução de DVD, DVD+R/RW, DVD-R/RW, SVCD, VCD, CD, CD-R/RW, MP3, MPEG, JPEG, WMA, dolby digital, zoom digital, sistema de cor PAL-M/PAL-N/NTSC saída HDMI e vídeo componente, saídas de áudio digital coaxial e analógica, controle remoto, bivolt Com manual de instrução em português Garantia do fabricante mínima de 01 (um) ano, prestada no Estado da Bahia.	02 und	144,40	288,80
14	58.15.00.00035049-4	FAC-SMILE, com transceptor combinado de transmissão e recepção de sinais e imagem, compartimento para papel comum formato A4, painel com visor de cristal liquido, comutação fax/fone, compatibilidade ITU-G3, alimentador automático de papel de no mínimo 10 paginas, tempo Maximo de impressão de 20 segundos por pagina, mínimo de 64 tons de cinza, função copiadora, recibo de confirmação da transmissão, velocidade de transmissão digital de 2400, 4800, 7200 e 9600 bps. - Tensão 110 Volts. - Conversor de tensão, de 110 Volts, para 220 Volts. - Manual de instrução em Português. - Aparelho de Fabricação Nacional. - Interface (MENU) do aparelho em Português. - Garantia do Fabricante mínima de 01 (um) ano.	01 und	315,00	315,00
15	41.10.00.00095937-5	REFRIGERADOR, doméstico, duplex, capacidade total mínima de 413 e máxima de 460 litros, consumo entre 50 a 53KW/mês, tensão 110 volts, porta com prateleiras, na cor branca, porta ovos, prateleiras internas, gavetas para vegetais, carnes e frios, congelador, lâmpada interna, não usar no sistema de refrigeração o gás CFC, com o SELO PROCEL, garantia do fabricante mínima de 01 (um) ano.	01 und	1.898,44	1.898,44
16	41.10.00.00114913-0	BEBEDOURO, elétrico, tipo pressão, duas torneiras (uma para copo e uma para boca), com regulagem da pressão do jato de água, gabinete em aço inoxidável, uma pia em aço inoxidável, sistema de filtragem composto de filtro de carvão ativado embutido, com controle de temperatura, reservatório para água em aço inoxidável, com serpentina em cobre, compressor com elemento de refrigeração ecológico isento de CFC, dimensões mínimas de 950 mm(altura) x 300 mm(largura) x 270 mm(profundidade), tensão 127 volts. Garantia do fabricante mínima de 01 (um) ano, com assistência técnica no Estado da Bahia. O produto devera estar em conformidade com as normas vigentes da ABNT, incluindo o novo padrão de plugue e exibir o selo do INMETRO. Rotulagem contendo, no mínimo, nome do produto, nome ou marca do fabricante e etiqueta com a	01 und	527,00	527,00

		tensão nominal.			
17	3.10.00.00064280-0	FORNO, microondas, capacidade total mínima 35 litros, painel de controle eletrônico de fácil manuseio, funções descongelamento e cozimento pre-programado, prato giratório, níveis de potencia, relógio, trava de segurança, tecla inicio rápido, tensão 110 volts, garantia do fabricante mínima de 01 (um) ano, prestada no Estado da Bahia. Embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante	01 und	422,22	422,22
18	49.40.00.00093278-7	LAVADORA, de alta pressão (hidrojateamento), - Pressão mínima 1600 libras, - Vazão máxima não inferior a 400 litros/horas, - Capacidade do porta detergente mínimo de 5 litros, - Acessórios suporte para lança, mangueira, bico e cabo elétrico, com carrinho, - Tensão 110 volts.	01 und	600,00	600,00
19	67.30.00.00062063-7	TELA, de projeção, retrátil, dimensões mínimas de 2400 x 1800 mm, em tecido vinil na cor branca, com suporte para fixação na parede ou teto.	01 und	256,94	256,94
20	67.30.00.00112142-1	PROJETOR, multimídia, não inferior a 2500 ANSI lumens, entradas vídeo composto e VGA. Com as seguintes características: - Brilho Maximo não inferior a 2500 ANSI lumens; - Modo de economia presente; - Resolução nativa mínima (sem emulação): 1024 x 768 (XGA); - Suportar resoluções emuladas VGA (640x480), SVGA (800x600) - Compatibilidade com modos e padrões PAL-M, NTSC, 480i, 576i, 480p, 576p, 720p - Vida útil da lâmpada em modo de brilho Maximo não inferior a 2000 horas; - Correção digital de efeito trapézio vertical (keystone); - Ajuste de foco automático ou manual; - Possibilidade de montagem traseira e no teto do ambiente; - Controle remoto sem fio; - Ranhura no corpo do projetor que permita implementação de dispositivo de segurança padrão Kensington obrigatória; - Tipos e quantidade mínima de entradas de vídeo requeridas: 1 analógico padrão RCA, 1 VGA; - Entrada de áudio: 3,5 mm ou RCA; - Manual em Português. - Alimentação voltagem universal ou bivolt (110 e 220volts) com comutação automática ou manual. - Garantia integral período mínimo 1 ano, com assistência técnica prestada no Estado da Bahia.	01 und	1.650,00	1.650,00
21	73.10.00000041201-5	FOGAO, a gás, modelo domestico, 04 queimadores com no mínimo 01 tamanho família, forno com visor, puxador e prateleira, acendedor automático, base de apoio das grelhas, painel com indicação das faixas de temperatura do forno,	01 und	355,00	355,00

		bivolt e de acordo com as normas do Inmetro			
22	46.10.00.00126799-0	PURIFICADOR, de água, gelada e temperatura ambiente, para instalação em paredes e/ou bancadas, refrigeração mecânica com compressor, dimensões mínimas de 40 x 30 x 35,6 cm (AxLxP) incluindo compartimento do copo, local para retenção de água, torneiras em material não oxidável, vazão mínima 0,75 litros/minuto, capacidade de refrigeração mínima de 4,0 litros/h, atendimento mínimo de 20 pessoas/h, sistema de filtragem para retenção de impurezas, barro, ferrugem, sedimentos e eliminação de cloro, sabores e odores estranhos, garantia de no mínimo 12 meses, certificado pelo INMETRO, tensão 127 volts.	02 und	509,00	1.018,00
23	73.20.00.00034950-0	LIQUIDIFICADOR modelo domestico, capacidade total 02 (dois) litros, revestimento do motor em plástico de alto impacto, copo plástico transparente e graduado, com no mínimo 03 (três) velocidades, sistema pulsar, potencia mínima 350 W, consumo mínimo 0,14 KWH/h, tensão 110 volts, garantia do fabricante mínima de 01 (um) ano, prestada no Estado da Bahia	01 und	90,00	90,00
24	45.10.00.00057048-6	CHUVEIRO, elétrico, em plástico, bitola de 1/2 polegada, potencia mínima 4400 watts, 220 volts. Embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante	05 und	28,00	140,00
TOTAL			R\$ 56.212,58		

Fonte: 2º GBM/CAAF

ANEXO V

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA
COMANDO REGIONAL DE OPERAÇÕES DE BOMBEIROS MILITARES DO INTERIOR

Feira de Santana, 10 de setembro de 2014.

CUSTO COM MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE BOMBEIRO

Fonte: 2º GBM/CCAF

ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

Qt.	DISCRIMINAÇÃO DO BEM	VALOR COTADO			VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
		A	B	C		
30	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL, digital, de mesa, automático, de braço	R\$ 255,00	R\$ 280,00	R\$ 346,00	R\$ 293,67	R\$ 8.810,00
30	ASPIRADOR, manual de secreção.	R\$ 380,00	R\$ 874,00	R\$ 240,00	R\$ 498,00	R\$ 14.940,00
200	BOLSA PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS DE PRIMEIROS SOCORROS- MODELO SOCORRISTA	R\$ 135,00	R\$ 140,00	R\$ 170,00	R\$ 148,33	R\$ 29.666,67
500	CANULA, de guedel, n 00, descartavel, estéril.	R\$ 5,00	R\$ 3,00	R\$ 5,00	R\$ 4,33	R\$ 2.166,67
500	CANULA, de guedel, n 01, descartavel, estéril.	R\$ 5,00	R\$ 3,00	R\$ 5,00	R\$ 4,33	R\$ 2.166,67
500	CANULA, de guedel, n 02, descartavel, estéril.	R\$ 5,00	R\$ 3,00	R\$ 5,00	R\$ 4,33	R\$ 2.166,67
500	CANULA, de guedel, n 03, descartavel, estéril.	R\$ 5,00	R\$ 3,50	R\$ 5,00	R\$ 4,50	R\$ 2.250,00

500	CANULA, de guedel, n04 ,descartável, estéril.	R\$ 6,00	R\$ 3,50	R\$ 5,00	R\$ 4,83	R\$ 2.416,67
30	CHAVE, de boca/fixa, 20x22 mm, em aço carbono forjado	R\$ 25,00	R\$ 22,00	R\$ 19,00	R\$ 22,00	R\$ 660,00
30	CILINDRO, de oxigênio, em aço carbono, portátil, capacidade de 1m ³ (1000 litros).	R\$ 1.350,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.340,00	R\$ 1.363,33	R\$ 40.900,00
30	CINTO, de segurança, para prancha longa, em nylon	R\$ 50,00	R\$ 11,00	R\$ 76,00	R\$ 45,67	R\$ 1.370,00
50	COLAR, cervical, de polietileno com abertura anterior para realização de cricotireodostomia, tamanho G.	R\$ 40,00	R\$ 30,00	R\$ 20,00	R\$ 30,00	R\$ 1.500,00
50	COLAR, cervical, de polietileno com abertura anterior para realização de cricotireodostomia, tamanho M.	R\$ 40,00	R\$ 35,00	R\$ 20,00	R\$ 31,67	R\$ 1.583,33
30	COLETE, de imobilização, cervico dorsal, adulto.	R\$ 450,00	R\$ 364,00	R\$ 880,00	R\$ 564,67	R\$ 16.940,00
400	COLETE, de resgate e segurança, na cor laranja, com manga longa, confeccionado em nylon.	R\$ 810,00	R\$ 900,00	R\$ 780,00	R\$ 830,00	R\$ 332.000,00
30	CORTADOR, de anel, confeccionado aço polido inoxidável.	R\$ 500,00	R\$ 452,00	R\$ 249,00	R\$ 400,33	R\$ 12.010,00
20	DEFIBRILADOR, externo automático, portátil.	R\$ 12.500,00	R\$ 5.950,00	R\$ 9.800,00	R\$ 9.416,67	R\$ 188.333,33
30	ESTETOSCOPIO, adulto, utilizado para ausculta cardíaca e pulmonar.	R\$ 40,00	R\$ 32,00	R\$ 19,00	R\$ 30,33	R\$ 909,90
30	ESTETOSCOPIO, pediátrico, utilizado para ausculta cardíaca e pulmonar.	R\$ 40,00	R\$ 31,00	R\$ 16,00	R\$ 29,00	R\$ 870,00
100	FITA, de sinalização, em PVC, zebraada, na cor amarela e preta.	R\$ 12,00	R\$ 9,00	R\$ 13,00	R\$ 11,33	R\$ 1.133,33

30	IMOBILIZADOR, de cabeça, em espuma impermeável, com cintos imobilizadores para testa e queixo.	R\$ 450,00	R\$ 240,00	R\$ 280,00	R\$ 323,33	R\$ 9.700,00
120	KIT de primeiros socorros.	R\$ 450,00	R\$ 130,00	R\$ 90,00	R\$ 223,33	R\$ 26.800,00
120	KIT parto, em embalagem plástica descartável.	R\$ 80,00	R\$ 50,00	R\$ 54,00	R\$ 61,33	R\$ 7.360,00
200	LANTERNA, de cabeça, corpo em plástico	R\$ 300,00	R\$ 229,00	R\$ 180,00	R\$ 236,33	R\$ 47.266,67
120	LANTERNA, pupilar, confeccionada em plástico.	R\$ 35,00	R\$ 28,00	R\$ 31,00	R\$ 31,33	R\$ 3.760,00
30	LARINGOSCOPIO, com cabo, porta pilhas em metal cromado e lâmpada com três lâminas curvas.	R\$ 700,00	R\$ 558,00	R\$ 600,00	R\$ 619,33	R\$ 18.580,00
100	LENÇOL, hospitalar, descartável, em polipropileno.	R\$ 38,00	R\$ 30,00	R\$ 21,00	R\$ 29,67	R\$ 2.966,67
100	LUVA, de procedimento, em látex natural, descartável, ambidestra.	R\$ 30,00	R\$ 24,00	R\$ 18,40	R\$ 24,13	R\$ 2.413,33
500	LUVA, em latex, na cor amarela, altamente resistente.	R\$ 3,50	R\$ 2,70	R\$ 2,46	R\$ 2,89	R\$ 1.443,33
1000	MANTA, cobertor térmico, em poliéster aluminizado.	R\$ 35,00	R\$ 11,00	R\$ 46,00	R\$ 30,67	R\$ 30.666,67
100	MASCARA, cirúrgica, descartável, simples, de uso hospitalar.	R\$ 11,00	R\$ 8,00	R\$ 6,80	R\$ 8,60	R\$ 860,00
200	MOCHILA, para transporte de material de urgência, com 8 bolsos, em nylon, a prova d'água externamente, na cor laranja.	R\$ 650,00	R\$ 70,00	R\$ 410,00	R\$ 376,67	R\$ 75.333,33
400	ÓCULOS, de proteção, em policarbonato, lentes incolores, anti-risco, anti-embaçante, visor panorâmico.	R\$ 10,00	R\$ 6,00	R\$ 16,00	R\$ 10,67	R\$ 4.266,67

30	OXIMETRO, de pulso, portátil, com onda de pulso.	R\$ 3.800,00	R\$ 3.657,00	R\$ 3.100,00	R\$ 3.519,00	R\$ 105.570,00
30	PRANCHA, longa, em poliestileno, com 2,0 cm de espessura, 1,80 m de comprimento e formação anatômica de uma silhueta humana.	R\$ 1.050,00	R\$ 700,00	R\$ 580,00	R\$ 776,67	R\$ 23.300,00
500	PROTETOR, para queimadura e eviscerações.	R\$ 15,00	R\$ 4,00	R\$ 10,00	R\$ 9,67	R\$ 4.833,33
50	RESSUCITADOR, manual, para adulto, tipo ambu.	R\$ 205,00	R\$ 159,00	R\$ 160,00	R\$ 174,67	R\$ 8.733,33
200	TALA moldável, em E.V.A., dimensões 1,02mx11, 5 cm, tamanho GG.	R\$ 40,00	R\$ 34,00	R\$ 29,00	R\$ 34,33	R\$ 6.866,67
200	TALA moldável, em E.V.A., dimensões 30cm x 8 cm, tamanho PP.	R\$ 30,00	R\$ 31,00	R\$ 16,00	R\$ 25,67	R\$ 5.133,33
200	TALA moldável, em E.V.A., dimensões 53 cm x 8 cm, tamanho P.	R\$ 35,00	R\$ 34,00	R\$ 21,00	R\$ 30,00	R\$ 6.000,00
200	TALA moldável, em E.V.A., dimensões 86 cm x 10 cm, tamanho G.	R\$ 37,00	R\$ 36,45	R\$ 24,00	R\$ 32,48	R\$ 6.496,67
200	TALA moldável, em E.V.A., dimensões 63 cm x 9 cm, tamanho M.	R\$ 37,00	R\$ 36,00	R\$ 24,00	R\$ 32,33	R\$ 6.466,67
30	TENSIOMETRO clínico, manômetro de alta precisão com bordas revestidas em metal nobre.	R\$ 180,00	R\$ 100,00	R\$ 54,00	R\$ 111,33	R\$ 3.340,00
30	TENSIOMETRO, adulto, tipo aneróide, com: - Esfigmomanometro aneróide – Braçadeira em tecido resistente em material sintético, lavável, tamanho adulto.	R\$ 180,00	R\$ 90,00	R\$ 50,00	R\$ 106,67	R\$ 3.200,00
400	TESOURA PARA CORTE DE VESTES – MULTIUSO-FUN DIVE.	R\$ 55,00	R\$ 25,00	R\$ 24,00	R\$ 34,67	R\$ 13.866,67

30	VÁLVULA, reguladora de pressão, para cilindro de oxigênio, com fluxometro aneróide com capacidade mínima de 0 a 15 litros.	R\$ 180,00	R\$ 150,00	R\$ 119,00	R\$ 149,67	R\$ 4.490,00
						R\$ 1.092.506,57

Fonte: 2º GBM/CAAF

COMBATE A INCÊNDIO E EPI

	Qt.	DISCRIMINAÇÃO DO BEM	VALOR COTADO			VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
			Multstock	Sossul	SP- Equipamentos de Proteção ao Trabalho e MRO Ltda		
			26.314.690/0001- 47	03.298.511/0001- 66	59.609.123/0012- 20		
1	60	ABAFADOR, para o combate direto de incêndios florestais por abafamento.	R\$ 75,00	R\$ 91,34	R\$ 62,10	R\$ 76,15	R\$ 4.568,80
2	15	APARELHO, proporcionador, de espuma, 3% a 6%, de 1.1/2", com tubo Pick-Up e engate rápido storz. PL – 150.	R\$ 980,00	R\$ 1.200,00	R\$ 2.300,00	R\$ 1.493,33	R\$ 22.400,00
3	700	BALACLAVA, para combate a incêndio, capuz em malha single Jersey dupla.	R\$ 200,00	R\$ 220,00	R\$ 156,00	R\$ 192,00	R\$ 134.400,00
4	800	BOTA, para combate a incêndio, Devera ser construída em borracha natural vulcanizada, na cor preta.	R\$ 400,00	R\$ 360,00	R\$ 420,00	R\$ 393,33	R\$ 314.666,67

5	800	CAPA, de chuva, para bombeiro, confeccionada em tecido tipo trevira reforçada.	R\$ 200,00	R\$ 170,00	R\$ 186,00	R\$ 185,33	R\$ 148.266,67
6	800	CAPACETE, para combate a incêndio, Padrão Europeu.	R\$ 1.540,00	R\$ 1.720,00	R\$ 1.410,15	R\$ 1.556,72	R\$ 1.245.373,33
7	15	CHAVE RES-Q-RENCH MULTI-FUNÇÃO – TFT. Ferramenta tipo chave multiuso, específica para operações em incêndio e resgate.	R\$ 15,00	R\$ 27,00	R\$ 13,00	R\$ 18,33	R\$ 275,00
8	150	CILINDRO reserva em fibra de carbono 300 BAR.	R\$ 2.000,00	R\$ 1.952,00	R\$ 2.200,00	R\$ 2.050,67	R\$ 307.600,00
9	5	COMPRESSOR, de alta pressão, para ar respirável, refrigerado a ar, através de sistema intercooler, pressão máxima de 330 Bar.	R\$ 2.420,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.740,00	R\$ 13.700,00
10	700	CONJUNTO PARA CHUVA (CALÇA/JAQUETA) POLIURETANO COR LARANJA	R\$ 300,00	R\$ 230,00	R\$ 290,00	R\$ 273,33	R\$ 191.333,33
11	800	CONJUNTO, de fardamento para combate a incêndio estrutural composto de blusão e calça: Tecido (blusão e calça)	R\$ 4.650,00	R\$ 4.500,00	R\$ 3.800,00	R\$ 4.316,67	R\$ 3.453.333,33
12	3	DIVISOR, para mangueira (derivante), com uma entrada de 2"1/2 e duas saídas de 1"1/2.	R\$ 392,40	R\$ 703,00	R\$ 480,00	R\$ 525,13	R\$ 1.575,40
13	50	DIVISOR, para mangueira (derivante), com uma entrada de 2"1/2 e duas saídas de 2"1/2.	R\$ 315,00	R\$ 630,00	R\$ 720,00	R\$ 555,00	R\$ 27.750,00
14	60	EQUIPAMENTO, autonomo de respiração positivo, 300 (trezentos) bar de pressão	R\$ 8.550,00	R\$ 9.062,00	R\$ 7.860,00	R\$ 8.490,67	R\$ 509.440,20
15	25	ESCADA PROLONGAVEL em fibra com dois lances, 12 metros de altura, sapatas regulável	R\$ 3.100,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.950,00	R\$ 3.016,67	R\$ 75.416,67

16	70	ESGUINCHO, de jato regulavel, para jato solido e neblina 2 1/2 polegadas engate rapido, corpo e boca em bronze, liga base, anel o'ring em borracha nitrilica	R\$ 84,60	R\$ 182,00	R\$ 125,00	R\$ 130,53	R\$ 9.137,33
17	30	ESGUINCHO, manual, jato regulavel, engate rapido, diametro de entrada 1 1/2", em liga de mtal, leve, alavanca de controle de fluxo revestida com borracha. Embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	R\$ 72,90	R\$ 212,00	R\$ 85,00	R\$ 123,30	R\$ 3.699,00
18	25	EXAUSTOR para ambientes confinados	R\$ 5.100,00	R\$ 6.091,88	R\$ 6.500,00	R\$ 5.897,29	R\$ 147.432,33
19	150	EXTINTOR, de po quimico seco, classe ABC, capacidade 2,3 kg, validade de 05 anos. O item devera atender as Normas ABNT vigentes e com selo do INMETRO.	R\$ 432,90	R\$ 390,00	R\$ 350,00	R\$ 390,97	R\$ 58.645,00
20	30	GANCHO, Crock, para combater a incendio, arrombamento, rescaldo e retirada de material (impulso e tracao)	R\$ 500,00	R\$ 418,00	R\$ 280,00	R\$ 399,33	R\$ 11.980,00
21	5	GERADOR de Energia	R\$ 3.350,00	R\$ 2.378,00	R\$ 3.638,00	R\$ 3.122,00	R\$ 15.610,00
22	12	IFEX BACK PACK	R\$ 12.117,13	R\$ 16.140,38	R\$ 29.493,43	R\$ 19.250,31	R\$ 231.003,76
23	120	LANTERNA, antiexplosão, para produtos perigosos, confeccionada em resina termoplastica de alta resistencia	R\$ 800,00	R\$ 806,00	R\$ 850,00	R\$ 818,67	R\$ 98.240,00

24	450	LIQUIDO, gerador de espuma de película aquosa (AFFF/ ARC) - LGE, não-toxico, não-corrisivo, biodegradavel,	R\$ 650,00	R\$ 418,00	R\$ 320,00	R\$ 462,67	R\$ 208.200,00
25	30	LUVA, de bombeiro, incendio, de proteção para operações em combate a incendio, tamanho G	R\$ 90,00	R\$ 80,00	R\$ 154,00	R\$ 108,00	R\$ 3.240,00
26	60	MANGUEIRA, de incendio, tipo 2, diametro 2 1/2 polegadas.	R\$ 500,00	R\$ 450,00	R\$ 474,00	R\$ 474,67	R\$ 28.480,00
27	120	MANGUEIRA, de incendio, tipo IV, diametro de 1 1/2 polegadas.	R\$ 750,00	R\$ 858,00	R\$ 860,00	R\$ 822,67	R\$ 98.720,00
28	60	MOCHILA, costal flexivel para transporte de agua, utilizada em combate a incendio florestal .	R\$ 845,00	R\$ 683,00	R\$ 870,00	R\$ 799,33	R\$ 47.960,00
29	800	OCULOS, de segurança, ampla visão, armação regulavel e em peça única em PVC incolor.	R\$ 23,31	R\$ 30,00	R\$ 25,50	R\$ 26,27	R\$ 21.016,00
30	30	PASSADOR de Nível para Mangueira	R\$ 275,00	R\$ 228,00	R\$ 720,00	R\$ 407,67	R\$ 12.230,00
31	30	REDUÇÃO, de linhas de combate a incendio, engate rapido tipo storz de 2 1/2 para 1 1/2. em latão, padrão bombeiro conforme norma NBR 14.349/99, peso maximo 1,160 kg	R\$ 72,00	R\$ 80,00	R\$ 68,00	R\$ 73,33	R\$ 2.200,00
							R\$ 7.447.892,83

Fonte: 2º GBM/CAAF

SALVAMENTO AQUÁTICO

	Qt.	DISCRIMINAÇÃO DO BEM	VALOR COTADO			VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
			Multstock	Sossul	Marimar		
			26.314.690/0001-47	03.298.511/0001-66	65.738.155/0001-65		
1	300	APITO para salvamento Aquático for 40	R\$ 11,00	R\$ 9,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 3.000,00
2	20	BINOCULO, comm zoom não inferior a 10, objetiva 50 mm, campos de visão mínima 1000 m	R\$ 430,00	R\$ 500,00	R\$ 475,00	R\$ 468,33	R\$ 9.366,67
3	60	BOIA, circular, salva-vidas, 990/50 classe III	R\$ 60,00	R\$ 75,00	R\$ 80,00	R\$ 71,67	R\$ 4.300,00
4	60	BOIA, salva vidas, tipo Rescue Tube, em polietileno emborrachado	R\$ 250,00	R\$ 287,50	R\$ 300,00	R\$ 279,17	R\$ 16.750,00
5	60	BOIA, sinalizadora de mergulho, tipo torpedo, com pontos no minimo 05 pontos de fixação	R\$ 90,00	R\$ 110,00	R\$ 88,00	R\$ 96,00	R\$ 5.760,00
6	30	BOTA, para mergulhador, confeccionada em neoprene com duplo revestimento, zipper lateral, solado adernte e resistente.	R\$ 89,00	R\$ 117,02	R\$ 120,00	R\$ 108,67	R\$ 3.260,20
7	15	BUSSOLA, para mergulho, utilizável no pulso, com leitura dupla	R\$ 65,00	R\$ 77,00	R\$ 68,00	R\$ 70,00	R\$ 1.050,00
8	15	CAPUZ, para mergulho, com abas, confeccionado em neoprene de 3,0 mm com forro duplo	R\$ 66,00	R\$ 60,00	R\$ 62,00	R\$ 62,67	R\$ 940,00
9	15	CILINDRO, para mergulho, construido em aluminio, equipado com valvula simples tipo K	R\$ 961,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.700,00	R\$ 1.303,67	R\$ 19.555,00
10	15	CINTO, de lastro	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

			19,00	25,21	30,00	24,74	371,05
11	15	COLETE, equilibrador, confeccionado em tecido Cordura Dupont 1000, com 02 (dois) bolsos drenantes.	R\$ 1.010,00	R\$ 1.600,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.336,67	R\$ 20.050,00
12	60	COLETE, salva-vidas, confeccionado com material flutuante externo/inferno, em nylon.	R\$ 349,00	R\$ 195,00	R\$ 275,00	R\$ 273,00	R\$ 16.380,00
13	3	COMPRESSOR, de alta pressão, para ar respiravel, refrigerador a ar, através de sistema intercooler, pressão maxima de 330 Bar	R\$ 24.150,00	R\$ 27.480,00	R\$ 23.330,00	R\$ 24.986,67	R\$ 74.960,00
14	20	BARRACA, em lona vinilica, na cor vermelha, dimensão 2,50 x 3,70m	R\$ 380,00	R\$ 260,00	R\$ 415,00	R\$ 351,67	R\$ 7.033,33
15	20	CONJUNTO com duas bandeiras triangulares p sinalização de condições de banho, em poliester	R\$ 160,00	R\$ 175,00	R\$ 158,00	R\$ 164,33	R\$ 3.286,67
16	15	CONSOLE, triplo, composto de: Manometro de pressão até 350 bars (quilos), Zona de reserva em vaermelho a 50 bars (quilos), Fundo refletivo (scente), Caixa em latão cromado, Vidro de policarboneto de alta densidade, Profundimetro metrico para 80 metros no maximo, caixa em latao cromado, vidro de policarboneto de alta densidade, fundo refletivo (fluorescente), agulha de arrasto para marcacao de profundidade até 80 metros na cor vermelha. Bussola visor lateral, coroa de graus movel, com marcadores	R\$ 600,00	R\$ 750,00	R\$ 680,00	R\$ 676,67	R\$ 10.150,00

		fluorescente. Garantia minina de 1 ano.						
17	12	CORDA FLUTUANTE 10 MM - BRC, de baixo estiramento, composta por POLIPROPILENO DE BAIXO ALONGAMENTO com ALTA RESISTÊNCIA A TRAÇA E A RAIOS UV.	R\$ 600,00	R\$ 900,00	R\$ 1.000,00	R\$ 833,33	R\$ 10.000,00	
18	30	FACA, para mergulho, confeccionada em aço.	R\$ 76,00	R\$ 150,00	R\$ 145,00	R\$ 123,67	R\$ 3.710,00	
19	30	LANTERNA, para mergulho, tipo bistola	R\$ 180,00	R\$ 195,00	R\$ 210,00	R\$ 195,00	R\$ 5.850,00	
20	30	LASTRO, pára cinto de mergulho, 02 Kg	R\$ 25,00	R\$ 28,80	R\$ 26,75	R\$ 26,85	R\$ 805,50	
21	30	LUVA, para mergulho, fabricada em neoprene 3mm e elastano	R\$ 78,00	R\$ 80,00	R\$ 66,82	R\$ 74,94	R\$ 2.248,20	
22	30	MASCARA, facial, para mergulho, corpo em neoprene, com tubo de	R\$ 74,00	R\$ 80,00	R\$ 95,00	R\$ 83,00	R\$ 2.490,00	

		respeção					
23	30	MEIA, para mergulho, confeccionada em neoprene de 3,0mm, com solado antiderrapante	R\$ 38,00	R\$ 42,00	R\$ 37,50	R\$ 39,17	R\$ 1.175,00
24	60	NADAREIRA, aberta, para mergulho, permita utilização com botas de mergulhador	R\$ 66,00	R\$ 75,00	R\$ 69,00	R\$ 70,00	R\$ 4.200,00
25	80	NADADEIRA fechada, longa, para mergulho, xalcadeira fixa, com bolsa confeccionada em borracha	R\$ 70,00	R\$ 78,50	R\$ 77,50	R\$ 75,33	R\$ 6.026,67
26	130	NADADEIRA, tipo salvação, em borracha flutuante, com passadeira maleável no calcanhar	R\$ 75,00	R\$ 79,00	R\$ 85,00	R\$ 79,67	R\$ 10.356,67
27	20	PRANCHA, para salvamento aquático, long board, em polipropileno.	R\$ 1.805,00	R\$ 1.950,00	R\$ 2.050,00	R\$ 1.935,00	R\$ 38.700,00
28	15	REGULADOR, de mergulho, de primeiro estágio, confeccionado em aço escovado.	R\$ 466,00	R\$ 550,00	R\$ 610,00	R\$ 542,00	R\$ 8.130,00
29	30	ROUPA, para mergulho, longa completa (calça e manga comprida), confeccionada em neoprene de 3 mm com duplo forro, extremidades em neoprene liso para maior vedação, zíper dorsal, corte anatômico, costura reforçada em três pontos.	R\$ 470,00	R\$ 492,00	R\$ 510,00	R\$ 490,67	R\$ 14.720,00
30	5	ROUPA, seca para mergulho, confeccionada em poliuretano calandrado ou neoprene	R\$ 4.000,00	R\$ 4.550,00	R\$ 4.680,00	R\$ 4.410,00	R\$ 22.050,00

31	30	SNORKEL, para mergulho, em silicone.	R\$ 35,00	R\$ 45,00	R\$ 33,00	R\$ 37,67	174 R\$ 1.130,00
							R\$ 327.804,95

Fonte: 2º GBM/CAAF

SALVAMENTO TERRESTRE

Qt.	DISCRIMINAÇÃO DO BEM	VALOR COTADO			VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
		Multstock	Sossul	M.Arnould		
		26.314.690/0001-47	03.298.511/0001-66	01.359.742/0001-70		
1	16	ALAVANCA de Bombeiro do tipo Hooligan	R\$ 48,00	R\$ 48,00	R\$ 110,00	R\$ 68,67 R\$ 1.098,67
2	15	ALICATE universal, 8 polegadas, em aço, com cabo isolado para uso em instalação elétrica	R\$ 34,90	R\$ 29,00	R\$ 21,90	R\$ 28,60 R\$ 429,00
3	5	ALMOFADA PNEUMÁTICA; PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO: 116 PSI/ 8 BAR; CAPACIDADE NOMINAL: TONS/TONS METR.=>12.0/11; ALTURA MÁXIMO INFLADO (MM) =>216; DIMENSÕES MM COMP. X LARG. = 381 X 381; PESO KG=<3,80; ESPESSURA MM=> 25,40; FORÇA MÁXIMO => 106 KN	R\$ 840,00	R\$ 985,00	R\$ 1.300,00	R\$ 1.041,67 R\$ 5.208,33
4	5	ALMOFADA PNEUMÁTICA; PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO: 116 PSI/ 8 BAR; CAPACIDADE NOMINAL: TONS/TONS METR.=>1.1/1; ALTURA MÁXIMO INFLADO (MM) => 75.5; DIMENSÕES MM COMP. X LARG. = 136 X 52 X136,52; PESO KG=<0,50; ESPESSURA MM=> 22,90; FORÇA MÁXIMO => 8 KN;	R\$ 890,00	R\$ 1.050,00	R\$ 1.350,00	R\$ 1.096,67 R\$ 5.483,33

5	5	ALMOFADA PNEUMÁTICA; PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO: 116 PSI/ 8 BAR; CAPACIDADE NOMINAL: TONS/TONS METR.=>19.8/18; ALTURA MÁXIMO INFLADO (MM) => 245; DIMENSÕES MM COMP. X LARG. = 358,77 X 52 X 262,54; PESO KG=<6,80; ESPESSURA MM=> 25,40; FORÇA MÁXIMO => 184 KN;	R\$ 930,00	R\$ 980,00	R\$ 1.150,00	R\$ 1.020,00	R\$ 5.100,00
6	5	ALMOFADA PNEUMÁTICA; PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO: 116 PSI/ 8 BAR; CAPACIDADE NOMINAL: TONS/TONS METR.=>1.3/3; ALTURA MÁXIMO INFLADO (MM) => 130; DIMENSÕES MM COMP. X LARG. = 228,60 X 228,60; PESO KG=< 1,53; ESPESSURA MM=> 22,90; FORÇA MÁXIMO => 32 KN;	R\$ 1.200,00	R\$ 1.350,00	R\$ 1.430,00	R\$ 1.326,67	R\$ 6.633,33
7	5	ALMOFADA PNEUMÁTICA; PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO: 116 PSI/ 8 BAR; CAPACIDADE NOMINAL: TONS/TONS METR.=>22.0/20; ALTURA MÁXIMO INFLADO (MM) => 290; DIMENSÕES MM COMP. X LARG. = 511,17 X 511,17; PESO KG=< 6,70; ESPESSURA MM=> 25,40; FORÇA MÁXIMO => 197 KN;	R\$ 1.500,00	R\$ 1.620,00	R\$ 1.730,00	R\$ 1.616,67	R\$ 8.083,33
8	5	ALMOFADA PNEUMÁTICA; PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO: 7,25 PSI/ 0,5 BAR; CAPACIDADE LEVANTAMENTO (O PAR) => 35.300 LBS; DIMENSÃO DA BOLSA DE ARMAZENAMENTO 1320,8 X 1320,8; PESO (O PAR) =<69,92 KG; ALTURA DESINFLADO => 59,27; ALTURA INFLADO - > 619,13 QUANTIDADE DE AR (O PAR) => 21,66 M3	R\$ 1.100,00	R\$ 980,00	R\$ 1.013,00	R\$ 1.031,00	R\$ 5.155,00

9	5	CILINDRO HIDRÁULICO, COM O CORPO MANUFATURADO EM ALUMÍNIO DE AVIAÇÃO. ACESSÓRIOS OPCIONAIS: BASE PLANA; BASE EM FORMA DE PONTA; BASE EM FORMA DE V; BASE QUADRADA EM FORMA DE CRUZ; CONJUNTO DE CORRENTES DE TRAÇÃO; CONJUNTO DE MANILHAS PARA TRAÇÃO; TUBO DE EXTENSÃO DE 185 MM; TUBO DE EXTENSÃO DE 330 MM; TUBO DE EXTENÇÃO DE 600 MM; CAIXA DE ARMAZENAMENTO; CAIXA DE ARMAZENAMENTO GRANDE. PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO=>10.500 PSI/720 BAR FORÇA DE SEPARAÇÃO=>162,2 KN; NÚMERO DE PISTÕES=>2; COMPRIMENTO DOS PISTÕES= <2X 350 MM; COMPRIMENTO MÁXIMO =>1674 MM; PESO COMPLETO PARA USO => 20,5 KG; FERREMANETA LISTADA NA UL CUMPRE COM NORMA NFPA 1936 DE 1999; DIMENSÃO => 975 X 404 X 121 MM	R\$ 3.750,00	R\$ 4.000,00	R\$ 3.840,00	R\$ 3.863,33	R\$ 19.316,67
10	16	DETECTOR DE GASES	R\$ 6.000,00	R\$ 6.795,00	R\$ 5.293,00	R\$ 6.029,33	R\$ 96.469,33

11	5	<p>CILINDRO HIDRÁULICO, COM O CORPO MANUFATURADO EM ALUMÍNIO DE AVIAÇÃO. ACESSÓRIOS OPCIONAIS: BASE PLANA; BASE EM FORMA DE PONTA; BASE EM FORMA DE V; BASE QUADRADA EM FORMA DE CRUZ; CONJUNTO DE CORRENTES DE TRACÇÃO; CONJUNTO DE MANILHAS PARA TRACÇÃO; TUBO DE EXTENÇÃO DE 185 MM; TUBO DE EXTENÇÃO DE 330 MM; TUBO DE EXTENÇÃO DE 600 MM; CAIXA DE ARMAZENAMENTO; CAIXA DE ARMAZENAMENTO GRANDE. PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO 10.500 PSI/ 720 BAR; FORÇA DE SEPARAÇÃO => 162,2 KN; NUMERO DE PISTÕES => 2 X 249 MM; COMPRIMENTO MÁXIMO *=< 1270 MM; PESO COMPLETO PARA USO => 18 KG; FERRAMENTA LISTADA NA UL SIM; CUMPRE COM NORMA NFPA 1936 DE 1999, SIM; DIMENSÕES => 772 X 404 X 121MM* INCLUINDO AS CABEÇAS EM CRUZ .</p>	R\$ 2.570,15	R\$ 3.000,00	R\$ 2.850,00	R\$ 2.806,72	R\$ 14.033,58
----	---	---	--------------	--------------	--------------	--------------	---------------

12	5	<p>CILINDRO HIDRÁULICO, COM O CORPO MANUFATURADO EM ALUMÍNIO DE AVIAÇÃO. COM OS SEGUINTE ACESSÓRIOS :0ZZZUMA) BASE EM FORMA DE PONTA ;01 (UMA) BASE EM FORMA DE V;01 (UMA) BASE QUADRADA EM FORMA DE CRUZ; 01(UM) CONJUNTO DE CORRENTES PARA TRAÇÃO; 01(UM) CONJUNTO DE MANILHAS PARA TRAÇÃO; 01 (UM) TUBO DE EXTENÇÃO DE 185 MM; 01 (UM) TUBO DE EXTENÇÃO DE 330 MM; 01 (UM) TUBO DE EXTENÇÃO DE 600 MM; 01(UMA) CAIXA DE ARMAZENAMENTO; 01 (UMA)CAIXA DE ARMAZENAMENTO GRANDE. PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO 10.500 PSI/ 720 BAR; FORÇA DE SEPARAÇÃO => 162,2 KN; NUMERO DE PISTÕES =>1; COMPRIMENTO DOS PISTÕES =< 249 MM;COMPRIMENTO MÁXIMO = 788 MM; PESO COMPLETO PARA USO =<13,5 KG; FERRAMENTA LISTADA NA UL; SIMCUMPRE COM NORMA NFPA 1936 DE 1999 SIM; DIMENSÕES => 570 X 4040 X 121 MM.</p>	R\$ 1.450,00	R\$ 1.280,00	R\$ 1.390,00	R\$ 1.373,33	R\$ 6.866,67
----	---	--	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------

13	15	FERRAMENTA HIDRÁULICA DE CORTE; COM O CORPO MANUFATURADO EM ALUMÍNIO DE AVIAÇÃO, COM LÂMINAS EM AÇO TEMPERADO. PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO: 10. 500 PSI/ 720 BAR; ABERTURA MÁXIMA DAS LÂMINAS => 305 MM; FORÇA MÁX. CORTE PARTE POSTERIOR LÂMINAS => 301 KN; PESO COMPLETO PARA USO => 15, 5 KG; FERRAMENTA LISTADA NA UL SIM; CUMPRE COM NORMA NFPA 1936 DE 1999; SIM; DIMENSÕES 826 X 229 X 181 MM	R\$ 26.000,00	R\$ 32.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 28.666,67	R\$ 430.000,00
14	10	FERRAMENTA HIDRÁULICA EXPANSORA E TRACIONADORA, COM O CORPO MANUFATURADO EM ALUMÍNIO DE AVIAÇÃO COM PONTEIRAS REMOVÍVEIS ACESSÓRIOS OPCIONAIS:PONTEIROS DE SEPARAÇÃO, PONTEIRAS DE SEPARAÇÃO DE CORTE E CORRENTES DE TRAÇÃO; PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO: 10. 500 PSI/ 720 BAR; DISTÂNCIA DE SEPARAÇÃO=848 MM; FORÇA MÁXIMA DE SEPARAÇÃO =>6 4,9 KN; PESO COMPLETO PARA USO =<20,5 KG; FERRAMENTA LISTADA NA UL ; CUMPRE COM NORMA NFPA 1936 DE 1999; DIMENSÕES 924 X 229 X 204 MM.	R\$ 73.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 70.793,00	R\$ 66.264,33	R\$ 662.643,33
15	15	FURADEIRA, de impacto GSB 20/2, 127 V, velocidades, potencia de 700 wats, alto torque, ideal para trabalhos pesados, redução mecanica de velocidade, capacidade de perfuração: concreto: 20/13 mm aço, 13/08 mm madeira, 40/ 25 mm rotação sem carga: 1000/3000 m mandril; 1/2" - 13 mm.	R\$ 390,00	R\$ 410,00	R\$ 380,00	R\$ 393,33	R\$ 5.900,00

16	15	FURADEIRA, de impacto manual pontencia minima de 1.000 w capacidade minima de perfurar 20/13 mm. Capacidade de rpm minima de 1.000. Capacidade de mandril mininima de 1/ 3 Peso: de 2,2kg Tensão 220 v/380v Garantia minima de 01 (um) ano prestada no Estado da Bahia. A em balagem devera conter dados do produto e marca do fabricante.	R\$ 728,57	R\$ 801,25	R\$ 723,12	R\$ 750,98	R\$ 11.264,70
17	15	FURADEIRA, de impacto, manual, potencia minima de 810 watts, mandril não inferior 5/8 polegadas (16 mm), com: Capacidade em aço: minimo 16 mm. Capacidade em concreto: minimo 30mm Peso: minimo 4,1 kg Tensão: 220/ 380 v.	R\$ 281,74	R\$ 310,15	R\$ 350,00	R\$ 313,96	R\$ 4.709,45
18	6	GPS, compacto, com 12 canais paralelos de recepção. Memória para 20 traçados	R\$ 400,00	R\$ 430,00	R\$ 570,00	R\$ 466,67	R\$ 2.800,00
19	5	MACACO HIDRÁULICO; CAPACIDADE = 1,5 TONELADAS MÉTRICAS; ALTURA APROXIMADA 725 MM; PESO DO EQUIPAMENTO = < 13 KG	R\$ 492,00	R\$ 399,00	R\$ 450,00	R\$ 447,00	R\$ 2.235,00
20	5	MACACO HIDRÁULICO; CAPACIDADE = 10 TONELADAS MÉTRICAS; ALTURA APROXIMADA 800 MM; PESO DO EQUIPAMENTO = < 42 KG	R\$ 1.810,00	R\$ 2.805,00	R\$ 3.100,00	R\$ 2.571,67	R\$ 12.858,33

21	5	MACA SMIT tipo SKED, sistema modável de imobilização e transporte.	R\$ 2.700,00	R\$ 2.650,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.783,33	181 R\$ 13.916,67
22	20	MARTELETE, industrial, com sistema de encaixe SDS-Plus, velocidade variável, mandril não inferior a 1/2 polegada (13mm), com capacidade de penetrar até 24 mm e concreto, 13 mm em metal, 13 mm em metal, 30 mm em madeira, com empunhadora auxiliar ajustavel a 360º graus, com limitador de profundidade regulável, tensão 220 volts, garantia de fabricante minima de 01 (um) ano .Embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	R\$ 800,00	R\$ 850,00	R\$ 900,00	R\$ 850,00	R\$ 17.000,00
23	15	MARTELETE, rotativo, rompedor. Com as seguintes características: Pontecia minima 780 Watts; Rotações por min: 0 ~ 1.400 rpm (min) . Impactos por min: 0~4.500 ipm (min) capacidades: concreto 24 mm (15/1 6"), madeira 32 mm (1-14"), aco 13 mm (1/2"). Energia de impacto minima de: 2,2 joules Tensão eletrica de acordo com a definida pela unidade no ato da contração. Acessórios que acompanham a maquina: - Punho completo;- Limitador de profundidade; - Maleta de transporte: GARantia do fabricante minima de 01 (um) ano. Embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante .	R\$ 541,84	R\$ 610,00	R\$ 490,00	R\$ 547,28	R\$ 8.209,20

24	15	<p>MOTO- ABRASIVO com motor cilindro de dois tempos - Cilindro com superfície de cronagem dura, refrigerador a ar - Com circulação forçada - Ignição elétrica cilindrada igual ou superior a 66.7cm³ - Potencia minima de 3,2/4,4KW/CV - Arranque com corda reversivel - Disco decorte protegido por capa de aço - Rolamentos de alta qualidade- profundidade maxima de corte de no minimo 125 mm. Mistura de combustível de 1:25-Embreagem a base de força centrifuga - Carburador de membranas multiposicionavel- Conjunto de corte- Disco de corte balanceado diametro de no minimo 300 mm x 3mm para pedra e femo - Disco de corte balanceado diametro de no minimo 350 mm x 4mm para pedra - 01 (um) disco para corte de metais - 01 (um) disco para corte de concreto e similares - Deve acompanhar o equipamento: - 01 (um) jogo de ferramenta para montagem do equipamento- 10 (dez) discos para corte de metiais - 10 (dez) discos para corte de metais - 10 (dez) discos para corte concreto - Manual de instrução e manutenção do equipamento em português.</p>	R\$ 5.600,00	R\$ 4.066,23	R\$ 4.833,12	R\$ 4.833,12	R\$ 72.496,75
25	15	<p>MOTOSERRA a dois tempos, cilindrada não inferior a 70.7 cm³, potencia de 3.9kW, com rotação maximo não inferiro a 12. 500 rpm, sistem de ignição eletrônica, conjunto de corte, corrente 3/8, capacidade do tanque de combustível não inferior a 0,68 litroo, e do tanque do óleo não inferiro a 0,36 litros, peso aproximadamente de 6 kg comprimento do sabre de 32 a 70cm. Embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante.</p>	R\$ 2.850,00	R\$ 2.589,82	R\$ 2.517,29	R\$ 2.652,37	R\$ 39.785,55

26	22	TRIPE, para salvamento em poço, com catraca, capacidade de tração mínima de 4KN.	R\$ 6.000,00	R\$ 5.500,00	R\$ 5.800,00	R\$ 5.766,67	R\$ 126.866,67
							R\$ 1.584.562,90

Fonte: 2º GBM/CAFF

SALVAMENTO EM ALTURA

	Qt.	DISCRIMINAÇÃO DO BEM	VALOR COTADO			VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
			Multstock	Sossul	M.Arnould		
			26.314.690/0001-47	03.298.511/0001-66	01.359.742/0001-70		
1	50	ASCENSOR de peito, blocante ventral em duralumínio	R\$ 250,00	R\$ 230,00	R\$ 278,37	R\$ 252,79	R\$ 12.639,50
2	50	ASCENSOR, blocante para progressão em corda, lado esquerdo	R\$ 351,00	R\$ 224,85	R\$ 297,28	R\$ 291,04	R\$ 14.552,17
3	50	ASCENSOR, blocante para progressão em corda, lado direito	R\$ 387,00	R\$ 224,85	R\$ 297,28	R\$ 303,04	R\$ 15.152,17
4	50	BLOCANTE, de peito, para ascensão em corda fixa	R\$ 155,50	R\$ 207,00	R\$ 103,97	R\$ 155,49	R\$ 7.774,50
5	50	BLOCANTE, para resgate, de punho	R\$ 250,00	R\$ 224,85	R\$ 246,00	R\$ 240,28	R\$ 12.014,17
6	50	BLOCANTE, para resgate para tipo tibloc, para a cabo de 8 a 12 mm	R\$ 335,00	R\$ 224,85	R\$ 556,67	R\$ 372,17	R\$ 18.608,67
7	50	BLOQUEADOR, rescucender B50- 0, móvel, compacto, destinado a progressão de corda fixa.	R\$ 729,00	R\$ 700,00	R\$ 650,00	R\$ 693,00	R\$ 34.650,00
8	250	CADEIRA para resgate tipo fraldão em fita tubular	R\$ 197,00	R\$ 613,00	R\$ 150,00	R\$ 320,00	R\$ 80.000,00

184

9	1200	FITA, de segurança, para trabalho e resgate, anelar, costuradas, resistentes a abrasão	R\$ 15,00	R\$ 25,00	R\$ 35,00	R\$ 25,00	R\$ 30.000,00
10	100	FITA, tubular, confeccionada em poliéster de alta tenacidade	R\$ 7,00	R\$ 6,22	R\$ 6,80	R\$ 6,67	R\$ 667,33
11	120	FREIO, 8 (oito), com alto travamento, de resgate e salvamento	R\$ 275,00	R\$ 90,00	R\$ 130,00	R\$ 165,00	R\$ 19.800,00
12	60	FREIO, de barras, para decidas em grandes verticais " RACK"	R\$ 330,00	R\$ 360,00	R\$ 467,50	R\$ 385,83	R\$ 23.150,00
13	250	LUVA ESPECIAL PARA RAPPEL, EM VAQUETA	R\$ 90,00	R\$ 70,00	R\$ 50,00	R\$ 70,00	R\$ 17.500,00
14	120	POLIA, dupla em duraluminio, 100 mm, placa fixa, resistência de 50 KN.	R\$ 383,00	R\$ 277,50	R\$ 310,20	R\$ 323,57	R\$ 38.828,00
15	75	CORDA, para salvamento, resiatente a abrasao e cortes, de 12,0 mm de diametro, com carga nominal de ruptura minima de 3,600 Kgf (36KN), na cor laranja, confeccionada atraves do sistema KERNMANTLE, com fibras de poliamida (6.6) ou poliamida e poliester, do tipo A, de origem Europeia, Possui tratamento contra raio ultravioleta. Corda semi-estatica, com certificacao e homologacao internacional (EN e CE). carretel de 100 metros. Marcas em ordem de recomendacao.	R\$ 979,00	R\$ 1.100,00	R\$ 875,00	R\$ 984,67	R\$ 73.850,00
							R\$ 399.186,50

Fonte: 2º GBM/CAAF

ROUPA DE PROTEÇÃO (PRODUTOS PERIGOSOS)

Qt.	DISCRIMINAÇÃO DO BEM	VALOR COTADO			VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
		Multstock	Resgatécnica	Concorre comercio		
		26.314.690/0001-47	03.298.511/0001-66	01.359.742/0001-70		
1	45 Macacão encapsulado TIPO 1A, para proteção química, com filmes poliméricos entre feltro de polímero, visor em PVC e PTFE, luvas externas em Butil e luvas internas em filmes poliméricos, sistema de acoplagem das luvas ao macacão com retentores e abraçadeiras, duas válvulas de exalação com aba de proteção, cinto interno para ajuste ao corpo do usuário, zíper hermético com aba de proteção, meias acopladas e abas de sobreposição ao cano da bota. O macacão devera ser identificado com o nome do fabricante, data de fabricação e validade do produto. Tamanho G.	R\$ 4.350,00	R\$ 7.050,00	R\$ 5.846,00	R\$ 5.748,67	R\$ 258.690,00

2	45	<p>Macacão de proteção nível 'B' - Traje tipo macacão para proteção química confeccionada em tecido TYCHEM®, encapsulado com sistema de fechamento nas costas através de zíper a prova de líquidos, com fechamento recoberto por abas duplas do mesmo tecido da roupa, sendo que as mesmas deverão ser fixadas por velcro. O traje deverá ser confeccionado permitindo o uso do Equipamento de Proteção Respiratória – EPR com pressão positiva. Devendo possuir capuz acoplado ao conjunto com dimensões suficientes para proporcionar a utilização de capacete e a máscara facial completa do sistema da linha de ar (se for o caso), que deverá ter um visor de grandes proporções de em PVC 20 mil, oferecendo uma excelente transparência a visão do usuário. O visor do capuz deverá ser costurado do lado externo e com sua extremidade com acabamento através de uma fita de filme igual a utilizada nas costuras da roupa, com selagem Thermo Bond. O traje deverá possuir entrada para mangueira do sistema de ar (em forma de tubo com diâmetro de 5 cm por 15 cm de comprimento) disposto na altura da cintura. Todas as costuras da roupa deverão ser seladas através do sistema Thermo Bond com fitas do lado externo. Deverá ainda dispor de dois exaustores com função de garantir a saída do ar exalado pelo EPR, sendo um localizado na parte de trás do capuz e outro nas costas na altura do ombro que deverão ser protegidos por abas evitando assim respingos de agentes químicos. As mangas deverão possuir elásticos de alta resistência nos punhos para a fixação sobre luvas,</p>	R\$ 2.550,00	R\$ 3.200,00	R\$ 1.986,00	R\$ 2.578,67	R\$ 116.040,00
---	----	---	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-------------------

<p>nas pernas a roupa deverá possuir um sistema de dupla proteção, sendo uma meia interna em forma de botas e aba externa protetora para botas com elástico. Nível de classificação "B" – de proteção para a pele. Cor: indiferente.</p>				
--	--	--	--	--

3	45	Macacão de proteção nível 'C' - Traje tipo macacão para proteção química confeccionada Tychem® laminado composto de tyvek® 1422A com revestimento de Saranex 23P. Este laminado deve possuir peso básico de 87,88 g/m ² , com espessura de 6 milipolegadas (milésimos de polegada); resistência à ruptura de 20,41 kgf; resistência a tensão de 4,98 kgf, devendo ser na cor branca, com costuras termo seladas, devendo possuir fechamento frontal com zíper coberto por uma pala fixada com fita adesiva ou velcro. e capuz com elástico. O modelo deverá possibilitar a utilização de equipamento de proteção respiratória autônomo de pressão positiva ou máscara facial completa de pressão negativa. Devendo ainda possuir capuz acoplado ao conjunto, próprio para proporcionar a utilização de máscara facial completa do sistema autônomo de proteção respiratória. O capuz possui elástico em torno do rosto do operador para maior proteção. As mangas e tornozelos possuem elásticos para fixação sobre luvas e botas.	R\$ 350,00	R\$ 452,00	R\$ 223,56	R\$ 341,85	R\$ 15.383,40
4	60	Par de botas com resistência química - fabricada em PVC e borracha nitrílica, deverá possuir indicação de atendimento à norma EN344, ou similar, para resistência química. Deverá ainda possuir: palmilha e biqueira em aço e solado anti-derrapante. O "cano" deverá ser do tipo "curto", com no máximo de 320 mm de altura.	R\$ 325,00	R\$ 412,00	R\$ 255,00	R\$ 330,67	R\$ 19.840,00
5	40	BINOCULO, a prova de água e de neblina, com lente objetiva de 25 mm de diâmetro e ampliação de 10 X compacta e nítida, com um campo de ate 1000 metros. Material : policarbonite com o corpo	R\$ 302,00	R\$ 185,00	R\$ 214,00	R\$ 233,67	R\$ 9.346,67

		revestido de borracha.					
6	25	Biruta pequena, portátil de solo. Composta de cone em tecido Poliéster Resinado com fita refletiva, base de fixação 150mm X 150mm, mastro galvanizado e com acabamento em pintura eletrostática de 1000mm de comprimento X 3/4" de diâmetro, cesto metálico com pintura eletrostática com eixo transpassante fixado em rolamento blindado.				R\$ -	R\$ -
7	25	Conjunto de madeira de contenção tipo Batoque - Embalagem com 30 (trinta) batoques de tamanhos e formatos diferentes com martelo de borracha.	R\$ 85,00	R\$ 74,00	R\$ 86,00	R\$ 81,67	R\$ 2.041,67
8	25	Detector de gases (gás sulfídrico, percentual de oxigênio, monóxido de carbono e explosividade) - O equipamento deverá possuir as seguintes características: Display de cristal líquido (LCD); Detecção de Gás Combustível - Metano CH ₄ , Propano C ₃ H ₈ , Monóxido de Carbono CO, Amônia NH ₃ , Sulfeto de Hidrogênio H ₂ S, Hidrogênio-2 H ₂ , Oxigênio O ₂ ; Escala: 0 - 100%LEL (Metano); Alarme alto: 50%LEL; Alarme baixo: 20%LEL; Teste: através de bomba de amostragem interna; Auto teste de função completa de integridade do sensor, bateria e circuitos; Sensor Catalítico; Saída RS-232; Tempo de resposta: T90 30s; Proteção contra impacto, poeira e respingos d'água; Temperatura de operação variando entre -40°C e 70°C; Umidade de operação 90% UR; Temperatura de armazenamento de -40° a 70°C; Umidade de armazenamento 95% UR; Alimentação à bateria de lítio de 3.7V DC, 2,1AH;	R\$ 8.550,00	R\$ 7.456,00	R\$ 7.128,00	R\$ 7.711,33	R\$ 192.783,33

		Tempo de operação entre 15 e 18 horas contínuas. Utilizando a bomba 12h; Peso entre 300 e 350 gramas; Dimensões entre 135 e 140 x 80 e 85 x 40 e 45 mm; Deverá acompanhar equipamentos para trabalho em ambiente confinado (mangueira entre 5 e 7 metros e bomba de amostragem interna), carregadores cabo RS- 232; Deverá acompanhar estojo para armazenamento e transporte; Deverá acompanhar manual de instruções em Português do Brasil e certificado de garantia da empresa fabricante.					
9	100	Manuais de Produtos Perigosos da ABIQUIM, publicação mais atual oficial, encadernação em material com configuração resistente a manuseio constante.	R\$ 58,00	R\$ 57,50	R\$ 59,30	R\$ 58,27	R\$ 5.826,67
10	25	Piscina para descontaminação de lona, PVC monocromático, Tubos em aço com acabamento em pintura epóxi, peças plásticas em polipropileno, estrutura reforçada, Ponteiros antiderrapantes, esquadros reforçados, volume de 2500 litros.	R\$ 350,00	R\$ 450,00	R\$ 499,00	R\$ 433,00	R\$ 10.825,00
11	25	Parafuso de autoenroscamento com arruelas (cônico) - Peça metálica para vedação contendo cloropreno cônico. Tamanhos: • 03 Pequenos (cloropreno de no mínimo 1,5 cm de diâmetro);	R\$ 1.218,00	R\$ 1.350,00	R\$ 1.456,00	R\$ 1.341,33	R\$ 33.533,33

		<ul style="list-style-type: none"> • 04 Médios (cloropreno de no mínimo de no mínimo 2,5 cm de diâmetro); • 03 Grandes s (cloropreno de no mínimo de no mínimo 04 cm de diâmetro). 					
12	25	<p>Parafuso de auto-enroscamento com placa metálica (plano) - Peça metálica para vedação contendo cloropreno plano. Tamanhos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 03 Pequenos (cloropreno de no mínimo 04 cm2 de diâmetro); • 04 Médios (cloropreno de no mínimo de no mínimo 09 cm2 de diâmetro); • 03 Grandes s (cloropreno de no mínimo de no mínimo 25 cm2 de diâmetro). 	R\$ 1.350,00	R\$ 1.254,00	R\$ 1.421,00	R\$ 1.341,67	R\$ 33.541,67
13	25	<p>Parafuso de auto-enroscamento com arruelas (esférico) - Peça metálica para vedação contendo cloropreno esférico. Tamanhos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 03 Pequenos (cloropreno de no mínimo 1,5 cm de diâmetro); • 04 Médios (cloropreno de no mínimo de no mínimo 2,5 cm de diâmetro); • 03 Grandes s (cloropreno de no mínimo de no mínimo 04 cm de diâmetro). 	R\$ 1.251,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.356,00	R\$ 1.335,67	R\$ 33.391,67
14	25	Absorvente tipo turfa - saco com 10Kg - Absorvente à base vegetal granulado destinado a ser utilizado na absorção de produtos orgânicos voláteis.	R\$ 205,00	R\$ 240,00	R\$ 199,00	R\$ 214,67	R\$ 5.366,67
15	25	Rolo de fita adesiva de alta resistência - com no mínimo 0,2mm de espessura e 5cm de largura com 50m de comprimento; com dorso em polímero resistente à temperatura de no mínimo 60°C, própria para trabalhos de vedação				R\$ -	R\$ -

		provisória em dutos e superfícies lisas.					
16	25	Par de luvas de borracha nitrílica - confeccionada em borracha nitrílica com espessura mínima de 1,10 mm e comprimento mínimo de 40 cm. Com palma áspera e antiderrapante, deverá ter interior com acabamento em algodão.	R\$ 51,33	R\$ 45,00	R\$ 62,00	R\$ 52,78	R\$ 1.319,42
17	25	Kit contenção com cintas em poliéster com 8 metros de comprimento por 7 cm de largura, com catraca metálica, vedadores de borracha e estrados de madeira.	R\$ 2.050,00	R\$ 1.985,00	R\$ 2.150,00	R\$ 2.061,67	R\$ 51.541,67
18	25	Pá anti-faiscante - com cabo em madeira e ferramentea em material plástico apropriado para o manuseio de produtos de fácil combustão, ou manuseio de produtos prerigosos.	R\$ 45,00	R\$ 52,00	R\$ 48,00	R\$ 48,33	R\$ 1.208,33
19	25	Enxada anti-faiscante, com cabo em madeira e ferramentea em material plástico apropriado para o manuseio de produtos de fácil combustão, ou manuseio de produtos prerigosos.	R\$ 53,25	R\$ 65,47	R\$ 52,00	R\$ 56,91	R\$ 1.422,67
20	25	Tambor para rejeito com capacidade para 200 l tipo spill drum - Estrutura em polietileno de alta resistência, utilizado para contenção de líquidos em caso de vazamento, com resistência a corrosão, com possibilidade lacre de maneira que evite a vaporização dos gases assegurando ao operador não inalar o produto, cor: amarela, medidas externas de 0,80 x 1,00 m, e peso de 08 a 20,0 kg. As compatibilidade químicas deverão ser ANIDRIDO ACÉTICO, ÁCIDO CLORÍDRICO (100, 20 E 37%), ÁCIDO OXÁLICO (FRIO), ANTIMÓNIO TRICLORETO, CÁLCIO CLORATO, CLORETO DE ENXOFRE, COBRE FLOBORATE; PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (10%),	R\$ 4.200,00	R\$ 3.850,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.983,33	R\$ 99.583,33

		SÓDIO SULFITE.					
21	25	Megafone de uso profissional com no mínimo 20 Watts de potência e alcance mínimo de 600 metros. Peso máximo de 3,0 Kg. Com capacidade para sustentar no mínimo 06 (seis) horas para voz.	R\$ 356,00	R\$ 420,00	R\$ 299,00	R\$ 358,33	R\$ 8.958,33
22	25	Pallet de contenção em aço carbono para dois tambores com capacidade de contenção de 200 litros.	R\$ 2.950,00	R\$ 3.200,00	R\$ 3.150,00	R\$ 3.100,00	R\$ 77.500,00
23	25	Pó para preparo de massa de vedação - frasco com 1Kg - Produto não tóxico, não inflamável, composto de polímeros de alta absorção em base de bentonita que, após mistura com água, destina-se à vedação instantânea de furos e rasgos em superfícies sujas, enferrujadas e/ou oleosas com derramamento de hidrocarbonetos e produtos à base de água. Deverá ter capacidade de vedar, provisoriamente, furos de no mínimo 5 cm de diâmetro e rasgos de no mínimo 10 x 1,5 cm a uma pressão de no mínimo 0,5 m.c.a.	R\$ 156,00	R\$ 198,00	R\$ 145,00	R\$ 166,33	R\$ 4.158,33

24	25	Óculos de proteção - fabricado em polímero de alta resistência, devendo possuir armação confeccionada em uma única peça recoberta por material macio que se amolde à face do usuário garantindo boa vedação. Deverá possuir ventilação indireta com pequenos orifícios de entrada/saída de ar, lente em polímero incolor que filtre pelo menos 98% dos raios ultravioleta e tratamento anti-embaçante. Deve possuir elástico para fixação à face para ser utilizado de forma combinada à máscara semi-facial. Deverá atender à norma ANSI Z.87.1/1989. Caso importado, deverá apresentar Certificado de Aprovação - CA.	R\$ 110,00	R\$ 99,00	R\$ 125,00	R\$ 111,33	R\$ 2.783,33
25	25	Lanterna intrinsecamente segura - lanterna com bulbo de Halogêneo 4,8V 4W alimentado por 1(uma) bateria recarregável de níquel-cadmio ou por 4(quatro) pilhas alcalinas tipo C, ambas possibilitando pelo menos 02 (duas) horas de uso contínuo e produzir o equivalente a pelo menos 40 lumens. Clip para cintura, equipada com anel da lente sintonoprene retardante de chama e botão liga/desliga anticentelha em lastômero especial. Corpo construído em material nylon resistente, não condutivo, anticorrosivo, resistente a óleos, graxas e produtos químicos. Intrinsecamente segura, hermeticamente selada, à prova d'água e aprovada o teste de queda em concreto a uma distância mínima de 09 (nove) metros do solo. 1 (Uma) bateria sobressalente Ni-Cad e 1(um) carregador com led de status em 120 VAC ou 220 VAC e plug de 12/24VDC.	R\$ 1.850,00	R\$ 2.100,00	R\$ 1.750,00	R\$ 1.900,00	R\$ 47.500,00
26	25	FITA, para interdicao de area, em vinil, na cor preto e amarelo, medindo 05 cm de largura.	R\$ 10,20	R\$ 9,75	R\$ 12,45	R\$ 10,80	R\$ 270,00

		Embalagem com 200 m, com dados de identificação do produto e marca do fabricante.					
27	25	Barreira absorvente para petróleo e derivados de 20cm x 3 m - Emb. c/ 4 peças	R\$ 576,00	R\$ 562,00	R\$ 625,00	R\$ 587,67	R\$ 14.691,67
28	25	Kit de Emergência Ambiental para Líquidos Agressivos Conteúdo do Kit: 01 Tambor de 100 litros com tampa; 01 capa protetora laranja; 50 mantas absorventes de 28 x 33cm; 10 traveseiros absorventes de 23 x 23cm; 10 cordões de 7,6cm x 1,2metros; 03 traveseiros absorventes de 45 x 45cm; 01 Pote de Veda Mais (1kg). OBS: É necessário o uso de EPI adequado ao líquido manipulado. Capacidade de absorção do Kit = 83 litros	R\$ 829,00	R\$ 875,00	R\$ 925,00	R\$ 876,33	R\$ 21.908,33

29	25	<p>Kit de Emergência Ambiental para Petróleo e Derivados</p> <p>Conteúdo do Kit:</p> <p>01 Bombona de polietileno de 100 litros;</p> <p>01 Capa protetora Laranja;</p> <p>01 saco de 28 litros de turfa absorvente;</p> <p>20 mantas absorventes de 40 x 50cm;</p> <p>05 traveseiros absorventes de 23 x 23cm;</p> <p>03 cordões de 7,6cm x 2,4metros;</p> <p>05 sacos para descarte;</p> <p>01 roupa de proteção;</p> <p>01 pá de plástico;</p> <p>01 óculos de proteção;</p> <p>01 par de luvas;</p> <p>01 Pote de Veda Mais (1kg).</p> <p>Capacidade de absorção do Kit = 85 litros</p>	R\$ 706,00	R\$ 715,00	R\$ 695,00	R\$ 705,33	R\$ 17.633,33
30	25	<p>Kit de Emergência Ambiental para Líquidos em Geral</p> <p>Conteúdo do Kit:</p> <p>01 Tambor de 100 litros com tampa;</p> <p>50 mantas absorventes de 45 x 45cm;</p> <p>10 traveseiros absorventes de 23 x 23cm;</p> <p>10 cordões de 7,6cm x 1,2metros;</p> <p>03 traveseiros absorventes de 45 x 45cm;</p> <p>01 Pote de Veda Mais (1kg).</p> <p>OBS: É necessário o uso de EPI adequado ao líquido manipulado.</p> <p>Capacidade de absorção do Kit = 83 litros</p>	R\$ 1.016,00	R\$ 999,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.088,33	R\$ 27.208,33
31	25	Barreira de Contenção de 6" x 12" Mt 1	R\$ 456,00	R\$ 525,00	R\$ 412,00	R\$ 464,33	R\$ 11.608,33

32	25	<p>TRIAGEM - Contendo: - 01 peça bolsa de acondicionamento; - 01 caixa de luva de procedimento; - 100 cartões de triagem; - 15 coletes de identificação, em 05 cores; - 05 pranchetas; - 04 bandeiras com suporte (preta, amarela, vermelha e verde). - 04 lonas plásticas 4 x 5 metros (preta, vermelha, amarela, e verde); - 03 cobrem corpos.</p>					
			R\$ 1.450,00	R\$ 1.150,00	R\$ 1.700,00	R\$ 1.433,33	R\$ 35.833,33
							R\$ -
					R\$ 1.161.738,82		

TOTAIS

ATIVIDADES	CUSTO MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	
APH	R\$	1.092.506,57
Incêndio	R\$	7.447.892,83
Salv. Aquático	R\$	327.804,95
Salv. Terrestre	R\$	1.584.562,90
Salv. Alt	R\$	399.186,50
Prod. Perigosos	R\$	1.161.738,82
Total	R\$	12.013.692,56

Fonte: 2º GBM/CAAF

ANEXO VI
CUSTO COM VIATURAS DE BOMBEIRO
PLANILHA DE COTAÇÃO PREÇO DE VIATURAS



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA



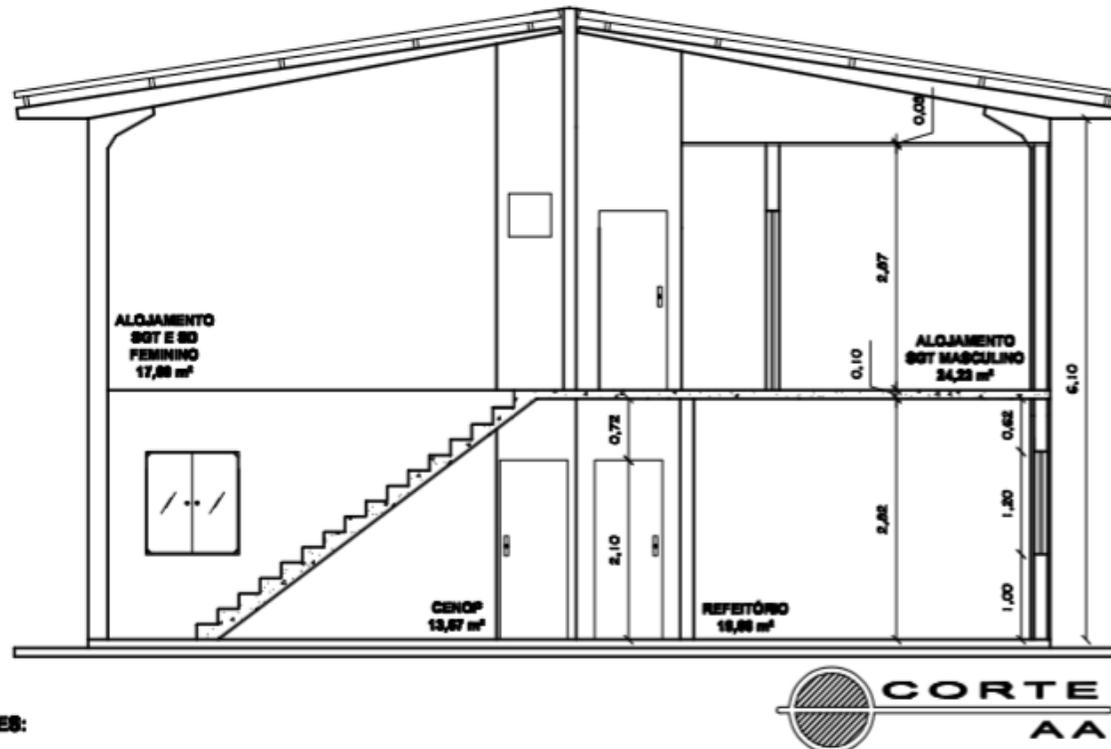
SUBCOMANDO-GERAL

LOTE	ESPECIFICAÇÕES	CÓDIGO	QTD	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO R\$
1	Veículo de carga, caminhão adaptado – Auto Bomba Tanque (ABT).	23.20.20.00012555-5	01	R\$ 557.333,34
2	Veículo de carga, caminhão adaptado – Auto Busca e Salvamento (ABS).	23.20.20.00009242-8	01	R\$ 427.166,66
3	Veículo de passageiro, carroceria pick-up – Auto Rápido (AR).	23.10.20.00011297-6	01	R\$ 176.000,00
4	Auto Tático de Resgate (ATR).	23.10.20.00011164-3	01	R\$ 203.500,00
5	Veículo, tipo furgão Auto Produtos Perigosos (APP).	23.10.20.00012522-9	01	R\$ 547.800,00
6	Veículo, tipo furgão – Auto Posto de Comando Avançado (APCA).	23.10.20.00012523-7	01	R\$ 231.000,00
7	Veículo de passageiro – Auto Comando de área (ACA) DUSTER	23.10.00.00130063-6	01	R\$ 61.600,00
8	Veículo de passageiro ADM, SANDERO	23.10.00.00130062-8	01	R\$ 37.001,00
TOTAL R\$ 2.241.401,00				

Fonte: SUBCOMANDO - GERAL/UAAF

ANEXO VII

PROJETO PADRÃO PARA CONSTRUÇÃO DO QUARTEL BM

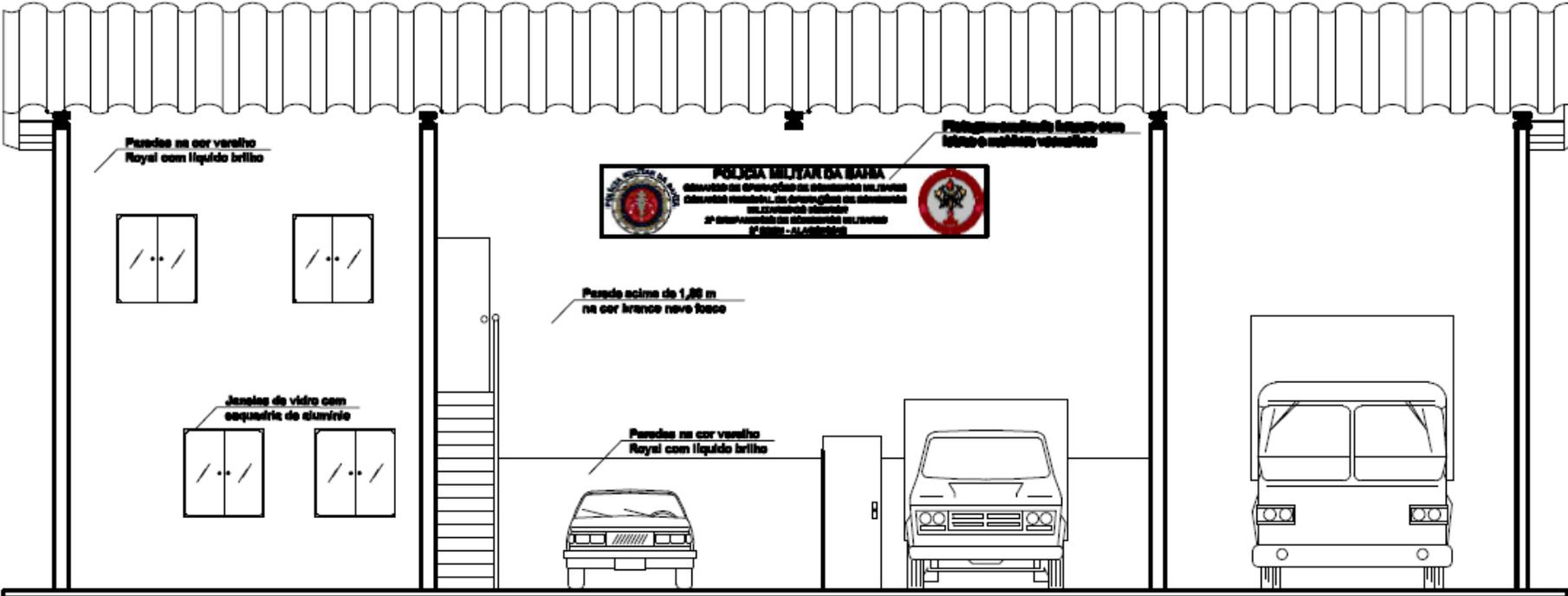


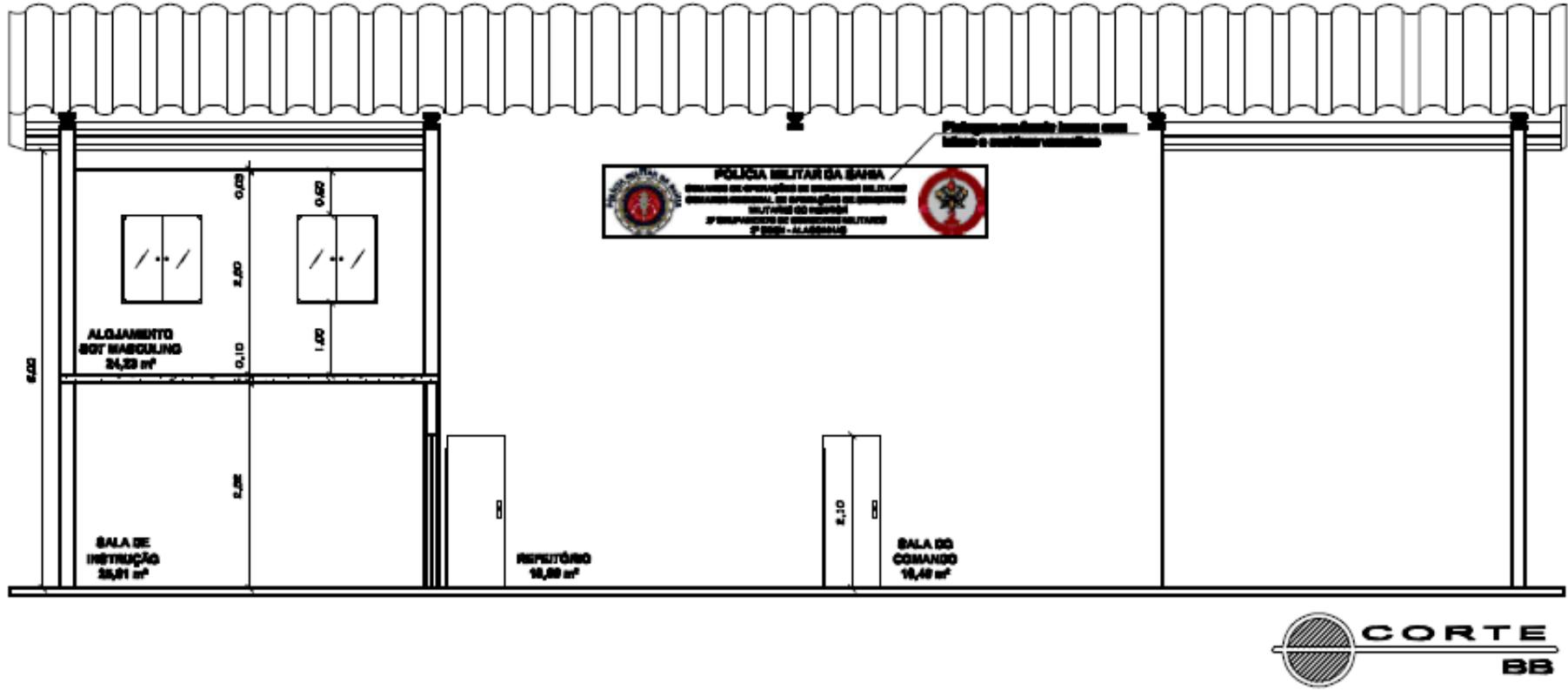
OBSERVAÇÕES:

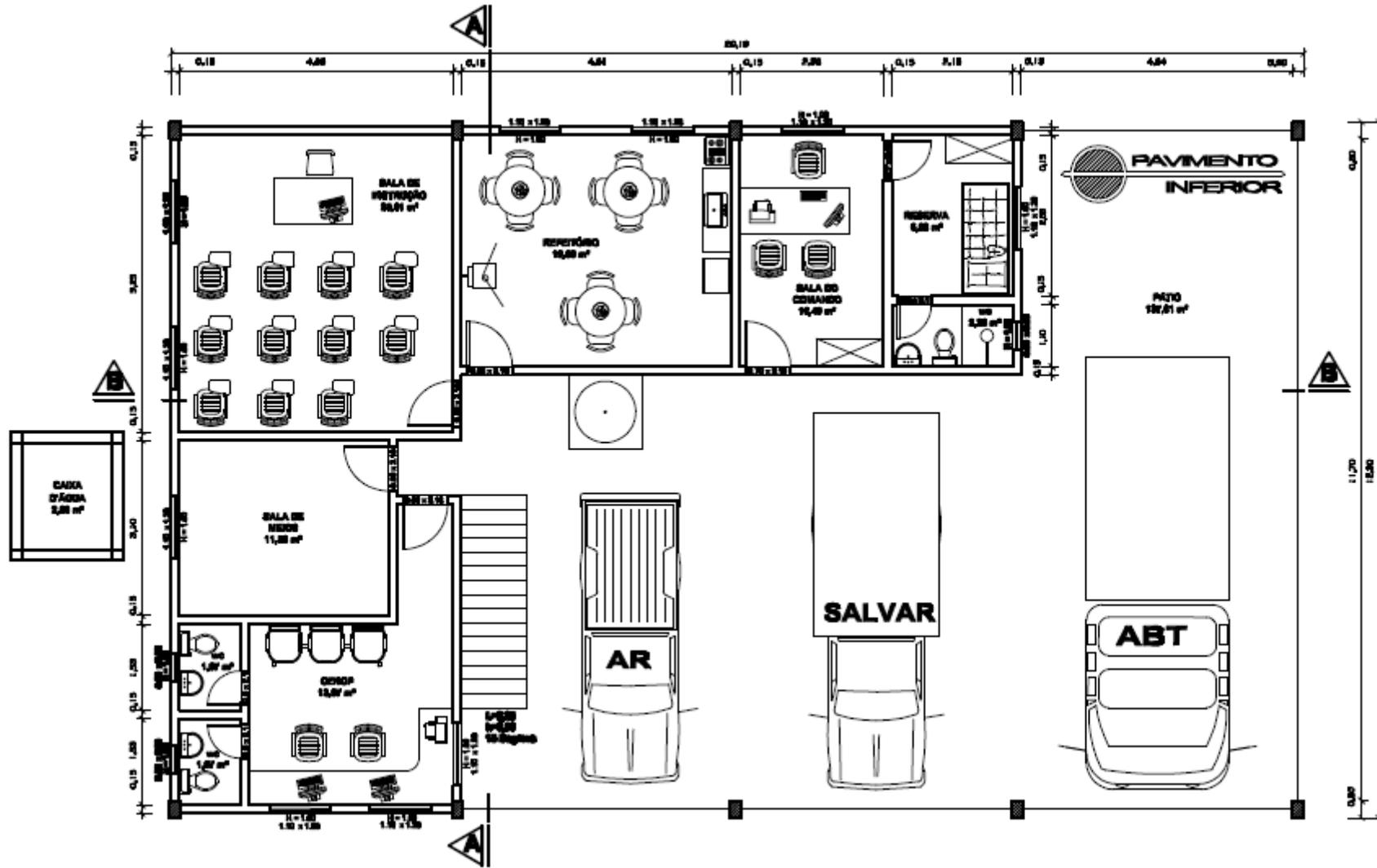
01 - A pintura do pátio deverá ser em vermelho royal até uma altura de 1,88 m e branco neve até a parte superior. Os demais cômodos serão pintados todos na cor branco neve.

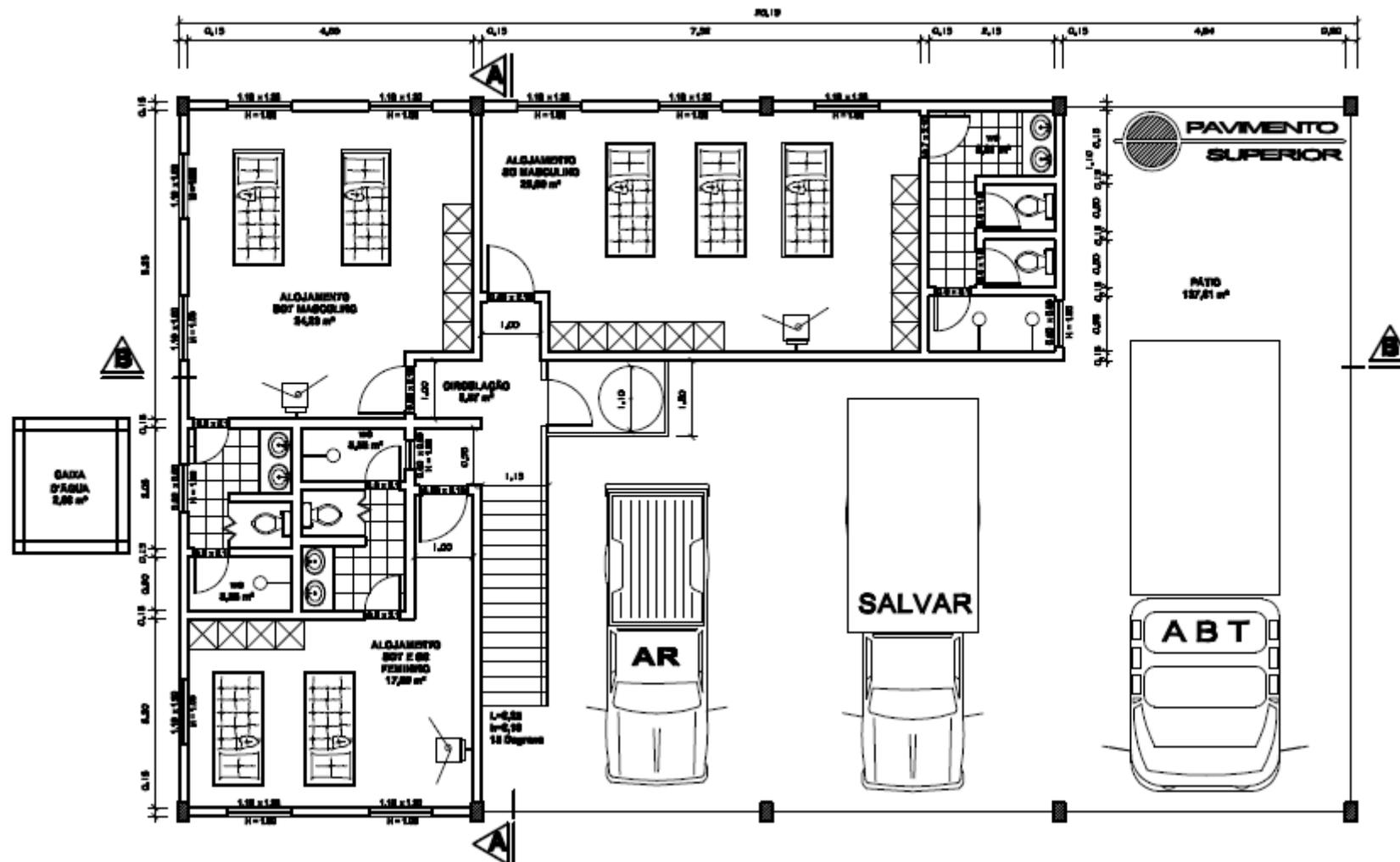
02 - O pátio será em paralelepípedo. Os demais cômodos serão em cerâmica branca com PEI - 5. Os banheiros e refetório possuirão revestimento cerâmico branco até uma altura de 1,88 m na cor branca.

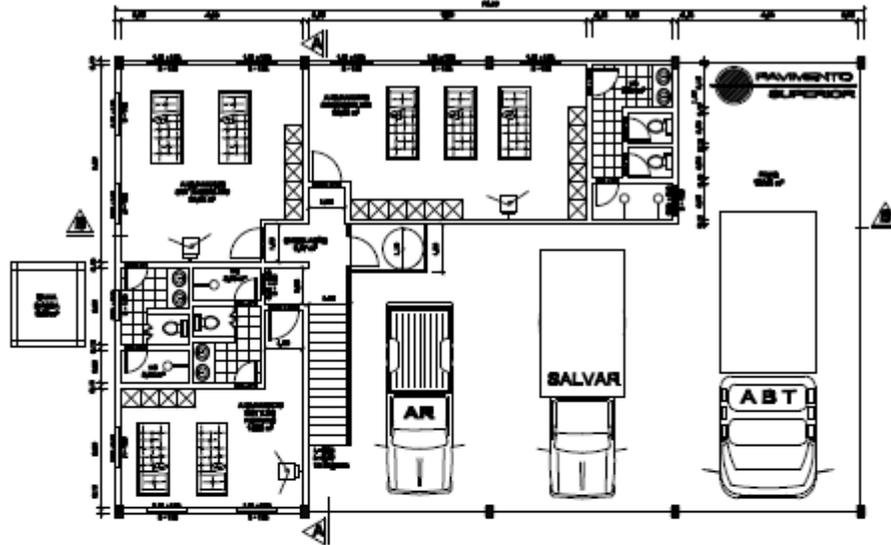
03 - Todos os cômodos do pavimento superior possuirão forro em PVC, na cor branca situado a uma altura de 2,88 do piso acabado.





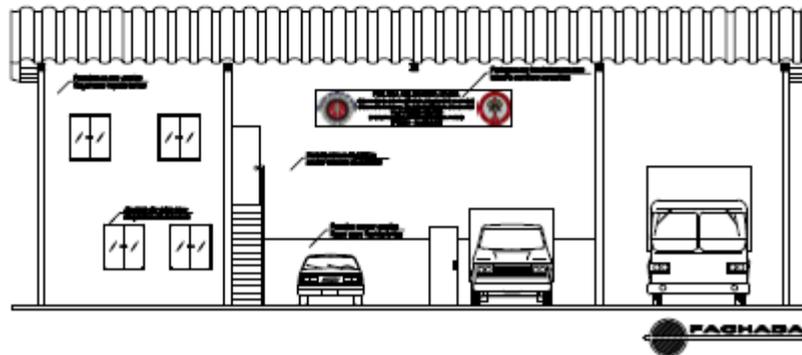






OBSERVAÇÕES:

- 01 - A planta de piso deverá ser em formato retangular com altura de 1,20 m e largura entre eixos a partir superior. Os demais detalhes serão plotados todos no seu formato correto.
- 02 - O piso será em paralelepípedos. Os demais detalhes serão em conformidade com o PDI - S. Os sanitários e refeitório poderão revestimento cerâmico lamosa com uma altura de 1,20 m no seu formato.
- 03 - Todas as aberturas de pavimento superior deverão ser em PVC, no seu formato correto com uma altura de 1,20 m de piso acabado.



Responsável Técnico

**PROJETO
ARQUITETÔNICO**

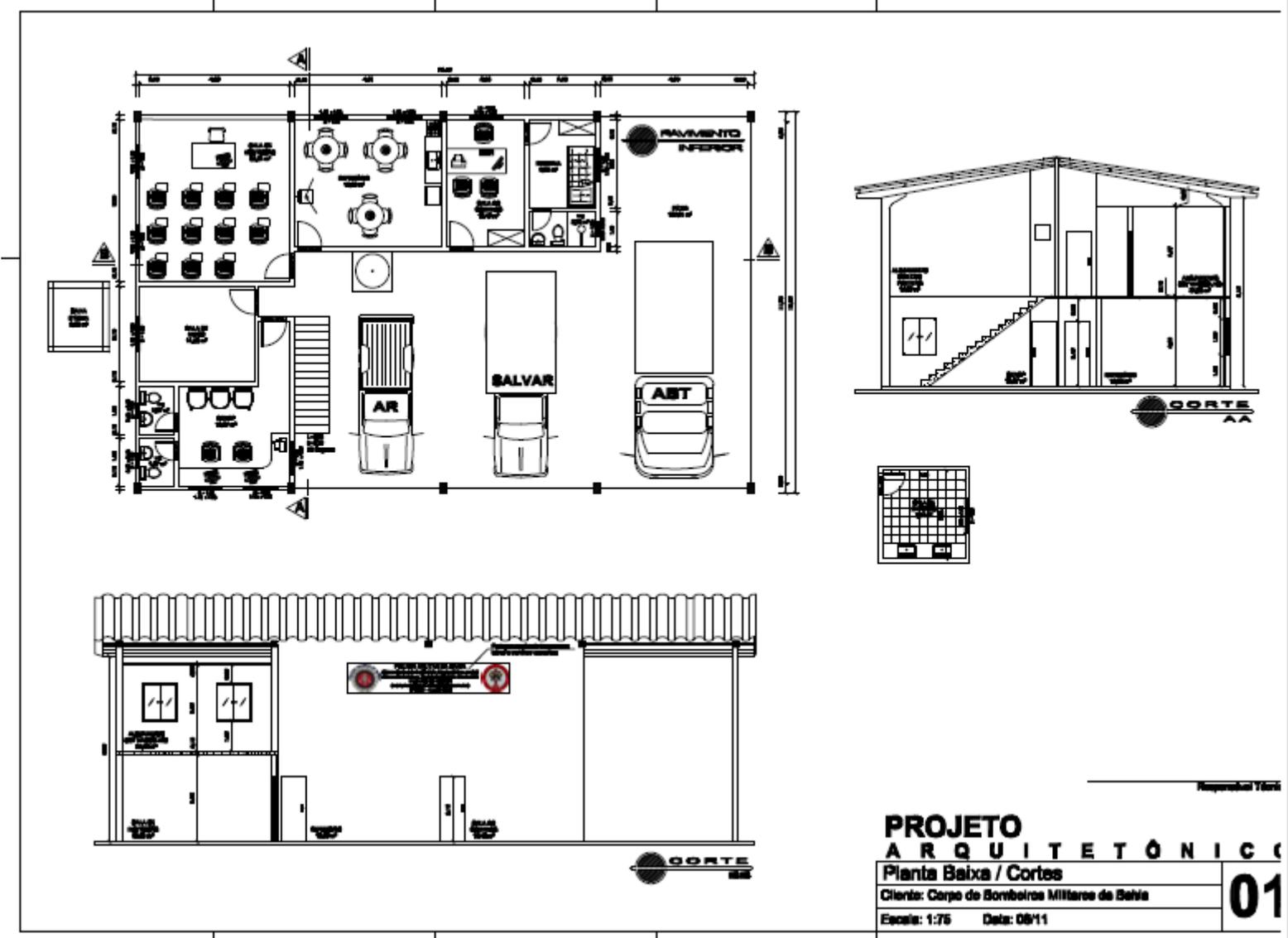
Planta Baixa / Cortes

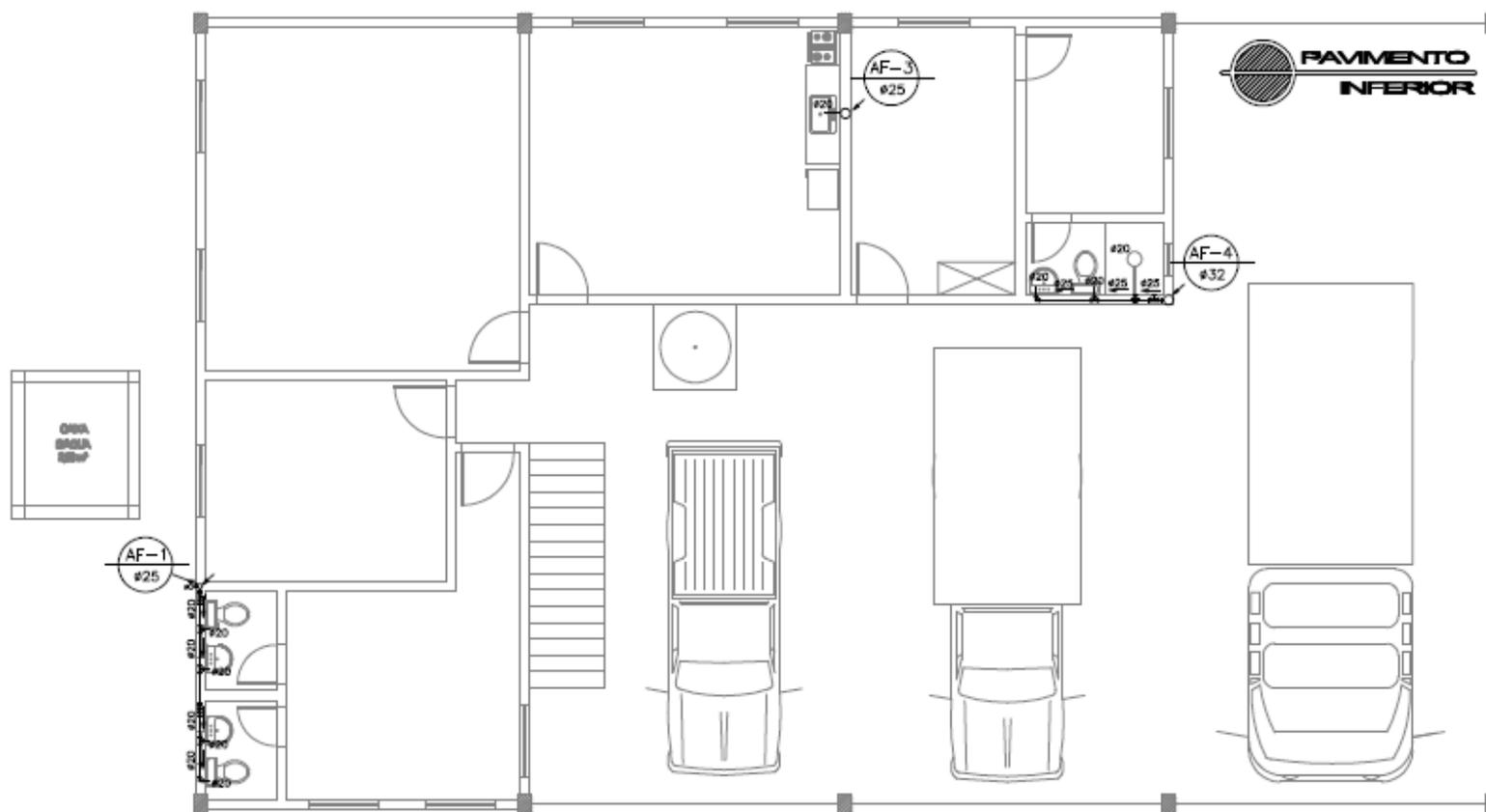
Cliente: Corpo de Bombeiros Militares de Bahia

Escala: 1:75 Data: 08/11

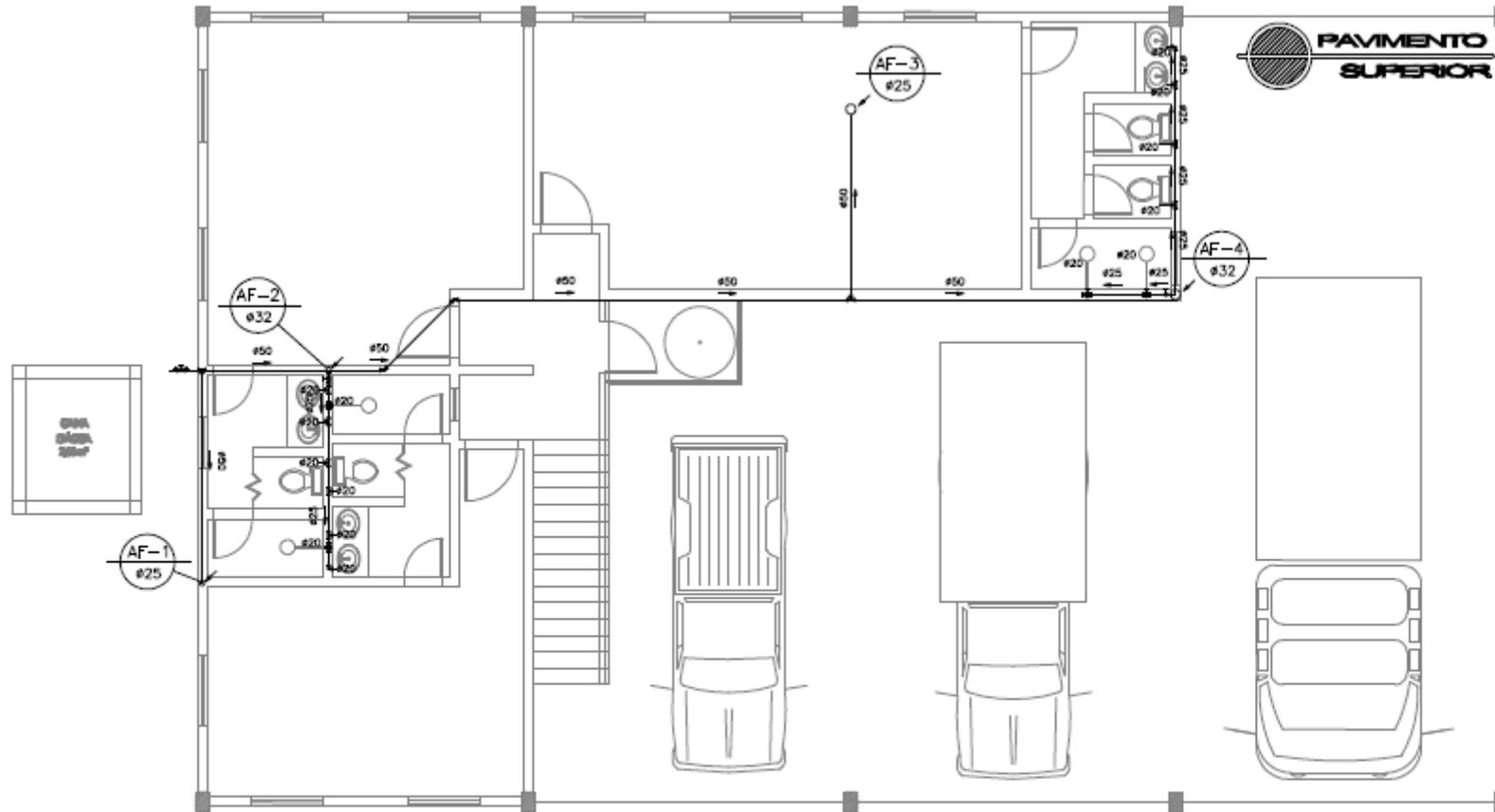
02





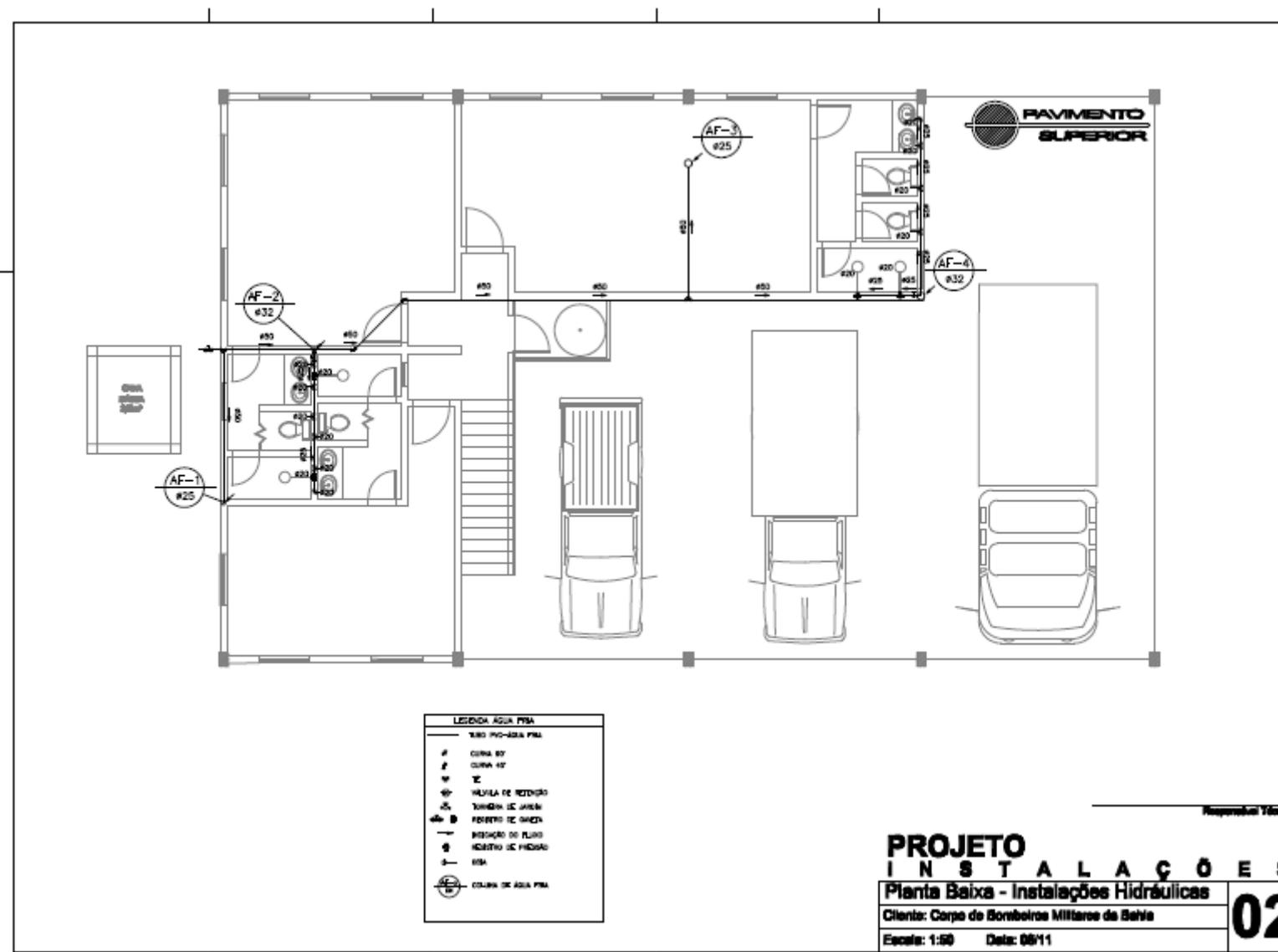


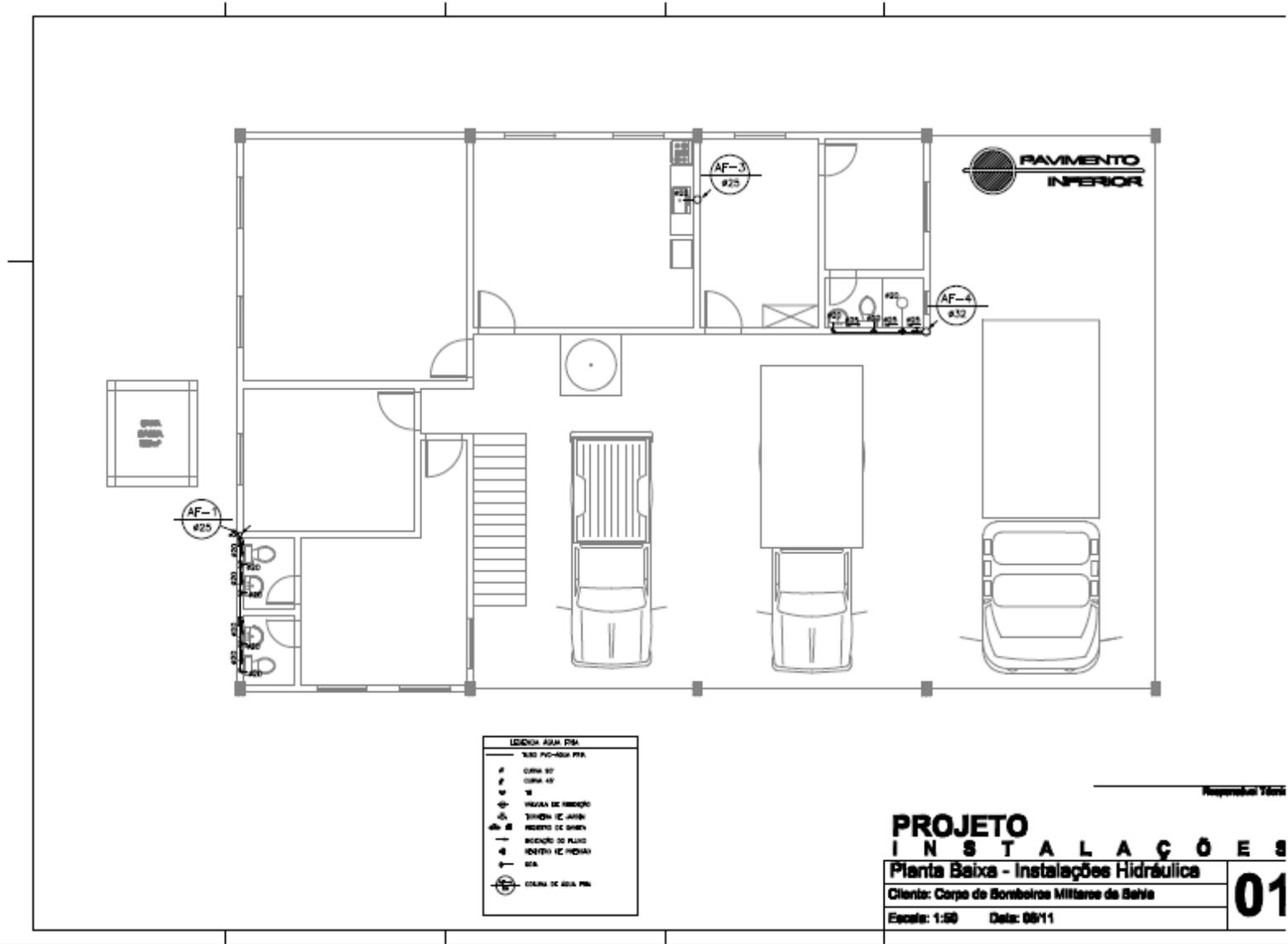
INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS
Escala 1:100



INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

Escala 1:100





LEGENDA SIMBÓLICA

- 1000 PPO-1000 PPA
- CÂMERA DE AR
- CÂMERA DE VÁCUO
- INJEÇÃO DE AR
- INJEÇÃO DE VÁCUO
- INJEÇÃO DE GÁS
- INJEÇÃO DE FLUÍDO
- INJEÇÃO DE LÍQUIDO
- SIA
- COLUNA DE AR

Responsável Técnico

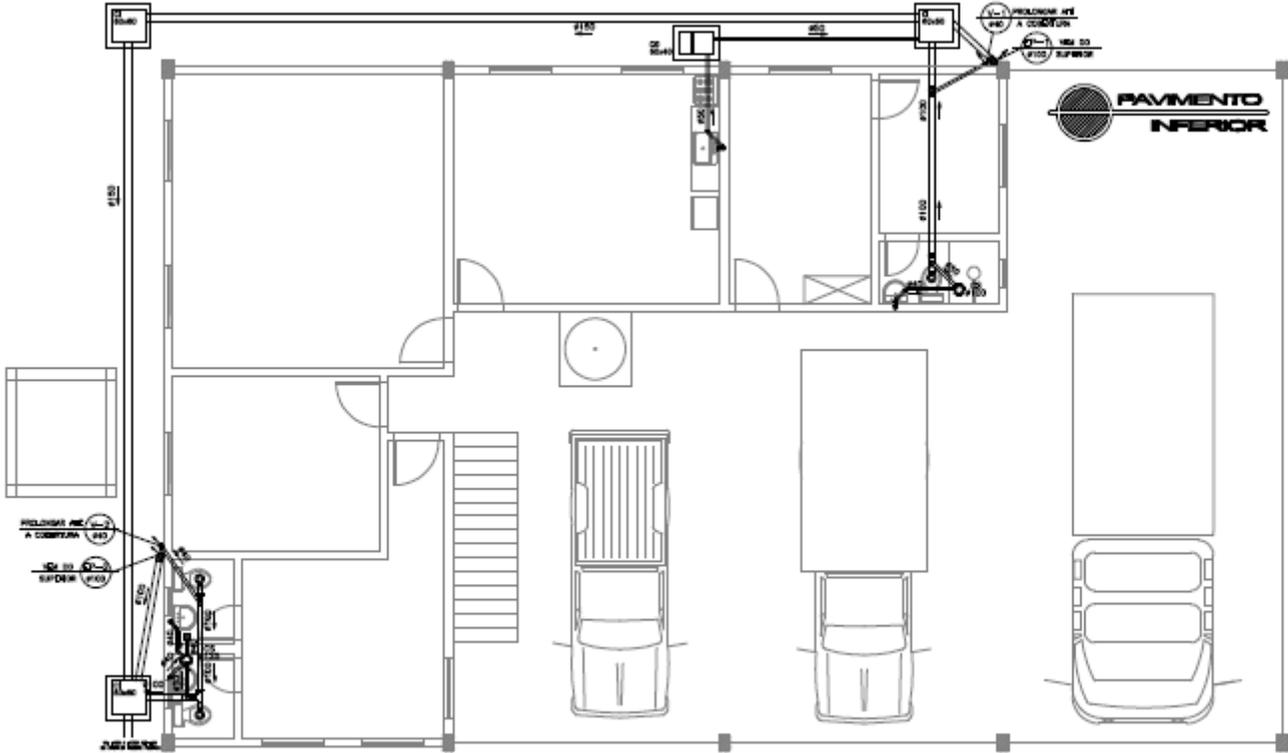
PROJETO
INSTALAÇÕES

Planta Baixa - Instalações Hidráulica

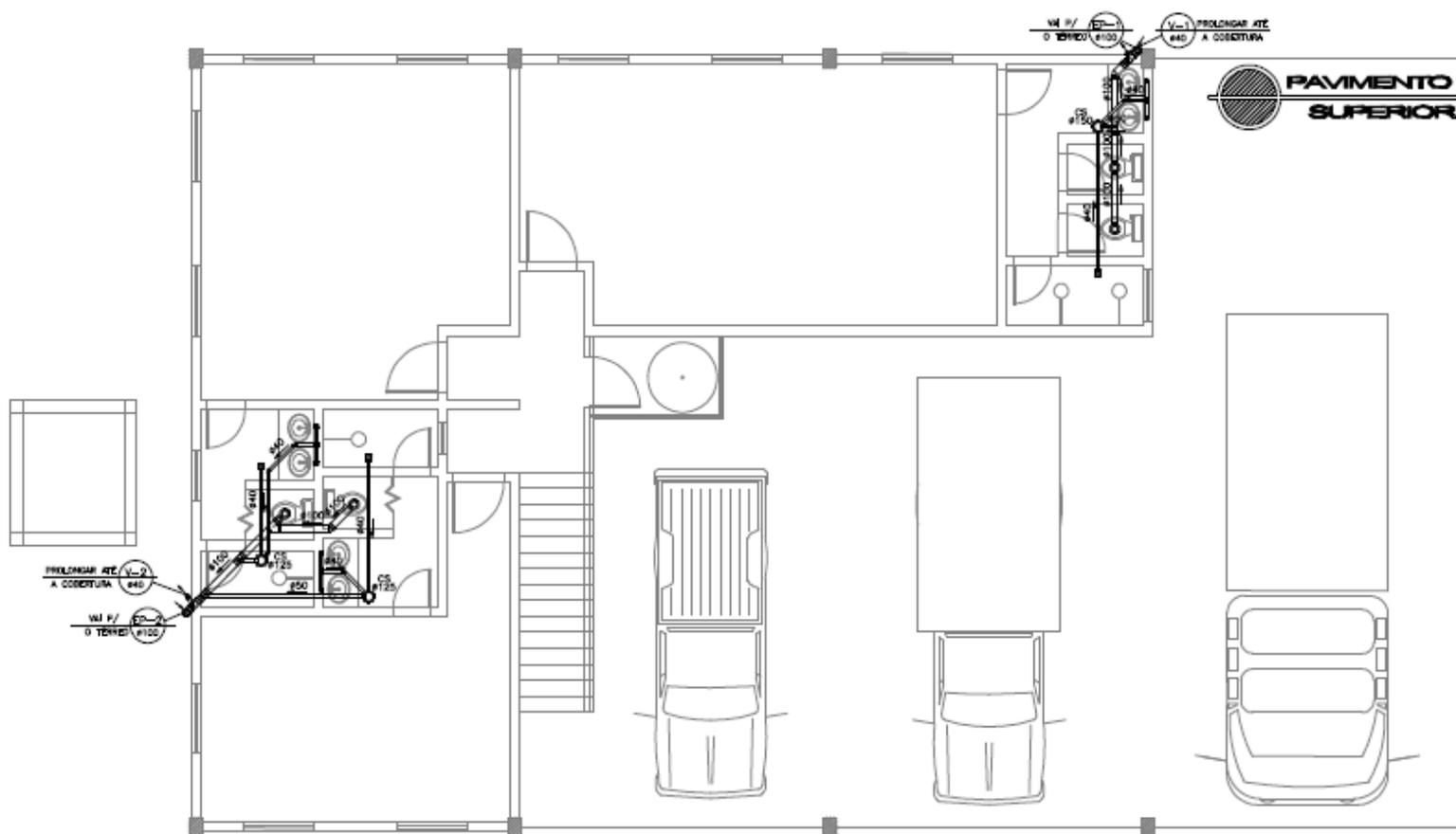
Cliente: Corpo de Bombeiros Militares de Belém

Escala: 1:50 Data: 08/11

01

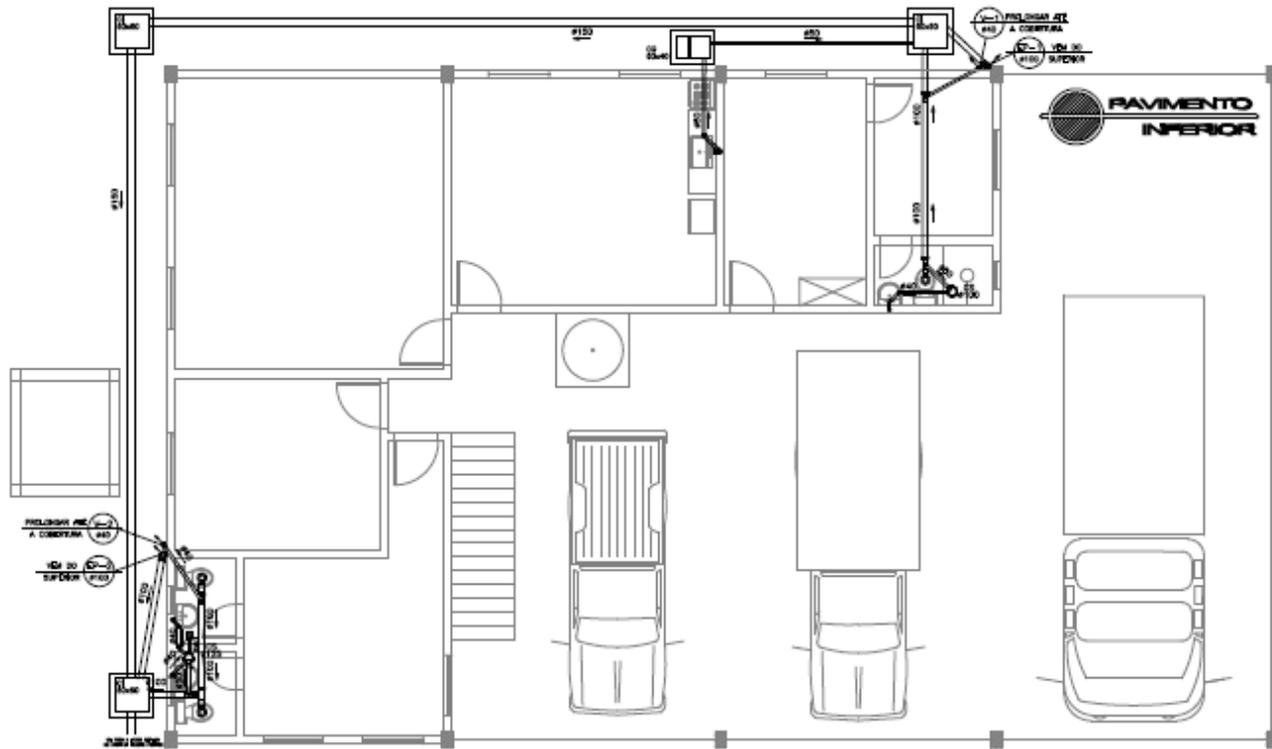


INSTALAÇÕES DE ESGOTO
Escala 1:100



INSTALAÇÕES DE ESGOTO

Escala 1:100



LEGENDA ESGOTO

●	DE 150/150
○	DE 150/150

LEGENDA ESGOTO

○	DE 150/150	○	DE 150/150
○	DE 150/150	○	DE 150/150
○	DE 150/150	○	DE 150/150
○	DE 150/150	○	DE 150/150
○	DE 150/150	○	DE 150/150
○	DE 150/150	○	DE 150/150
○	DE 150/150	○	DE 150/150
○	DE 150/150	○	DE 150/150
○	DE 150/150	○	DE 150/150
○	DE 150/150	○	DE 150/150

Responsável Técnico

PROJETO
INSTALAÇÕES

Planta Baixa - Esgotamento Sanitário

Cliente: Corpo de Bombeiros Militar de Bahia

Escala: 1:50 Data: 08/11

01

CIRC. N°	ILUMINAÇÃO		TOMADAS "W"				POTÊNCIA ATIVA "W"	POTEN. APARENTE "VA"	COND mm2	DISJ "A"	IDENTIFICAÇÃO
	FLUORESCENTE 2X20W	2X40W	TU'S	AR	ESPEL.	CHU.					
1	4	4					480	480	1,5	10	Iluminação Sup. 1
2			12				1200	1200	2,5	15	Tomada Geral
3			07				700	700	2,5	15	Tomada Geral
4				01			1200	1200	2,5	20	Ar. Cond. 9.000BTU
5				01			1400	1400	2,5	20	Ar. Cond.12.000BTU
6				01			2800	2800	4,0	30	Ar. Cond.24.000BTU
7						1	4200	4200	6	40	Chuveiro
8						1	4200	4200	6	40	Chuveiro
9						1	4200	4200	6	40	Chuveiro
10						1	4200	4200	6	40	Chuveiro
11	4 x 250 W						1000	1000	4	25	Iluminação Pátio
TOTAL	4	4	19	3	0	4	25580	25580	--	--	QL - TIPO 2

CIRC. N°	ILUMINAÇÃO		TOMADAS "W"				POTÊNCIA ATIVA "W"	POTEN. APARENTE "VA"	COND mm2	DISJ "A"	IDENTIFICAÇÃO
	FLUORESCENTE 2X20W	2X40W	TU'S	AR	ESPEL.	CHU.					
1	4	7					720	720	1,5	10	Iluminação Térreo 1
2			15				1500	1500	2,5	15	Tomada Geral
3			16				1600	1600	2,5	15	Tomada Geral
4					03		1800	1800	2,5	15	Tomada Cozinha
5				01			1200	1200	2,5	20	Ar. Cond. 9.000BTU
6				01			1400	1400	2,5	20	Ar. Cond.12.000BTU
7				01			1200	1200	2,5	20	Ar. Cond. 9.000BTU
8				01			1000	1000	2,5	20	Ar. Cond. 7.500BTU
9						1	4200	4200	6	40	Chuveiro
TOTAL	4	7	29	4	3	1	14620	14620	--	--	QL - TIPO 1

LEGENDAS


 -- ILUMINAÇÃO FLUORESCENTE 2X20W, 2X40W, 2X40W, 2X40W


 -- TOMADA GERAL


 -- TOMADA COZINHA


 -- TOMADA CHUVEIRO


 -- AR. COND. 9.000 BTU


 -- AR. COND. 12.000 BTU


 -- AR. COND. 24.000 BTU


 -- CHUVEIRO


 -- ILUMINAÇÃO PÁTIO


 -- TOMADA GERAL

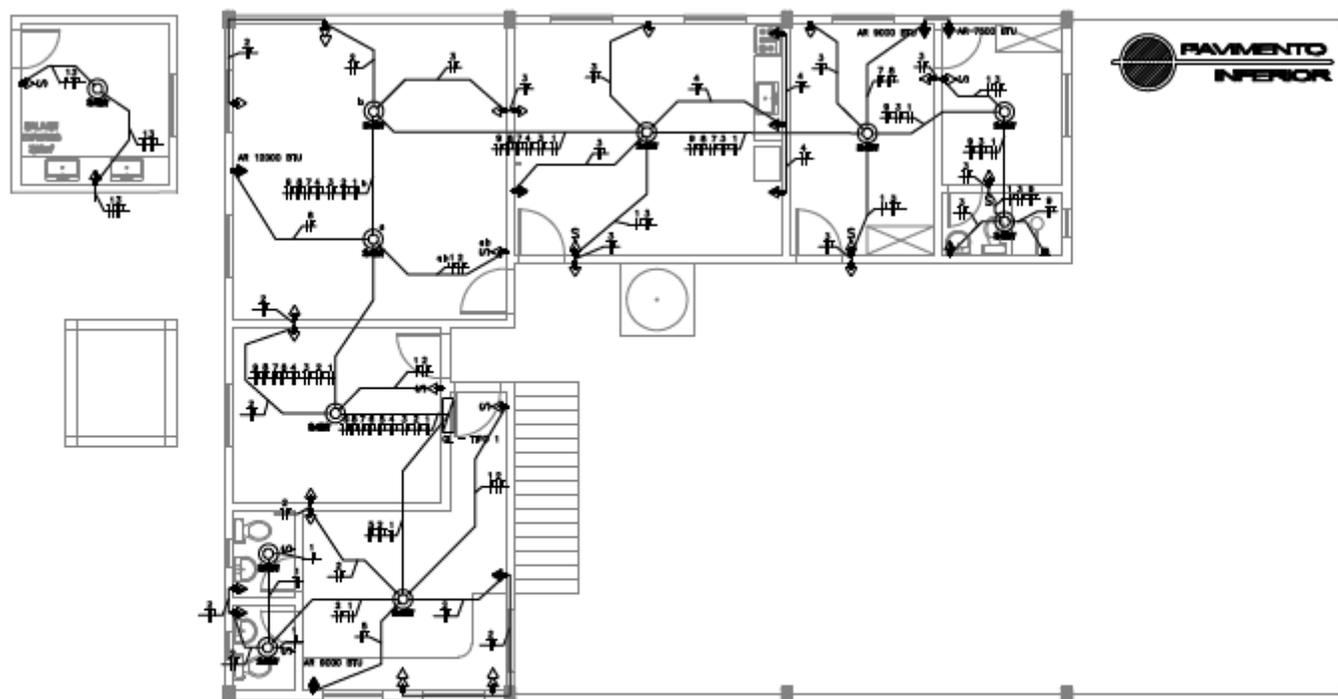

 -- TOMADA COZINHA


 -- TOMADA CHUVEIRO

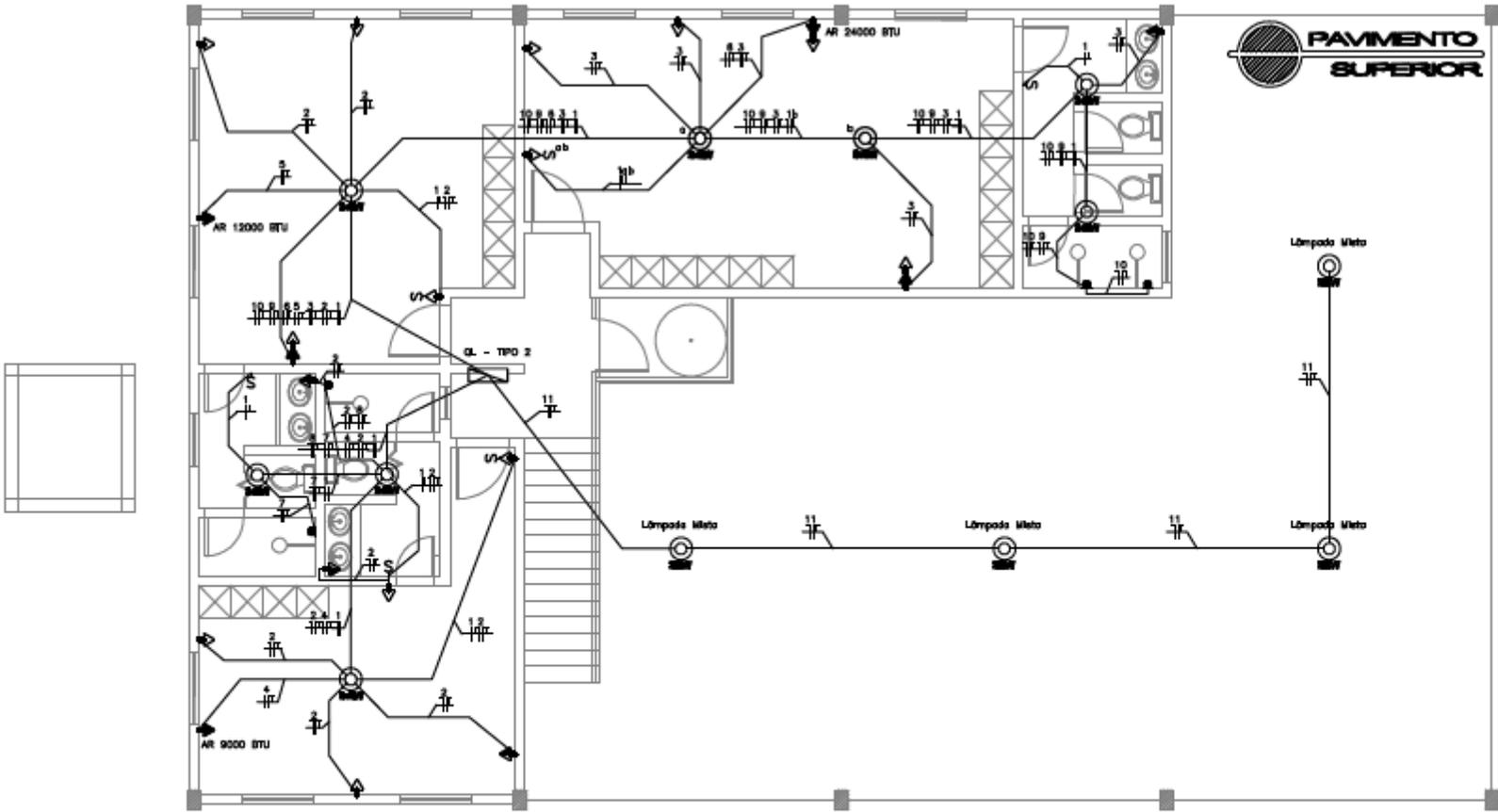

 -- AR. COND. 9.000 BTU


 -- AR. COND. 12.000 BTU

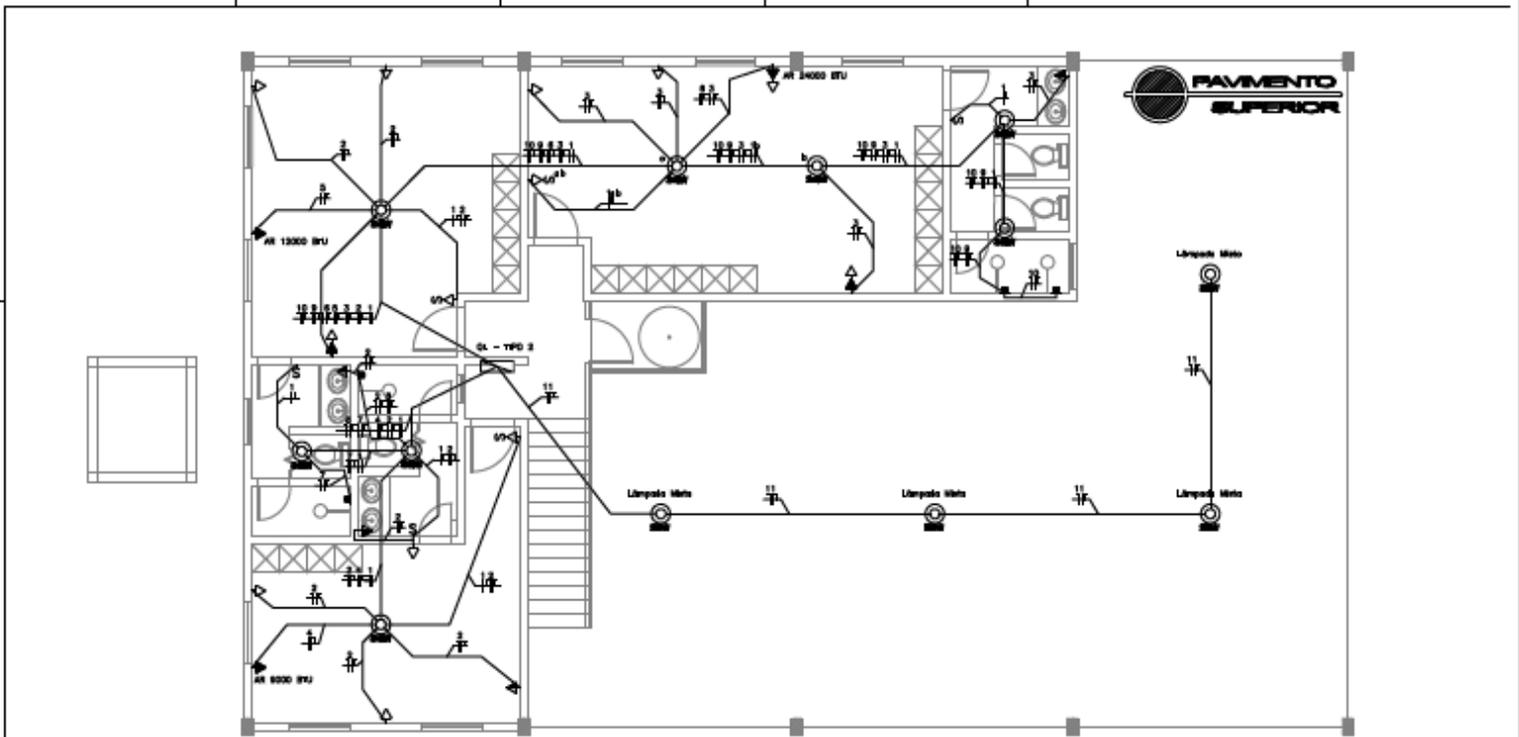

 -- AR. COND. 24.000 BTU



INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
Escala 1:100



INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
Escala 1:100



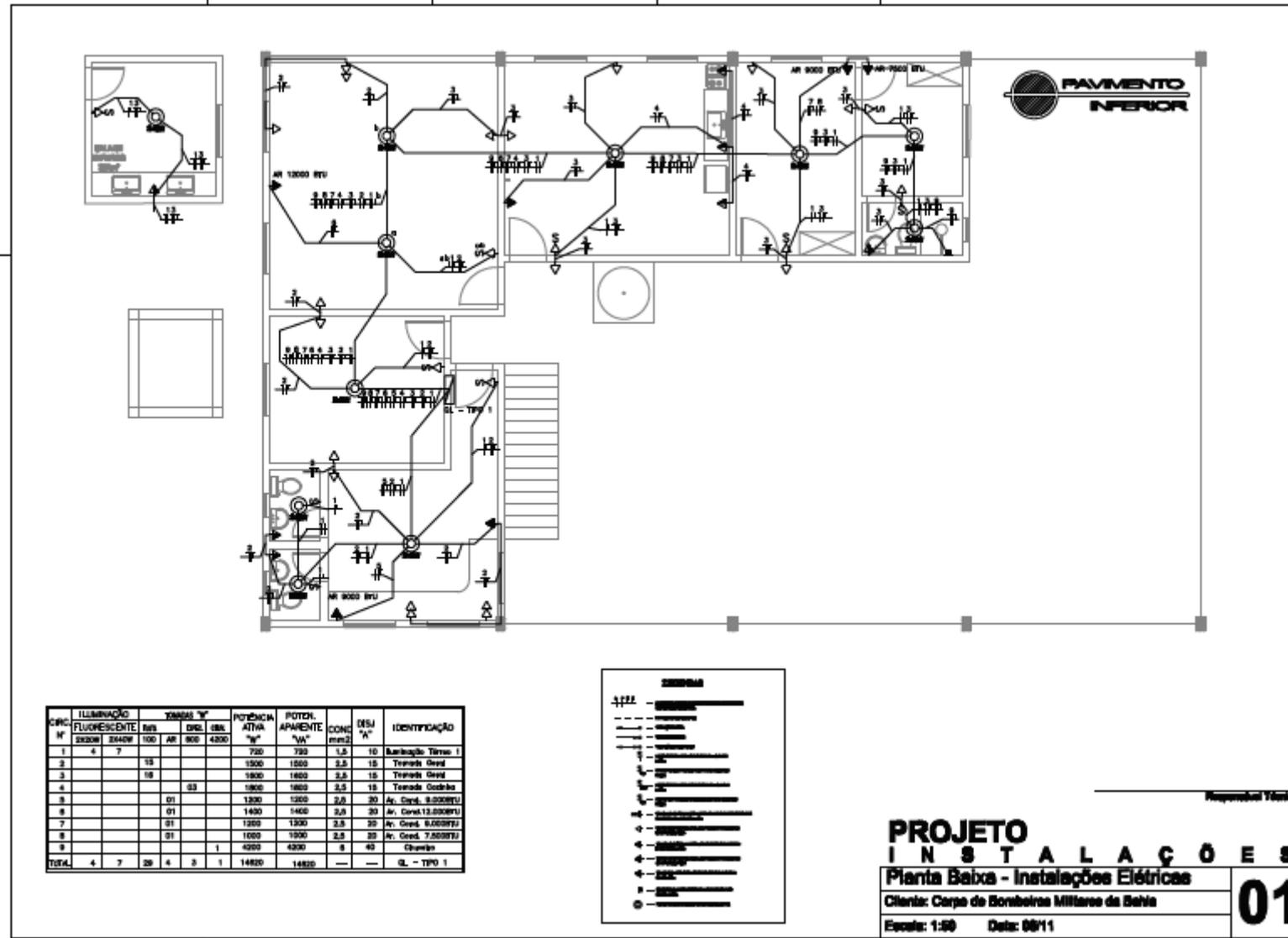
CIRC. N°	LUMINARIA		TAMPA "T"		POTÊNCIA ATIVA "W"	POTEN. APARENTE "VA"	COND. mm ²	DESI "A"	IDENTIFICAÇÃO	
	FLUORESCENTE	RES	DES.	DES.						
1	4	4	13	AR	480	480	1,5	13	Barração Sup. 1	
2			07		1200	1200	3,5	13	Torreão Geral	
3			07		700	700	2,5	13	Torreão Geral	
4			01		1200	1200	3,5	20	Ar. Cond. 8.000 BTU	
5			01		1400	1400	3,5	20	Ar. Cond. 12.000 BTU	
6			01		2800	2800	6,0	20	Ar. Cond. 24.000 BTU	
7					1	4200	4200	6	40	Chuveiro
8					1	4200	4200	6	40	Chuveiro
9					1	4200	4200	6	40	Chuveiro
10					1	4200	4200	6	40	Chuveiro
11	4 x 350 W				1000	1000	4	25	Barração Fide	
TOTAL	4	4	19	3	0	4	35000	35000	—	DL - TPO 2



PROJETO
 INSTALAÇÕES
 Planta Baixa - Instalações Elétricas
 Cliente: Corpo de Bombeiros Militares da Bahia
 Escala: 1:50 Data: 08/11

Responsável Técnico

02



PAVIMENTO INFERIOR

CIRC. N°	ILUMINAÇÃO FLUORESCENTE			TUBOS "Ø"		POTÊNCIA ATIVA "W"	POTEN. APARENTE "VA"	COND. mm ²	DISJ. "A"	IDENTIFICAÇÃO
	Ø	2x30W	2x40W	Ø	Ø					
1	4	7				720	720	1,5	10	Barrilete Tiroso 1
2			15			1500	1500	2,5	15	Terrado Geral
3			15			1800	1800	2,5	15	Terrado Geral
4				Ø3		1800	1800	2,5	15	Terrado Cozinha
5				Ø1		1200	1200	2,0	20	Ar. Cond. 3.000BTU
6				Ø1		1400	1400	2,0	20	Ar. Cond.13.000BTU
7				Ø1		1200	1200	2,5	20	Ar. Cond. 9.000BTU
8				Ø1		1000	1000	2,5	20	Ar. Cond. 7.000BTU
9					1	4200	4200	8	40	Chuveiro
TOTAL	4	7	28	4	3	14820	14820	—	—	QL - TIPO 1

- LEGENDA**
- 1/2" — Cond. PVC
 - 1" — Cond. PVC
 - 1 1/2" — Cond. PVC
 - 2" — Cond. PVC
 - 2 1/2" — Cond. PVC
 - 3" — Cond. PVC
 - 4" — Cond. PVC
 - 5" — Cond. PVC
 - 6" — Cond. PVC
 - 8" — Cond. PVC
 - 10" — Cond. PVC
 - 12" — Cond. PVC
 - 15" — Cond. PVC
 - 20" — Cond. PVC
 - 25" — Cond. PVC
 - 30" — Cond. PVC
 - 35" — Cond. PVC
 - 40" — Cond. PVC
 - 45" — Cond. PVC
 - 50" — Cond. PVC
 - 55" — Cond. PVC
 - 60" — Cond. PVC
 - 65" — Cond. PVC
 - 70" — Cond. PVC
 - 75" — Cond. PVC
 - 80" — Cond. PVC
 - 85" — Cond. PVC
 - 90" — Cond. PVC
 - 95" — Cond. PVC
 - 100" — Cond. PVC
 - 105" — Cond. PVC
 - 110" — Cond. PVC
 - 115" — Cond. PVC
 - 120" — Cond. PVC
 - 125" — Cond. PVC
 - 130" — Cond. PVC
 - 135" — Cond. PVC
 - 140" — Cond. PVC
 - 145" — Cond. PVC
 - 150" — Cond. PVC
 - 155" — Cond. PVC
 - 160" — Cond. PVC
 - 165" — Cond. PVC
 - 170" — Cond. PVC
 - 175" — Cond. PVC
 - 180" — Cond. PVC
 - 185" — Cond. PVC
 - 190" — Cond. PVC
 - 195" — Cond. PVC
 - 200" — Cond. PVC
 - 205" — Cond. PVC
 - 210" — Cond. PVC
 - 215" — Cond. PVC
 - 220" — Cond. PVC
 - 225" — Cond. PVC
 - 230" — Cond. PVC
 - 235" — Cond. PVC
 - 240" — Cond. PVC
 - 245" — Cond. PVC
 - 250" — Cond. PVC
 - 255" — Cond. PVC
 - 260" — Cond. PVC
 - 265" — Cond. PVC
 - 270" — Cond. PVC
 - 275" — Cond. PVC
 - 280" — Cond. PVC
 - 285" — Cond. PVC
 - 290" — Cond. PVC
 - 295" — Cond. PVC
 - 300" — Cond. PVC
 - 305" — Cond. PVC
 - 310" — Cond. PVC
 - 315" — Cond. PVC
 - 320" — Cond. PVC
 - 325" — Cond. PVC
 - 330" — Cond. PVC
 - 335" — Cond. PVC
 - 340" — Cond. PVC
 - 345" — Cond. PVC
 - 350" — Cond. PVC
 - 355" — Cond. PVC
 - 360" — Cond. PVC
 - 365" — Cond. PVC
 - 370" — Cond. PVC
 - 375" — Cond. PVC
 - 380" — Cond. PVC
 - 385" — Cond. PVC
 - 390" — Cond. PVC
 - 395" — Cond. PVC
 - 400" — Cond. PVC
 - 405" — Cond. PVC
 - 410" — Cond. PVC
 - 415" — Cond. PVC
 - 420" — Cond. PVC
 - 425" — Cond. PVC
 - 430" — Cond. PVC
 - 435" — Cond. PVC
 - 440" — Cond. PVC
 - 445" — Cond. PVC
 - 450" — Cond. PVC
 - 455" — Cond. PVC
 - 460" — Cond. PVC
 - 465" — Cond. PVC
 - 470" — Cond. PVC
 - 475" — Cond. PVC
 - 480" — Cond. PVC
 - 485" — Cond. PVC
 - 490" — Cond. PVC
 - 495" — Cond. PVC
 - 500" — Cond. PVC
 - 505" — Cond. PVC
 - 510" — Cond. PVC
 - 515" — Cond. PVC
 - 520" — Cond. PVC
 - 525" — Cond. PVC
 - 530" — Cond. PVC
 - 535" — Cond. PVC
 - 540" — Cond. PVC
 - 545" — Cond. PVC
 - 550" — Cond. PVC
 - 555" — Cond. PVC
 - 560" — Cond. PVC
 - 565" — Cond. PVC
 - 570" — Cond. PVC
 - 575" — Cond. PVC
 - 580" — Cond. PVC
 - 585" — Cond. PVC
 - 590" — Cond. PVC
 - 595" — Cond. PVC
 - 600" — Cond. PVC
 - 605" — Cond. PVC
 - 610" — Cond. PVC
 - 615" — Cond. PVC
 - 620" — Cond. PVC
 - 625" — Cond. PVC
 - 630" — Cond. PVC
 - 635" — Cond. PVC
 - 640" — Cond. PVC
 - 645" — Cond. PVC
 - 650" — Cond. PVC
 - 655" — Cond. PVC
 - 660" — Cond. PVC
 - 665" — Cond. PVC
 - 670" — Cond. PVC
 - 675" — Cond. PVC
 - 680" — Cond. PVC
 - 685" — Cond. PVC
 - 690" — Cond. PVC
 - 695" — Cond. PVC
 - 700" — Cond. PVC
 - 705" — Cond. PVC
 - 710" — Cond. PVC
 - 715" — Cond. PVC
 - 720" — Cond. PVC
 - 725" — Cond. PVC
 - 730" — Cond. PVC
 - 735" — Cond. PVC
 - 740" — Cond. PVC
 - 745" — Cond. PVC
 - 750" — Cond. PVC
 - 755" — Cond. PVC
 - 760" — Cond. PVC
 - 765" — Cond. PVC
 - 770" — Cond. PVC
 - 775" — Cond. PVC
 - 780" — Cond. PVC
 - 785" — Cond. PVC
 - 790" — Cond. PVC
 - 795" — Cond. PVC
 - 800" — Cond. PVC
 - 805" — Cond. PVC
 - 810" — Cond. PVC
 - 815" — Cond. PVC
 - 820" — Cond. PVC
 - 825" — Cond. PVC
 - 830" — Cond. PVC
 - 835" — Cond. PVC
 - 840" — Cond. PVC
 - 845" — Cond. PVC
 - 850" — Cond. PVC
 - 855" — Cond. PVC
 - 860" — Cond. PVC
 - 865" — Cond. PVC
 - 870" — Cond. PVC
 - 875" — Cond. PVC
 - 880" — Cond. PVC
 - 885" — Cond. PVC
 - 890" — Cond. PVC
 - 895" — Cond. PVC
 - 900" — Cond. PVC
 - 905" — Cond. PVC
 - 910" — Cond. PVC
 - 915" — Cond. PVC
 - 920" — Cond. PVC
 - 925" — Cond. PVC
 - 930" — Cond. PVC
 - 935" — Cond. PVC
 - 940" — Cond. PVC
 - 945" — Cond. PVC
 - 950" — Cond. PVC
 - 955" — Cond. PVC
 - 960" — Cond. PVC
 - 965" — Cond. PVC
 - 970" — Cond. PVC
 - 975" — Cond. PVC
 - 980" — Cond. PVC
 - 985" — Cond. PVC
 - 990" — Cond. PVC
 - 995" — Cond. PVC
 - 1000" — Cond. PVC

PROJETO
INSTALAÇÕES
Planta Baixa - Instalações Elétricas
Cliente: Corpo de Bombeiros Militares de Bahia
Escala: 1:50 Data: 08/11

01

ANEXO VIII

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE APOIO LOGÍSTICO

**MEMORIAL DE CONSTRUÇÃO DE UM QUARTEL PADRÃO PARA UM
GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MILITARES**

MEMORIAL DESCRITIVO PARA CONSTRUÇÃO DE UM QUARTEL BM

Salvador, agosto de 2013

1.0 – INTRODUÇÃO:

O presente memorial é parte integrante do projeto de construção da edificação sede de um GBM padrão, obra esta orçada preliminarmente em R\$800.000,00 (oitocentos mil reais), que se destina ao uso da tropa, bem como de convidados civis ou militares.

Esta empreendimento tem como objetivo melhorar a estrutura do ambiente de trabalho oferecendo condições essenciais ao desenvolvimento satisfatório do serviço de Bombeiro. Cuidados higiênicos e a criação de espaços que atendam efetivamente às necessidades da OBM são tópicos norteadores deste projeto.

2.0 – CARACTERÍSTICAS DA EDIFICAÇÃO:

O imóvel será composto por dois pavimentos, possuindo uma área construída total de 355,00 m², sendo 115,00 m² no pavimento superior.

A estrutura será composta por um galpão de concreto pré-moldado com 20 x 12 m, totalizando 240 m² que abrigará tanto as viaturas quanto os diversos cômodos que compõem o SGBM.

A edificação será em bloco de alvenaria com laje pré-moldada no pavimento térreo e forro tipo PVC no segundo pavimento. A cobertura será em telha tipo ondulada de fibra cimento.

3.0 – SERVIÇOS PRÉ-LIMINARES:

3.1 – Limpeza do Terreno e Terraplanagem.

Será feito inicialmente raspagem e nivelamento do terreno para posterior locação da obra. Esta previsto em orçamento a construção provisória de um abrigo para depósito e alojamento com 12 m².

3.2 – Galpão.

Será executado um galpão em concreto armado com 12 x 20 m e altura mínima de seis metros com cinco pilares de cada lado com espaçamento entre

eles de cinco metros. Sua cobertura será com telhas de fibra cimento conforme o detalhamento do projeto.

4.0 – DISCRIMINAÇÃO POR CÔMODOS E SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS NO PAVIMENTO INFERIOR:

4.1 – Pátio.

- Será assentado 137,00 m² de paralelepípedo.
- Na parte interna, a pintura será em tinta látex, sobre massa acrílica, na cor vermelho roial com líquido brilho até 1,80 m, e branco neve sobre acabamento em massa acrílica na parte superior.
- Na parte externa, a pintura será em tinta látex, sobre massa acrílica, na cor vermelho roial com líquido brilho em toda extensão da parede. (observar detalhamento em planta).

4.2 – Refeitório.

- Assentamento de piso cerâmico no refeitório, na cor branca, tipo A, PEI 5, 30 x 30 cm, com junta contendo 03 mm de espaçamento e rejunte flexível na cor cinza platina. A argamassa deverá ser flexível com aditivos colante.
- Assentamento de revestimento cerâmico (altura de 2,80 m), na cor branca, tipo A, PEI 3, retangular, com junta contendo 03 mm de espaçamento e rejunte flexível na cor cinza platina. A argamassa deverá ser flexível com aditivos colante.
- Assentamento de porta em madeira maciça com acabamento envernizado e fechadura.
- Assentamento de esquadrias em alumínio anodizado na cor natural com vidros.
- Assentamento de pia em granito com cuba inoxidável.

- A pintura será em tinta lavável PVA, na cor branco neve sobre acabamento em massa PVA.

4.3 – Banheiros.

- Assentamento de piso cerâmico no banheiro, na cor branca, tipo A, PEI 4, 30 x 30 cm, com junta contendo 03 mm de espaçamento e rejunte flexível na cor cinza platina. A argamassa deverá ser flexível com aditivos colante.

- Assentamento de revestimento cerâmico no banheiro (altura de 2,80 m), na cor branca, tipo A, PEI 3, retangular, com junta contendo 03 mm de espaçamento e rejunte flexível na cor cinza platina. A argamassa deverá ser flexível com aditivos colante.

- Assentamento de porta em madeira maciça com acabamento envernizado e fechadura.

- Assentamento de esquadrias em alumínio anodizado na cor natural com vidros.

- Assentamento de pias e vasos sanitários com caixa de descargas acoplados na cor branca e chuveiro elétrico.

- A pintura será em tinta lavável PVA, na cor branco neve sobre acabamento em massa PVA.

4.4 – Central.

- Assentamento de piso cerâmico, na cor branca, tipo A, PEI 5, 30 x 30 cm, com junta contendo 03 mm de espaçamento e rejunte flexível na cor cinza platina. A argamassa deverá ser flexível com aditivos colante.

- Assentamento de revestimento (altura de 1,80 m), na cor branca, tipo A, PEI 3, retangular, com junta contendo 03 mm de espaçamento e rejunte flexível na cor cinza platina. A argamassa deverá ser flexível com aditivos colante.

- Assentamento de porta em madeira maciça com acabamento envernizado e fechadura.

- Assentamento de esquadrias em alumínio anodizado na cor natural com vidros.

- A pintura do teto será em tinta lavável PVA, na cor branco neve sobre acabamento em massa PVA.

4.5 – Sala de Meios, Instrução e Comando.

- Assentamento de piso cerâmico, na cor branca, tipo A, PEI 5, 30 x 30 cm, com junta contendo 03 mm de espaçamento e rejunte flexível na cor cinza platina. A argamassa deverá ser flexível com aditivos colante.

- Assentamento de porta em madeira maciça com acabamento envernizado e fechadura.

- Assentamento de esquadrias em alumínio anodizado na cor natural com vidros.

- A pintura será em tinta lavável PVA, na cor branco neve sobre acabamento em massa PVA.

4.6 – Sala de Expurgo.

- Assentamento de piso cerâmico, na cor branca, tipo A, PEI 5, 30 x 30 cm, com junta contendo 03 mm de espaçamento e rejunte flexível na cor cinza platina. A argamassa deverá ser flexível com aditivos colante.

- Assentamento de revestimento (altura de 2,80 m), na cor branca, tipo A, PEI 3, retangular, com junta contendo 03 mm de espaçamento e rejunte flexível na cor cinza platina. A argamassa deverá ser flexível com aditivos colante.

- Assentamento de porta em madeira maciça com acabamento envernizado e fechadura.

- Assentamento de esquadrias em alumínio anodizado na cor natural com vidros.

- A pintura do teto será em tinta lavável PVA, na cor branco neve sobre acabamento em massa PVA.

- Assentamento de pia em granito com cuba dupla inoxidável.

5.0 – DISCRIMINAÇÃO POR CÔMODOS E SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS NO PAVIMENTO SUPERIOR:

5.1 – Banheiros.

- Assentamento de piso cerâmico no banheiro, na cor branca, tipo A, PEI 4, 30 x 30 cm, com junta contendo 03 mm de espaçamento e rejunte flexível na cor cinza platina. A argamassa deverá ser flexível com aditivos colante.

- Assentamento de revestimento cerâmico no banheiro (altura de 2,80 m), na cor branca, tipo A, PEI 3, retangular, com junta contendo 03 mm de espaçamento e rejunte flexível na cor cinza platina. A argamassa deverá ser flexível com aditivos colante.

- Assentamento de porta em madeira maciça com acabamento envernizado e fechadura (porta de acesso externo). Internamente será porta sanfonada.

- Assentamento de esquadrias em alumínio anodizado na cor natural com vidros.

- Assentamento de pias e vasos sanitários com caixa de descargas acoplados na cor branca e chuveiros elétricos.

- Colocação de forro em PVC branco com pé direito de 2,85 m

- A pintura será em tinta lavável PVA, na cor branco neve sobre acabamento em massa PVA.

5.2 – Alojamentos e Circulação.

- Piso industrial monolítico de alta resistência fundido sobre a base nivelada com espessura de 12 mm.
- Assentamento de porta em madeira maciça com acabamento envernizado e fechadura.
- Assentamento de esquadrias em alumínio anodizado na cor natural com vidros.
- Colocação de forro em PVC branco com pé direito de 2,85 m
- A pintura será em tinta lavável PVA, na cor branco neve sobre acabamento em massa PVA.

5.3 – Escadas e Longarina.

- A escada será em granito com guarda corpo tubular em aço galvanizado de duas polegadas. O guarda corpo deverá ser estendido para o acesso a longarina com um portão conforme o projeto.

6.0 – INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

O abastecimento da edificação será feito de forma indireta com um reservatório inferior com 8 mil litros feito em concreto armado e o superior com 2 mil litros feito de fibra revestido externamente por uma parede de alvenaria.

O reservatório superior deverá ficar situado a uma altura mínima de oito metros em relação ao solo, para garantir as pressões adequadas nos aparelhos hidráulicos instalados, conforme a NBR 5626/98. A estrutura deverá ser em concreto armado e base em quatro pilares com a fundação variando segundo o terreno a ser implementado o Posto de Bombeiro.

O recalque da água até o reservatório superior será feito por duas bombas de 1 CV ligadas em paralelo acionadas por bóia elétrica. A tubulação de sucção

será de 32 mm e a de recalque será em 25 mm. A casa de bombas deverá ficar situada na projeção vertical do reservatório elevado.

Toda tubulação será em tubos de PVC marrom soldável com diâmetros variando de 20 mm a 50 mm conforme o projeto.

7.0 – INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

As instalações sanitárias serão compostas por tubos de PVC branco com diâmetro variando de 40 a 150 mm. Os tubos de queda terão diâmetro de 100 mm ligados a caixas de inspeção com 60 x 60 cm e profundidade variando para atender o mínimo de um por cento de inclinação prescrito na NBR 5160/99. As CI será ligadas por tubos de 150 mm. Foi previsto a instalação de duas caixas de gordura sendo uma para o refeitório e outra para a sala de expurgo.

Toda unidade sanitário possuirá um tubo de ventilação instalada segundo o projeto com diâmetro de 40 mm com prolongamento até a cobertura conforme prescrição da norma.

Foi previsto um sumidouro de concreto pré-moldado para 50 pessoas com diâmetro de 1,50 m e profundidade de 4,2 m e fossa séptica também em concreto pré-moldado para 50 pessoas.

8.0 – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

O projeto será especificado e dimensionado sob a área de fornecimento da Companhia Elétrica da Bahia (COELBA). Para elaboração deste projeto foram consultadas as normas regulamentadoras assim como também a NBR 5410, para que as instalações possam ser feitas com maior segurança, respeitando todos os critérios de seletividade como também, considerando-se os princípios de conservação de energia, através da redução de perdas nas instalações elétricas.

O projeto está sendo apresentado através deste memorial e em forma de desenho com o seguinte conteúdo: - Planta Baixa Elétrica – Iluminação e Tomadas -Legenda e Notas -Quadro de Cargas.

O sistema de iluminação e tomadas terá característica de acordo com as especificações contidas na prancha de projeto. A iluminação foi calculada com base nas necessidades e finalidade do ambiente e de acordo com as normas técnicas brasileiras, NBR 5413 Iluminação de Interiores.

As lâmpadas deverão ser do tipo fluorescentes 40W e 20W e as luminárias deverão ser tipo calha em alumínio anodizado brilhante para duas lâmpadas.

As tomadas deverão ser Monofásicas F+N+T, com exceção das tomadas de ar condicionado que deverão ser Bifásicas F+N+T.

Os eletrodutos deverão ser do tipo canaleta em PVC aparente, fixadas com parafuso e bucha na cobertura, para a instalação no pátio da edificação (iluminação externa) e eletrodutos flexíveis embutidos na alvenaria na parte interna.

A edificação possuirá quatro quadros de cargas instalados conforme as plantas, sendo dois dispostos no pavimento inferior e dois no pavimento superior. Serão colocados disjuntores termomagnéticos monofásicos e bifásicos conforme o quadro de cargas.

Para o cálculo dos condutores desta instalação elétrica; foi definido que os condutores seriam de cobre com isolamento de PVC 1kV para a alimentação dos quadros de Distribuição e cobre com isolamento PVC 750V para os circuitos dos equipamentos.

A fiação e cabagem de baixa tensão serão executadas conforme bitolas e tipos indicados nos memoriais descritivos e nos desenhos do projeto.

Todas as conexões em cabos serão executadas com conectores do tipo pressão (sem solda).

No caso de condutores serem puxados por métodos mecânicos, não deverão ser submetidos a tração maior que a permitida pelo fabricante do cabo.

PREVISÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS A SEREM INSTALADOS.

Equipamento	Potência nom. (W)	Quantitativo	Total (W)
Ar 7500 Btu	1000	01	1000
Ar 9000 Btu	1200	03	3600
Ar 12000 Btu	1400	02	2800
Ar 24000 Btu	2500	01	2500
Televisor	200	05	1000
Aparelho de Som	100	01	100
Computador	100	04	400
Impressora	90	02	180
Liquidificador	200	01	200

Batedeira	100	01	100
Geladeira	150	01	150
Mico ondas	1150	01	1150
Chuveiro Elétrico	4400	05	22000
Total			35180

Todas as instalações deverão ser executadas com esmero e bom acabamento com todos os condutores, condutos e equipamentos cuidadosamente instalados em posição firmemente ligados às estruturas de suporte e aos respectivos pertences, formando um conjunto mecânico e eletricamente satisfatório e de boa aparência.

Todas as instalações deverão estar de acordo com os requisitos da **ABNT**, materiais aprovados pela **ABNT, INMETRO**, e deverão ser executadas de acordo com o projeto fornecido e padrões aprovados pela **COELBA**.